



Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Geografia Agrária do Brasil

Volume Único

Nilton Abranches Junior
Aline da Fonseca Sá e Silveira



**SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

**MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO**



Apoio:



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

www.cederj.edu.br

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Marilvia Dansa de Alencar

Coordenação do Curso de Geografia

UERJ – Gláucio José Marafon

Material Didático

Elaboração de Conteúdo

Nilton Abranches Junior
Aline da Fonseca Sá e Silveira

Direção de Design Instrucional

Cristine Costa Barreto

Coordenação de Design Instrucional

Bruno José Peixoto
Flávia Busnardo da Cunha
Paulo Vasques de Miranda

Supervisão de Design Instrucional

Renata Vittoretti

Design Instrucional

Cecília Peixoto
Karin Gonçalves
Kathleen S. Gonçalves

Coordenação de Produção

Fábio Rapello Alencar

Assistente de Produção

Bianca Giacomelli

Revisão Linguística e Tipográfica

Beatriz Fontes
Flávia Saboya
Lícia Matos
Maria Elisa Silveira
Mariana Caser
Yana Gonzaga

Ilustração

Renan Alves

Capa

Renan Alves

Programação Visual

Camille Moraes
Cristina Portella
Maria Fernanda de Novaes

Produção Gráfica

Patrícia Esteves
Ulisses Schnaider

Copyright © 2015, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e/ou gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

A158g

Abranches Junior, Nilton.

Geografia Agrária do Brasil: volume único / Nilton Abranches Junior,
Aline da Fonseca Sá e Silveira. – Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.
330 p.; il. 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-458-0066-8

1. Geografia agrária – Brasil. 2. Espaço agrário. 3. Atividade canavial.
4. Café. 5. Agronegócio. 6. Movimentos sociais. I. Silveira, Aline da Fonseca
Sá e. 1. Título.

CDD: 630.981

Referências bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social

Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica

Presidente: Alexandre Sérgio Alves Vieira

IFF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor: Jefferson Manhães de Azevedo

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Reitor: Luis César Passoni

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Ruy Garcia Marques

UFF - Universidade Federal Fluminense

Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitor: Roberto Leher

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Reitor: Ricardo Luiz Louro Berbara

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Sumário

Aula 1 • Introdução à Geografia Agrária Brasileira	7
<i>Nilton Abranches Junior</i>	
Aula 2 • As origens do espaço agrário brasileiro	27
<i>Nilton Abranches Junior</i>	
Aula 3 • A atividade canvieira e a estruturação do espaço rural brasileiro	43
<i>Nilton Abranches Junior</i>	
Aula 4 • A fazenda de café e a consolidação do modelo agroexportador no Brasil.....	59
<i>Nilton Abranches Junior</i>	
Aula 5 • A noção de desenvolvimento e a organização do espaço agrário brasileiro.....	73
<i>Nilton Abranches Junior</i>	
Aula 6 • Introdução à modernização da agricultura no Brasil	93
<i>Nilton Abranches Junior</i>	
Aula 7 • Impactos sociais da modernização da agricultura no Brasil.....	109
<i>Nilton Abranches Junior</i>	
Aula 8 • Modernização da agricultura brasileira e as relações campo-cidade	125
<i>Aline da Fonseca Sá e Silveira</i>	
Aula 9 • Os movimentos sociais e a luta pela terra	159
<i>Aline da Fonseca Sá e Silveira</i>	
Aula 10 • A fronteira agrícola brasileira.....	193
<i>Nilton Abranches Junior</i>	
Aula 11 • Do complexo rural à formação do complexo agroindustrial.....	213
<i>Nilton Abranches Junior</i>	
Aula 12 • Agricultura familiar.....	229
<i>Aline da Fonseca Sá e Silveira</i>	
Aula 13 • Desenvolvimento rural sustentável	257
<i>Nilton Abranches Junior</i>	
Aula 14 • Multifuncionalidade e pluriatividade: novos atores no rural brasileiro	277
<i>Aline da Fonseca Sá e Silveira</i>	
Aula 15 • Agricultura e segurança alimentar	303
<i>Nilton Abranches Junior</i>	
Referências.....	319

Aula 1

Introdução à Geografia Agrária Brasileira

Meta

Apresentar as relações entre a Geografia Agrária Brasileira e a História do Pensamento Geográfico, as principais temáticas trabalhadas no Brasil e seus principais autores.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as matrizes teóricas que constituíram a base da Geografia Agrária;
2. descrever, por intermédio das diferentes temáticas e de seus principais autores, como se estruturou a Geografia Agrária Brasileira.

Pré-requisito

Para melhor acompanhar esta aula, seria recomendado que você consultasse as aulas de História do Pensamento Geográfico, revendo suas principais escolas de pensamento.

Introdução

Embora tenha sido o grego o primeiro povo a explorar a geografia como ciência, e as grandes viagens de exploração tenham reavivado o interesse dos europeus pela ciência nos séculos XVI e XVII, a geografia científica brasileira começa a ser formada a partir da década de 1930.

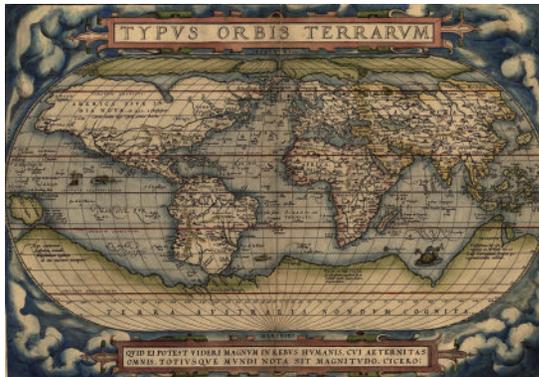


Figura 1.1: “Teatro do Globo Terrestre”, de Abraham Ortelius, publicado em 1570. É considerado o primeiro atlas moderno, resultado das intensas viagens exploratórias da era das grandes navegações.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Theatrum_Orbis_Terrarum#/media/File:OrteliusWorldMap.jpeg

Sua origem está vinculada à contribuição de profissionais estrangeiros, vindos principalmente da França e da Alemanha. O contexto socioeconômico na época de sua sistematização no Brasil era predominantemente rural, daí a vinculação direta do subramo da Geografia Agrária aos primeiros trabalhos da geografia.

Para entender melhor como se deu esse processo de formação da nossa área de conhecimento, dividiremos a nossa aula em duas partes. Na primeira, desvendaremos as matrizes teóricas que fundaram os trabalhos da geografia brasileira vinculados ao campo. No segundo momento, vamos nos basear no trabalho da professora Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, para entendermos de que forma esses trabalhos se desenvolveram.

Estudaremos as principais mudanças teórico-metodológicas e como a modificação do contexto socioeconômico interferiu diretamente na escolha das temáticas tratadas. Faremos, juntos, uma viagem pela história e conheceremos os principais geógrafos que contribuíram para a construção da Geografia Agrária Brasileira. Está pronto? Então, é hora de começar a nossa jornada!

Matrizes teóricas da Geografia Agrária Brasileira

A Geografia Agrária, como subárea da geografia, reflete na sua produção acadêmica aquilo que aconteceu no seio dessa ciência. Contudo, pelo fato de a atividade agrícola se tratar de uma atividade econômica extremamente ligada aos elementos da natureza, as questões vinculadas aos fatores físicos que compõem o ambiente nunca foram abandonadas por completo da produção da Geografia Agrária.

É bem verdade que, a partir da década de 1950, quando o neopositivismo – presente na Geografia Teórica, também chamada de Geografia Pragmática – passa a ser a nova matriz teórica do pensamento dominante na geografia, a influência dos fenômenos da natureza desaparece quase por completo de sua produção.

Com o objetivo de atender às exigências dos planejadores do espaço, um sem-número de gráficos, mapas, diagramas e tabelas são construídos. O foco da discussão passa a ser a produção agrícola, e a organização do espaço agrário como sua decorrência. Dessa forma, o ambiente ainda é visto como sinônimo de natureza, e, por sua vez, natureza passa a equivaler a recurso. Portanto, as questões relativas aos problemas ambientais e aos fatores da natureza desaparecem quase por completo das discussões da Geografia Agrária.

Engana-se quem acredita que, com a ascensão do marxismo na Geografia Agrária, a questão ambiental ganhe destaque de imediato. A natureza continuou a ser algo distante, exterior. E, por isso, pronta para ser apropriada e usada ao bel-prazer dos homens. Encarada como capital, deve ser posta a produzir, e a distribuição da renda auferida a partir da sua transformação em bem é que passa a ser o enfoque da nova discussão. Talvez essa abordagem reducionista seja o ponto de comunhão entre os neopositivistas e os neomarxistas. O pensamento produzido por essas matrizes teóricas dominou, pelo menos, cinquenta anos da produção científica dessa área da Geografia.

Resgatando aquilo que defende Corrêa (1998), parece ter havido na geografia duas revoluções: uma denominada Teórica Quantitativa e outra Crítica Marxista. Ambas deixaram os fatores da natureza em segundo plano e reforçaram a construção de uma ciência antropocêntrica. Ao fazerem isso, romperam com a essência da geografia e, conseqüentemente, da Geografia Agrária, passando a ser impregnada de conceitos da economia e da sociologia grande parte vinculada às questões espaciais do planejamento.

É bem verdade que a abordagem antropocêntrica da Geografia Agrária já havia sido cunhada na fase anterior, que comumente tem sido chamada de Tradicional ou Clássica (CORRÊA, 1998; GOMES, 2004). Portanto, entender como o ambiente foi concebido na fase inicial da geografia facilita a compreensão do processo de radicalização do antropocentrismo ao longo de sua história.

Sendo assim, podem-se encontrar momentos em que há predominância de estudos mais inter-relacionistas, aqueles que tentam fazer correlação com diversos fatores – tanto naturais como sociais – e outros em que uma visão dualista é a forma principal de abordagem, sendo que o antropocentrismo parece ser a abordagem que dá unidade ao pensamento da Geografia Agrária.

A abordagem inter-relacionista

Os primeiros estudos da Geografia Agrária têm como característica uma ênfase muito grande nos fatores ambientais. As diferentes formas de organização da sociedade na superfície terrestre foram explicadas pelas características climáticas dos lugares, da fertilidade do solo e do relevo de cada região, sendo que o clima foi visto como o fator que mais interfere e influencia nas atividades humanas. Segundo Grigg (1982), essa ideia foi predominante até os anos 1920, quando sofreu severos questionamentos; e conforme Morgan e Munton (1972), essa forma de abordagem pode ser encontrada na Geografia Agrária até a década de 1950.

Grigg (1984), Gilg (1985) e Newburry (1980) concordam com esta argumentação e declaram que a teoria do determinismo ambiental teve uma grande repercussão no estudo das áreas rurais devido à estreita relação entre os sistemas agrícolas e a paisagem física. Já Morgan e Munton (1972) argumentam que essa abordagem unilateral limitou com frequência a compreensão de como os fatores físicos – solo, clima, declive – realmente influenciaram na organização do espaço rural.

É a partir desta fase do pensamento geográfico que a importância do ambiente, com ênfase nos fatores naturais, nos estudos da Geografia Agrária vai diminuindo gradativamente até os anos de 1960, quando se desperta, novamente o interesse por temas ambientais, tendo sido o determinismo ambiental o grande responsável pela visão dualista entre homem e ambiente.

Reações a esse tipo de abordagem surgiram, sendo o Possibilismo Ambiental o seu maior questionador. Rompendo com uma visão parti-

Gênero de vida

Conceito criado pela Escola Francesa de Geografia. Para Paul Vidal de La Blache, o conjunto de técnicas, hábitos, usos e costumes que permitem ao homem utilizar os recursos naturais.

Daniel Faucher

Geógrafo francês. Exerceu grande influência na formação do pensamento da Geografia Agrária Nacional. Para ele, a Geografia Agrária estava vinculada à descrição das formas das atividades agrícolas, que só poderia ser compreendida a partir do contato direto e íntimo com a vida rural e a mentalidade camponesa.



Leo Waibel (1888-1951)

De nacionalidade alemã, foi professor das Universidades de Bonn e de Wisconsin. Este geógrafo alemão passou pelo Brasil na década de 1940, tendo influenciado diretamente na formação do pensamento da Geografia Agrária Nacional, sendo, como veremos adiante, Orlando Valverde o principal divulgador de suas ideias, e talvez a Professora Etges (UFSC) a maior conhecedora de sua contribuição ao desenvolvimento da Geografia Agrária no Brasil.

cularista e buscando compreender a organização dos lugares por meio das correlações dos mais diversos fatores, tendo a cultura um papel fundamental como agente da organização espacial, o Possibilismo, por não descartar completamente a interferência da natureza nas ações sociais, buscou uma forma mais complexa de interpretar a ocupação da superfície da Terra pela humanidade. Segundo Grigg:

O determinismo geográfico, ou ambientalismo – a crença em que a inflexibilidade ambiental é o que determina as atividades humanas – não ficou restrita à Geografia Agrária; e essa visão foi atacada por Paul Vidal de La Blache no início do século vinte. Os estudos do *pays* francês, ou regiões, enfatizou a interpretação mútua entre o homem e o ambiente (GRIGG, 1984, p. 17).

Numa fase pós-determinista, os postulados da geografia francesa passaram a ser os objetivos da própria Geografia, o que permitiu a estruturação de um saber geográfico renovado. A maioria dos trabalhos da geografia francesa foi feita em áreas rurais. Por meio da combinação de fatores naturais e culturais, eram identificados diferentes **gêneros de vida** (PEET, 1998). Nessa perspectiva, os fatores naturais foram interpretados como possibilitadores de algumas formas de organização econômica, que moldavam a natureza, formando paisagens diferenciadas. Dessa ideia participaram, entre outros, **Daniel Faucher** e **Leo Waibel**.



Figura 1.2: Daniel Faucher (1882-1970).

Fonte: <http://www.univ-tlse2.r/msh/bipt/faucher/corpsdptgeo.html>

Para Faucher, a Geografia Agrária seria a geografia dos sistemas agrícolas. Sugeriu que só seria possível “explicar as paisagens naturais e os modos de vida através da análise dos sistemas agrícolas e de sua evo-

lução” (FAUCHER, 1953, p. 16). E os gêneros de vida passaram a ser considerados fenômenos subordinados a esses sistemas agrícolas.

Tentando compreender como cada grupo se relaciona com o meio físico na construção de diferentes paisagens, apesar de serem encarados a partir da noção de base para a atividade humana, os fatores físicos foram vistos como extremamente relevantes na estruturação dos sistemas agrícolas, pois eram responsáveis por caracterizar e particularizar a agricultura de cada área. Dentre todos os fatores físicos, o solo teve atenção especial, e a pedologia, assim como a agronomia, foram valorizadas como importantes ciências de interface para a geografia.

O solo foi tratado por Faucher como sendo um organismo vivo, no qual as inter-relações entre a fauna e a flora renovam suas potencialidades, e não como uma base inerte sujeita apenas às ações físico-químicas. Por se tratar de uma época de grande progresso técnico na agricultura, o ambiente passou a ser compreendido como um viabilizador do desenvolvimento econômico, tanto que há a necessidade de se introduzir determinadas substâncias para modificar as características de certos tipos de solo, a fim de possibilitar seu cultivo.

Isso o leva a concluir que quanto mais domínio das técnicas um determinado grupo social tiver, menos dependente do solo estará a eficiência de sua produção agrícola. Por isso, considera que “Os tipos de agricultura são acima de tudo fatos da Geografia Humana oriundos da adaptação, num determinado momento, das possibilidades de produção do solo” (FAUCHER, 1953, p. 28).

Citando La Blache, ressalta também a importância do homem nos sistemas agrícolas, quando afirma que:

[...] o homem é um fator geográfico essencial “ora passivo, ora ativo”, que colabora com todas as energias vivas que se agrupam e se associam de acordo com as condições do meio [...] Compreendida deste modo, a Geografia Agrária toca ao homem em seu contato íntimo com a terra, [...] quer dizer, com o solo, o ar, o sol e a sucessão de estações [...] É uma Geografia Humana com tudo o que este termo pode conter em seu significado (FAUCHER, 1953, p. 28).

Por sua vez, Waibel definiu a Geografia Agrária como sendo a geografia das plantas cultivadas e dos animais domésticos. Afirmou que sua importância estaria no fato de ela imprimir um aspecto particular à paisagem. Para ele, a agricultura poderia ser considerada um importante fenômeno da superfície da Terra. Caberia à geografia “tentar descrever

a sua diferenciação espacial, procurando ao mesmo tempo esclarecer as suas forças atuantes”.

Identificou influências de fatores tanto naturais quanto humanos nos processos de construção das paisagens. Dos fatores naturais, assim como Faucher, ressaltou a grande importância do solo e a contribuição da pedologia para o entendimento de seu uso e sua conservação. Waibel deu grande contribuição à geografia brasileira, influenciando um significativo número de geógrafos nacionais. Dentre eles, podemos citar Orlando Valverde, que retrata muito bem a importância dada por Waibel ao solo:

O solo é outro fator de grande importância para a Geografia Agrária. Levando em conta o caráter antropocêntrico e pragmático da Geografia, Waibel considerava o conhecimento dos solos mais importante para o geógrafo do que o da Geologia (VALVERDE, 1964, p. 25).

Dentre os fatores humanos, mostrou a importância do trabalho e do capital. Dentre os métodos de interpretação, chamou a atenção para a contribuição da economia política para o entendimento das relações sociais.

De acordo com Etges (2000), o homem, com todas as suas informações, foi visto por Waibel como sendo parte integrante da paisagem, imprimindo-lhe características específicas. Dessa forma, em sua obra, os camponeses deixaram de ser

[...] compreendidos como grupos que se adaptam ao meio, e sim como forjadores do espaço da paisagem cultural [...] como resultado do uso predominante do solo, ou seja, do tipo de cultivos, de técnicas utilizadas, de estradas e instalações, determinado pela formação econômica (ETGES, 2000, p. 85-91).

O conceito de formação econômica é a base de seu pensamento. Apesar de variar de acordo com a cultura de cada grupo, é tido por Etges (2000) como um conceito ecológico-fisionômico, que revela, por meio da impressão na paisagem, as diferentes formas de economia e de todas as atividades relacionadas a elas.

Waibel estabeleceu uma divisão na Geografia Agrária em três partes: estatística (econômica), ecológica (sistemas agrícolas) e fisionômica (paisagem). Dentre essas partes, a que trataria das relações com o ambiente seria a

ecológica. A Geografia Agrária ecológica seria responsável por compreender as relações entre o homem e seu ambiente, entendendo “o modo pelo qual o homem procura angariar e valorizar riquezas animais e vegetais”.

Na realidade, “a Geografia Agrária ecológica não se refere a determinada planta cultivada ou a determinado animal doméstico, mas focaliza o conjunto da atividade agrícola na sua relação com o meio ambiente” (ETGES, 2000, p. 100). Acrescentando a contribuição de Valverde sobre a definição do que seria a Geografia Agrária Ecológica concebida por Waibel, essa dimensão da Geografia Agrária só pode ser entendida levando em consideração a contribuição cultural do homem (VALVERDE, 1964, p. 27).

Percebe-se que nessa fase da Geografia Agrária, apesar de uma característica antropocêntrica da análise dos processos de produção das diferentes paisagens e regiões, há um predomínio de uma abordagem que leva em consideração a interação de fatores físicos e humanos. Apesar da separação presente no que se refere àquilo que é humano do que é não humano, existiu uma preocupação em tentar entender como os fatores naturais podem interferir na organização espacial.

Essa tendência vai desaparecendo na análise da Geografia Agrária, aflorando como consequência desse processo uma interpretação mais tecnocrata, voltada, principalmente, para as questões vinculadas ao planejamento e à eficiência dos resultados, acirrando a já existente dicotomia entre sociedade e natureza.

A abordagem dualista

Antes de 1950, os geógrafos agrários estiveram extremamente preocupados em explicar a organização espacial das culturas agrícolas a partir do ambiente físico. Este fato pode ser atribuído pela escala de abrangência que os estudos utilizavam. Para melhor entender, vejamos o que nos dizem dois importantes geógrafos que estudaram a história do pensamento ligada à Geografia Agrária:

No passado, explicações físicas ou biológicas eram aceitas para a compreensão da localização da produção agrícola, em parte porque os estudos eram feitos principalmente em nível macro, onde áreas de plantio coincidiam com distribuições físicas ou biológicas, e em parte porque os geógrafos conceberam a Geografia física como base para toda a Geografia humana (MORGAN; MUNTON, 1972, p. 11).

Os anos 1950 são considerados um marco para a transformação do enfoque dos estudos geográficos relacionados ao meio rural. Até essa época, predominaram estudos descritivos que buscaram a construção de leis gerais para explicar a distribuição da atividade agrícola mundial. Foi com esse objetivo que alguns geógrafos desta época desenvolveram seus estudos, baseados na evolução das técnicas e a partir dos novos postulados da Geografia Teórica Quantitativa.

Este processo de atualização técnica e metodológica levou alguns geógrafos a afirmarem que a Geografia Agrária em sua “abordagem mais antiga tem enfatizado mais o lado ambiental da relação, especialmente os efeitos do clima no crescimento das culturas” (GREGOR, 1970, p. 31). Defendendo uma mudança de enfoque nos estudos agrários, os geógrafos da nova corrente de pensamento definiram como sendo o objetivo principal da Geografia Agrária o entendimento da variação espacial da agricultura. Para isso, se deveria utilizar a associação de variáveis, aumentando a complexidade do estudo, em detrimento das relações de causa e efeito. Somente assim se poderia traçar um caminho diferente daquele feito tanto pelos geógrafos deterministas quanto pelos adeptos da geografia regional francesa. Isso levou Gregor (1970) a concluir que os adeptos da Geografia Teórica Quantitativa representavam a verdadeira vanguarda no pensamento de seu tempo.

Adeptos dessa mesma ideia, Morgan e Munton (1972) afirmaram que o objetivo da Geografia Agrária não seria apenas estudar a atividade agrícola de um lugar determinado. Apesar de considerarem que a descrição é interessante para o trabalho geográfico, consideraram que seu objetivo principal deveria ser o de entender os aspectos espaciais da atividade agrícola, sendo os temas de seu maior interesse o transporte e o comércio de produtos agrícolas.

Tal abordagem abre o espaço para que a Geografia Agrária seja considerada um ramo da Geografia Econômica; por isso, foi entendida a partir dos processos de produção. Assim, a economia deveria ser vista como resultado de um processo de escolha, uma escolha com especial aspecto locacional, já que

A localização de cada empreendimento deve ser vista através do conhecimento dos fatores biológicos e econômicos, sendo claramente o produto de decisões feitas por muitos agricultores em desenvolver ou não determinado empreendimento (MORGAN; MUNTON, 1972, p. 3).

Então, nenhum outro ramo da Geografia Humana estaria tão ligado ao ambiente quanto a Geografia Agrária (GREGOR, 1970; MORGAN; MUNTUN, 1972). Concordando com essa argumentação, Symons (1992) estabeleceu estreitas relações entre a agricultura e os elementos da natureza. Dentre os elementos que mais influenciam a agricultura, deu especial atenção ao solo, ao clima e ao relevo, sendo que o clima teria uma importância ainda maior, já que a constituição do solo e o modelado do terreno são resultados da variação climática.

No processo de tomada de decisão na produção agrícola, Morgan e Muntun (1972) não descartam a importância dos fatores físicos, muito pelo contrário. Deixam essa posição bastante clara quando afirmam que “certamente, os fatores físicos e biológicos estão entre os mais importantes a serem considerados”.

Admitem que o uso intenso do solo provoca um aumento de “sensibilidade” do ambiente, o que gera uma necessidade maior de investimento inicial a cada plantio, para que se mantenha o nível de produção da colheita anterior. Chamam atenção ainda para a importância da demanda, já que ela seria o principal determinante para tornar uma área específica mais ou menos própria para a atividade agrícola – o que significa que as áreas que limitam o plantio, devido às suas condições adversas, podem ser colocadas em produção, caso a necessidade do mercado por um determinado produto cresça. Afirmaram ainda que as limitações impostas pelo meio físico seriam, na realidade, determinadas pelo meio socioeconômico.

Demonstrando certa preocupação com a conservação ambiental e percebendo a natureza como recurso, sugeriram que, nos países menos desenvolvidos, deveria haver um modelo que adequasse técnicas e culturas, com a finalidade de melhorar a conservação dos recursos. Seria um modelo diferente daquele utilizado no mundo desenvolvido, onde a busca por lucros cada vez maiores fez com que se perdesse a concepção ecológica. Dessa forma, mostraram a necessidade de, em alguns casos, reestruturar-se o trabalho, com o objetivo de se recuperar o equilíbrio ecológico, diminuindo os ganhos financeiros imediatos, na tentativa de se manter uma renda por um longo período.

Grigg (1982) admitiu também certa influência do meio na atividade agrícola, apesar da frequente interferência do homem na modificação do meio, quando afirma que “apesar dos fatores socioeconômicos e culturais, os fatores ambientais também são importantes” nos estudos de Geografia Agrária.

Afirmou ainda que, mesmo com toda a influência, é difícil se formular uma teoria ambiental de localização para a agricultura, face à grande diversidade e complexidade dos fatores que determinam qual tipo de cultivo é mais apropriado para cada ponto da Terra. Apesar de afirmar que o homem pode interferir e alterar o meio da forma que melhor lhe convier para atingir os resultados que espera, Grigg (1984) sugere que, em determinados casos, o conhecimento das particularidades dos lugares auxilia no processo de tomada de decisões.

Parece que as questões vinculadas às relações entre o homem e seu entorno biofísico permaneceram como uma constante no pensamento de Grigg, tanto que mais tarde, ao criticar o modelo da agricultura moderna, enumerou diversos problemas relacionados à prática da agricultura.

Deu especial destaque às questões relativas aos impactos ambientais da agricultura moderna, sobretudo àqueles relacionados ao uso indiscriminado dos produtos químicos. Em *An Introduction to Agricultural Geography*, de 1993, assumiu que os problemas ambientais relacionados à agricultura não são novos, assim como não são exclusivos da agricultura moderna. Deixou clara a preocupação com a conservação do ambiente e com o desmatamento indiscriminado das áreas de florestas tropicais para o plantio de produtos que não beneficiam as populações locais, sugerindo que a alternativa para a agricultura seria o caminho em direção ao Desenvolvimento Sustentável.

===== **Atividade 1** =====

Atende ao objetivo 1

Foram apresentados alguns pensamentos que serviram de base para a estruturação do pensamento dos geógrafos que se dedicaram ao estudo da Geografia Agrária. Identifique, a partir do que você estudou nesta aula, pontos convergentes e divergentes entre as abordagens apresentadas.

Resposta comentada

O importante é que você identifique que existem abordagens metodológicas diferentes nos estudos da Geografia Agrária. Apesar de muitas vezes as metodologias se mostrarem divergentes, como a Geografia Agrária trata de uma atividade que está intimamente ligada com as características da natureza, a agricultura, é praticamente impossível dissociar-se uma parte considerável de seus estudos das características do meio físico. Contudo, por se tratar de um ramo específico da Geografia Humana, as questões relativas à sociedade sempre estão no centro de sua discussão.

A Geografia Agrária Brasileira: diferentes temáticas e principais autores

É bom que se diga que a história da geografia brasileira institucionalizada é bastante recente. Remonta à década de 1930, com a implantação dos cursos de Geografia da USP e da UFRJ, assim como a fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

É claro que o conhecimento geográfico já existia em terras brasileiras. Contudo, os estudos eram feitos por profissionais formados em áreas diversas e, sobretudo, a partir de relatos de viagens e coleta de dados estatísticos. O saber institucionalizado organizado, como área do saber, só ganhou corpo com a vinda de profissionais estrangeiros para implantação do trabalho nestas instituições. Vai ser dos países com maior tradição em produção do conhecimento geográfico que importaremos nossos mestres fundadores. Portanto, nossa geografia nasce bastante influenciada pelo pensamento de geógrafos franceses e alemães.

Talvez seja a professora Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (Unesp) a melhor referência para entendermos o processo de formação da Geografia Agrária nacional e suas principais vertentes. Seu trabalho, que se constitui num extenso levantamento bibliográfico, é uma importante fonte de consulta para aqueles que querem se debruçar no estudo

da Geografia Agrária. E, sem dúvida, influenciou vários geógrafos contemporâneos. Tal fato faz com que esta parte da aula seja apoiada nas suas considerações.

Ferreira (2001) identificou quatro diferentes períodos na organização do pensamento da Geografia Agrária brasileira. São eles: os estudos não geográficos, a Geografia Agrária Clássica, a Geografia Agrária Quantitativa e a Geografia Agrária Social.

O período denominado pelos estudos não geográficos é aquele que concentra os trabalhos feitos antes de 1934, ano marco da institucionalização da Geografia acadêmica no Brasil. O resultado desses estudos pode ser conferido a partir de relatos de viajantes e textos literários que retratavam a vida e as paisagens do território brasileiro. Como não estava vinculado à geografia científica, apresenta como uma de suas características a inexistência de um método científico. Estamos falando dos trabalhos escritos nos séculos XVIII, XIX e os primeiros trinta anos do século XX. A partir desse contexto socioeconômico, constituído por uma hegemonia agrícola, podemos compreender o porquê das temáticas abordadas estarem vinculadas a informações sobre as diferentes áreas produtoras e seus produtos.

Merecem destaque nesta fase da Geografia Agrária Nacional os trabalhos de Antonil, de 1711, chamado *Cultura e opulência do Brasil*, e o de Sebastião Ferreira Duarte, de 1860, intitulado *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Império do Brasil*. O primeiro tratou da cultura que estruturou o espaço agrário nacional e o segundo enfoca a questão da relação entre trabalho e produção de alimentos.

Entre os anos de 1934 até meados de 1960, a geografia acadêmica no Brasil ganha corpo, principalmente pela vinda de alguns geógrafos franceses e alemães. A vinda desses profissionais introduz, nos trabalhos da geografia brasileira, um método científico baseado, sobretudo, na análise da paisagem a partir de sua descrição, interpretação e síntese de suas informações. Para tal, uma de suas principais técnicas foi o trabalho de campo. Por sua vez, a Geografia Agrária brasileira se desenvolve como subárea do conhecimento geográfico. A este período de organização e intensa produção é o que Ferreira (2001) denominou de Geografia Agrária Clássica.

É bem verdade que esse período da história nacional é marcado pelo início da urbanização da população brasileira, seguido de um processo, também inicial, de industrialização. Contudo, a agricultura ainda é a principal atividade nacional, sendo responsável pelo equilíbrio da balança comercial e pela captação de divisas no exterior.

Unindo o momento inicial da Geografia brasileira ao contexto socioeconômico deste período, podemos entender a estruturação dos trabalhos valorizando determinadas temáticas. A partir da preocupação com a diferenciação de áreas, os temas estudados se concentraram, sobretudo, na distribuição de cultivos agrícolas por áreas específicas, constituição da paisagem rural pelo domínio de uma forma de ocupação e processos de colonização.

As principais contribuições dadas ao desenvolvimento da Geografia Agrária no Brasil neste período são creditadas aos geógrafos estrangeiros que vieram implantar nossa geografia acadêmica. São eles os já citados Daniel Faucher e Leo Waibel, além de Elio Migliorini e Pierre George. Nesta época, desponta um jovem geógrafo brasileiro, cujo trabalho marcará a Geografia Agrária Nacional.

Orlando Valverde é influenciado em sua formação tanto pelos geógrafos franceses quanto pelos alemães. Filiado às ideias de Waibel, Valverde se debruçará inicialmente no estudo dos sistemas agrícolas e entenderá a Geografia Agrária como parte da Geografia Econômica. Em seu livro *Geografia Agrária do Brasil*, de 1964, dedica um capítulo exclusivo à metodologia da Geografia Agrária. A preocupação com procedimentos metodológicos se manifestará em outros trabalhos do autor como, por exemplo, seu artigo publicado na Revista Brasileira de Geografia, intitulado *O uso da terra no leste da Paraíba*, de 1966.

A próxima fase é marcada por profundas transformações, tanto no que se refere ao desenvolvimento de novas técnicas quanto no contexto socioeconômico do Brasil.

De meados dos anos de 1960 e durante a década que se segue, as novas técnicas vinculadas ao desenvolvimento de imagens e a ciência da computação interferiram diretamente no processo de estudo da Geografia, permitindo uma ampliação na sua abordagem – o que significou uma possibilidade de mudança na escala de análise. Desta forma, ocorre uma mudança metodológica representada pela gradativa substituição dos trabalhos de campo pela utilização dos modelos matemáticos e estatísticos.

Essa fase, denominada Geografia Agrária Quantitativa, acontece num momento de grande desenvolvimento urbano e industrial da sociedade brasileira e coincide com o início do processo de modernização da nossa agricultura. Politicamente, é marcado por um período não democrático, quando as decisões são tomadas sem a possibilidade de qualquer posicionamento político ou reação da sociedade.

Orlando Valverde (1917-2006)

Carioca de nascimento, formou-se em Geografia pela então Universidade Municipal do Rio de Janeiro, em 1938, quando se transforma em membro do Conselho Nacional de Geografia. Em sua vasta trajetória profissional, podemos destacar a viagem junto com outros geógrafos brasileiros aos Estados Unidos, em 1945, liderada por Waibel; a ida, em 1965, como professor visitante, para a Califórnia para ministrar um curso sobre Geografia Agrária Tropical; e, os trabalhos desenvolvidos nas universidades de Heidelberg e Bordeaux. No Rio de Janeiro, foi professor da PUC e presidente da Associação de Geógrafos do Brasil entre 1984 e 1986. Ao final de sua carreira, dedicou-se a estudar a Amazônia e outros ecossistemas brasileiros.

A partir do quadro acima delineado, podemos entender a relevância das temáticas voltadas ao planejamento e à organização espacial da produção e ao aumento da produtividade, levando sempre em conta as características funcionais e econômicas da agricultura e do uso da terra.

Nessa época, chamam atenção os trabalhos dos geógrafos Elza Keller e José Alexandre Filizola Diniz, que utilizaram as novas tecnologias de mapeamento em seus trabalhos. Pode-se destacar também a contribuição de Poltroniéri, ao aplicar a Geografia Agrária às até então não usuais técnicas de análise quantitativas. Inúmeros serão os trabalhos produzidos com base nas novas técnicas, sendo sua grande maioria patrocinada pelo IBGE e publicada na Revista Brasileira de Geografia.

Apesar da dominância desta abordagem, próximo aos anos 1975, alguns geógrafos se preocupam com as questões vinculadas ao abastecimento urbano e ao crescimento populacional, como é o caso da contribuição dada por Rosa Ester Rossini.

O período que se segue é marcado pela Geografia Agrária Social, no qual será feita uma análise da agricultura a partir das questões vinculadas ao desenvolvimento rural. O contexto socioeconômico é marcado, nesta fase, pelas transformações bruscas na estrutura da produção do campo brasileiro a partir do processo de modernização da agricultura nacional. A integração cada vez maior entre agricultura e indústria, com a consequente constituição do Complexo Agroindustrial – CAI – aliado às transformações nas relações de trabalho impostas pelo aumento da penetração do capitalismo no campo, principalmente a partir da década de 1960, e as questões relativas ao êxodo rural são os fatores determinantes para a nova gama de temáticas que se desenvolverão a partir daí.

É a partir desse novo contexto que se delineiam os novos temas de interesse vinculados com as questões relativas ao desenvolvimento rural e às transformações espaciais impostas a partir do processo de modernização do campo brasileiro, principalmente no que se refere aos desequilíbrios regionais. Incluídas nessa discussão, estarão presentes as temáticas referentes à pequena produção, à agricultura familiar e à agroindústria, todas muitas vezes permeadas pelas relações de trabalho no campo.

Importantes foram as contribuições dadas pelo professor da UFPE, **Manuel Correia de Andrade**, ao discutir abertamente os movimentos sociais do campo no nordeste do Brasil, assim como as elaboradas por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, professor da USP, que constrói um posicionamento teórico bastante claro com relação ao desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.

Manuel Correia de Andrade (1922-2006)

Foi professor da Universidade Federal de Pernambuco, tendo sido responsável pela implantação do curso de Mestrado em Geografia desta, ainda no início da década de 1970. Manuel Correia é referência sobre a realidade nordestina. Sua obra é vasta, mas se pode destacar os títulos *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da Geografia Agrária no Nordeste* e *Classes sociais e agricultura no Nordeste*.

Cabe também lembrar a contribuição de Rosa Ester Rossini, que, durante os anos 1980, aprofunda a discussão iniciada por ela na década anterior, dedicando-se ao estudo das relações de trabalho no campo. Enquanto isso, Sílvio Bray e Graziano Neto se ocuparam em estudar a concentração de terras como característica marcante do agrobrazileiro.

===== **Atividade 2** =====

Atende ao objetivo 2

Segundo o que você acabou de aprender, quantas e quais são as fases que podemos identificar na história da concepção da Geografia Agrária Nacional?

Agora, diferencie cada fase, a partir de um dos argumentos apresentados durante a aula.

Resposta comentada

Aqui, você deve apontar as quatro fases do pensamento da Geografia Agrária Brasileira. Depois, você deve escolher um elemento apresentado para fazer sua diferenciação, por exemplo: o contexto socioeconômico de cada fase, que gera a necessidade de diferentes temáticas, ou as formas de abordagem predominantes em cada fase, que estão ligadas aos processos metodológicos.

Conclusão

Ao longo da aula, pudemos ver como os referenciais teóricos fundadores de nossa ciência não se encontram dissociados dos processos de desenvolvimento de nossos trabalhos de investigação. Foi mostrado também como a conjuntura socioeconômica influencia diretamente no domínio das temáticas a serem estudadas, o que nos leva a refletir sobre o papel da Geografia, e da Geografia Agrária como sua subárea, na perspectiva de uma ciência do tempo real ou do cotidiano.

Contudo, é necessário que se diga que, apesar de definirmos quatro fases para agrupar os trabalhos produzidos pela Geografia Agrária, elas não se constituem em momentos estanques. O conhecimento produzido em uma fase não se extingue ao início da outra, muito pelo contrário, é comum encontrarmos trabalhos pertencentes a uma fase perpassando a outra. Na realidade, a classificação aqui utilizada se refere à dominância de determinada abordagem no período referenciado, o que não quer dizer que haja uma exclusividade na forma de pensar o espaço agrário brasileiro.

==== **Atividade final** =====

Atende ao objetivo 1 e 2

Escolha uma das fases da Geografia Agrária brasileira e a relacione com as suas matrizes teóricas. Tente mostrar como essas matrizes influenciaram a organização do momento da Geografia Agrária Nacional escolhido.

Resposta comentada

Para que possa responder à questão, você deve escolher uma das quatro fases da Geografia Agrária Brasileira e mostrar como ela está diretamente relacionada com as matrizes teóricas que serviram de base para

sua formação. Para que a resposta esteja completa, é importante que você faça referência aos procedimentos metodológicos ou as temáticas abordadas pelo período escolhido.

Resumo

Nesta aula, estudamos as matrizes teóricas que serviram de base para a estruturação do pensamento da Geografia Agrária Brasileira. Compreendemos seu processo de formação a partir dos anos 1930, com a contribuição dos geógrafos europeus, sobretudo os franceses e alemães. Eles influenciaram boa parte do pensamento nacional, deixando em nosso país discípulos que aplicaram a metodologia apreendida para desenvolverem uma Geografia nacional.

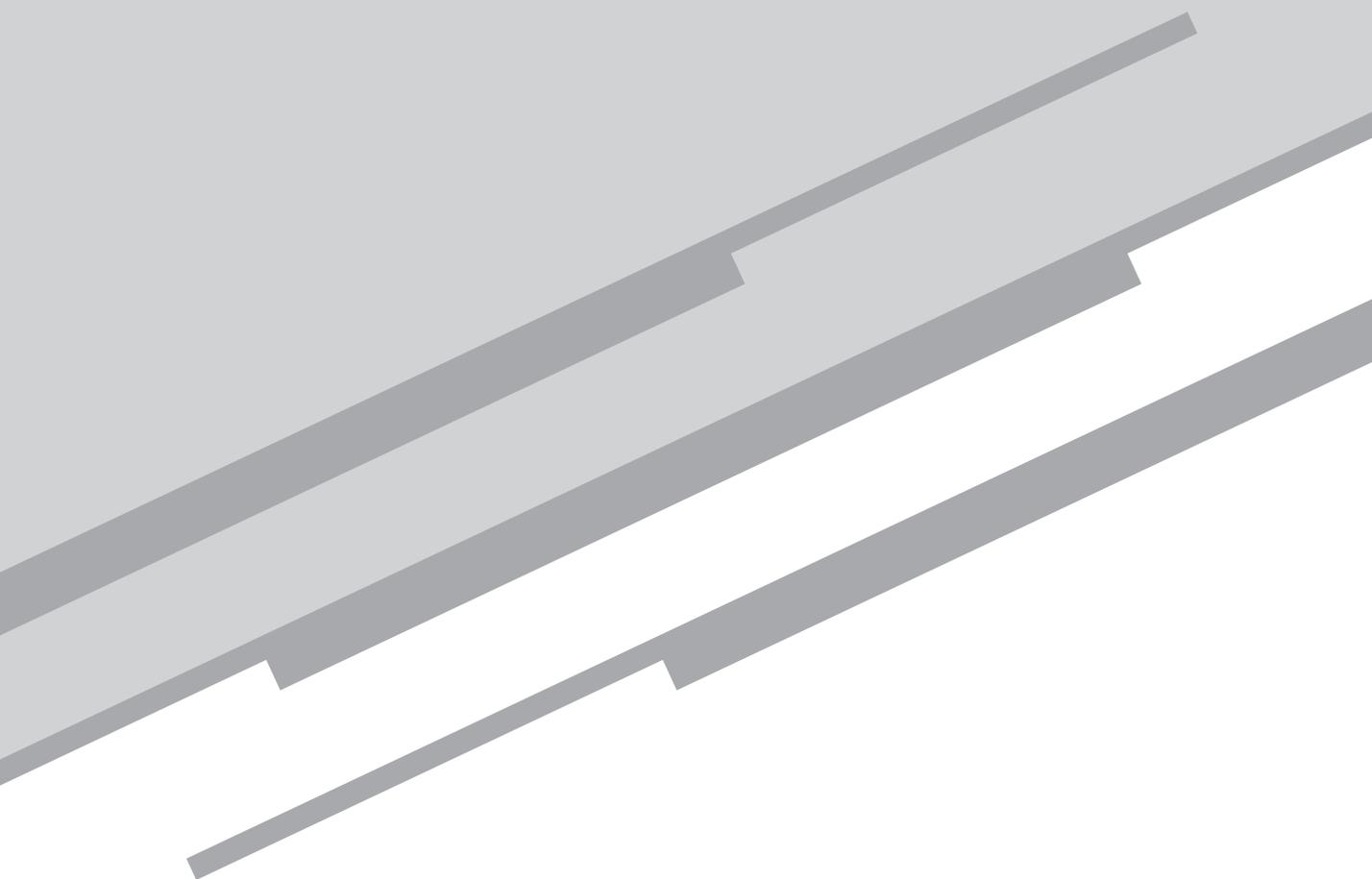
Com base nos estudos desenvolvidos por Ferreira, pudemos compreender como a Geografia Agrária Brasileira se consolida e se desenvolve. Os trabalhos referentes à produção desta subárea do conhecimento geográfico foram agrupados em quatro fases distintas, levando em consideração, sobretudo, o contexto socioeconômico da sociedade brasileira e as abordagens técnico-metodológicas que nortearam os trabalhos da geografia de forma geral.

Informações sobre a próxima aula

Agora que você já conhece as origens do pensamento da Geografia Agrária Brasileira, a partir da próxima aula, estudaremos como o espaço agrário brasileiro se formou.

Aula 2

As origens do espaço agrário brasileiro



Nilton Abranches Junior

Meta

Evidenciar o processo histórico de constituição do espaço agrário brasileiro.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os primeiros atores que articularam o espaço agrário brasileiro;
2. reconhecer a grande propriedade canavieira como sendo o principal elemento estruturante do espaço agrário brasileiro.

Introdução

Ao longo da história do Brasil, várias foram as intervenções feitas na estruturação e organização do espaço agrário brasileiro. Apesar de existirem diferentes atores influenciando essa organização, o Estado pode ser considerado como o seu principal organizador. Assim tem sido desde o descobrimento e da apropriação das terras que hoje constituem o território nacional, pelo colonizador português.

A coroa portuguesa foi o primeiro agente de organização do espaço agrário nacional. Com uma eficaz política territorial, utilizou dois importantes elementos para levar adiante a sua concepção de organização e uso do território. É lançando mão da ação dos bandeirantes e das missões jesuíticas que o domínio português implementa o seu plano de expropriação territorial e reorganização espacial.

Dessa forma, na primeira parte da aula, você terá contato com as formas utilizadas pela coroa portuguesa para promover esse processo de disponibilização de terras para os novos ocupantes. Já na segunda parte, você perceberá como a terra expropriada terá seu uso privado. Contudo, o acesso a essa terra não será livre e muito menos para todos. Tal fato nos levará a refletir que nossa estrutura agrária é historicamente construída e remonta ao período colonial.

A apropriação territorial: disponibilização do espaço e desarticulação da propriedade comunal

O colonizador, ao aportar às costas brasileiras, encontra o território ocupado por uma diversidade de tribos indígenas. A terra farta e de natureza exuberante não está imediatamente disponível para o uso da metrópole colonial. Assim, uma política de intervenção e disponibilização do território deverá ser implementada, para que o feito colonial logre sucesso de fato.



Figura 2.1: Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, em 1500. O colonizador encontra na terra farta e exuberante diversas tribos indígenas, necessitando assim de política de intervenção e disponibilização do território.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Oscar_Pereira_da_Silva_-_Desembarque_de_Pedro_%C3%81lvares_Cabral_em_Porto_Seguro_em_1500.jpg

O recém-chegado ocupante encontra espaço e mão de obra; porém, para fazer uso, precisa disponibilizar estes recursos. A primeira atitude foi tornar o espaço disponível. Os primeiros séculos da ocupação serão marcados por esse processo de disponibilização territorial por meio de uma inicial desvinculação destas tribos indígenas de sua base territorial para uma posterior realocação territorial. Dois grupos se mostram fundamentais nesse processo de redefinição espacial programado pela coroa portuguesa: os **bandeirantes** e os jesuítas.

Bandeirantes

Aqueles homens que se deslocaram para o interior do Brasil, a partir do século XVI, com o intuito de buscar riquezas minerais, capturar indígenas para serem comercializados como escravos e para destruir os quilombos – territórios formados pelos negros escravos que conseguiam fugir do cativeiro. A maioria dos bandeirantes partiu em suas missões a partir de São Paulo, tendo os capitães de bandeiras origens europeias variadas.



Figura 2.2: Um dos grupos que se mostram fundamentais para a disponibilização territorial são os bandeirantes.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Sfs_bandeirantes.jpg

Martim Afonso de Souza chega em 1530 para efetivamente iniciar o processo de colonização do Brasil. Com tal objetivo, funda, em 1532, a vila de São Vicente, implantando em seus arredores os primeiros engenhos de cana-de-açúcar.

O sucesso desse espaço agrário voltado para a exportação depende diretamente da disponibilização de mão de obra, tanto para o trabalho direto na lavoura quanto para o trabalho nos engenhos. A mão de obra necessária será buscada dentre os cerca de 5 milhões de indígenas que habitavam o Brasil quando do início da colonização portuguesa. Assim, numa relação de interdependência, o trabalho dos bandeirantes na captura e escravização de indígenas é fundamental para a manutenção do processo produtivo que se inicia.



Figura 2.3: Martim Afonso de Souza chegou ao Brasil em 1530 para efetivamente iniciar o processo de colonização.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Martim_Afonso_de_Souza

A área imediata do planalto paulista foi a primeira responsável pelo suprimento de mão de obra indígena para o recente empreendimento colonial. Logo essa fonte se esgota, forçando os bandeirantes a se deslocarem cada vez mais para o interior, os chamados **sertões**.



Foram os bandeirantes heróis ou vilões? Muito se fala sobre a violência com que os indígenas foram caçados e escravizados pelos bandeirantes na época da colonização do território brasileiro; no

Sertão

Tem seu significado originado durante a colonização portuguesa em direção ao interior do Brasil. Ao se deslocarem para o interior, ultrapassando a barreira orográfica, que se estende de norte a sul do território brasileiro, perceberam uma variação climática que os levou a chamar esta região de “desertão”, fazendo analogia a um lugar quente e seco. Com o tempo, essa palavra foi sendo entendida como “desertão”, logo passando a ser usada apenas a palavra SERTÃO.

entanto, lançando mão de uma visão mais crítica e menos romântica, devemos entender o contexto histórico da época. Para isso, visite o *site*: <http://historica.com.br/colunas/bandeirantes-sua-historia-e-sua-questao> e conheça situações que não estão nos livros de História. Boa viagem!

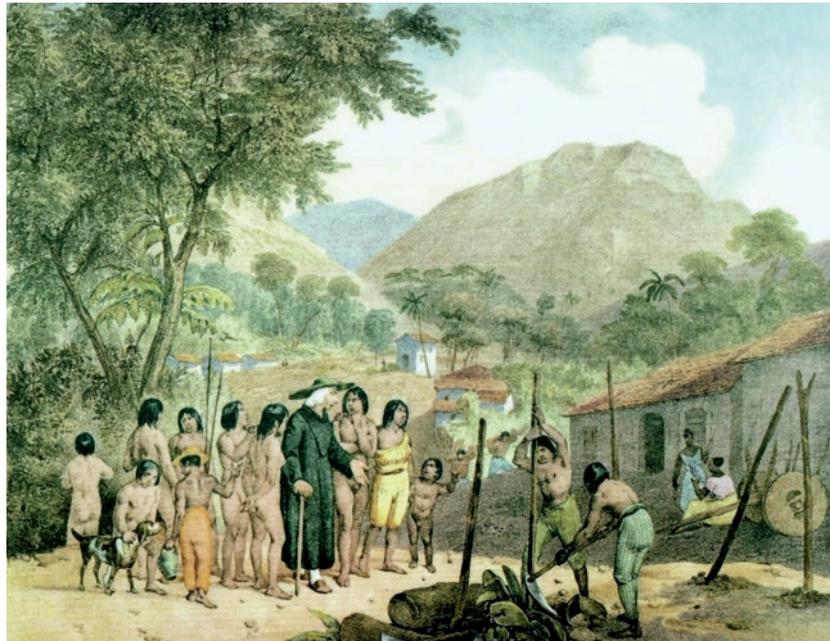


Figura 2.4: Missão jesuítica no Brasil.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Miss%C3%B5es_jesu%C3%ADticas_na_Am%C3%A9rica

As missões jesuíticas vão ter a função fundamental de realocar as tribos indígenas no território nacional, a partir da incorporação da política de aldeamento proposta pela Coroa portuguesa. Apesar de, à primeira vista parecer oposta à disponibilização espacial dos bandeirantes, a ação dos jesuítas pode ser interpretada como complementar.

Enquanto os bandeirantes tinham como objetivo principal “limpar o terreno” para a posterior entrada e ocupação do espaço pelos colonos, a partir da desarticulação e extinção das comunidades indígenas, os jesuítas, por outro lado, atuavam na realocação dessas comunidades em pontos de mais fácil controle. Segundo Moreira (2011), “essas ações se combinam como políticas de disponibilização espacial e de força de trabalho, a bandeirante elimina e a jesuíta preserva a presença indígena na colônia”.

O início da ação jesuítica remonta ao período colonial, podendo-se estabelecer como marco sua presença na comitiva do primeiro governador-geral, Tomé de Souza. É neste período que a política de **realdeamento** começa a ser posta em prática. Na realidade, esta política trás consigo a filosofia de catequizar os indígenas brasileiros, apresentando-lhes uma série de elementos da cultura europeia de base cristã. Tal fato tem como objetivo principal alterar a relação dos indígenas com o território e o meio, a partir da modificação dos valores que fundamentavam sua cultura.

Realdeamento

Era promovido a partir do deslocamento de toda uma comunidade indígena de seu território, transferindo a aldeia para locais mais próximos do litoral e dos povoamentos europeus na colônia.



Figura 2.5: Chegada de Tomé de Souza. É neste período que os jesuítas iniciam sua política de realdeamento.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Tom%C3%A9_de_souza.jpg

Os jesuítas acreditaram que a desconstrução dos laços com o território e a desarticulação da cultura indígena facilitaria a troca de sua visão

de mundo. O rompimento com a visão de que comunidade indígena e meio constituem um todo integrado, e a substituição pela visão europeia, em que se estabelece a separação nítida entre sociedade e natureza, é um passo importante para que o projeto colonial seja bem-sucedido. É a partir desta forma de se entender o mundo que nenhum pedaço do espaço ficaria interdito à apropriação das atividades do colonizador.

Dessa forma, o verdadeiro e principal problema a ser resolvido era retirar o povo indígena das ideias e da influência direta dos xamãs, que eram os guardiões do modo de vida e de representação espacial do mundo indígena. Posto isso em prática, ficava mais fácil, para a missão dos jesuítas no Brasil, converter as comunidades indígenas ao cristianismo e ao modo de vida europeu, assim como colocar a população indígena como mão de obra para o uso dos colonos europeus nas vilas e nos portos do litoral.

Isso, além do fato de promover a separação entre as tribos, deixando as tribos de índios “mansos” mais próximas dos povoados, e as tribos de índios “bravos” nas cercanias dos limites das fazendas. A realocação destas últimas foi usada para combater a fuga de escravos negros das fazendas e engenhos.

Tal política de apropriação do território brasileiro é levada em curso até a emergência do ciclo da mineração, que interioriza a ocupação territorial da colônia e a instituição da política de Diretório, por Pombal, em 1755.

Os jesuítas são expulsos da colônia, seguido da declaração de autonomia dos índios e de suas aldeias e aldeamentos, abrindo para a entrada de colonos em suas terras e ao uso generalizado como força de trabalho nas fazendas que aí vão surgindo (MORREIRA, 2011).

Uma vez consolidado o processo de expropriação das terras indígenas e a consequente apropriação destas terras pela Coroa portuguesa, é hora de se pôr em prática o segundo momento da política territorial para a colônia. Pôr em uso as terras, para obtenção de renda e lucro.

A apropriação do território e a organização do espaço agrário brasileiro

Uma vez que o projeto colonial se efetiva a partir da disponibilização espacial, uma nova forma de uso e distribuição pode ser posta em prática. Será a partir da lei de Sesmarias que a política territorial ganhará forma na colônia.

A lei de Sesmarias pode ser entendida como sendo uma lei agrária, transposta diretamente da metrópole colonial e implantada na colônia. Esta lei está baseada em uso produtivo, no caso brasileiro a produção de açúcar para o mercado internacional, em que sesmaria é o pedaço de terra, e o sesmeiro é o responsável pelo cumprimento do seu uso.

É bom que se lembre de que toda a terra do espaço brasileiro é considerada propriedade da Coroa portuguesa. E a lei de Sesmarias é um sistema de distribuição de terras pelo poder central da metrópole colonial, em que o beneficiário é um gestor de um pedaço de terra em favor da efetivação de um projeto de configuração espacial. Projeto este que privilegia a plantação de cana-de-açúcar e a criação de gado, estruturando assim o espaço agrário da colônia a partir da grande propriedade e integrado com o mercado internacional.

Com base na grande propriedade, é excluída qualquer política territorial que leve em consideração a pequena propriedade. Contudo a pequena propriedade irá se desenvolver baseada na policultura em terras marginais a da grande propriedade, até mesmo pela necessidade de se providenciar alimentos e outros bens de subsistência para as fazendas e as vilas e povoados.

A lei de Sesmarias foi implantada a partir da expedição de Martim Afonso de Souza, cuja principal função seria a de confirmar o domínio da Coroa portuguesa sobre todo o território já ocupado. Este território uma vez apropriado seria dividido no sistema de capitanias. Assim, o rei de Portugal concederia capitanias a seus súditos, donatários, que poderiam ceder o uso da terra no sistema de sesmarias, desde que o rei fosse informado e que o projeto de ocupação não fosse alterado.

pal organizador do espaço agrário brasileiro. As fazendas de lavoura de cana se concentraram no litoral, nas áreas originalmente cobertas pela mata atlântica, enquanto que as fazendas de criação de gado ocuparam as áreas interioranas cobertas pela vegetação campestre.

É bem verdade que essa ocupação não se deu de forma contínua, havendo espaços consideráveis entre uma fazenda e outra. É exatamente nesse espaço não ocupado que se instalaram as pequenas unidades de produção agrícola, que se estabeleceram as vias de circulação e onde surgiram vilas, cidades e povoados.

Moreira (2011) considera que a “*plantation*” canavieira se constituiu na base desse arranjo espacial que se iniciou no período colonial. Tal fato conferiu ao engenho e a fazenda de lavoura canavieira um caráter centralizador. Todo o restante, até mesmo a grande fazenda de criação de gado, se agrega a ela, seguindo seu movimento durante todo o período colonial.

Dessa forma, se pode considerar que a lavoura da cana-de-açúcar é o ponto inicial da fundação da colônia, se consolidando especialmente nas capitanias de São Vicente, Bahia e Pernambuco. Sendo uma atividade próspera e lucrativa, a fazenda canavieira e os engenhos são o foco de atenção da Coroa portuguesa, e sua disseminação por todo o território nacional é fundamental, se transformando no principal elemento de ocupação do território brasileiro. É esse arranjo espacial que consolida a nova relação entre sociedade e natureza implantada na colônia, aniquilando gradativamente a lógica comunal indígena baseada na relação harmônica entre homem e meio.



Figura 2.7: Engenho de açúcar em Pernambuco.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/ec/Engenho_com_capela.jpg

Esse elemento estruturador do espaço agrário brasileiro ocupa inicialmente os vales dos rios e suas encostas próximas nas províncias onde prospera – São Vicente, Bahia e Pernambuco –, alterando profundamente a paisagem nas localidades onde se instala. Substituindo imediatamente a floresta por áreas de cultivo, e avançando cada vez mais sobre terras novas, quer seja por necessidade de aumento da sua produção ou pela necessidade de lenha para ser transformada em energia nos engenhos de açúcar.

A monocultura açucareira passa a assumir o domínio da paisagem nos lugares onde é implantada, sempre localizadas em áreas que facilitam o escoamento da produção e das *plantations*, fazendo uso da melhor situação geográfica no território assim como das terras de solos mais férteis. Tanto na Bahia quanto em Pernambuco as áreas dos férteis solos de **massapê** foram as destinadas ao domínio canavieiro.

O principal do arranjo espacial é o engenho de cana-de-açúcar. Localizado às margens do rio, faz com que todas as demais atividades girem ao redor de sua zona de influência. Desde a organização dos canaviais de senhores sem engenho, até a estruturação das vilas e da agricultura policultora que ocupa as terras menos férteis.

No arranjo espacial mais ao interior, se encontra a grande fazenda de criação de gado, que se estrutura de forma a atender a centralidade do engenho, expressa por sua necessidade de consumo de carne e de matéria-prima para a confecção de determinados instrumentos essenciais à produção canavieira. Assim, carne e couro são os principais produtos enviados pelas áreas mais interioranas de ocupação para que se viabilize a manutenção do processo de organização espacial desencadeado pelas unidades canavieiras que ocupam as terras litorâneas.

Massapê

O solo de massapê é originário da decomposição de rochas graníticas e localizado em regiões tropicais com períodos bem marcados de forte umidade e seca bem definida. É um solo muito fértil, em função dos minerais que o compõe, de cor escura, quase preta, e de textura argilosa muito comum na Zona da Mata do Nordeste do Brasil.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Após a disponibilização das terras e sua consequente transformação em propriedade da Coroa portuguesa, como e quais os mecanismos utilizados para a estruturação do espaço brasileiro?

Atividade final

Atende ao objetivo 1 e 2

A partir do que estudamos nesta aula, reflita criticamente acerca da origem do processo de estruturação do espaço agrário brasileiro

Resposta comentada

Resposta livre, contudo deve-se fazer a correlação entre o processo de apropriação e o de distribuição de terras por parte da Coroa portuguesa, assim como deixar claras as heranças históricas da opção feita pelo domínio português em privilegiar um modelo agroexportador. Isso deve ser mostrado levando-se em consideração os conhecimentos prévios acerca da má distribuição de terras no Brasil e do incentivo à grande produção monocultora de caráter exportador.

Resumo

Ao chegarem ao território brasileiro, os portugueses já o encontraram completamente ocupado por tribos indígenas de diferentes grupos. Para se apropriarem e por em prática o processo de colonização, se ocuparam da atividade de dois importantes elementos: os bandeirantes e os jesuítas. Aos primeiros coube a tarefa de disponibilizar o território para a empreitada colonial. Aos segundos foi dada a função de difundir entre os indígenas a cultura europeia de base cristã.

Uma vez disponibilizado o território e transformadas todas as terras em propriedade do governo português, foi implantada uma lei de terras, aos

moldes da existente na Coroa portuguesa – a lei de Sesmarias. Por esta lei o rei de Portugal concedia a posse de pedaços do território nacional ao uso de administradores dos interesses do reino. A estes administradores cabia a função de garantir o projeto de estruturação espacial com base na produção de cana-de-açúcar.

A grande fazenda canvieira se instala nas melhores áreas do território, às margens dos rios e em terras de solos férteis. Como elemento estruturante do espaço agrário, todas as outras atividades presentes na colônia giram em torno de sua existência. As fazendas de gado no interior têm sua produção direcionada para suprir as necessidades tanto de carne como matéria-prima para a fazenda canvieira. Ao seu entorno, e nas terras menos bem localizadas, se estrutura as pequenas roças voltadas à produção de alimentos necessários à vida das vilas e povoados e da própria fazenda canvieira.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos como a cana-de-açúcar se consolida como sendo um dos principais produtos da agricultura brasileira, assim como o engenho se constitui no principal estruturador do espaço agrário nacional durante o período colonial. Veremos também como as inovações tecnológicas e o mercado influenciaram a organização desta produção, tanto no que se refere à sua localização espacial, como à forma de produzir, assim como as relações sociais de produção.

Aula 3

A atividade canavieira e a estruturação
do espaço rural brasileiro

Meta

Apresentar o modo como a atividade canavieira interfere diretamente na constituição do espaço agrário nacional.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. caracterizar as transformações espaciais provocadas pela atividade canavieira ao longo do tempo;
2. reconhecer como as questões vinculadas às relações sociais de produção contribuíram na mudança do eixo de produção.

Introdução

O cultivo da cana-de-açúcar no Brasil foi introduzido no período colonial. Desde essa época a atividade canavieira tem sido uma importante fonte de divisas para o país, sendo bastante representativa para a economia brasileira.

O Brasil é o maior produtor de cana do mundo e é responsável pela produção da metade de todo o açúcar produzido mundialmente. Atualmente, outro subproduto da cana-de-açúcar vem despontando como um importante fator econômico: o etanol. Principal produtor de etanol do mundo, a economia açucareira brasileira vem se despontando como grande fornecedor de energia no cenário internacional, dominando o mercado de biocombustíveis.



Mário

Figura 3.1: Vista panorâmica de destiladora de açúcar e álcool etanol em Piracicaba.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Panorama_Usina_Costa_Pinto_Piracicaba_SAO_10_2008.jpg

Apesar de ser uma cultura tradicional do ponto de vista dos quinhentos anos de produção, os constantes investimentos no setor sucroalcooleiro garantem a possibilidade de expansão significativa do setor nos próximos anos. A ampliação da área de produção obedece a critérios específicos feitos a partir de estudos que envolvem, entre outros fatores, os tipos de clima, solo, biomas e disponibilidade hídrica. A partir da correlação das características naturais, sociais e econômicas, o ministério da agricultura formulou o Programa de Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, que tem como função regular a atividade canavieira no país. Assim, biomas como a Amazônia e o Pantanal são áreas de restrição da expansão da indústria sucroalcooleira.

A partir do exposto acima, justificamos a pertinência atual de se estudar o espaço de produção da cana-de-açúcar atualmente. Contudo, seguindo o plano do nosso curso, especificamente nesta aula, estudaremos as transformações pelas quais passou o processo produtivo da cana-de-açúcar, que a manteve como um produto de grande relevância para a economia nacional, ao longo da história de nosso país.

Para isso, será necessário também compreender como, a partir da produção canavieira, são introduzidas, na organização do espaço agrário brasileiro, novas configurações espaciais e novas relações sociais de produção. Portanto, na primeira parte, estudaremos as transformações da base técnica da produção e a criação de novas áreas produtivas. Na segunda parte da aula, veremos como as transformações nas relações de trabalho na produção da cana-de-açúcar consolidam novas relações de trabalho na agricultura brasileira, de forma geral.

Do engenho à usina: transformações do espaço agrário canavieiro

A atividade canavieira marcou a estruturação do espaço agrário brasileiro. As grandes propriedades de produção de cana-de-açúcar destinada à exportação, além de se constituir no principal produto da economia do Brasil Colônia, serviu também como organizador do espaço recém-apropriado pela metrópole colonial.

É bem verdade que o sistema de plantio da monocultura da cana-de-açúcar não foi o único responsável pela organização do espaço colonial brasileiro. Como vimos na Aula 2, a grande propriedade pecuária também teve participação significativa, assim como a atividade mineradora que tomou o foco da economia no período que compreende o final do século XVII e o final do século XVIII. Dessa forma, a atividade mineradora passou a ser a principal atividade econômica da colônia, sendo alvo de toda e qualquer atenção. Tal fato é relevante para que se possa entender de maneira mais clara o que aconteceu com a atividade *plantacionista* da cana-de-açúcar.

A atividade canavieira foi estruturada por meio da ocupação das terras litorâneas, ocupadas primeiramente pela Mata Atlântica, que recobriam um relevo suavemente ondulado, formado por amplas manchas de solo de massapê. A organização do espaço se deu primeiramente ocupando as terras próximas aos rios que, além de servirem como reservatórios de água a ser utilizada no plantio, também serviam como forma

de escoamento da produção. Apesar de cobrirem grandes extensões territoriais, as fazendas produtoras de cana-de-açúcar se organizaram por meio de uma configuração espacial interna específica: o engenho.

A estrutura produtiva da monocultura açucareira do período colonial não constituiu um universo homogêneo. Moreira (1990) sugere a existência de um engenho-fábrica. Esta unidade produtiva teria exercido uma centralidade bastante forte naquele sistema produtivo. Era o engenho-fábrica que se instalava nas terras mais bem localizadas, e concentrava as atividades de processamento da cana-de-açúcar, transformando-a na mercadoria a ser exportada pela Colônia.



Figura 3.2: Engenho de açúcar em Pernambuco.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Engenho_com_capela.jpg



Os primeiros engenhos criados no Brasil serviram para cobrir a demanda de açúcar por parte da economia europeia. Representavam uma estrutura produtiva dividida entre partes distintas, tais como: casa de moenda (a fábrica), casa grande (casa do proprietário), senzala (lugar onde ficavam os escravos) e capela. Permaneceram como a principal forma de produção do setor sucroalcooleiro até o século XX, tendo como espaços importantes terras nos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo.

Apesar de o espaço monocultor canavieiro apresentar uma paisagem aparentemente homogênea, por ocupar extensas áreas cobertas pela mesma espécie vegetal, por meio de uma observação mais meticulosa se podia perceber diferenças significativas na hierarquia desse processo produtivo. É o próprio Moreira (1990) que chama a atenção para esse fato, quando mostra a localização da produção do senhor proprietário do engenho-fábrica, muito próximo ao local de processamento.

Já a produção daqueles que não possuíam capital suficiente para a instalação de uma unidade de processamento, dependendo das instalações do vizinho para efetuar a moagem da cana, se situava em uma área próxima à margem do engenho-fábrica. Tal hierarquia entre canaviais, na realidade, representava uma distribuição de poder entre os senhores.



Figura 3.3: Casa de moagem.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Benedito_Calixto_-_Moagem_da_Cana_na_Fazenda_Cacheira,_em_Campinas.jpg

Um novo ciclo

Durante a fase mineradora, a atenção da metrópole colonial se direciona para esta atividade. Tal fato leva a atividade açucareira ao segundo plano, o que significa a perda de sua hegemonia. Logicamente que a atividade da monocultura da cana não desaparece do cenário econômico da Colônia, mas os investimentos da metrópole são direcionados à incorporação e manutenção das áreas mineradoras.

Com o declínio da fase mineradora, a atividade plantacionista canavieira retoma a sua importância. Entretanto, este intervalo de tempo leva a atividade canavieira a um descompasso tecnológico frente às novas áreas produtoras de cana-de-açúcar que despontam no cenário mundial.

Ao serem expulsos do Brasil, os holandeses formam importantes áreas produtoras no Caribe. Isto, aliado ao fato de naquele momento as áreas produtoras de açúcar de cana terem ainda de disputar o mercado europeu com o açúcar produzido a partir da beterraba, fazem com que o renascimento da atividade canavieira no Brasil tenha de vir seguido de uma profunda transformação no seu processo produtivo.

Assim, a retomada canavieira foi marcada por transformações tanto no que se refere aos procedimentos técnicos vinculados diretamente ao plantio e cultivo, como da forma de se processar a cana como matéria-prima para a produção de açúcar.

De imediato é feita a substituição da espécie de cana a ser plantada. Troca-se então a *cana crioula* pela *cana caiana*, já que esta apresenta maior rentabilidade. Em seguida, substitui-se a fonte de energia motriz do engenho-fábrica, alterando-se a tração animal pela energia hidráulica e, em seguida, pela máquina a vapor. Esta série de transformações que vai do processo de plantio ao processamento da cana-de-açúcar é que inicia a sucessão que culminará com a substituição do engenho-fábrica pela usina. É este processo que iremos ver em detalhe a partir de agora.

Talvez seja Gileno de Carli, em *Civilização do açúcar no Brasil*, quem melhor expresse o processo de modernização da produção açucareira nas terras brasileiras. Seguindo sua linha de raciocínio, pode-se perceber como ocorreu o desmonte dos engenhos e a incorporação de suas terras pela usina. Esse processo contínuo de incorporação territorial alterou significativamente a paisagem, já que o processo produtivo seria profundamente modificado.

Na realidade, é o marco de um novo ciclo, de uma nova configuração territorial. O dono de usina passa a incorporar à sua propriedade um número cada vez maior de engenhos. Engenhos estes que serão desmontados e suas terras incorporadas ao processo produtivo da usina. Este movimento representou um incremento no processo de concentração fundiária no campo brasileiro. A título de exemplo, podemos citar trecho da obra de Gileno de Carli:

Engenho comprado era logo tentaculado, ligado a usina pela estrada de ferro de bitola estreita ou de um metro. Significava a posse. O desmoronamento do Engenho Banguê e muitas vezes da casa grande. O ambiente, a fisionomia se descaracterizavam. A faina industrial se extinguia. Restava só, a monotonia verde dos canaviais, rasgados pelas linhas férreas da usina. O engenho perdeu até o nome. Chamam-no roça, sítio, fazenda, capitania, secção. Foi absorvido. Integrou-se na grande propriedade. Desapareceu (DE CARLI, 1940).

A ferrovia foi o principal agente transformador do espaço. Pernambuco chegou a ter mais de 2 mil quilômetros de estradas de ferro particulares, que além de ligar Recife a João Pessoa e a Maceió, adentrava em direção ao Sertão, cobrindo toda a área de produção açucareira da região.

Contudo, De Carli mostra, em seu artigo, que, mesmo a transformação da forma de se produzir no nordeste do Brasil, o deslocamento do eixo de produção em direção ao Sudeste foi inevitável. A formação de um grande mercado interno na região sudeste aliado à infraestrutura de escoamento da produção para exportação, que ofereceu custos de transporte mais competitivos, foram os grandes responsáveis pelo rearranjo do espaço produtivo da cana-de-açúcar.

Passam a despontar como grandes áreas produtoras de açúcar as usinas do Rio de Janeiro e São Paulo. Não somente no que diz respeito à produção mas também aos resultados finais, materializados pelo lucro auferido no processo produtivo.

De forma bastante dinâmica, os canaviais fluminenses passaram por um processo de revitalização, com investimento em novas técnicas agrícolas e novas espécies produtivas. Mesmo tendo o domínio do café em São Paulo, com a crise cafeeira, as áreas produtoras de cana-de-açúcar passaram por processo similar de revitalização.

São Paulo não possuía uma tradição açucareira, não tendo o plantio de cana-de-açúcar gerado marcas em sua paisagem. A ausência desta tradição permitiu que, no espaço paulista, ao se renovarem os canaviais, se introduzisse uma forma distinta de produção no espaço agrário. A herança e a experiência do processo produtivo do café foram utilizadas na produção da cana no estado.

Em termos gerais, para que melhor se entenda, o Nordeste se consolidou como sendo uma área do domínio de técnicas tradicionais de produção, com relações sociais cristalizadas. Aliado a isso, temos o fato

ainda da manutenção de uma espécie de cana, cujo rendimento não acompanhou o rendimento das áreas produtivas do Sudeste, e o desgaste do solo pelos anos ininterruptos de produção.

Já no Sudeste, sobretudo em São Paulo, temos as novas relações sociais de produção, sobretudo a partir da manutenção da presença do colono oriundo da relação de trabalho da economia cafeeira, juntamente com as técnicas de produção, ditadas pelo proprietário da usina, assim como a espécie a ser plantada, tudo isso em uma terra ainda fértil e em boas condições de plantio.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

De acordo com o que estudamos na primeira parte da aula, enumere dois fatores que influenciaram diretamente na mudança do eixo do processo produtivo da cana-de-açúcar no Brasil. Explique como cada um desses fatores interferiu neste processo.

Resposta comentada

Resposta de livre escolha. Dentre os fatores, devem constar dois dos apontados a seguir: a atividade mineradora, o descompasso tecnológico, a formação de um grande mercado no Sudeste, a infraestrutura de escoamento da produção e a modificação nas relações sociais de produção. De acordo com os fatores escolhidos, você deverá construir um texto em que faça uma argumentação condizente com a influência direta do fator no rearranjo espacial.

Modificações das relações de trabalho no espaço canavieiro

Já vimos, na Aula 2, como a atividade canavieira se transformou no principal articulador do espaço agrário brasileiro no Brasil Colonial.

Esta atividade foi praticada em propriedades com grandes dimensões, cobrindo vastas extensões de terra. A mão de obra disponível para a produção da cana-de-açúcar foi a escrava, durante boa parte de nossa história. A escravidão do negro africano no Brasil remonta ao período do início de nossa colonização e perdura até a sua abolição definitiva, no ano de 1888. Este processo acontece de forma gradativa e vários foram os fatores que acabaram possibilitando a libertação total do negro do cativeiro.



Figura 3.4: Trabalho escravo na lavoura de canavieira.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Engenho_de_acucar_1816.jpg



Figura 3.5: Lei Áurea.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro: Lei_%C3%81urea.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Lei_%C3%81urea.jpg)



A abolição da escravidão no Brasil foi um processo longo. As origens de seu pensamento remontam às vinculações com os preceitos iluministas na Europa. Até a extinção completa da escravidão, várias foram as leis e procedimentos que interferiram. Alguns fatos importantes marcaram esse processo, como a constituição de um Estado Nacional, a lei de proibição do tráfico negreiro de 1850, o início da migração de colonos em 1827, com sua intensificação em 1870, a promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871 e culminando com a Lei Áurea de 1888.

É bom que se diga que, no início da colonização do território brasileiro, Portugal possuía uma população não superior a 2 milhões de habitantes. Mal conseguia suportar a perda populacional para as expedições ao Oriente, quanto mais ocupar uma área de terras tão vastas. Para o português, não seria vantajoso migrar para os trópicos na condição de lavrador. Vir para terras longínquas só exerceria algum atrativo se chegasse com uma posição social superior a que usufruía na terra natal. Esse quadro não é exclusivo da realidade colonial brasileira, mas sim, de todo continente americano. Desta forma, o negro africano tornou-se uma importante mercadoria e a principal força de trabalho no processo produtivo colonial.

Além de mercadoria e força de trabalho, possuir escravos estava diretamente ligado à esfera de poder. Quanto maior a quantidade de escravos, mais poder o senhor de engenho possuía, referendando a já citada hierarquia entre propriedades canavieiras.

Até sua abolição definitiva, a escravidão foi a relação social de produção dominante no Brasil. As relações de trabalho serão modificadas, de fato, a partir do processo de transformações técnicas do processamento produtivo. A partir de 1850, quando foi abolido o tráfico negreiro no Brasil, o trabalhador escravo foi sendo gradativamente substituído pelo trabalhador livre.

Segundo Moreira, a primeira transformação se dá na conversão do escravo em agregado, uma espécie de parceiro. Para posteriormente se dar a transformação do agregado no morador. E com o avanço das práticas capitalistas no campo brasileiro, sobretudo a partir do processo de modernização da agricultura brasileira ocorrido a partir dos anos 1950 – conforme estudaremos com maior detalhe nas Aulas 5 e 6 – a transformação do morador no trabalhador volante diarista.

Gradativamente, o regime de morador foi substituindo o trabalho escravo nas áreas canavieiras. Em termos gerais, o proprietário de terras entrega uma parcela da terra de sua propriedade para ser explorada por parte da população que se encontrava sob sua influência. Na realidade, mantém o domínio sob a força de trabalho que necessita para a manutenção da sua atividade produtiva. Esse é o real interesse do proprietário de terras, que vai bastante além da renda que pode conseguir, a partir da parcela cedida.

Nas áreas de produção de cana-de-açúcar, as presenças do morador e do trabalhador assalariado se mesclam nas relações de trabalho do final do século XIX e início do século XX. A dinamização do trabalho assalariado está diretamente relacionada com a ascensão da usina como agente formador do novo espaço canavieiro.

Num processo singular de concentração de terras, como visto na primeira parte de nossa aula, a substituição do engenho-fábrica pela indústria apoiada na expansão das ferrovias transforma a mão de obra advinda da libertação dos escravos em força de trabalho disponível para a atividade agroindustrial do processamento da cana-de-açúcar. O que se quer dizer, em termos gerais, é que a abolição da escravidão no Brasil mudou diretamente a condição social do escravo, transformando-o em trabalhador livre, contudo não alterou a sua situação econômica. Agora, os que antes dependiam do então senhor de engenho, passam a estar subjugados aos baixos salários pagos pelos donos de usina. A título de comparação, o salário pago a um trabalhador na zona canavieira de Pernambuco por um mês de trabalho nas duas últimas décadas do século XIX, era o equivalente ao preço de venda de quatro quilos de açúcar mascavo.



Cicero Omena

Figura 3.6: Em termos gerais, a abolição da escravidão no Brasil mudou diretamente a condição social do escravo, transformando-o em trabalhador livre, contudo não alterou sua situação econômica.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/10015563@N03/793097358/>

A reorganização proposta pela atividade da usina promove uma mudança na paisagem das áreas produtoras de açúcar. Diferente da organização do engenho, no centro da organização espacial, localizam-se a usina e a vila operária, sendo rodeadas pelo canal de propriedade da própria usina e mais adiante os canais de outros proprietários, os fornecedores de matéria-prima. Assim se estabelece no Brasil o início da relação agricultura-indústria.

É por meio desse processo que se inicia uma relação de trabalho que será consolidada a partir do processo de modernização da agricultura brasileira, parte integrante do plano de desenvolvimento do Brasil, que se consolida a partir dos anos 1950.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Estabeleça uma relação entre o processo de abolição da escravidão no Brasil e as transformações nas relações de trabalho no campo brasileiro.

Resposta comentada

Você deve se reportar ao processo histórico que levou à abolição da escravidão no Brasil, fazendo referência direta às diversas leis proferidas e citadas na aula. Deve também relacionar a modificação da condição social de escravo em trabalhador livre, a manutenção da condição econômica de expropriado e a mão de obra barata para o setor agroindustrial brasileiro.

Conclusão

A partir do que estudamos nesta aula, podemos compreender como a atividade canavieira se perpetuou ao longo de quase quinhentos anos como sendo um dos principais produtos da agricultura nacional. Podemos entender também como o eixo de produção se desloca de uma área já consolidada, a zona da mata nordestina, para novas áreas do território brasileiro sem, contudo, provocar o desaparecimento da atividade na área tradicional.

Resumo

A atividade canavieira sempre foi de excepcional relevância para a economia brasileira. O Brasil hoje é responsável pela metade da produção de açúcar no mundo, além de ter uma considerável relevância na produção de energia oriunda de biocombustíveis. Apesar de ser cultivada desde o início da ocupação nacional, a cana-de-açúcar ainda é uma das principais mercadorias produzidas pelo país, sendo responsável por uma considerável parte da captação de divisas vindas do exterior por meio de sua exportação.

Historicamente foi a atividade responsável por configurar o espaço agrário brasileiro durante o período colonial. Várias relações presentes hoje na agricultura brasileira têm origem no estabelecimento da cultura canavieira. A partir dela, pode-se entender a estrutura agrária nacional fortemente concentrada, baseada na monocultura e no modelo agroexportador.

Em paralelo, pode-se entender também como as relações de trabalho foram historicamente construídas e consolidadas a partir da relação de servidão estabelecida nos primeiros canaviais, até a manutenção de dependência e sujeição de boa parte dos trabalhadores rurais do campo brasileiro contemporâneo.

Pode-se ainda compreender o processo de criação de integração entre a agricultura e a indústria, assim como as relações de interdependência entre campo e cidade.

Informação sobre a próxima aula

Apesar de podermos atribuir à atividade canavieira a função de principal articulador do espaço agrário brasileiro, ela não foi a única atividade que contribuiu para a configuração atual. Na próxima aula, veremos como o plantio do café, outra atividade muito marcante na organização do espaço agrário nacional, influenciou na forma como ocupamos o campo no Brasil.

Aula 4

A fazenda de café e a consolidação do modelo agroexportador no Brasil

Meta

Apresentar os principais acontecimentos que evidenciaram como a atividade cafeeira reforçou o modelo de ocupação do espaço agrário brasileiro.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. caracterizar as transformações espaciais provocadas pela atividade cafeeira, a partir da incorporação de novas terras;
2. identificar novas relações sociais de produção introduzidas, a partir da atividade cafeeira.

Introdução

A atividade cafeeira no século XIX surge como a grande alternativa para a reestruturação do espaço agrícola brasileiro. Logo desponta como grande captador de divisas no exterior, reforçando assim o modelo agroexportador implantado ainda no período colonial. Dessa forma, a cultura do café será um importante agente de organização espacial.

Deste contexto, não poderemos deixar de discutir o envolvimento do Estado Nacional na propagação desta nova atividade. Como veremos ao longo da aula, o poder central teve uma participação significativa na ocupação destes novos territórios.

O que se pretende nesta aula é que, ao seu final, tenhamos a clareza de que a cultura cafeeira que se inicia no século XIX e perdura como sendo o principal produto nacional até a década de 1930, é o grande fator de incorporação de novas terras à agricultura, assim como o responsável pela acumulação de capital necessária para o desenvolvimento de uma sociedade industrial no Brasil.

O café e o reforço da atividade agroexportadora

O século XIX no Brasil foi marcado por uma série de transformações que propiciaram a permanência da atividade agroexportadora como sendo a principal fonte de riquezas. Apesar de já termos visto na aula anterior, cabe lembrar alguns acontecimentos que marcaram o século XIX e interferiram diretamente na agricultura. Dentre eles devemos destacar a consolidação do Estado Nacional brasileiro, que altera as bases jurídicas do arranjo espacial nacional e a criação de um mercado de terras que segue novas regras formuladas pelo Estado Nacional (a partir da promulgação da Lei de Terras de 1850).

Não podemos esquecer a nova política populacional, que incentiva a vinda de novos imigrantes entre os anos de 1827 e 1870, aliada à política abolicionista iniciada, em 1850, com a extinção do tráfico negreiro e consolidada, em 1888, com a abolição da escravidão no Brasil. Tudo isso, complementado pelo plano político da constituição de um regime liberal-republicano que se inicia legalmente a partir de 1889.

É bem verdade, como também já vimos, que durante o ciclo da mineração a agricultura deixa o centro das atenções da metrópole colonial. Contudo, os fatores elencados acima contribuíram para a reconstrução

da importância do setor agrícola no cenário nacional. Sem dúvida, a atividade canieira que outrora representou o grande filão da economia brasileira, se reestrutura e assume novamente lugar de importância. Mas é a atividade cafeeira que vai, realmente, impulsionar a agricultura nesse período.

Apesar de já presente no país, mas de forma dispersa por boa parte do território nacional, e por isso, sem maior expressão comercial, vai ser somente a partir dos anos 1830 que o café começará a despontar como produto de relevância comercial no Brasil. O início do seu cultivo de forma comercial se deu no território do atual estado do Rio de Janeiro, sobretudo em áreas que hoje fazem parte da área metropolitana da capital do estado. É a partir desta área que se inicia a difusão da atividade cafeeira que logo atinge terras de altitudes mais elevadas, iniciando um processo de ocupação do planalto do Sudeste brasileiro.



Figura 4.1: Cafeeiro em floração. A cultura do café foi responsável pela ocupação de parte do território da região sudeste do Brasil.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Coffee_Flowers_Show.jpg

Onda verde

Foi a expressão criada por Monteiro Lobato que significa o processo de ocupação, feito de forma voraz, das terras do planalto do Sudeste pela atividade cafeeira. A voracidade da ocupação pode ser constatada pela devastação das áreas de mata atlântica e pela degradação rápida dos solos provocados por este cultivo agrícola.

Por ser uma cultura de características peculiares, a atividade agrícola baseada no café buscou terras onde a planta pudesse se desenvolver de forma mais apropriada e, respondesse de forma mais efetiva às expectativas econômicas. Assim se inicia o que ficou conhecido como “**onda verde**”.

Diferente da cultura canieira, o plantio do café se caracteriza pelo desenvolvimento de um cultivo delicado. Exigente, desenvolve-se melhor em climas que alternam estações bem marcadas, secas e chuvosas, com temperaturas médias em torno dos 18 °C e pequenas oscilações anuais. Em se tratando do sudeste do território brasileiro, equivale a

terras que ocupam as cotas situadas entre 500 e 800 metros de altitude. Apesar de, no início, ocupar as encostas litorâneas do território do estado do Rio de Janeiro, abrangendo desde a área metropolitana até os atuais municípios de Angra dos Reis e Parati, logo se interioriza e se instala nas terras do vale do rio Paraíba do Sul.



Figura 4.2: Território do café no vale do rio Paraíba, e as estradas que o levavam aos portos para exportação.

Fonte: Adaptação do mapa das estradas do café com suas variantes para o mar. In: MARTINS, 1994.

Uma das características do sistema de plantio adotado no início da produção cafeeira no Brasil, baseado na monocultura, é o esgotamento gradativo dos solos que são expostos a esta produção. Na busca contínua por manter a produtividade, os cafezais foram avançando por cima de terras novas, devastando a Mata Atlântica e deixando para trás um espaço caracterizado por terras desgastadas, e praticamente impróprias para a manutenção da atividade agrícola. A estas terras restou um novo arranjo produtivo que teve como base a atividade pecuária.

Em função desta característica, o apetite por espaço da atividade cafeeira logo ultrapassa os limites do médio vale do rio Paraíba do Sul, atingindo terras de estados vizinhos ao Rio de Janeiro. Sendo assim, incorporou áreas dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, onde se consolida como a principal cultura dessas áreas até o ano de 1850, quando se espalha pelo planalto paulista, em direção aos férteis solos de **terra roxa**.

Terra roxa

É o nome dado ao solo vermelho de origem basáltica, devido à alta concentração de óxido de ferro. No Brasil, localiza-se sobretudo na porção norte do Rio Grande do Sul, oeste dos estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, e nas partes sul de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

Pode-se considerar a denominação “terra roxa” como sendo um grande equívoco.

Ao chegarem ao Brasil, os imigrantes italianos, ao se depararem com a terra de tons avermelhados, logo a denominaram terras roxas, que, em italiano, significa “terras vermelhas”. Com o aportuguesamento, essas terras passaram a ser conhecidas como terras roxas.

Durante o século XIX, o território central do café foi o médio vale do rio Paraíba do Sul. Esta posição se mantém até, aproximadamente, o ano 1870, quando se inicia o deslocamento para o oeste. A atividade cafeeira, nesta parcela do território nacional, consolida a posição central do sudeste do Brasil no cenário econômico nacional, assim como estabiliza o regime monárquico e transforma esta área como o centro da escravidão nacional. Com as sucessivas medidas abolicionistas houve uma transformação nas relações sociais de produção, com a substituição da mão de obra escrava pela do colono migrante. Este fato mostra a diferença da ocupação das terras fluminenses, onde o plantio do café se inicia, da ocupação das terras paulistas, onde o ciclo cafeeiro se consolida.



Figura 4.3: O mapa mostra o deslocamento da cultura cafeeira no sudeste do Rio de Janeiro em direção ao oeste paulista.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Ainda durante o período imperial, a cultura do café se mostra como sendo uma nova oportunidade para a economia brasileira. Explique de que forma o cultivo do café interfere na organização do espaço agrário brasileiro.

Resposta comentada

Aqui você deve relacionar os fatores que possibilitaram a expansão do café no sudeste do Brasil, e suas consequências para a organização do espaço agrário brasileiro. É importante relatar o processo contínuo de incorporação de novas terras, mostrando as sucessivas etapas deste processo de ocupação. Não se esqueça de fazer referência às características naturais do território, pois foram fatores importantes neste processo espacial.



Da fazenda escravocrata ao colonato: as relações de trabalho no espaço cafeeiro.

A expansão do café em terras brasileiras coincide com as medidas abolicionistas promulgadas pelo Estado Nacional no século XIX.

A abolição do tráfico de escravos, no ano de 1850, interfere diretamente na disponibilização de mão de obra para a nova economia que floresce.

Em contrapartida à área canavieira que se encontra em crise e busca sua resignificação, o espaço cafeeiro vive uma fase de expansão e opulência. A crise nos territórios ocupados pela cana-de-açúcar contribuem com o fornecimento de mão de obra escrava para as novas áreas agro-exportadoras que se consolidam no sudeste do Brasil. Sendo assim, a dificuldade em se conseguir mão de obra para a lavoura do café, a partir da suspensão do tráfico negreiro para o Brasil, é suprida num primeiro momento pelo deslocamento da força de trabalho escravo da tradicional zona canavieira do Nordeste, para a nova área de produção agrícola. Dessa forma, o Nordeste inicia o fornecimento de força de trabalho para o desenvolvimento das outras regiões do Brasil.

Esse deslocamento populacional acabou provocando uma modificação nas relações de trabalho das áreas consolidadas no Nordeste, acelerando as transformações no espaço canavieiro e pecuário. É bom ressaltar que a expansão do cultivo do café em terras brasileiras leva a uma crise de disponibilidade de mão de obra, fazendo com que se eleve cada vez mais o preço da mão de obra escrava no Brasil, aumentando o custo da sua produção.



Marc Ferret

Figura 4.4: Escravos, incluindo seus filhos, reunidos em uma fazenda de café em 1885.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_do_Brasil#mediaviewer/Ficheiro:Slaves_in_coffee_farm_by_marc_ferrez_1885.jpg

Essa crise de disponibilidade de força de trabalho para as áreas cafeeiras provoca a experimentação de novas relações sociais de produção, sobretudo nas áreas de ocupação do planalto paulista. O próprio Governo Imperial promove uma política populacional quando estimula a imigração de estrangeiros, não portugueses, para ocupar as áreas fronteiriças do sul do Brasil. A partir de 1827, organiza colônias de italianos e alemães como forma de ocupação das terras correspondentes ao planalto meridional. Essa política acaba estimulando a vinda de um número considerável de novos europeus para terras brasileiras. Dessa forma, acaba suprimindo a carência de escravos para o trato da cultura do café e precipita o estabelecimento de novas relações sociais de produção, no espaço agrário nacional.

A nova realidade em curso faz com que uma série de medidas sejam tomadas no que se refere às técnicas de produção da lavoura cafeeira. De forma similar ao que acontece na reestruturação do espaço canavieiro, os cafeicultores, na tentativa de otimizar a produção, investem em técnicas mecânicas, no beneficiamento do produto e na construção de ferrovias para escoamento da produção.

Quando o café atinge as áreas a oeste do planalto paulista, dominado pelas terras roxas, entre os anos de 1850 e 1880 (ver **Figura 4.3**), o regime baseado na escravidão já se encontra em crise e bastante próximo do seu fim. Dessa forma, o espaço escravista vai cedendo lugar à nova forma de produção baseada na mão de obra do colono imigrante italiano, resultado dos estímulos dados à imigração pelo Estado Nacional.

Na realidade, o colonato é marcado por uma relação de trabalho assalariado, em que o colono, além de receber um salário relativo aos números de pés de café que tem de cuidar na parcela de terra na qual está baseado, tem também o direito a um pedaço de terra para plantar aquilo que é necessário ao seu sustento. A essa produção de livre escolha pode dar o destino que melhor lhe convier. Essa relação de trabalho leva ao colono o desejo de acumular capital suficiente para que um dia consiga comprar uma parcela de terra. Dessa forma, conseguiria passar de trabalhador a pequeno proprietário rural.

Esse desejo em acumular para conseguir sua independência faz com que o colono reivindique a possibilidade de plantar entre os pés de café. Isso faria com que otimizasse seu tempo de trabalho, acelerando seu processo de acumulação. É exatamente este o ponto de embate entre o colono e o proprietário, que só oferece terras de plantio em áreas distantes dos cafezais.

Essa forma de produção acaba provocando um novo mercado que vai se caracterizando como sendo cada vez mais dinâmico. A expansão constante da lavoura de café cria um mercado de terras altamente lucrativo. Esse mercado é responsável em incorporar áreas novas a serem “beneficiadas” para posteriormente serem vendidas, auferindo bons lucros. Dessa forma, acontece uma integração intersetorial, provocando a confluência de capitais agrários, urbanos e financeiros. As novas áreas loteadas contavam com uma linha ferroviária que promovesse a circulação de mercadorias e pessoas, assim como capitalistas responsáveis pelo financiamento da produção. Dessa forma, o sujeito passa a ser, ao mesmo tempo, cafeicultor, especulador imobiliário, transportador e fi-

nanciador da produção. Em termos gerais o resultado dessa acumulação acabará financiando o parque industrial que se localizará em São Paulo.

Esse cenário perdurou até as primeiras décadas do século XX, quando a cultura do café entra em crise e inicia seu processo de decadência.



O café – História e penetração no Brasil



Este filme de 1958 é um documentário que conta a fascinante história do café, através do olhar do diretor mineiro Humberto Mauro, que a ilustrou com motivos folclóricos recolhidos por Mário de Andrade. O filme não apresenta apenas a perspectiva histórica, mas também artística e pedagógica que envolve o tema. O curta tem 30 minutos e foi digitalizado pela Cinemateca Brasileira. A cópia de sua versão completa, que se encontra em bom estado, pode ser visualizada pelo *site* do Banco de Conteúdos Culturais, no endereço: <http://www.bcc.org.br/filme/detalhe/016073>.

Fonte: Adaptado de: <http://www.cafefacil.com.br/blog/filme-o-cape-historia-e-penetracao-no-brasil-de-1958-de-humberto-mauro/>.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Explique a transformação nas relações de trabalho ocorridas durante o ciclo cafeeiro, levando em consideração as políticas públicas da época em questão.

Resposta comentada

Neste momento, você deve relacionar a política populacional do Império brasileiro com o estabelecimento de novas relações de trabalho na agricultura. É importante que você liste, em seu texto, todos os movimentos políticos que ocorreram neste período. É fundamental que fique claro o processo que promove a transformação do colono em pequeno proprietário no espaço agrário nacional.

Conclusão

Pelo que vimos ao longo desta aula, pudemos compreender de forma ainda melhor como o Estado se apresenta como agente organizador do território. Mesmo que a partir de políticas aparentemente tímidas, primeiramente estimuladas por um deslocamento populacional.

Pudemos entender também como o café se mostrou como a grande saída para a agricultura nacional, que tinha sido ofuscada pelo ciclo da mineração. Além disso, o acúmulo de capital, oriundo desta atividade, acaba contribuindo para o desenvolvimento de um setor urbano caracterizado pela atividade industrial.

produção subiu as encostas da serra e logo atingiu a área do médio vale do rio Paraíba do Sul. Posteriormente, avançou para as áreas de terras roxas do oeste do estado de São Paulo.

As formas de ocupação e as relações de trabalho se distinguem no processo de incorporação de novas terras de produção nestes momentos distintos. Cabe ressaltar a participação do Estado Nacional, fundamental para que a economia cafeeira se desenvolvesse durante o Império brasileiro.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos como os diferentes atores interferem na organização do espaço agrário nacional. Seu estudo será feito com base nas políticas de desenvolvimento rural e a partir do entendimento de como se comporta a arena de poder, na construção dos ideários norteadores das políticas públicas.

Aula 5

A noção de desenvolvimento e a organização do espaço agrário brasileiro

Meta

Apresentar a relação direta entre a ideia de desenvolvimento e organização territorial no espaço agrário brasileiro.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as principais ideias que se constituíram como base da política de desenvolvimento do espaço agrário brasileiro;
2. definir como essas ideias interferiram na organização do espaço agrário do Brasil;
3. relacionar crescimento econômico e desenvolvimento.

Introdução

O termo desenvolvimento é uma palavra muito utilizada em nosso cotidiano. Contudo, o sentido que tem no senso comum não necessariamente corresponde ao seu significado como um conceito usado na ciência.

Na realidade, o termo desenvolvimento a que nos referimos traz consigo uma noção de melhoria da qualidade de vida de uma determinada população envolvida. Está também vinculado a um recorte espacial, quer seja uma região, um país, um lugar ou um território.

Ao longo do tempo, mostrou-se como algo extremamente desejável, pois, em sua definição, apresenta uma visão extremamente positiva. Dessa forma, foi apoiado por todos os segmentos ou setores da sociedade.

Para melhor entendermos as questões relativas ao desenvolvimento, é bom que se tenha bastante claro quais argumentos o alicerçam. Destaco três ideias que estão presentes na concepção de desenvolvimento.

A primeira delas seria a relação direta entre desenvolvimento e rompimento com as relações tradicionais de produção. Seria a implementação de tecnologias modernas, um dos aspectos fundamentais do processo de desenvolvimento. Um outro argumento seria a crescente industrialização como forma mais adequada para se atingir a modernização. Como consequência desse processo que envolve modernização e industrialização, estaria o crescimento econômico. Este fator acaba se constituindo no principal foco para se conseguir alcançar patamares de desenvolvimento. Seria por meio dele que se garantiria o progresso econômico e, em decorrência, as melhorias sociais, políticas e culturais.

Apesar da ampla crença no desenvolvimento como agente solucionador de problemas básicos da população mundial, a história recente nos mostra que alguns problemas básicos ainda persistem. Dentre eles podemos elencar, pelo menos, quatro: a generalização da miséria, a ampliação das desigualdades e dos desequilíbrios, o aumento contínuo da exploração do trabalho e a não extinção da opressão, e os constantes desastres ambientais



Figura 5.1: Problemas básicos, como generalização da miséria, desigualdades e constantes desastres ambientais, ainda persistem apesar do processo de desenvolvimento.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Slum_and_dirty_river.jpg

Nesta aula, estudaremos a participação da agricultura nos planos de desenvolvimento. Como a agricultura participa ou participou do processo de desenvolvimento dos países? Como o processo de desenvolvimento rural alterou a configuração do espaço agrário brasileiro? Essas são as duas questões básicas que estamos interessados em responder.

A agricultura e o desenvolvimento nacional

A noção de desenvolvimento esteve sempre atrelada à ideia de crescimento econômico. Inegável é a importância de tal crescimento para as economias dos países, sobretudo daqueles menos desenvolvidos. Entretanto, ao longo dos anos, percebeu-se que o crescimento econômico sozinho não conseguiria responder a todas as questões relacionadas ao desenvolvimento, no sentido mais abrangente do tema.

Ao conceber o desenvolvimento, como resultado do processo de crescimento econômico, foi atribuído à agricultura, por parte dos planejadores, um importante papel. Dentro dessa ótica, seria a partir do acúmulo de capital no setor agrícola, originado da produção de excedentes, conquistado a partir do aumento de produção/produtividade, que se financiariam as novas atividades.

A realocação do capital agrário nas atividades urbano-industriais provocaria um aumento no elenco de produtos que estariam disponíveis para a comercialização, gerando um processo contínuo de crescimento econômico e de investimentos. Aliado a essa função, caberia também à agricultura a responsabilidade do abastecimento das cidades com alimentos, que deveriam ter preço acessível a fim de se evitar pressão sobre o salário dos trabalhadores urbanos. Uma outra função seria a de fornecer matéria-prima em quantidade e custo baixo para suprir as necessidades industriais.

Ao longo da história, principalmente até os anos 1970, nos países menos desenvolvidos, e talvez até hoje, sobretudo nos países mais pobres, a agricultura teve a função de proporcionar o superávit na balança comercial. Ao Estado desses países ex-coloniais, na tentativa da busca pelo padrão reconhecido de desenvolvimento, coube o papel de fornecer a infraestrutura para garantir a circulação da produção e o acesso aos recursos naturais.

Atrelada a essa concepção de desenvolvimento e às funções atribuídas à agricultura, os planos de desenvolvimento anteriores a 1970 levavam a crer que o desenvolvimento só seria alcançado se fosse acompanhado de um crescente aumento de população urbana. Esse crescimento estaria diretamente relacionado com um sempre crescente mercado consumidor.

Portanto, o crescimento econômico prolongado deveria ser necessariamente acompanhado de urbanização da população e sua consequente industrialização. Assim, a pobreza diminuiria devido ao aumento da produtividade no setor agrícola e pela migração da força de trabalho para as atividades urbanas não agrícolas.

Contudo, a liberação de mão de obra no campo aconteceu em maior velocidade do que a capacidade do setor urbano-industrial de absorvê-la, aumentando a quantidade de pessoas em situação de pobreza nas cidades, principalmente, dos países menos desenvolvidos. Tal fato agravou ainda mais as situações já historicamente construídas no que dizem respeito aos problemas vinculados à qualidade de vida desses países e à degradação ambiental tão presente no cotidiano de suas populações.



Figura 5.2: A liberação de mão de obra no campo aconteceu em maior velocidade do que a capacidade do setor urbano-industrial de absorvê-la, aumentando a quantidade de pessoas em situação de pobreza nas cidades.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Favela-Nova_Friburgo.jpg

Esta escolha de modelo de desenvolvimento é questionada pela geografia desde muito tempo. Foi a partir da observação da paisagem de grandes cidades que Reclus, ainda no século XIX, formulou, na geografia, questionamentos a respeito das relações entre homem e meio e entre os próprios homens na produção desses ambientes.

Indignado com a forma incoerente com a qual a população de Londres, tão desenvolvida industrial e cientificamente, se relacionava com a natureza, em um de seus trabalhos, descreveu aquilo que via, dizendo:

[...] a margem pantanosa desse largo rio Tamisa, que passa entre as imensas colmeias humanas, para se ver como esse povo, o maior apreciador da natureza do mundo, consegue no entanto poluí-la. Na maré baixa, quando as águas lentas e enegrecidas dos rios se dirigem para o mar, pouco a pouco surgem bancos de uma vasa meio líquida e cheia de detritos em putrefação, que enchem o ar com seu cheiro nauseabundo: por um sentimento de horror e instinto, fica-se quase admirado de ver o céu azul e as nuvens se refletirem nessas imundices úmidas. (RECLUS, 1881 apud CORREA, 1985).

Essa separação entre homem e ambiente tão bem retratada por Reclus, para uma das sociedades mais desenvolvidas de sua época, ilustra muito bem como essa construção baseada no dualismo estava tão bem sedimentada, e como o caminho estava aberto para as propostas modernizadoras de desenvolvimento.

E foi exatamente isso o que aconteceu. Décadas de degradação ambiental associada a um processo modernizante de desenvolvimento atingiram boa parte dos grandes centros urbanos mundiais.

Partindo da premissa da garantia da alimentação, a crescente população urbana, resgatando as teorias malthusianas, em meados dos anos 1950, inicia-se o processo de difusão daquilo que veio se consolidar nos anos 1970, como sendo a solução para o problema da fome no mundo, a Revolução Verde. Na realidade, caracterizou-se por ser um pacote tecnológico que teve como objetivo transformar as bases de produção da agricultura.



Teoria de Malthus

Em 1798, Tomas Robert Malthus desenvolveu uma teoria demográfica que se apoiava basicamente em dois postulados: crescimento populacional \times produção de alimentos.

Se não ocorrerem guerras, epidemias, desastres naturais etc., a população tenderia a duplicar a cada 25 anos. Ela cresceria, portanto, em progressão geométrica (2, 4, 8, 16, 32...) e constituiria um fator variável, que cresceria sem parar.

Já o crescimento da produção de alimentos ocorreria apenas em progressão aritmética (2, 4, 6, 8, 10...) e possuiria certo limite de produção, por depender de um fator fixo: a própria extensão territorial dos continentes. A consequência disso seria a fome, ou seja, a falta de alimentos para abastecer as necessidades de consumo do planeta, e as mortes, doenças, guerras civis, disputas por territórios etc.

Atualmente, constata-se que as previsões de Malthus não se consolidaram. A população não cresceu nas proporções esperadas e a produção de alimentos aumentou graças ao desenvolvimento de tecnologias modernas.

Competente em dar respostas rápidas às necessidades do capital urbano e rural, principalmente no que se refere à melhoria do trato com a terra e a eficiência no processo produtivo, tal pacote tecnológico baseava-se na combinação entre o uso de máquinas agrícolas, agroquímicos e sementes de alta resposta.

A presença dos elementos que compõem o pacote modernizador no espaço agrário passou a ser concebida como indicador de desenvolvimento. Assim, o número de máquinas utilizadas na produção e a produtividade da terra passam a ser medidas que indicariam níveis de desenvolvimento. Com o argumento de desenvolvimento rural, ou seja, no intuito de resolver a problemática da fome e a pobreza da população do campo, assim como melhorar a qualidade de vida da população diretamente envolvida, o acesso ao crédito para plantio foi atrelado à opção pelo pacote da agricultura moderna.

Esse modelo modernizador transformou-se em referência para o desenvolvimento no campo. Como se fosse consenso, o pacote tecnológico concebido no hemisfério norte passou a ser adotado indiscriminadamente, na maioria dos países não desenvolvidos, na ânsia de se alcançar tal objetivo.

Modelo imposto, implantado num processo de cima para baixo, privilegiou o plantio de determinados produtos em grande escala, com destino final para o mercado externo. Esta prática não somente alterou a relação entre o agricultor e a natureza, como também substituiu as culturas alimentares, não resolvendo a problemática à qual se destinava.



Figura 5.3: O pacote tecnológico concebido no hemisfério norte passou a ser adotado indiscriminadamente na maioria dos países não desenvolvidos. Essa prática não somente alterou a relação entre o agricultor e a natureza, como também substituiu as culturas alimentares, não resolvendo a problemática à qual se destinava.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Combine-harvesting-corn.jpg>

A adoção do modelo da agricultura moderna, dependente do uso de petróleo como matriz energética provocou uma integração ainda maior do campo com os setores urbanos, pois além da produção de matérias-primas e alimentos, o campo passou a ser, também, um grande consumidor de produtos industriais que agregam alta tecnologia, sobretudo aqueles vinculados à indústria química.

O uso dessas práticas não naturais possibilitou uma crescente manipulação da natureza. Sendo assim, a queda de fertilidade do solo poderia ser rapidamente compensada pela aplicação de fertilizantes químicos. Dessa forma, a terra, como recurso e base material para a agricultura, poderia ser trabalhada incessantemente. Contudo, a cada colheita, quantidades cada vez maiores de fertilizantes químicos seriam necessárias para a manutenção dos níveis de produção.

A partir desse contexto, novas tecnologias cada vez mais eficientes foram sendo desenvolvidas, possibilitando a modificação das características produtivas de ambientes e plantas. Goodman, Sorj e Wilkinson (1987) chamaram a atenção para o fato de que, a partir das descobertas da biologia, representadas pela engenharia genética, o controle sobre a natureza, representado pela modificação das características dos organismos, se mostra de forma cada vez mais eficiente.

Além das bases teóricas para o desenvolvimento de novas biotecnologias, vai ser nos anos 1970 que, a partir de características históricas, vai se construir um ambiente propício para o desenvolvimento desse novo conhecimento. Ainda segundo os mesmos autores, a crise do petróleo nos anos 1970, que leva a uma reflexão acerca dos limites para o crescimento, puseram em cheque as economias dependentes dos combustíveis fósseis não renováveis.

Paralelo à ameaça aos limites do crescimento econômico, surge também uma preocupação com a exposição dessas economias quanto ao alto custo social da poluição ambiental, vinculado com a matriz tecnológica, usada nas indústrias e na agricultura moderna.

A biotecnologia respondeu a esses questionamentos a partir daquilo que Goodman, Sorj e Wilkinson resolveram chamar de melhoria de plantas. Assim, a partir do domínio de novas tecnologias referente à manipulação do ADN de diferentes espécies, puderam se desenvolver “[...] cultivares adaptados a ambientes menos dotados, ou pobres de recursos, e a sistemas agrônômicos menos intensivos em energia” (p. 93). Dessa forma, a resposta veio por meio de pesquisas que tiveram a intenção primeira de libertar a produção do petróleo, a matriz energética.

Os investimentos em pesquisa estiveram relacionados com o aumento na capacidade de fixação do nitrogênio no solo. O nitrogênio fixado artificialmente corresponde ao maior insumo industrial na agricultura e, conseqüentemente, o mais caro, atrelando a produtividade da agricultura à energia fóssil.

O desenvolvimento de espécies resistentes aos defensivos agrícolas foi um segundo foco de investimento. Indivíduos mais resistentes e mais aptos foram produzidos. A partir do processo de recombinação genética, pode-se produzir industrialmente sementes adaptadas a realidades ambientais diversas, assim como mais ricas em determinada substância, tudo a fim de atender às necessidades dos setores urbano-industriais.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Vimos algumas ideias que serviram de fundamentação para a implementação de um plano de desenvolvimento nacional. Escolha duas dessas ideias e explique como elas contribuíram para a consolidação do plano de desenvolvimento apresentado.

Resposta comentada

O mais importante para responder a esta pergunta é entender que existe uma série de ideias que, em conjunto, constituem aquilo que chamamos de ideário de um plano de desenvolvimento. Ao destacar dois aspectos deste ideário, é fundamental que você consiga fazer a relação entre a característica escolhida e o processo de desenvolvimento implementado.

Desenvolvimento rural e modernização da agricultura no Brasil

No Brasil, a situação na consolidação do modelo de desenvolvimento rural implantado não ocorreu de forma diferente. A opção pelo projeto de desenvolvimento produtivista, feito nos anos 1950, se consolida pelos anos 1970, num contexto político autoritário, no qual reinou a falta de democracia e a ausência da participação popular nos processos de tomada de decisão.

Cabe ressaltar que, no início dos anos 1970, o Brasil experimentou um momento de grande crescimento econômico, cujas taxas excederam

os 10% (dez por cento) anuais. Sendo um “país que vai pra frente” ou em “vias de desenvolvimento”, se fez a opção por um modelo de desenvolvimento baseado no endividamento externo, e cuja matriz energética estava baseada no petróleo.

No contexto de tamanho progresso aparente, e num modelo ainda maior de internacionalização da economia nacional, caberia à agricultura um papel decisivo na balança de pagamentos nacional. Além de ter sido financiadora do início do processo de industrialização nacional, a partir da transferência de capitais acumulados na agricultura para os setores urbanos, caberia também à agricultura, nesse novo contexto, a estabilidade da balança de pagamentos, em função do crescente aumento do preço da matriz energética importada.

Dessa forma, nos anos 1970, o setor agrícola é marcado, a partir das diretrizes traçadas após 1964, pelo privilégio à agricultura comercial, no que se refere à capitalização da produção (CHMATALIK; BRITO; OLIVEIRA, 1987), resultado de uma visão direcionada para um modelo de desenvolvimento que priorizava o grande capital.

Assim, caberia ao setor agrícola nacional financiar a industrialização e fornecer alimentos a preços baixos para as populações urbanas. Como consequência a esse processo, as autoras atribuem a reestruturação do espaço agrário brasileiro, manifestando-se de formas diferenciadas em cada região do país.

Enquanto no Sudeste e no Sul despontava uma agricultura comercial vinculada ao processo de modernização, nas regiões norte e centro-oeste, a agricultura voltava-se mais para a produção de excedentes da pequena produção atrelada à expansão da fronteira agrícola.

Dentro desse contexto, a região nordeste gozaria de posição particular, por não ter participado com o mesmo envolvimento nem da expansão da fronteira agrícola, nem do processo de modernização da agricultura. Contudo, chamam a atenção para as significativas transformações que ocorreram nessa região. Tais mudanças podem ser mais bem entendidas pela própria história econômica do Brasil, e a redefinição do papel do Nordeste no contexto nacional.

Chmatalik, Brito e Oliveira (1987) utilizam os anos 1930 como sendo um marco no processo de incorporação do mercado nordestino no

plano de desenvolvimento nacional. A partir do governo de Washington Luís é que o país foi dotado de uma significativa malha viária que possibilitou uma maior circulação de bens e pessoas.

É nessa época, também, que o Sudeste passa por um processo de transformação deixando de ser uma rica região produtora de café para se tornar uma grande região industrial, com grande concentração em São Paulo. Assim, atribuem a tal fato uma nova organização espacial do trabalho. No novo contexto, ao Sul e ao Nordeste caberia a função de exportadores de produtos agrícolas e importadores de bens industrializados.

A hegemonia do Sudeste vai se caracterizar a partir da invasão, no Nordeste, de produtos e mercadorias originárias daquela região. Em paralelo, além de mercado, o Nordeste serviu também ao projeto de industrialização nacional fornecendo mão de obra. A situação econômica nordestina, que já não era confortável, vai se agravar ainda mais a partir dos anos 1950.

Durante essa década, a industrialização da região sudeste aumenta ainda mais, trazendo consigo uma conseqüente concentração de capitais. Tal fato tornou cada vez mais difícil a sustentação dos setores tradicionais nordestinos. Como conseqüência, a situação social se agrava, o que desencadeou uma série de discussões, travadas em nível técnico e administrativo, sob a ótica central dos desequilíbrios regionais.

Tais debates, com finalidade de diminuir o desenvolvimento espacialmente desigual, culminaram com a criação de agências de fomento regional. Apesar de a ação estatal já existir por intermédio de órgãos setoriais, como o Instituto Federal de Obras contra a Seca – IFOCS (1909), que foi posteriormente substituído pelo Departamento Nacional de Obras contra a seca – DNOCS (1936), o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA (1909), a Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF (1945), a Companhia Vale do São Francisco – CVSF (1948) e o Banco do Nordeste – BNB (1952), sendo muitos desses voltados, especificamente, para a problemática da seca e de cunho assistencial, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) é criada, com a função de sistematizar e unificar, sob um único órgão, a intervenção no espaço, na constituição do território nordestino.

Resposta comentada

Aqui você deve relacionar as ideias norteadoras do processo de desenvolvimento nacional com a distribuição espacial das ações. Leve em consideração na análise o recorte espacial regional. Dessa forma, mostre a distribuição desigual do processo de desenvolvimento. Se possível enumere causas e consequências.

Desenvolvimento e produtivismo

Muitos planejadores que conceberam propostas de desenvolvimento entendiam o desenvolvimento econômico segundo a transposição de etapas em que o setor agrícola teria importância fundamental nos primeiros estágios do desenvolvimento econômico, vinculando suas propostas a uma evolução linear.

Sendo assim, levavam em consideração a existência de cinco etapas ou estágios na transição entre uma economia “primitiva” e uma economia “moderna”, que seriam:

- sociedade tradicional;
- as pré-condições para o arranco;
- o arranco;
- o caminho para a maturidade e
- o consumo de massa.

Toda sociedade dentro do seu processo de desenvolvimento deveria cumprir cada etapa por meio de uma aparente evolução linear. Planejadores preocupados com a transposição das etapas defenderam um papel importante para o setor agrícola no processo de transição, pois seria da agricultura que sairiam os recursos de capital e trabalho, necessários para alavancar o crescimento econômico.

O uso desse modelo para o desenvolvimento estabeleceu três estágios evolutivos que precisariam ser transpostos:

- o estágio I (estático);
- o estágio II (transitório) e
- o estágio III (dinâmico).

Para acelerar a transição entre os estágios, seria fundamental a intensificação do trabalho e a incorporação de conhecimento científico e inovações tecnológicas.

Então, fundamental era a incorporação do pacote modernizador da agricultura no incremento da produção das economias dos países menos favorecidos. Assim como é inegável a necessidade do crescimento econômico para se atingir o desenvolvimento, inegável também é a necessidade de agregação de conhecimento científico e tecnológico no processo produtivo a fim de se garantir a competitividade e o crescimento econômico. Contudo, mais tarde, será questionado que tipo de saber científico é fundamental para a incorporação de métodos mais eficientes de produção, sendo discutido também o próprio conceito de eficiência.

Os modelos que pregaram o crescimento econômico não conseguiram satisfazer inteiramente as necessidades das sociedades em que foram aplicados. Muitos países realmente conseguiram apresentar um crescimento expressivo de seus PIBs. Entretanto, esse aumento não reverteu diretamente para as populações envolvidas. Em muitas partes do mundo identificou-se o aumento da renda *per capita* e da produtividade provocada por processos industriais.

Na realidade, a implantação dos programas de forma autoritária, de cima para baixo, beneficiou, em sua maioria, uma certa elite, e uma elite rural, aumentando ainda mais a já tão grande distância entre ricos e pobres, levando à constatação de que o crescimento do bolo não foi necessariamente acompanhado por uma melhoria na distribuição de renda.

O mundo então presenciou um momento de crescimento econômico e endividamento externo por parte dos países menos desenvolvidos, sobretudo a América Latina, que procurava a modernização de seu setor urbano-industrial e a implantação de infraestrutura que possibilitasse o aumento e a maior eficiência dos fluxos aos países africanos recém-independentes e com graves cicatrizes de seu processo colonial.

Aliado a esse processo de crescimento e endividamento, o mundo vivenciou também graves crises alimentares, epidemias e o aumento da pobreza, da violência e dos regimes políticos totalitários, além do subemprego e do desemprego, num contexto de crescente aumento de população urbana.

Nesse contexto, o modelo de desenvolvimento produtivista adotado, pouco democrático, subordinou o campo aos setores industriais urbanos, tendo como consequência a expansão da burocracia e a dependên-

cia da agricultura das áreas metropolitanas e dos centros urbanos. O resultado desse processo desencadeou o aumento do número de pobres num ritmo inversamente proporcional ao acesso à terra, à renda, aos recursos e aos serviços sociais básicos (saúde, educação, saneamento básico) – fatos que foram demonstrando a ineficiência do modelo.

Em meados dos anos 1970, questionamentos ao modelo desenvolvimentista tornaram-se cada vez mais frequentes. Sua ineficiência em solucionar os problemas básicos da sociedade como fome, pobreza e violência o puseram em xeque. Paralelamente, grupos se organizaram frente à forma predatória, excludente e pouco democrática, exercida pelo modelo de desenvolvimento em relação ao uso dos recursos naturais.

Uma resposta aos novos anseios se fez eminente. Assim, as adequações à nova realidade que se construía exigia uma modificação dos setores produtivos. A demanda não era exclusivamente por melhor distribuição de renda ou acesso aos serviços sociais básicos, nem tão pouco estava somente atrelada às questões do ambiente biofísico, relacionadas, sobretudo, à poluição do ar e das águas. O contexto que se formava exigia um novo arranjo produtivo, que desse conta de responder a todos esses questionamentos em conjunto.

=====**Atividade 3**=====

Atende ao objetivo 3

“Crescimento econômico é desenvolvimento.”

Com base nesta frase e nas informações dadas na aula, estabeleça uma relação entre crescimento econômico e desenvolvimento.

Resposta comentada

Resposta livre. Contudo, aqui, você deve mostrar argumentos sólidos para defender sua ideia, levando sempre em consideração o que está implícito no conceito de desenvolvimento – melhoria da qualidade de vida de uma população de um determinado recorte espacial.

Conclusão

Conforme vimos ao longo da aula, a noção de desenvolvimento carrega consigo valores positivos. Eles estão atrelados à melhoria da qualidade de vida da população, e, portanto são amplamente desejados por todos os setores da sociedade. Tendo como base o crescimento econômico e a modernização, muitos se dedicaram ao seu planejamento. Contudo, com o passar dos anos, verificou-se que nem sempre aquilo que se esperava se concretizou. Em muitos lugares, a desigualdade, no sentido amplo da palavra, aumentou.

Não necessariamente, lugares que presenciaram grande crescimento econômico erradicaram a pobreza ou aumentaram o acesso aos indicadores sociais. Por vezes, questões de degradação ambiental foram ainda mais agravadas.

Outra constatação é que o processo de desenvolvimento não se dá de forma uniforme por todo o território. No caso brasileiro, o modelo baseado na modernização e no crescimento econômico se concentrou em uma área específica. No campo, a implantação desse modelo de desenvolvimento se deu de forma equivalente. Nem todos os que vivem da agricultura foram beneficiados, nem todas as parcelas do território foram atendidas. Na próxima aula, estudaremos mais especificamente como se deu a expansão do modelo de desenvolvimento rural no Brasil, a partir da modernização da agricultura brasileira.

Atividade final

Atende aos objetivos 1, 2 e 3

Tendo a noção de que a ideia de desenvolvimento está atrelada ao crescimento econômico, identifique os principais valores que constituíram o ideário de desenvolvimento no Brasil e estabeleça uma relação direta com a organização espacial do campo brasileiro.

Resposta comentada

Um dos principais norteadores da teoria do desenvolvimento é o crescimento econômico. É alcançado por meio da modernização, rompendo com as formas tradicionais de produção, e baseado na industrialização e na urbanização. Por ser um processo que traz consigo características bastante positivas, como a melhoria da qualidade de vida da população envolvida, foi amplamente desejado pelos países que ansiavam por este fato.

No Brasil não foi diferente. Dentro deste processo, a agricultura se apresentou como sendo um setor bastante importante, e o processo de modernização se mostrou inevitável. Contudo, esta modernização não aconteceu de forma homogênea por todo o território nacional, ficando concentrada mais ao Sul e ao Sudeste.

Resumo

Nesta aula, estudamos como a ideia de desenvolvimento norteou a organização do espaço agrário no mundo e no Brasil. Identificamos que a noção de desenvolvimento está atrelada a alguns valores específicos, tais como: urbanização, modernização, industrialização e crescimento econômico. Todos esses valores reunidos servem de base para se atingir a melhoria da qualidade de vida de uma determinada população.

Todavia, percebemos também que o processo de desenvolvimento não é espacialmente uniforme por todo o território. No campo brasileiro, isto ficou bastante evidente. Houve uma concentração desse processo em algumas regiões, sobretudo, inicialmente, no Sul e no Sudeste.

Apesar de trazer consigo uma ideia bastante positiva, e portanto desejável por todos os setores da sociedade, o desenvolvimento não se mostrou eficaz em resolver determinadas questões historicamente construídas. Mesmo promovendo um aumento considerável do PIB de diversos países, regiões e lugares, não provocou uma modificação automática nos padrões de distribuição de renda, na melhoria ao acesso de bens sociais, na modificação da degradação ambiental ou ainda na promoção da inserção da maior parte da população nos processos de tomada de decisões. Muitas vezes o que se testemunhou foi o agravamento dessas questões.

Informação sobre a próxima aula

Agora que você já conhece um pouco da discussão sobre o desenvolvimento, a partir da próxima aula iremos estudar como o processo de modernização do campo no Brasil alterou diretamente a estrutura da produção.

Aula 6

Introdução à modernização da
agricultura no Brasil

Meta

Introduzir a discussão acerca do processo de modernização do campo brasileiro.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. descrever o processo de modernização do campo brasileiro;
2. relacionar os instrumentos e as transformações na estrutura produtiva da agricultura no Brasil.

Introdução

Como você já sabe, o processo de modernização da agricultura brasileira está vinculado a um plano de desenvolvimento que tinha como objetivo principal alterar a base técnica de produção. Dessa forma, deveria romper com a forma tradicional de se praticar a agricultura e inserir, da forma mais contundente possível, uma tecnologia moderna, baseada no uso de máquinas e outros insumos industriais, tais como fertilizantes químicos, defensivos agrícolas e sementes melhoradas.



Manufatura de ideias

Figura 6.1: De acordo com o plano de desenvolvimento nacional, a modernização deveria vir rompendo com a forma tradicional de se praticar a agricultura.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/28745366@N08/2675202585/sizes/m/in/photostream/>

Isso tudo com a finalidade de aumentar, tanto a produção como a produtividade da agricultura brasileira. Tal feito foi alcançado, porém não se promoveu a modificação da estrutura agrária, favorecendo ainda mais a concentração de terras e renda no campo. Por isso, a esse mo-

vimento de alteração da base técnica de produção damos o nome de *modernização conservadora*.

Nesta aula, nos preocupamos em discutir como se deu a instalação deste modelo de desenvolvimento rural. Para isso, é necessário que se discuta como ele foi implantado. Levamos em consideração não somente as prioridades do plano de desenvolvimento nacional, mas também o contexto histórico e político no qual foi implementado. Os artifícios utilizados que viabilizaram sua disseminação no território nacional também serão aqui elencados.

Na segunda parte de nossa aula, estudaremos como os instrumentos propiciaram a modernização da agricultura brasileira, promovendo uma distribuição desigual da modificação da base técnica de produção. Dessa forma, provocou certo favorecimento a uma determinada camada de produtores, considerados mais aptos para atender ao projeto de expansão da economia nacional.

Entenderemos, também, como a agricultura, além de setor fornecedor de matéria-prima e alimentos, se torna um importante mercado consumidor para os produtos industriais. Assim, perceberemos como as relações entre o campo e a cidade se estreitam, iniciando a construção de uma interdependência entre esses setores.

A modernização da agricultura brasileira: considerações iniciais

O processo de modernização da agricultura brasileira tem sua origem na intensificação do uso do modelo que prioriza a indústria como sendo o grande fator impulsionador do crescimento econômico e do desenvolvimento. É a partir dos anos 1950, com a intensificação da ampliação de um parque industrial que visava à aceleração da substituição das exportações, que este processo se deu de forma mais eficaz.

Contudo, esta nova forma de produzir só veio a ser de fato implementada com o modelo de desenvolvimento que se optou, a partir de 1964. Tendo como pressuposto, a ideologia da *modernização conservadora*, pensamento central do ideário de desenvolvimento do governo militar, as transformações na forma de se produzir, no campo brasileiro, começam a se consolidar.



Entende-se por modernização conservadora na agricultura brasileira a implantação de um pacote tecnológico que transformou, de forma bastante intensa, a forma de produzir nesta atividade econômica.

Com base nos preceitos formulados pela *Revolução Verde* – vide aulas do curso de Geografia Agrária – quando a produção agrícola foi modificada a partir do uso massivo de fertilizantes químicos, sementes melhoradas, defensivos e máquinas agrícolas, os problemas sociais do campo foram negligenciados. Não houve qualquer interferência na estrutura fundiária e, conseqüentemente, acesso à terra de produção, e muito menos no que se refere à distribuição de renda e diminuição da pobreza rural.

O que se espera, na década de 1960, é a alteração profunda da forma de produzir da agricultura brasileira, modificando, de modo contundente, sua estrutura produtiva. Tal ato deveria elevar a produção agrícola nacional aos patamares dos países de desenvolvimento já consolidados. Dessa forma, a rentabilidade e a produtividade da nossa agricultura deveriam estar equiparadas às dos países já desenvolvidos.

Como no processo de desenvolvimento nacional a indústria exerce um papel central, todo o movimento de modernização do campo está vinculado ao complexo industrial que se quer instalar.

A conjuntura pela qual passava o país era bastante favorável para a implantação de tal modelo modernizador. Vivendo um período marcado pelo domínio de um governo não democrático, em que os movimentos sociais e quaisquer manifestações contrárias ao Regime Militar eram fortemente reprimidas, não houve qualquer barreira para a massificação do plano de desenvolvimento rural, baseado na modernização conservadora.



O Regime Militar ou Ditadura Militar no Brasil foi um regime autoritário que governou o Brasil de 1 de março de 1964 a 15 de março de 1985. Seu início se origina no Golpe Militar de 1964, quando as forças militares derrubaram o presidente civil João Goulart, eleito legitimamente pelo voto popular. João Goulart oferecia propostas de longo alcance social e se alinhava a um discurso de empoderamento dos mais pobres, propondo um rompimento com as bases conservadoras, dominadas pela direita nacional. Os atos do regime totalitário foram marcados por vários atos institucionais, culminando com o AI-5 que perdurou de 1968 a 1978, quando foram suprimidos direitos civis do povo brasileiro.

Aliado a isso, o regime em questão se favoreceu pela abundância de recursos financeiros advindos da captação de investimentos externos e complementados por uma política de arrocho salarial. Assim, o governo instituído a partir de um golpe de Estado lança mão de diversos instrumentos que pudessem modificar a forma tradicional de se produzir na lavoura e propagar o modelo modernizador. Sem sombra de dúvidas, foi o crédito agrícola subsidiado, o principal instrumento utilizado para viabilizar esta profunda modificação estrutural.

De forma bastante planejada, o crédito foi destinado a uma determinada categoria de produtores. Como sugerido pelo pacote tecnológico advindo da Revolução Verde, os recursos foram destinados para os grandes produtores, que se dedicavam às culturas exportáveis.

A finalidade dos recursos do crédito estava vinculada principalmente à compra de insumos modernos tais como máquinas, fertilizantes e defensivos agrícolas, assim como sementes melhoradas que possibilitavam alta resposta, representadas pelo aumento da produção e da produtividade. Esse processo promoveu uma integração cada vez maior entre a agricultura e a indústria e entre os setores rurais e urbanos.

Essas medidas influenciaram diretamente na modificação da base produtiva da agricultura brasileira. Sua repercussão foi maior no centro-sul

do Brasil, tendo uma espetacular penetração na estrutura produtiva da Região Sul. Dessa forma, a produção de determinados grãos e outras culturas destinadas ao mercado externo ou a servir como matéria-prima para a indústria se multiplicou de forma bastante rápida.

Em seguida, com as crises de abastecimento energético em virtude da alta do preço do petróleo, houve um direcionamento do crédito e dos subsídios governamentais para os substitutivos energéticos. Dessa forma, ao se criar um programa para a modernização da produção canavieira, aumenta-se a demanda por insumos industriais e promove-se, ainda mais, a ampliação do mercado para a indústria de máquinas e agroquímicos.

Gradativamente, a agricultura, conforme visto na aula anterior, vai assumindo um de seus papéis dentro do modelo de desenvolvimento produtivista implantado: mercado para os produtos de origem industrial. Na realidade, existiu um movimento bem afinado entre o modelo modernizador implantado no campo, e o ideário de desenvolvimento adotado durante o Regime Militar.

Esperava-se que a modernização da agricultura brasileira transformasse o Brasil no “celeiro do mundo”. Aliado ao cenário internacional do negócio de produtos agrícolas, havia a grande possibilidade de fazer da agricultura a fonte de recursos necessários para a ampliação da capacidade produtiva do setor industrial – pilar central do modelo nacional de desenvolvimento.

Este seria o caminho para se resolver o problema da autossuficiência alimentar e, em paralelo, a produção de um excedente agrícola que pudesse ser negociado no mercado internacional. Dessa forma, se iniciaria um processo capaz de realimentar a economia, alavancando o país em direção ao desenvolvimento industrial, da urbanização e da ampliação do mercado consumidor interno. Segundo George Martine (1987), assim, em termos gerais, “seria possível saltar o abismo tecnológico e socioeconômico” que nos separava do bloco constituído por países desenvolvidos.

Tal expectativa não necessariamente logrou êxito. A realidade dos últimos 30 anos nos mostra um perspectiva não muito animadora do modelo de desenvolvimento. Baseado na forma de produção vinculada à modernização conservadora, este modelo tem sido mundialmente colocado em xeque. No caso brasileiro, os custos sociais da implementação do modelo nos faz refletir quanto às suas vantagens econômicas.

A partir da implantação deste modelo, é inegável que houve o aumento da produção e da produtividade do campo nacional. Houve também a expansão da agroindústria, mas não necessariamente houve a expansão da produção de alimentos básicos para a população brasileira. Em alguns momentos essa baixa produção de alimentos básicos gerou problemas relacionados ao desabastecimento do mercado interno. Podemos, ainda, listar outros problemas que surgiram a partir do processo de implantação e consolidação do modelo modernizador:

- apesar do aumento do número de postos de trabalho, boa parte é de caráter instável e de baixa remuneração;
- o êxodo rural aumentou, provocando o inchamento das cidades e graves problemas sociais urbanos;
- por favorecer as culturas comerciais de exportação e as grandes propriedades, provocou uma maior concentração de terras e
- agravou o problema da concentração de renda no campo, aumentando a pobreza rural.

No contexto internacional, o Brasil é considerado o país onde o modelo modernizador se desenvolveu de forma mais efetiva. Em nenhum outro país do mundo, a modernização da agricultura, nos moldes conservadores, teve tanta penetração, mesmo levando em consideração a forma espacialmente desigual como ela se desenvolveu no território nacional.

Sem dúvida alguma não quero aqui negar o uso de novas tecnologias. Mas é essencial que discutamos o processo de difusão e incorporação destas tecnologias e suas reais consequências no que se refere não somente ao aumento da produção e da produtividade, mas também às suas consequências em termos de organização da própria sociedade. Sendo assim é impossível tratar sobre o processo de modernização da agricultura brasileira sem levar em consideração os seus impactos sociais e ecológicos.

A partir de agora convido você a refletir criticamente quanto às questões relacionadas ao acesso à terra, ao emprego no campo, à dimensão da migração, à produção e distribuição de alimentos, aos efeitos dos agrotóxicos e às alternativas possíveis.

Na próxima parte de nossa aula, detalharemos melhor o modelo e as transformações na estrutura da produção agrícola no Brasil.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Descreva como ocorreu o processo de modernização da agricultura brasileira. Não se esqueça de relacionar os principais fatores que impulsionaram a propagação do modelo, mostrando como influíram diretamente na consolidação desse processo.

Resposta comentada

Com base na aula, você deve descrever como se deu o processo de modernização do campo brasileiro. Aqui, você deve relacionar o conhecimento já adquirido sobre o modelo de desenvolvimento produtivista escolhido pelo governo brasileiro. Deve também mostrar como o Regime Militar antidemocrático serviu como um excelente instrumento de implantação daquilo que chamamos de modernização conservadora. A participação do crédito rural subsidiado não pode ser esquecida.



A transformação do processo de produção

Como já vimos, a maior parte do território brasileiro foi afetado pela modernização da agricultura ainda entre os anos 1960 e 1980. Já sabemos também que o principal objetivo da modernização do campo brasileiro foi a alteração de sua base técnica de produção.

A substituição de formas tradicionais de relação do homem com a terra por técnicas mais “modernas”, provocou uma brusca transformação na forma de produzir e nas relações sociais que tradicionalmente existiam nas áreas rurais. Mesmo nas áreas onde a modernização não

ocorreu de forma tão intensa, como nas regiões Norte e Nordeste, ela teve fortes impactos sociais, que podem ser comprovados tanto pela expansão da agroindústria como pelo aumento do preço da terra.

A economia brasileira, nos anos 1970, passou por um período de grande expansão, em que nosso PIB alcançou taxas invejáveis de crescimento. Esse período ficou conhecido na história recente de nosso país como sendo o “milagre brasileiro”. As altas taxas de crescimento econômico pareciam confirmar a exatidão da escolha do modelo de desenvolvimento, abrindo cada vez mais espaço para que se consolidassem formas “modernas” ou “empresariais” de produção da agricultura.



O *milagre brasileiro* ou *milagre econômico brasileiro* é a denominação dada a um período recente da história do Brasil ocorrido durante o Regime Militar, mais precisamente entre os anos 1968 e 1973, que coincide com os anos do Governo do presidente Médici, período também conhecido como “anos de chumbo”.

Esse período foi também marcado por um inegável crescimento econômico, seguido de uma fase ufanista em que se acreditava na formação de um “Brasil potência”, bem representada pelo jargão “Brasil, ame-o ou deixe-o” ou ainda pela canção “Pra frente Brasil”.

Em contrapartida a essa pretensa pujança econômica, viveu-se anos de suspensão dos direitos civis aliada ao aumento da pobreza do povo brasileiro e da concentração de renda.

O modelo da modernização da agricultura implantado tinha sido um sucesso nos países já desenvolvidos. Suas origens remontam à forma de produção implantadas na agricultura norte-americana dos anos 1930. Contudo foi com o conhecimento científico alcançado entre os anos 1950 e 1960, em que foi possível o desenvolvimento de sementes melhoradas e de defensivos agrícolas que se abriram os caminhos para sua consolidação.

Por outro lado, a internacionalização e expansão do parque industrial brasileiro também aparece com peso determinante para a consolidação do modelo no Brasil. Assim se poderia suprir a demanda de forma mais eficiente e rápida pelas máquinas agrícolas, fertilizantes e defensivos necessários à nova base tecnológica de produção. A esses fatores se juntou a política de créditos agrícolas.

O crédito rural se divide basicamente em três linhas distintas: custeio, investimento e comercialização. A linha de custeio, a que mais cresceu nos períodos iniciais, está relacionada diretamente ao uso dos insumos agrícolas destinados à produção, sobretudo sementes, defensivos e fertilizantes. Sua grande difusão está intimamente atrelada à grande transformação na base tecnológica de produção. A linha de investimento está mais ligada às máquinas agrícolas e, portanto, diretamente ligada à mecanização da produção.

Além do crédito rural, outro importante aliado no processo de difusão e consolidação da modernização da agricultura no Brasil foi o serviço de extensão rural. A ação extensionista se concentrou nas áreas e regiões mais próprias à modernização, assim como nas culturas que ofereciam possibilidade resposta mais rápida. Dessa forma, grande parcela dos produtores rurais que não tinham acesso ao crédito ou à base tecnológica “moderna”, produtores familiares, ficaram à margem do serviço de extensão rural. Tal falta aumentou ainda mais o caráter conservador do processo de modernização da agricultura brasileira.

Dentre os principais indicadores de transformação da base técnica de produção na agricultura está a incorporação do uso de máquinas no cotidiano do campo. A produção de tratores de quatro rodas se iniciou no Brasil em 1960, quando foram entregues ao mercado 37 unidades. Em vinte anos, a produção de tratores no Brasil atingia a marca de 56.928 unidades. Tal salto quantitativo não se deu ao acaso. Alguns fatores contribuíram para que tal cenário se desenvolvesse. Além da instalação das indústrias automobilísticas no país, houve o que possibilitou a diminuição do preço unitário dos tratores, e também os incentivos dados pelo crédito rural para a aquisição dessas máquinas.

Para se ter uma rápida noção de como aconteceu a incorporação do uso de tratores na base produtiva do campo brasileiro, vejamos a tabela que se segue:

Tabela 6.1: Utilização de tratores por região do Brasil, nos anos selecionados

Região	1950	1970	1980
Norte	61	1127	5825
Nordeste	451	7281	33590
Sudeste	4813	82517	198809
Sul	2566	64605	230334
Centro-Oeste	136	10340	62133
Brasil	8372	165870	530691

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário

Em uma rápida consulta à **Tabela 6.1**, percebemos que, em um intervalo de trinta anos, ocorreu um grande incremento no uso de tratores na agricultura nacional, de uma forma geral. Contudo, percebemos também que a consolidação do processo de alteração da base técnica de produção não ocorreu de maneira uniforme, apesar de ser bastante significativa em todas as regiões do país.

Nas regiões Sul e Sudeste, o processo modernizador se dá de forma mais intensa. Em aulas anteriores, estudamos que houve o deslocamento do eixo econômico em direção a essas regiões, que no processo de desenvolvimento nacional, elas concentraram grande parte dos investimentos nos setores urbano-industriais e foram servidas de boa infraestrutura, facilitando sua inserção no mercado internacional e servindo de base para a expansão das relações capitalistas de produção no país.

Em uma segunda consulta, pode-se perceber a incorporação da região Centro-Oeste no processo modernizador. Esta área desponta como área de expansão direta dessas relações capitalistas de produção, integrando-se rapidamente ao mercado internacional como forte produtora de grãos.

Esse fenômeno se repetiu também no consumo e na produção dos insumos químicos e biológicos. Tal fato fortaleceu ainda mais o vínculo entre agricultura e indústria, provocado sobretudo pela linha de crédito referente ao custeio da produção. A incorporação desses insumos possibilitou à agricultura aumentar sua produção e sua produtividade por área plantada. Na realidade, a utilização desses insumos alterou o tempo natural da produção agrícola, e permitiu uma maior velocidade de circulação do capital investido.

Mesmo com a expansão do consumo de máquinas e insumos, o processo de modernização do campo brasileiro não ocorreu de forma ho-

Conclusão

A partir do que vimos nesta aula, podemos concluir que o processo de modernização da agricultura brasileira teve realmente um caráter conservador.

Apesar de, durante os anos de 1960 a 1980, ao longo do Regime Militar, ter sido amplamente difundido, apoiado principalmente pelo crédito rural e pela ação dos técnicos dos programas de extensão rural, esse processo não atendeu a todos aqueles que dependiam da agricultura para sobreviver.

Na realidade, beneficiou uma determinada categoria de produtores rurais, que foram identificados como mais aptos, ou mais dispostos ao uso da nova base tecnológica intensiva em capital. Os beneficiados foram os grandes proprietários de terras que se dedicavam a culturas comerciais vinculadas à exportação ou à produção de matéria-prima para a indústria. Eram exatamente aqueles que atendiam ao ideário de desenvolvimento que legou à agricultura a responsabilidade de conseguir divisas internacionais que pudessem ser aplicadas no desenvolvimento de um parque industrial, ou aqueles que forneceriam matéria-prima para o fortalecimento do recém-implantado parque industrial brasileiro.

Seriam eles também os que teriam capacidade de consumir produtos industrializados, tais como máquinas agrícolas e insumos químicos. Dessa forma, colocavam-se no cenário econômico como potenciais consumidores de produtos industriais, ajudando a consolidar esse setor no Brasil.

Contudo, a maioria dos agricultores ficou de fora do processo, principalmente aqueles que se dedicavam a culturas menos dinâmicas, como as relacionadas à alimentação básica da população nacional. A este, coube o uso da enxada e da força de trabalho no trato de suas roças. A produção e produtividade de alimentos não foi prioridade durante os anos do Regime Militar e do Milagre Econômico brasileiro.

==== **Atividade final** =====

Atende aos objetivos 1 e 2

Explique por que, mesmo com o uso de importantes instrumentos de difusão da transformação de sua base técnica de produção, podemos

considerar que a modernização da agricultura brasileira se deu de modo conservador.

Resposta comentada

Aqui, você tem liberdade de articular o conhecimento adquirido em aula, elencando fatos e fatores que achar mais relevantes para construir sua argumentação. O importante é que fique claro em sua resposta que a modernização da agricultura brasileira foi um processo seletivo que privilegiou um determinado segmento de produtores e excluiu boa parte daqueles que trabalhavam na agricultura.



Resumo

Ao longo desta aula, estudamos o processo de modernização da agricultura brasileira. Aqui foram discutidas as principais ideias que nortearam esse processo. Levamos em consideração que o Regime Militar, marcado pelo autoritarismo e pela falta de democracia foi o ambiente propício para a implantação da nova base técnica de produção nesse setor da economia.

O crédito rural, dividido em suas três linhas, e o trabalho de extensão rural se apresentaram como os grandes difusores da modernização. Em paralelo com o contexto de forte industrialização e urbanização pelo qual passou o Brasil, sobretudo entre os anos 1960 e 1980, a agricultura se transformou em forte mercado consumidor para produtos industrializados. A compra de máquinas e insumos químicos promoveu uma integração entre os setores urbanos e rurais.

Apesar das linhas de crédito e da ação da extensão rural, a modernização da agricultura nacional não foi um processo homogêneo. Houve

uma concentração dos recursos, tanto espacialmente como por cultivo e por tamanho de propriedades. Esse movimento de exclusão de parte da população rural é que confere o caráter conservador do processo de modernização da agricultura brasileira.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos de que forma o modelo de modernização da agricultura brasileira influenciou as relações sociais de produção no campo.

Aula 7

Impactos sociais da modernização
da agricultura no Brasil

Meta

Apresentar as consequências originadas a partir da implantação da modernização conservadora no Brasil nas relações sociais de produção.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar os impactos diretos da modernização ao acesso à terra;
2. identificar as transformações relacionadas ao emprego no campo.

Introdução

A alteração da base técnica de produção trouxe impactos sociais significativos para o campo brasileiro. Em aulas anteriores, estudamos quais foram as ideias que fundamentaram a escolha desse tipo de desenvolvimento rural e as bases para sua implantação no Brasil. Percebemos também que a modernização possui um caráter conservador por não promover uma transformação no campo no que se refere, sobretudo, à justiça social. Alguns problemas já preexistentes são ainda mais agravados. Entre eles, podemos citar a distribuição de recursos, a concentração fundiária e a dificuldade de acesso à terra e o aumento da pobreza rural.



Leo Nunes

Figura 7.1: A modernização do campo possui um caráter conservador, que se manifesta sobre a forma da má distribuição de recursos, da concentração fundiária, da dificuldade de acesso à terra e do aumento da pobreza rural.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Seca_no_Brasil.jpg

Nesta aula, nos preocuparemos em estudar como a modernização da agricultura estimulou o processo de concentração de terras e dificultou o acesso à terra por boa parte dos trabalhadores rurais. Num segundo momento, convido vocês a refletirem sobre como esse processo de concentração fundiária interfere diretamente na desarticulação das formas tradicionais de produção na agricultura brasileira e transforma parte dos envolvidos em trabalhadores rurais desvinculados da sua terra de trabalho.

É necessário que você se mantenha atento e preste atenção em algumas terminologias que passaremos a utilizar. Você já deve dominar o termo *modernização conservadora*, e agora começará a utilizar novas terminologias, tais como *parceiro*, *arrendatário*, *complexo agroindustrial*, *minifúndio*, *latifúndio* e *rururbano*. Todos estes conceitos lançados aqui farão parte de nossas discussões de agora em diante. Espero que você esteja pronto para mais uma empreitada que nos facilitará entender o porquê da configuração atual do campo brasileiro.

A modernização da agricultura brasileira e o acesso à terra

Como já vimos em nossas primeiras aulas, a estrutura fundiária nacional já nasce concentrada. A partir da concessão de terras, a atividade agroexportadora da cana-de-açúcar conferiu as primeiras feições do espaço agrário brasileiro. O acesso à terra para produção era privado e limitado. Contudo, os possuidores de grandes parcelas de terra cediam parte de seu domínio a trabalhadores em parceria.

A partir dos anos 1950/1960, o Brasil passa por um grande processo de industrialização, principalmente com a implantação das indústrias de equipamentos. Moreira (1990) nos coloca que este fato provoca uma reorientação do processo produtivo da agricultura brasileira. O emprego da nova tecnologia, baseada no uso de máquinas, insumos químicos (fertilizantes e defensivos) e sementes melhoradas, acaba permitindo que a grande propriedade possa mobilizar todas as suas parcelas de terras com capacidade de produção. Dessa forma, possibilita a incorporação das parcelas que estavam entregues à exploração do pequeno produtor, em regime de **arrendamento** ou **parceria**.

Assim os espaços se tornam liberados para o estabelecimento de um padrão de uso mais comercial, voltado para atender às especificidades do novo modelo de desenvolvimento nacional. A agricultura incorpora, em sua prática, a aceleração do tempo de produção, uma das características da atividade industrial, maximizando o uso do solo agricultável, da mesma forma como se especializa na produção de uma determinada cultura, promovendo uma standardização do produto final.

Fundamental para esta reorientação do padrão espacial agrário foi a Lei 4.504, o Estatuto da Terra. Promulgado em 1964, após a implantação do Regime Militar, estabeleceu o rearranjo espacial do campo brasileiro, promovendo a extinção do minifúndio e do latifúndio. Tal Lei referenda

Arrendamento rural

É um contrato de cessão de uso da terra, por tempo determinado ou não, em que o arrendatário se compromete a pagar à parte cedente da terra rural – o arrendador – uma compensação financeira ou aluguel.

Parceria rural

É um contrato em que o parceiro-proprietário cede ao parceiro-produtor o uso de terra agrícola, partilhando com este os riscos e os frutos da produção, quer seja colheita ou animais, sendo que a proporção dos lucros e custos deve obedecer à proporção pactuada no contrato. Por exemplo: em um contrato em que cada uma das partes entra com metade dos custos da produção, ao seu final, cada qual recebe o montante correspondente ao combinado.

a estrutura da propriedade e da produção agrária que esteja vinculada à empresa rural.



Entende-se por minifúndio uma propriedade de tamanho reduzido com uso intensivo em trabalho. Os minifúndios podem variar de acordo com características regionais e/ou econômicas. Geralmente estão atrelados à policultura e à produção de alimentos. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a produção dos minifúndios chegou a 9% do valor do PIB brasileiro em 2005.



José Reynaldo da Fonseca

Figura 7.2: Minifúndio.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Horta_150706_REFON_.jpg



Latifúndio é uma propriedade de grandes extensões territoriais e está geralmente atrelada a um modo de exploração cujas características estão vinculadas à baixa produção e produtividade, con-

dições precárias de trabalho e baixa qualidade de vida daqueles que estão diretamente envolvidos no processo produtivo. Geralmente é uma propriedade subutilizada, cujo maior interesse dos proprietários está em ter a terra como reserva de valor, do que propriamente como terra de trabalho e produção.



Figura 7.3: Latifúndio.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Floresta_santa_f%C3%A9_do_sul.jpg

A partir da nova lei, o estado brasileiro viabilizou a industrialização da agricultura, promovendo um novo desenho do espaço agrário nacional. Aliado ao Estatuto da Terra, tivemos, como já visto, o instrumento do crédito rural como um grande agente propagador do desenvolvimento agrícola de base modernizadora. O pacote tecnológico que fundamenta a modernização da agricultura brasileira favoreceu mais os médios e grandes produtores, deixando de fora boa parcela dos pequenos. Outro aliado que interferiu diretamente na expulsão dos pequenos agricultores do processo produtivo foi a especulação que dominou o mercado de terras no campo.

Até os anos 1970, havia uma tendência natural de um fracionamento das grandes propriedades rurais. Com bases no Censo Agropecuário, Martine e Garcia nos mostram que, “até 1970, havia um processo lento e gradual de redimensionamento das áreas dos estabelecimentos” no cam-

po. Chegam a sugerir até a ocorrência de uma minifundização da estrutura agrária, tal o aumento do número dos pequenos estabelecimentos nesta época. Contudo, a partir de 1970 se constata o processo inverso.

Tabela 7.1: Número de estabelecimentos, 1970-1980, Brasil (%)

Área (ha)	1970	1980
0-10	51,3	50,4
10-20	15,6	14,9
20-50	16,7	16,5
50-100	6,9	7,6
100-1000	8,4	9,5
1000 +	0,7	0,9
Total (N=100%)	4.924	5.168

Fonte: Censos agropecuários de 1970 e 1980

Com base nos dados mostrados pela **Tabela 7.1**, identificamos um decréscimo na participação relativa dos estabelecimentos de até 50 ha no período de 1970 a 1980 e, em paralelo, um aumento dos estabelecimentos no extrato entre 50 e maior que 1.000 ha. Levando em consideração que houve um aumento no número total de estabelecimentos rurais no mesmo período, de 4.924 para 5.168, podemos entender como vinha se dando o processo de concentração fundiária. Tal processo fica ainda mais claro quando levamos em consideração a variação da área total ocupada por cada extrato em igual período.

Tabela 7.2: Distribuição da área total por extrato de área, 1970-1980, Brasil (%)

Área (ha)	1970	1980
0-10	3,1	2,4
10-20	3,6	2,9
20-50	8,6	7,1
50-100	8,1	7,4
100-1000	37,0	34,3
1000 +	39,5	45,8
Total (N=100%)	294.145	369.588

Fonte: Censos Agropecuários de 1970-1980

Ao compararmos as informações constantes nas **Tabelas 7.1 e 7.2**, constatamos o rápido movimento de concentração de terras no extrato de propriedades com mais de 1.000 ha. Segundo a **Tabela 7.2**, no período entre 1970 e 1980, todos os extratos de estabelecimento tiveram uma diminuição da área total destinada ao uso pela agricultura no Brasil. Somente o extrato dos estabelecimentos acima de 1.000 ha é que tiveram um desempenho positivo no que se refere à distribuição das terras. Dessa forma, 0,9% do número total de estabelecimentos detinha o controle de 45,8% do total das terras destinadas ao setor. Na outra ponta da balança, temos 50,4% dos estabelecimentos (a maioria), que compreende o intervalo entre 0 e 10 ha, com a posse de apenas 2,4% do total das terras destinadas à agricultura.

Dessa forma, podemos concluir que ao mesmo tempo que os mecanismos para divulgar a modernização do campo brasileiro aumentaram sua capacidade produtiva, proporcionou também um aumento na concentração da estrutura agrária. Isso significa dizer que o processo de modernização ao focar nas atividades empresariais, favoreceu a grande produção em detrimento aos pequenos produtores rurais. Tal fato acabou dificultando o acesso à terra de trabalho no campo brasileiro, afetando diretamente as relações sociais de produção e o emprego no campo.

===== **Atividade 1** =====

Atende ao objetivo 1

Considerando a existência de grandes e pequenas propriedades no campo brasileiro, avalie como se deram os impactos da modernização da agricultura em sua estrutura agrária.

Resposta comentada

Aqui você deve utilizar toda a informação que já adquiriu acerca do processo de modernização da agricultura brasileira e relacionar diretamente com os dados apresentando nas **Tabelas 7.1 e 7.2**. Assim, trace um perfil de como a difusão da nova tecnologia alterou a base produtiva da agricultura, conservando algumas de suas características tais como a concentração fundiária e a falta de acesso à terra e à concentração de renda.

As transformações no emprego no campo

O processo de concentração fundiária provocado pela modernização da agricultura brasileira interferiu diretamente na dinâmica das relações de trabalho no campo. A fusão, patrocinada pelo Estado, entre agricultura e indústria trouxe impactos significativos na orientação do trabalho nas zonas rurais.

Todos já sabemos que a modernização da agricultura está fundamentada na transformação da sua base técnica de produção. A incorporação de tecnologias mais intensivas é fundamental para o novo modelo que se desenha. Os grandes agentes difusores foram o crédito rural e o serviço de extensão rural.

Apesar do caráter hegemônico da modernização, ela não atendeu diretamente a todas as camadas de produtores rurais. Isso se deu até mesmo porque para se ter acesso às linhas de crédito deveria se dar garantia aos bancos. Aqueles que não detinham a propriedade da terra não tinham como garantir os empréstimos oriundos das linhas de financiamento. Dessa forma, boa parte dos produtores já eram excluídos do acesso ao crédito rural. Alguns pequenos produtores que possuíam garantias creditícias conseguiram se incorporar ao processo da modernização da agricultura nacional. Em contrapartida, aqueles que trabalhavam em terras arrendadas ou cedidas ficaram cada vez mais excluídos.

Os pequenos produtores que se modernizaram foram aqueles vinculados a áreas tradicionais de pequenas propriedades de base familiar, como os do sul do país, ou aqueles que conseguiram se manter nas áreas de fragmentação das grandes propriedades de lugares valorizados, como o planalto paulista. Contudo, a sua reprodução social se deu, muito em

Complexo agroindustrial

Em termos gerais, entende-se por *complexo agroindustrial* as integrações intersetoriais que acontecem entre as atividades agrícolas, industriais e financeiras. Essa integração intersetorial acontece a partir do uso e do consumo de bens industriais indispensáveis à agricultura moderna, tais como máquinas e indústrias.

parte, pela sua integração direta com as atividades agroindustriais. Assim, pode-se considerar que participaram diretamente da constituição do **complexo agroindustrial** no Brasil (CAI).



Figura 7.4: Complexo agroindustrial.

Fonte: [http://www.flickr.com/photos/donignacio/2264568276/sizes/m/in/photostream/Don Ignacio](http://www.flickr.com/photos/donignacio/2264568276/sizes/m/in/photostream/Don+Ignacio)

Em contrapartida, os produtores que viviam em relação de parceria ou arrendamento vão sendo basicamente expropriados ou expulsos das áreas de produção em função da produção cada vez mais especializada e capitalizada dos grandes proprietários de terras. Segundo Moreira (1990), parte dessa massa de trabalhadores se transforma em trabalhadores volante-safrista, também conhecidos pelo termo “boia-fria”. Parte desses trabalhadores abandonam o campo e as atividades agrícolas, partindo em direção às cidades, em busca de novas oportunidades.



O boia-fria é o trabalhador rural, que expropriado de seus meios de produção, passa a vender sua força de trabalho como trabalhador assalariado nas atividades agrícolas. Constituem uma mão de obra volante que se desloca pelo território nacional em busca de oportunidade de trabalho, de acordo com as safras agrícolas. Ao saírem do campo, fixam residência nas periferias das cidades de áreas agrícolas mais dinâmicas.



Cícero Omena

Figura 7.5: Boia-fria em área de canavial.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/10015563@N03/793097358/sizes/m/in/photostream/>

Tal fato criou um paradoxo na análise da população rural e da ocupação da população em atividades do campo. Segundo os resultados dos censos de 1980, tanto o Demográfico quanto o Agropecuário, existe um aparente contrassenso entre os dados apresentados. Apesar de o Censo Demográfico indicar uma diminuição da população rural, o Censo Agropecuário indica um aumento do pessoal ocupado em atividades agropecuárias. Uma das possíveis explicações para a ocorrência deste fenômeno é o aumento expressivo da categoria de trabalhadores volantes ocorridos principalmente nos anos de 1970.

O êxodo rural provocado pela concentração fundiária e consequente dificuldade de acesso à terra fez com que essa categoria de trabalhador deixasse o campo em direção à periferia das cidades. Contudo, sua atividade econômica principal continuou ligada à agricultura.

Comprovamos, dessa forma, que o trabalho estável estruturado foi sendo gradativamente desarticulado a partir da implantação de técnicas modernas de produção na agricultura. Com a maior adoção de máquinas e insumos industriais, houve a consolidação de uma forma mercantil de produção que teve como consequência a transformação das relações sociais de produção. Em outras palavras, a mão de obra tradicional foi expulsa do espaço rural.

Pequenos proprietários, parceiros e arrendatários foram em grande número desarraigados da sua terra de trabalho. Tal fato gerou uma instabilidade do trabalho e multiplicou o número de trabalhadores volantes, temporários ou diaristas. Aqueles, antes autônomos no processo produtivo, ao mudarem sua condição, passaram a engrossar uma massa de trabalhadores assalariados. O mais agravante é que essa nova relação se dá, na maioria das vezes, de uma forma precária, sem direitos trabalhistas assegurados em seus contratos de trabalho.

Esses impactos sociais acabam gerando novas questões espaciais. Ao se promover o deslocamento de contingentes expressivos de famílias de áreas onde a atividade agrícola estava consolidada, cria-se uma nova categoria de trabalhadores rurais, denominada primeiramente como “rururbanos”.

Essa expressão ganha validade para dois grupos específicos. O primeiro composto por aqueles que deslocam seu local de moradia para a periferia das cidades e continuam retirando seu sustento de atividades agrícolas. O segundo relacionado aos pequenos proprietários familiares que, ao adotar o uso de tecnologias modernas intensivas em capital, passam a liberar parte do tempo de mão de obra de membros da família, que buscam outras atividades não agrícolas para a complementação da renda familiar.

Outro impacto espacial significativo, oriundo das modificações das relações de trabalho advindas da modernização da agricultura, é o deslocamento de parte da mão de obra liberada para as áreas de fronteira. Esse movimento em busca de terra de trabalho movimentou uma quantidade significativa de população em direção a novas áreas. Estudar e discutir tal movimento será o tema de nossa próxima aula.

===== **Atividade 2** =====

Atende ao objetivo 2

Explique como o processo de modernização da agricultura brasileira alterou as bases do emprego no campo.

Resposta comentada

Aqui você deve relacionar como a adoção de uma agricultura de base mercantil reestruturou as relações tradicionais existentes no campo brasileiro, mostrando a desarticulação dos vínculos dos trabalhadores rurais com sua terra de trabalho. Leve em consideração a modificação do *status* de parceiro e arrendatário para trabalhador volante e sua consequente perda de autonomia no processo de decisão do que produzir.

Conclusão

As alterações promovidas pela modernização da agricultura brasileira alteraram profundamente as formas da produção agrícola no Brasil. A difusão da nova tecnologia foi absorvida por uma parcela da população rural, principalmente os grandes proprietários e os pequenos proprietários familiares sobretudo das regiões Sul e Sudeste.

A tecnologia moderna proporcionou o uso de grandes parcelas de terras e desarticulou relações tradicionais de produção, alterando de forma contundente as relações de trabalho no campo. Parceiros e arrendatários foram substituídos por trabalhadores volantes diaristas também chamados “boias-frias”. Tal fato aumentou a precarização do trabalho e provocou o deslocamento de população do campo em direção às cidades.

Essas transformações sociais provocaram transformações espaciais, que podem ser percebidas a partir do movimento da fronteira agrícola, do inchaço da periferia das cidades e do rearranjo do próprio espaço de produção rural.

Dessa forma, podemos concluir que as alterações provocadas pelo processo de modernização do campo brasileiro não podem ser entendidas isoladamente.

Atividade final

Atende aos objetivos 1 e 2

Com base nos dados apresentados na aula, construa uma relação entre o processo de modernização da agricultura brasileira, a estrutura fundiária e as relações sociais de produção.

Resposta comentada

Argumentação livre. Contudo, é fundamental que você articule o conhecimento adquirido acerca do processo de modernização da agricultura brasileira e seus agentes difusores com o movimento de concentração fundiária que aconteceu na estrutura agrária e as modificações que foram provocadas nas relações sociais de produção, em função das modificações na estrutura fundiária.

Resumo

O modelo de desenvolvimento rural implantado com base na modernização da agricultura no Brasil provocou um aumento da concentração de terras no campo.

Dessa forma, o acesso à terra de trabalho, um dos grandes problemas para a população rural, se agravou, sobretudo entre as décadas de 1970 e 1980.

O uso de tecnologia intensiva em capital, poupadora de mão de obra, e o incentivo dado a culturas dinâmicas voltadas tanto para a exportação quanto para atender às necessidades de matéria-prima das indústrias provocou uma alteração na condição do trabalhador rural. Formas tra-

dicionais de trabalho, como a parceria e o arrendamento, foram substituídas por novas relações de trabalho, baseadas no trabalho temporário e itinerante, chamados trabalhadores “boia-fria”.

As alterações das relações sociais de produção tiveram impactos espaciais, tais como o inchaço das periferias das cidades e o deslocamento da fronteira agrícola.

Informação sobre a próxima aula

A partir da próxima aula, estudaremos como o processo de modernização da agricultura brasileira interferiu diretamente na modificação das relações entre o campo e a cidade em nosso país. Para isso, estudaremos em detalhe como os setores industriais, intermediados pelo setor financeiro, promoveram uma integração cada vez maior entre agricultura e indústria.

Aula 8

Modernização da agricultura brasileira e
as relações campo-cidade

Metas

Apresentar um breve retrospecto do espaço agrário brasileiro, a fim de ilustrar as suas transformações e modernizações, bem como explicaria dinâmica relacional entre o campo e a cidade.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer os diferentes atores dos espaços rurais no Brasil, em determinado tempo e espaço;
2. avaliar as principais transformações observadas nos espaços rurais brasileiros e de que forma elas foram realizadas;
3. definir “fronteira agrícola” e relacioná-la com a Revolução Verde;
4. avaliar as relações estabelecidas entre o campo e a cidade.

Introdução

O estudo da modernização da agricultura brasileira deve ser feito com o cuidado de se compreenderem os processos do desenvolvimento do modo capitalista no Brasil. É importante lembrar que o modo de produção capitalista é, em sua essência, contraditório; isto é, ao mesmo tempo em que um determinado lugar se desenvolve, em outro, as relações se mantêm tradicionais. Por exemplo: no caso do espaço agrário brasileiro, de um lado temos o grande produtor de cachaça e, do outro, temos a figura do “boia-fria” (tida como uma alternativa assalariada com alto retorno financeiro para o produtor) e os agricultores familiares, que, vizinhos à grande fazenda produtora de cachaça, convivem em um mesmo sistema – contraditório e combinado.

Essas relações, associadas às ofertas e demandas entre o campo e a cidade, vão delinear novos caminhos e processos no meio rural e, para entender as mudanças mais atuais, é preciso fazer um breve resgate das transformações desse lugar.



Cícero R. C. Omena

Figura 8.1: Trabalhador rural da zona canavieira de Alagoas. Foto tirada em outubro de 2006.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/10015563@N03/793097168/http://migre.me/kyZdt>



Antônio Cruz/Abr

Figura 8.2: Agricultura familiar em Taguatinga, DF.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Abr_horta_Antonio_Cruz.jpg

A formação do monopólio da terra no Brasil e o processo de modernização da agricultura

A estrutura fundiária brasileira tem suas raízes na Lei das Sesmarias, que regulava o acesso à terra a partir da quantidade de escravos em posse de cada senhor. Ou seja, quem não possuía escravos não tinha direitos sobre a terra (eram os posseiros) e quanto maior o número de escravos que um senhor possuía, maior era a sua propriedade. Dessa forma, a maioria da população ficou excluída do direito à terra.



A Lei das Sesmarias tem sua origem nas Cortes de Santarém – Portugal, em 1375. Tinha como objetivo aumentar a produção agrícola, como uma reforma agrária, após anos de más colheitas e de fortes epidemias de peste negra. As sesmarias, nesse caso, estavam destinadas a aumentar os rendimentos régios por meio da obtenção de tributos e da solução da crise de abastecimento do país. No caso brasileiro, a Coroa portuguesa concedeu extensas doações de terras (conhecidas como sesmarias) a homens de po-

der durante o período colonial. Essa foi a única forma de se obterem terras e seu título de propriedade durante todo esse período histórico. Às vésperas da independência, o exercício da doação de terras por sesmarias foi suspenso. No entanto, nenhum outro meio legal foi promulgado em substituição a elas.

Na **Figura 8.3**, mapa adaptado da obra de Ruy Moreira, é possível observar os diferentes espaços agropecuários do final do século XVIII que expressam, indiretamente, a estratificação da classe senhorial diante das facilidades por ela gozada.

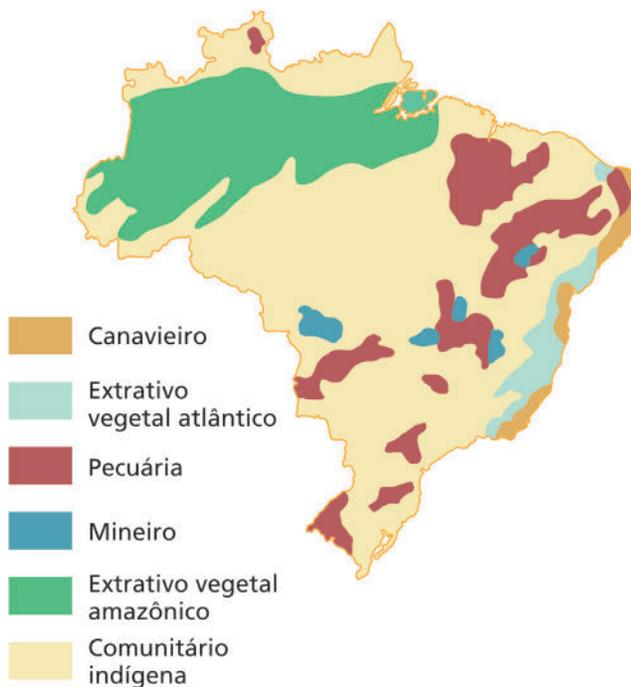


Figura 8.3: Formação espacial colonial-escravista do Brasil.

O século XIX foi palco de grandes transformações:

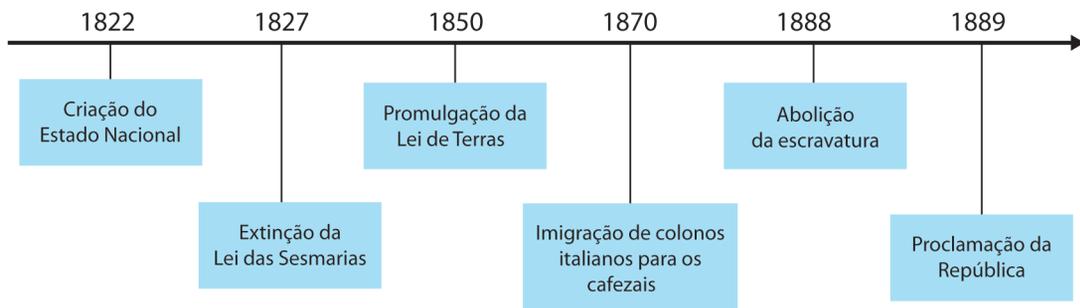


Figura 8.4: Transformações do século XIX.

Nesse período, alguns fatos devem ser destacados:

- Criação do Estado Nacional: em 7 de setembro de 1822, com a Independência e a Criação do Estado Nacional, o Brasil deixa de ser colônia de Portugal e passa a ser um território politicamente emancipado, ou seja, institui-se o Império do Brasil até 1889.
- Lei das Terras: a terra ganha valor e importância mercadológica, só podendo ser adquirida a partir de sua compra.
- Imigração dos colonos italianos: as relações de trabalho ganham novos rumos, pois com o fim do tráfico negreiro e o fomento à imigração de mão de obra assalariada de países europeus, o que antes se dava por meio da escravidão, agora se faz sob a égide do trabalho remunerado. Sabe-se, contudo, que os imigrantes foram sobretudo explorados e muitas de suas relações de trabalho poderiam ser consideradas escravas. No entanto, muitas mudanças aconteceram, visto que a exploração existia diante de mão de obra (imigrantes europeus), e não de seres humanos tidos como mercadorias (escravos da África negra).

O Império do Brasil não queria perder o seu mercado europeu para outras colônias de Portugal. Para tanto, a produção de primários foi potencializada e diante de tantos acontecimentos, a agricultura também se transformou e ganhou notoriedade internacional sob a égide da agro-exportação.

Moreira (1990) afirma que o deslocamento do eixo econômico da agroexportação (visando o abastecimento dos países centrais) para a indústria fabril impõe à agricultura sua reformulação para sua sobrevivência. Essa atividade agrícola passa, então, a financiar a industrialização. Os solos de melhor qualidade e localização estavam (e ainda estão) destinados à monocultura, já os lugares com solos mais pobres e desgastados ou desprivilegiados ficavam (e ainda ficam) para a policultura.

À monocultura cabe fornecer, com seus produtos de exportação, as divisas que cobrirão as despesas de importação de máquinas e equipamentos necessários à expansão das indústrias; à policultura, os alimentos que subsidiem a baixo preço a reprodução dos salários urbano-industriais (MOREIRA, 1990, p. 55).



Figura 8.5: A monocultura como financiadora da industrialização brasileira.

Ainda que a monocultura tenha experimentado um declínio irreparável, ela ainda se reforça, visto o seu empoderamento diante da condição de maior financiadora da industrialização brasileira e sua posição política hierárquica. E “de tanto financiar a industrialização, a agricultura se torna uma atividade industrial” (1990, p. 64), pois como financiadora era preciso, também, metamorfosear-se e integrar-se à onda das indústrias.

Na década de 1930, iniciou-se essa industrialização no plano do mercado e, posteriormente, em meados da década de 1960, no plano técnico-produtivo. Este pôde ser observado com o uso crescente de máquinas, fertilizantes e defensivos, que aumentou a capacidade de produção da agricultura.



A formação dos CAIs

O modelo de substituição de importações pela modernização do setor agrário possibilitou a formação de Complexos Agroindustriais (CAIs), que são complexos articulados dos setores industrial e agrícola. No Brasil, os CAIs envolveram a internalização da indústria de máquinas, equipamentos e insumos e, consequentemente a modernização e expansão do sistema agroindustrial, que passou a ser regulamentado através de políticas estatais. As articulações entre agricultura e indústria (a montante e a jusante) são a premissa básica para a formação do Complexo Agroindustrial (MARAFON, 2012).

Alguns autores chamam esse processo de “modernização conservadora” pois, embora aconteça em todo o país, ainda não pode ser considerado um processo único e fundamental. De acordo com o Censo Agropecuário do Brasil, realizado em 1995/6, nessa época, mais de 60% dos estabelecimentos agropecuários não utilizavam nenhum tipo de fertilizante (químico e/ou orgânico), como mostra o gráfico a seguir.

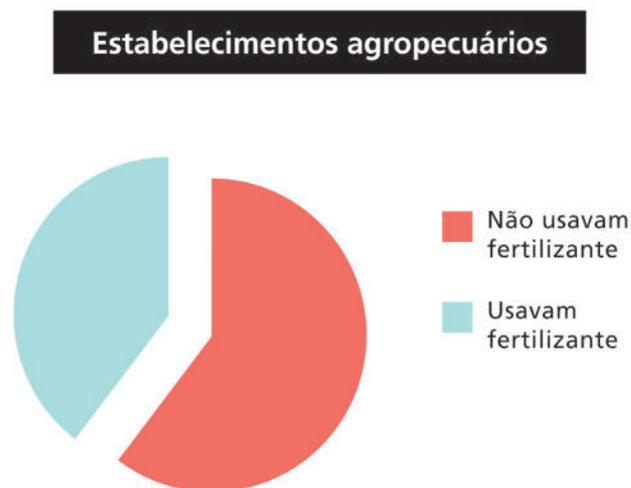


Figura 8.6: Uso de fertilizantes em estabelecimentos agropecuários, segundo o Censo Agropecuário do Brasil, realizado em 1995/6.

No entanto, é notório dizer que os estabelecimentos que usam maquinários e fertilizantes são as grandes propriedades rurais e, por isso, o Brasil é hoje um dos maiores consumidores mundiais desses insumos.

Nesse mesmo Censo Agropecuário de 1995/6, verificou-se que apenas 10% dos estabelecimentos no Brasil possuíam qualquer tipo de tratores, enquanto que no estado de São Paulo esse percentual era de 42% e, quanto maior o estabelecimento, maior a presença e o número de tratores. O mesmo acontece com o número de colheitadeiras, que apenas 2% dos estabelecimentos do país possuíam, contra 8% dos estabelecimentos de São Paulo. Os dados demonstram que o Brasil está longe de apresentar homogeneidade de consumo de bens produtivos em diferentes setores.

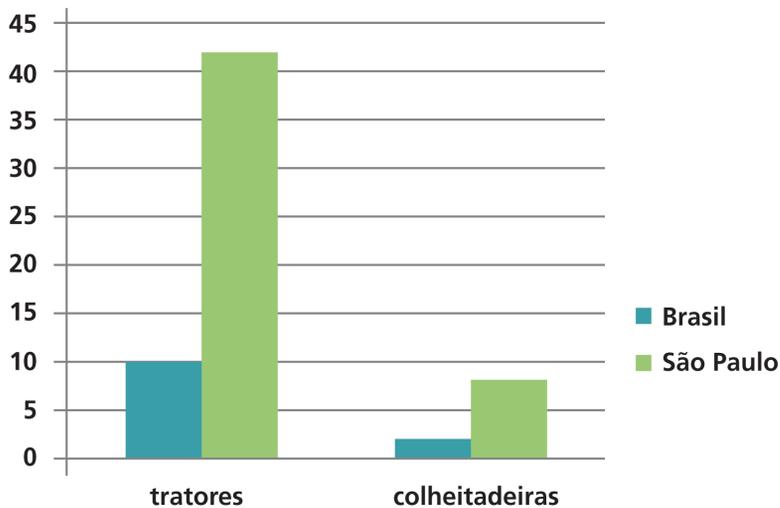


Figura 8.7: Comparativo entre Brasil e São Paulo, segundo Censo Agropecuário de 1995/6.



120 por um

O avanço da tecnologia no maquinário agrícola aumentou a produtividade e os lucros daqueles que tinham acesso às novas invenções. O trator foi um dos primeiros maquinários que substituiu a força animal, garantindo mobilidade e potência na lavoura.

tilo de vida nos interstícios dos latifúndios e contribuíram sobremaneira para o abastecimento das pequenas vilas e cidades.

É importante analisar o momento da escravidão e da abolição da escravatura com criticidade e entender que o fim desse modo de trabalho não significou a liberdade para os ex-escravos. A situação destes foi bastante complicada, muitos tiveram que migrar para as cidades, compondo, na maioria das vezes, o que hoje se conhece como favelas, e outros se tornaram posseiros em lugares distantes da cobiça dos grandes proprietários.

O crescimento urbano exponencial também demandou maior produção agropecuária para o abastecimento das cidades e de matérias-primas para as indústrias. Somando esse acontecimento com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e a ONU (Organização das Nações Unidas) incitaram a implantação de mudanças estruturais do espaço agrário dos países subdesenvolvidos. O objetivo alegado por eles era impedir que houvesse déficit na produção de alimentos e, conseqüentemente, evitar a fome em algumas partes do mundo. Para tanto, um conjunto de técnicas na produção agropecuária, conhecido como Revolução Verde, foi proposto para “resolver” o problema da fome mundial.

Essas mudanças consistiam em:

- utilizar adubos químicos, herbicidas, inseticidas e sementes modificadas geneticamente;
- adotar a técnica VAP (Variedade de Alta Produtividade);
- mecanizar o preparo do solo (cultivo e colheita);
- capacitar técnicos, especialistas e professores.



Sementes VAP ou Variedade de Alta Produtividade são sementes “melhoradas” geneticamente, que têm por objetivo aumentar a produção em condições morfoclimáticas preestabelecidas. Existem muitas contrapartidas em relação às sementes VAP, pois caso as condições climáticas não sejam aquelas mapeadas na normal

climatológica do lugar determinado, a produção da semente “melhorada” pode ser bem inferior à de uma semente comum.

Para garantir que os países subdesenvolvidos aderissem a essa proposta, os Estados Unidos ofereceram financiamentos para a importação dos insumos e os governos dos países periféricos passaram a desenvolver as diretrizes da Revolução Verde, promovendo pesquisas, propagandas e fornecendo créditos subsidiados para os produtores rurais.

A questão política da Revolução Verde

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, tem início a Guerra Fria, corrida armamentista entre os Estados Unidos e a extinta União Soviética. Nesse momento, as duas superpotências disputam, ideológica e economicamente, a hegemonia do mundo, no qual a União Soviética lidera o bloco dos países socialistas e os Estados Unidos lidera o bloco dos países capitalistas (mundo bipolar). Os demais deveriam se alinhar diante dessa conjuntura política e ficariam conhecidos como países de Terceiro Mundo; o bloco capitalista era classificado como Primeiro Mundo e o bloco socialista como Segundo Mundo.

É nesse momento que os capitaneares do bloco capitalista disseminam a ameaça da fome diante da postura dos países de Segundo Mundo e, num discurso salvacionista, lançam o projeto da Revolução Verde. Esse discurso, além de fazer frente à sua principal opositora, garante recursos financeiros e ainda leva muitos recursos para sustentar a invenção de tal alarme social.

A Revolução Verde no Brasil aconteceu no período do regime militar, o que favoreceu determinadas tomadas de atitudes, como:

- defesa do latifúndio monocultor;
- arquivamento dos projetos de reforma agrária;
- atração de empresas transnacionais para o país, a fim de se produzirem insumos agrícolas no Brasil;
- envio de professores e especialistas para o exterior em treinamentos específicos à adoção da Revolução Verde;
- criação de órgãos de pesquisa (Emater, Embrapa, entre outros);

- reformulação do papel do Banco do Brasil.

Tais posturas demonstram a importância do Estado para a realização da Revolução Verde no Brasil, tanto na modernização da agricultura, quanto na abertura de novos espaços de ocupação/exploração – com destaque para a região Centro-Oeste que foi, por longo período, a frente pioneira do processo de ocupação agrícola do país, também chamada de Fronteira Agrícola.



A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e foi criada em 26 de abril de 1973. Atua na geração de conhecimento e tecnologia para a agropecuária brasileira. Vale a pena acessar o site para conferir o trabalho desenvolvido por lá: <https://www.embrapa.br>

Os produtos cultivados nesses novos espaços da agricultura serão, principalmente, monoculturas de exportação de soja, milho, algodão, arroz e, posteriormente com os investimentos do Proálcool, a cana de açúcar (ANDRADES; GANIMI, 2007). É importante destacar que essa forma de se fazer agricultura tem como objetivo o abastecimento do mercado externo, ou seja, a produção se dá em grande escala, por meio de grupos hegemônicos transnacionais, com a finalidade específica de aumentar os lucros a cada safra, ainda que a disputa para com os demais concorrentes seja desigual.

O processo de modernização do campo brasileiro assistiu ao êxodo em massa de populações tradicionais, pois estas não conseguiram competir com os grandes grupos produtores que se valeram dos pacotes de benefícios e dos incentivos financeiros concedidos pelo Estado para aqueles que tendessem às normas estabelecidas pela Revolução Verde. A competitividade refletia (e ainda reflete) uma disputa desigual entre pequenos e grandes produtores, como pode ser visto na comparação das **Figuras 8.9**, a seguir.



Heir stahlhoefer

Figura 8.9: Agricultura familiar e agricultura mecanizada

Fonte: <http://www.colegioweb.com.br/wp-content/uploads/2015/04/129.jpg>; https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/4a/Arroz_097.jpg/375px-Arroz_097.jpg

O aumento da produtividade com a modernização dos campos é inegável, porém nem todos os pontos decorrentes disso são positivos. Como já foi dito, a competitividade entre os diferentes produtores (pequenos, médios e grandes) é desigual, o que provocou um grande êxodo rural na segunda metade do século XX. Ademais, outros impactos sociais, somados a problemas econômicos e ambientais foram observados a partir desse período. A seguir, listamos alguns deles:



Impactos ambientais:

- desmatamento para dar lugar às monoculturas de exportação;
- erosão do solo, pois com o desmatamento, ele fica mais fragilizado e susceptível a desmoronamentos;
- proliferação de pragas, visto que todos os predadores naturais de uma determinada plantação são eliminados. Por exemplo, em uma monocultura de algodão, se o besouro-bicudo (praga dos algodoeiros) não tem predador, isso pode acabar com uma produção inteira;
- erosão genética, que é o processo de extinção das espécies. Como o cultivo não é dado de forma natural, muitas espécies acabam se extinguindo;
- contaminação de solos, rios e lençóis freáticos devido ao amplo uso de agrotóxicos para a eliminação de ervas daninhas e outras formas de vida indesejáveis;

- redução da capacidade de drenagem do solo, aumento do número de alagamentos e elevação do nível do lençol freático;
- diminuição de oxigênio na água devido ao uso de fertilizantes químicos.



Impactos sociais e econômicos:

- contaminação humana por agrotóxicos, seja pela manipulação dos mesmos ou pelo consumo de produtos que os contenham;
- desigualdade e exclusão na produção agrícola;
- êxodo rural;
- concentração fundiária e concentração da renda;
- aumento dos conflitos pela terra e mobilização de grupos como MST, Via Campesina, entre tantos outros, pela reforma agrária;
- substituição da mão de obra humana por maquinários, aumentando o número de trabalhadores temporários e o exército de reserva.

Muitos outros impactos positivos e negativos podem ser elencados. Esses são apenas alguns destacados, a fim de demonstrar que, apesar de a Revolução Verde ter aumentado a produtividade de artigos agrícolas no Brasil, muitos outros prejuízos ambientais e socioeconômicos foram verificados após a adoção desse modelo de modernização dos campos. De tal maneira, o objetivo fundamental da terra, que é o de exercer a sua função social, produzindo alimentos para a população brasileira, não é respeitado. A industrialização é cara, portanto não é acessível a todos, apenas aos favorecidos, distanciando-os cada vez mais. Novamente, a lógica da reprodução do capital é privilegiada.

A ocupação de novas terras será comum nessa segunda metade do século XX, pois o capital agrário modernizado buscará o avanço territorial como forma de progressão de suas ações e, claro, objetivando o retorno financeiro. Esse avanço territorial ficou conhecido como expansão da fronteira agrícola, que gerou, e ainda gera, muitos conflitos fundiários. A modernização que se inicia na região Centro-Sul do país ganha novos moldes ainda nas primeiras décadas da segunda metade do século XX e traça rumos em direção à Amazônia. Atualmente, de acordo com estudos do Ibama, a fronteira agrícola pode ser traçada conforme a linha vermelha na **Figura 8.10**, a seguir.

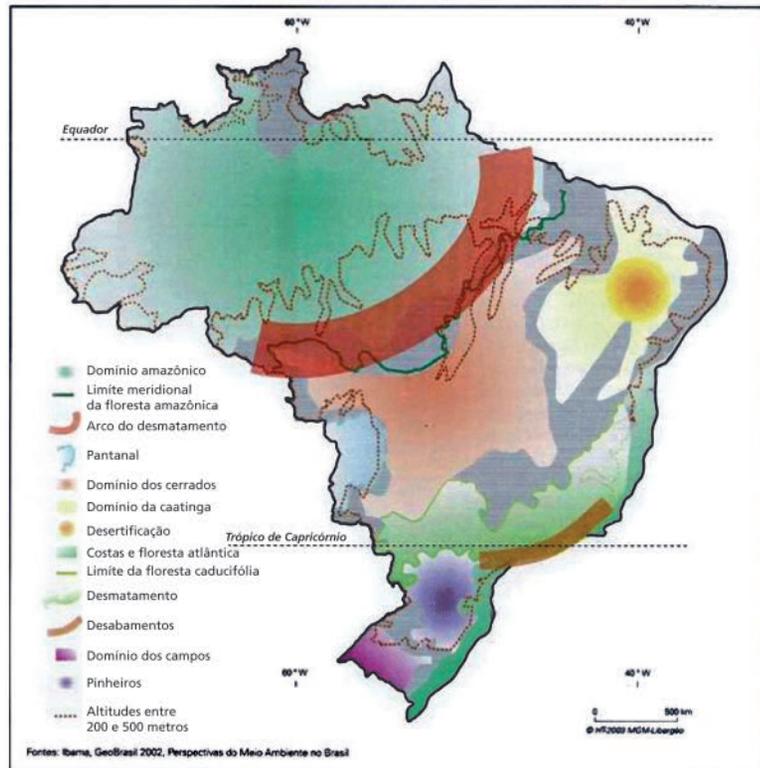


Figura 8.10: Domínios morfoclimáticos e a expansão da fronteira agrícola na região da Amazônia.

Fonte: <http://www.olhardireto.com.br/agro/imgsite/noticias/desmatamento.gif>

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Ao longo da aula você pôde perceber as grandes mudanças positivas e negativas ocorridas com a modernização da agricultura no Brasil. Eleja um município de sua preferência e faça uma breve pesquisa sobre a história da modernização (ou não) de seu meio rural. Elenque os pontos bons e ruins dessa modernização e indique as principais consequências sofridas pelo município (ambientais, sociais e/ou econômicas).

Para realizar essa atividade você pode:

e) fazer uma entrevista informal com um agricultor mais velho que tenha vivido as transformações e/ou imposições da modernização dos campos, ou Revolução Verde, ou

Atividade 3

Atende ao objetivo 3

Qual a relação entre a Revolução Verde e o avanço da fronteira agrícola?

Resposta comentada

Vimos que a Revolução Verde aumentou a capacidade produtiva dos espaços rurais. Vimos também que a procura por novos espaços que aportassem as tecnologias sugeridas pelos países centrais tiveram sucesso na região Centro-Oeste do Brasil e, aos poucos, foi se espraiando em direção à região amazônica. Sendo assim, a fronteira que limitava as práticas agrícolas intensivas, com a disponibilidade de maquinários e demanda de terras, seguiu-se em direção às terras esvaziadas do país, o que chamamos de avanço da fronteira agrícola.



Relação campo × cidade

É possível afirmar que, com a modernização da agricultura, a relação campo × cidade tomou novas formas. Isso porque, além de desempenhar funções tradicionais, como fornecer matérias-primas e mão de obra para a cidade e consumir produtos fabricados nela, o campo tem apresentado novas atividades, antes ligadas ao espaço urbano, como a

produção industrial, o turismo, entre outras.

Os complexos agroindustriais e o agronegócio merecem destaque, pois são frutos da Revolução Verde e de todo o processo de modernização do espaço rural brasileiro (MARAFON, 2012). Para tanto, é importante compreender os diferentes momentos políticos, econômicos e sociais que corroboraram para diferentes relações entre o campo e a cidade, sem, contudo, desconsiderar o espaço e o tempo.



Agronegócio é um termo dissidente do termo *agrobusiness* e se refere a toda relação comercial e industrial que envolve as atividades agropecuárias. Alguns autores dividem o agronegócio em três etapas:

- 1ª etapa ou “dentro da porteira”: representa os produtores rurais, que podem ser desde os camponeses até empresas rurais;
 - 2ª etapa ou “pré-porteira”: são as indústrias e o comércio fornecedores de insumos para a produção rural, como defensivos químicos, equipamentos, fertilizantes, entre outros;
 - 3ª etapa ou “pós-porteira”: são os negócios responsáveis pelo transporte, beneficiamento e venda dos produtos até a chegada ao consumidor final. São eles os frigoríferos, supermercados etc.
-



Figura 8.11: Vista de São José dos Campos, município localizado no interior de São Paulo e reconhecido como um dos maiores complexos agroespaciais da América Latina.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/27/Sao-jose-dos-campos-SP.jpg>

Ruy Moreira, em seu livro *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*, explica a acumulação primitiva através da aliança cidade-campo na sociedade capitalista de meados do século XIX, como sendo causada pela dissociação e entrosagem entre indústria e agricultura, que forja a divisão territorial do trabalho – na qual “a separação cidade-campo é a base por excelência” (MOREIRA, 2013, p. 20). Assim, desdobra-se a formação do mercado de terras, do mercado de força de trabalho e consequentemente, de dinheiro.

Em outras palavras, em um momento inicial do sistema capitalista, o campo é responsável apenas pelo fornecimento daquilo que a cidade demanda: mão de obra, matéria prima e consumo de determinados artigos produzidos nela. Em certos lugares, o uso de perversidades para atingir o objetivo principal – o lucro – era mais intensivo, como nas plantations, onde se usava a mão de obra escrava e o plantio de um só produto (latifúndio monocultor), que, geralmente, tinha os países centrais como destino principal.

Nos dias atuais, não se veem mais *plantations*, mas há formas muito semelhantes de se gerarem lucros: os latifúndios monocultores voltados à exportação continuam sendo subsidiados pelo governo brasileiro e a mão de obra escrava é travestida nos papéis dos boias-frias, dos trabalhadores endividados, “meeiros”, entre outros.



Marco Evangelista

Figura 8.12: Fiscais do Ministério do Trabalho e agentes da Polícia Federal em carvoaria clandestina, um dos locais onde mais ocorrem situações de trabalho ilegal.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:CarvoarialregularByMarcoEvangelista.jpg>



Um pouco mais de Ruy Moreira e sua concepção da relação cidade-campo no Brasil:

Daí a relação cidade-campo ser a ossatura que contempla e articula em aliança desde a totalidade das oligarquias rural-regionais remanescentes do período pré-republicano até as frações urbanas igualmente oligárquicas da cidade, em uma unidade cidade-campo de escala nacional, e ser essa ossatura para mais além, rumo à escala mundial, no seu caráter de um combinado que faz da formação social brasileira uma forma particular de síntese da universalidade do capitalismo mundializado e da singularidade de classes do agrarismo e industrialismo, que nela se fundem em uma só totalidade (2013, p. 24).

A nova dinâmica da agricultura brasileira se deu graças à imposição do capital internacional e suas diretrizes:

- suspensão do tráfico negreiro (1850) e a transição para o uso da mão de obra livre;
- absorção de imigrantes e
- atuação no abastecimento do mercado externo, com artigos como a cana de açúcar e o café.

A configuração do complexo cafeeiro na região do Vale do Paraíba criou um amplo mercado e ampliou a divisão social do trabalho. Essa divisão teve como consequência a composição de espaços distintos – a cidade e o campo –, bem como suas funções na sociedade.

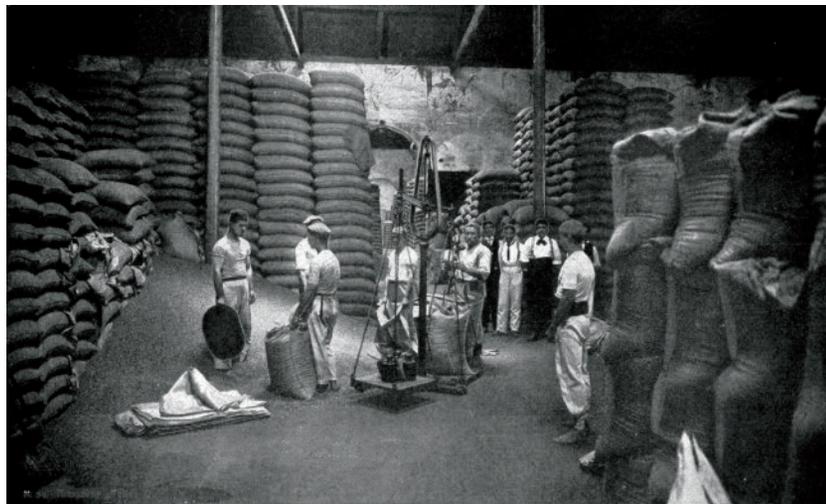


Figura 8.13: Ensacamento para exportação, no auge do ciclo do café.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Preparing_for_coffee_shipment.jpg

Até pouco tempo, o campo era entendido como o local onde se desenvolviam as atividades agrícolas e pecuárias. No Brasil, tal entendimento se estendeu até muito recentemente. Acredita-se que também por isso muitos problemas estruturais tenham se sustentado por mais tempo e/ou até os dias de hoje, tais quais: a relação exploratória de produção, a alta concentração fundiária, elevadas taxas de desigualdade social no campo, carência de serviços públicos básicos, entre outros (BELUSSO, 2008).

Espaços periurbanos

Espaços usados como “reserva de valor” para futuras expansões urbanas ou, ainda, áreas degradadas que apresentam grandes danos ambientais.

Entender a relação campo × cidade na contemporaneidade é relevante devido às grandes transformações ocorridas naquele e às dificuldades de distinção entre os espaços rurais e urbanos. Alguns autores, como Ana Rute do Vale, optaram por realizar tal compreensão a partir da análise dos **ESPAÇOS PERIURBANOS** e das atividades desenvolvidas no

campo e na cidade que se mesclam na disputa pelo uso do solo. Além da atenção devida aos espaços periurbanos, é preciso atentar-se ao crescimento exacerbado das cidades, pois “quando o crescimento da cidade é desordenado significa que a relação cidade-campo não vai bem” (BE-LUSSO, 2008, p. 122).

A presença no campo de pessoas vindas das cidades que, em muitos casos, não desempenham atividades propriamente agrícolas, possibilita, a expansão das redes de comunicação, melhorias em tecnologias e na logística dos negócios. Assim, o espaço rural vai se modificando e sediando atividades não agrícolas, tornando-o cada vez mais complexo, mais urbano e mais cosmopolita (MARAFON, 2012).

Entre as novas atividades do campo, o turismo merece destaque, pois além do desenvolvimento das áreas de lazer, um grande número de pessoas foi demandado nesse “novo rural”, a fim de sustentar a expansão de tal atividade, como pode ser observado nas **Figuras 8.14 e 8.15** a seguir.



Figura 8.14: Cavalgada como atividade turística em Santa Rita do Pardo, MS.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cavalgada_em_Santa_Rita_do_Pardo-MS_5.JPG



Figura 8.15: Oficina de horticultura em Manacapuru, Amazonas.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Agricultura_no_Brasil#mediaviewer/Ficheiro:Projeto_Rondon_2009_Manacapuru.JPG



De acordo com a Organização Mundial do Turismo, 3% dos turistas de todo o mundo estão optando pelo turismo rural. A pesquisa relata que até 2015 esse percentual deve chegar aos 6%, devido à procura pela tranquilidade e paz associadas ao campo. No entanto, os responsáveis pela investigação dizem que o turista não quer apenas ser um observador, mas também entender e protagonizar a rotina do homem rural.

As novas atividades não agrícolas presentes no campo serão melhor abordadas na Aula 14 – “Multifuncionalidade e pluriatividade: novos atores no rural brasileiro”. Por enquanto, é importante compreender que o espaço rural não é somente agrícola sendo, portanto, híbrido. Lê-

-se hibridação como “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2003, p. XIX), entendendo que as melhorias nos espaços rurais são diretamente proporcionais à capitalização daqueles que vivem no campo.

“Surge assim uma nova relação campo-cidade baseada não mais nas contradições, mas na complementaridade e na dependência” (MARAFON, 2012). Com o passar dos anos e com a influência cada vez mais incisiva da globalização, a população urbana tende a crescer e a população rural, a diminuir. O espaço rural passa a surgir por exclusão – tudo aquilo que não é urbano é rural –, mas sabe-se que a realidade é bem mais complexa que essa, proposta pelo IBGE, um dos principais órgãos responsáveis por prover dados e informações do país em diversos segmentos.

O rural se distancia cada vez mais do agrícola, em contrapartida, aproxima-se e, em alguns momentos, funde-se com o urbano, mas sempre preservando suas especificidades, que podem ser observadas sob a ótica de Rua (2006), por meio das “urbanidades no rural” e das “ruralidades no urbano”.



A discussão sobre urbanidades e ruralidades, bem como a modernização agrícola, já foi abordada na disciplina Geografia Agrária. Caso seja necessário, retome algumas leituras para consolidar seus conhecimentos. Atente-se no fato de que agora o enfoque é o espaço rural brasileiro.

Flamarion Dutra Alves elaborou esquemas elucidativos que explicam em três etapas essas transformações na relação campo × cidade, como pode ser observado nas **Figuras 8.16, 8.17 e 8.18**.

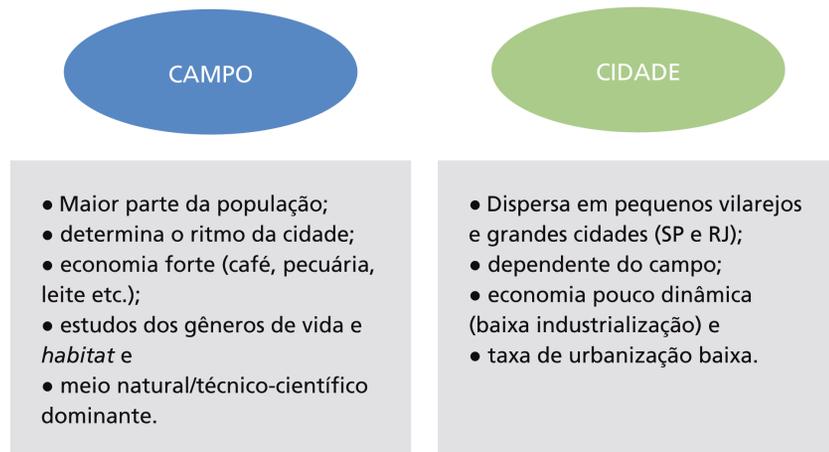


Figura 8.16: Relação campo-cidade nos estudos clássicos da Geografia – 1930 a 1960 (ALVES, 2010).

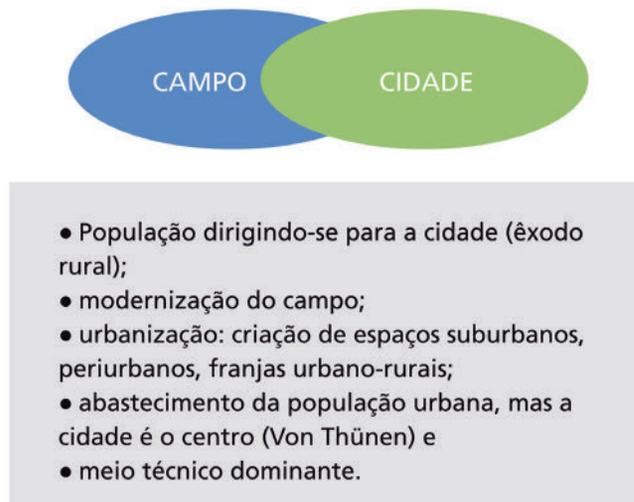


Figura 8.17: Relação campo-cidade nos estudos teóricos da Geografia – 1960 a 1980 (ALVES, 2010).



Figura 8.18: Relação campo-cidade nos estudos críticos/contemporâneos da Geografia – 1980 a 2009 (ALVES, 2010).

A relação campo × cidade no território fluminense

O espaço rural fluminense, assim como o brasileiro, convive com o moderno e o tradicional. Moderno porque é possível observar o uso de técnicas sofisticadas de produção, mas em sua maioria vê-se o avanço da agricultura empresarial combinada ao baixo nível técnico de algumas atividades rurais, à elevada degradação do meio ambiente, ao uso de mão de obra infantil e a baixíssimas remunerações.

Como foi apresentado no início desta aula, o século XIX foi palco de grandes transformações na legislação e, por conseguinte, na estrutura fundiária brasileira (e fluminense). Nesse momento, muitas mudanças emergiram e conduziram o espaço rural fluminense ao ostracismo.

Até 1822, as terras brasileiras pertenciam a Portugal, que cedia seu uso a pessoas ligadas à Coroa que se comprometiam a ocupar o território e explorá-lo tal como a metrópole sugeria. Entre 1822 e 1850, o sistema de posse das terras foi alterado, passando a valer a posse de terras devolutas, o que pouco influenciou na estrutura fundiária, visto que ainda vigorava a escravidão e os trabalhadores não tinham acesso à terra, ou seja, os latifundiários permaneceram com seus privilégios e exercendo seu poder político. O ano de 1850 foi o palco de duas grandes mudanças: a proibição do tráfico negreiro e a Lei de Terras, que legitimou que as terras só poderiam ser adquiridas através da compra e venda; dificultando o acesso a elas pelas classes populares.

Diferentemente do analisado no território brasileiro, a estrutura fundiária fluminense apresenta-se pouco concentradora, o que pode ser explicado pelo grande desgaste do solo devido à monocultura do café ao longo do século XIX.

Compare a estrutura fundiária do estado do Rio de Janeiro e do Brasil, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006:

Tabela 8.1: Estrutura fundiária do Brasil, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006

BRASIL: ESTRUTURA FUNDIÁRIA – 2006		
Tamanho das propriedades (%)	Número de estabelecimentos (%)	Área ocupada pelas propriedades (%)
Até 10 hectares	34	2,36
De 10 a 100 hectares	33,8	19,06
De 100 a 500 hectares	6,67	22,96
De 500 a 1.000 hectares	0,62	11,2
Acima de 1.000 hectares	0,28	44,42
Total	100	100

Fonte: Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Tabela 8.2: Estrutura fundiária do Rio de Janeiro, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006

BRASIL: ESTRUTURA FUNDIÁRIA – 2006		
Tamanho das propriedades (%)	Número de estabelecimentos (%)	Área ocupada pelas propriedades (%)
Até 10 hectares	58,63	5,50
De 10 a 100 hectares	33,79	30,46
De 100 a 500 hectares	6,69	38,19
De 500 a 1.000 hectares	0,62	11,81
Acima de 1.000 hectares	0,27	14,04
Total	100	100

Fonte: Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Esses números são consequência do grande desgaste do solo ocasionado pela cafeicultura que se iniciou no século XIX no interior da cidade do Rio de Janeiro, no atual bairro da Tijuca.



Jean-Jacques François Coindet

Figura 8.19: Pintura do século XIX da região do bairro Andaraí, que deu origem a outros bairros, inclusive a Tijuca.

Fonte: <http://migre.me/kC5Ja>

A Revolução Industrial e o aumento da demanda pelo café fizeram com que o espaço rural fluminense se debruçasse sobre o cultivo cafeeiro, que rapidamente se expandiu para o Médio Vale do Paraíba. A economia cafeeira levou dinamismo econômico para a região e grande destruição do meio natural. Com o fim da escravatura e a ascensão da cafeicultura no estado de São Paulo, a agricultura fluminense declinou sobremaneira e logrou por muitos anos até se recuperar, ainda que timidamente. As antigas fazendas foram lentamente ocupadas e deram lugar à pecuária intensiva e extensiva, visando o abastecimento do mercado da cidade do Rio de Janeiro.

Além desses obstáculos, é preciso destacar que a morfologia fluminense não é das mais favoráveis. O relevo acidentado dificulta a mecanização, assim como a expansão do mercado imobiliário. O que se pode afirmar, contudo, é que o espaço rural fluminense está subordinado às demandas da região metropolitana, o que configura uma relação campo × cidade bastante vertical e comum nos dias de hoje. No mapa a seguir (**Figura 8.20**), é

possível observar as principais produções agropecuárias do estado do Rio de Janeiro, com atenção para a pluriatividade, que é a alternativa utilizada para complementar a renda familiar dos pequenos agricultores desse estado.



Figura 8.20: A agropecuária do estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Atlas histórico e geográfico do estado do Rio de Janeiro. Cecierj, 1993.

A região metropolitana é responsável pela maior produção do PIB do estado do Rio de Janeiro. Esse quadro econômico é protagonizado pelos setores secundários e terciários, com destaque para as refinarias, siderúrgicas, indústria naval, construção civil e indústria de bens de consumo não duráveis (bebidas, roupas, cosméticos, farmacêuticos etc.).

A atividade mais representativa do Noroeste Fluminense, que apresenta o menor PIB do estado, é a pecuária extensiva, seguida do café e da fruticultura. O vizinho Norte Fluminense se destaca pela monocultura da cana-de-açúcar e pela pecuária bovina do tipo extensiva. Atualmente, com a intensificação da extração de petróleo na bacia de Campos, a região vem dinamizando suas atividades, a fim de se adaptar às novas demandas da cidade.

A Região Serrana apresenta produção de hortaliça e de aves, no entanto, suas atividades de maior expressão são a indústria têxtil e o turismo. O Médio Paraíba apresenta fraca atividade primária, com presença pouco expressiva de produção leiteira, assim como o Centro-Sul Flu-

minense, com destaque para a atividade leiteira e para a produção de tomates no município de Paty do Alferes. As Baixadas Litorâneas apresentam uma decadente citricultura e pecuária, sendo o turismo a base da economia da região atualmente. E, enfim, na região da Costa Verde, onde a única atividade agrícola é o plantio da banana, as indústrias de destaque são a naval (em Angra do Reis) e o turismo, que também é a base da economia regional.

Como se pôde observar, os espaços rurais do estado do Rio de Janeiro são híbridos e têm o campo subordinado à cidade. No entanto, os meios rural e urbano fluminenses são integrados como espaços de consumo.

==== **Atividade 4** =====

Atende ao objetivo 4

De maneira geral, o campo tem se subordinado às demandas da cidade, e os espaços estão mais híbridos, mantendo, contudo, suas especificidades.

1. Explique por que o espaço rural é considerado híbrido, definindo o que são espaços híbridos.

2. Dê um exemplo da alternativa encontrada pela população residente nos espaços rurais para lidar com as transformações da modernização da agricultura e da relação campo × cidade.

Resposta comentada

1. O espaço rural é híbrido porque não é somente agrícola. Ele rompe com a ideia de que o campo tem como função principal produzir alimentos, sendo a agricultura sua atividade predominante. E se hibridação são “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2003, p. XIX), o rural está cada vez mais híbrido, pois é notória a presença de urbanidades no campo.

2. A resposta é pessoal, mas sugere-se que você fale sobre a pluriatividade, pois ela oferece a muitas famílias rurais a possibilidade de sua permanência e reprodução no campo. As principais características da pluriatividade são o trabalho em tempo parcial, em face da diminuição da jornada de trabalho, decorrente do desenvolvimento e da incorporação de tecnologias de produção, e a liberação de parte dos membros das famílias para a execução de outras atividades. Estas podem estar ligadas à agricultura ou não, mas vão complementar a renda familiar, possibilitando a tais famílias permanecer nos espaços rurais.

Conclusão

Diante do que foi exposto, podemos perceber que as intensas transformações nos espaços rurais brasileiros ao longo dos séculos XIX e XX intensificaram a desigualdade social nos campos. A legislação e o acesso à terra foram aprimorados a fim de beneficiar os grandes proprietários. Por sua vez, os pequenos e médios proprietários enfrentam, ainda hoje, as dificuldades do trabalho no campo e da disputa desigual com as grandes propriedades modernizadas. Estas obtêm vantagem na corrida capitalista lançando mão de técnicas e insumos agrícolas (muitas vezes financiados apenas para agroempresários) e, assim, podem baratear sua produção.

A modernização dos campos, a Revolução Verde e os complexos agroindustriais são exemplos de transformações desiguais que acentuam a heterogeneidade estrutural dos campos, ou seja, aumentam as desigualdades sociais e dificultam o acesso à terra por parte da população menos favorecida. Desse modo, o êxodo rural e o inchaço das cidades são notórios. Ainda assim, o número de pequenas propriedades presen-

d) *site* do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/> e

e) *site* do IBGE Cidades: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow>; e Lembre-se de que a metodologia empírica é tão importante quanto a epistemológica! Pergunte e ouça os mais experientes.

Resumo

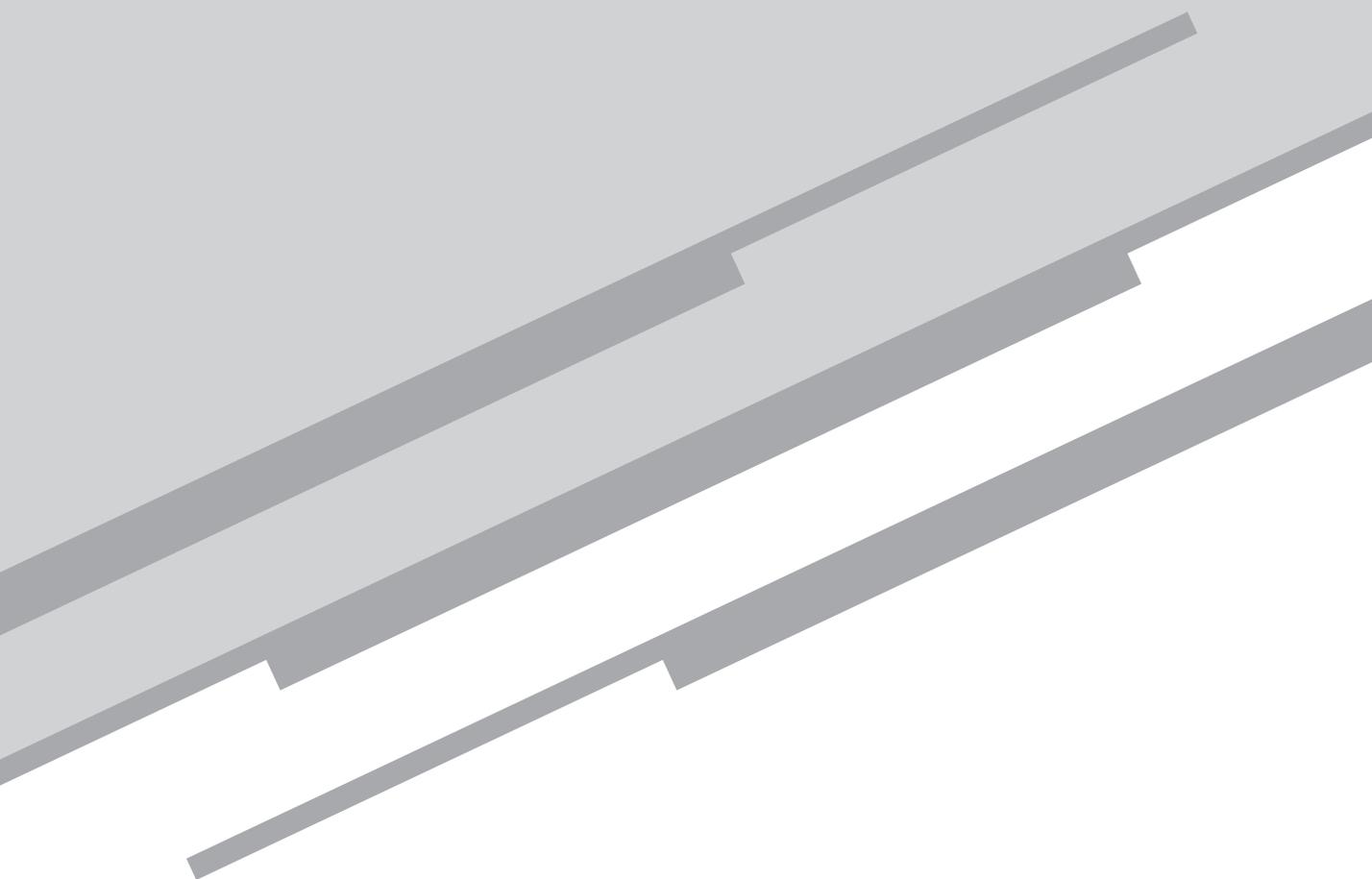
O século XIX foi um período de muitas transformações, como a criação do Estado Nacional, o fim da Lei das Sesmarias, a criação da Lei de Terras, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República.

A modernização dos campos teve consequências positivas e negativas, assim como a Revolução Verde. É importante lembrar que nem todos os proprietários de terra tiveram acesso a essas modernizações. Em geral, os pequenos proprietários foram excluídos desse processo, visto que sua condição financeira não permitia (e ainda não permite) as aquisições impostas pelas revoluções e, portanto, muitos permanecem na agricultura tradicional.

Desde a colonização se pode perceber a grande concentração de terras no Brasil e o favorecimento da elite agrária. A relação cidade × campo apresentou algumas transformações ao longo do tempo. Atualmente é possível observar certa hierarquização referente a esses dois meios: as tomadas de decisão vindo da cidade e o campo como executor das demandas urbanas.

Aula 9

Os movimentos sociais e a luta pela terra



Aline da Fonseca Sá e Silveira

Meta

Apresentar os principais movimentos sociais brasileiros, seus contextos políticos e as reorganizações do espaço agrário como forma de luta em prol da Reforma Agrária. Apresentar a importância e perspectiva das populações tradicionais que dependem diretamente da agropecuária para a manutenção de suas comunidades, territorialidade e identidade, entre outros.

Objetivos

Espera-se que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar a política de terras no Brasil e seus verdadeiros beneficiados ao longo da construção da legislação no âmbito nacional;
2. definir o que é movimento social e quem são os atores que compõem esse(s) movimento(s);
3. identificar os diferentes momentos históricos da política nacional e os modelos criados para a promoção dos espaços agrícolas e desmistificar o movimentos sociais como grupos criminosos;
4. analisar a importância da terra e a luta por ela a partir de populações tradicionais mais invisibilizadas pelo processo totalitário do capitalismo, como os indígenas, os quilombolas, os caiçaras e ribeirinhos.

Pré-requisito

Ao longo do terceiro período a disciplina Geografia Agrária debruçou-se sobre a questão fundiária *mundial*. Após essa análise em escala global, Geografia Agrária do Brasil vem, em seguida, esclarecer assuntos *nacionais*.

Assim, caminhando no sentido do mais abrangente ao mais específico, retomamos, agora, a Aula 14 de Geografia Agrária, que tratou da Reforma Agrária como meio de reorganização do espaço agrário para, nesta aula, construirmos o entendimento de um processo que, contrariamente ao que propomos, tem sido historicamente criminalizado pela mídia.

Introdução

Os grupos a serem analisados ao longo desta aula possuem vasta literatura que nos proporcionam a compreensão de suas investidas e tentativas de se valer da democracia para propor ações como uma melhor distribuição de terras e aumento da produtividade das propriedades rurais.

As comunidades tradicionais também serão abordadas em nossa aula, pois elas são diretamente afetadas, como a mercantilização da terra. Mostraremos que, nas últimas décadas, muitos grupos têm-se organizado a fim de garantir os direitos das **populações tradicionais**.

As relações de solidariedade dessas comunidades estão baseadas na reciprocidade e no sentimento de pertencimento, que pode ser lido como uma relação de identificação com o território e os elementos que o compõem. É importante ressaltar que os processos advindos da modernidade tardia, que fazem com que o entranhamento das pessoas nas estruturas sociais e econômicas locais varie de acordo com o tempo/espaço não deslegitima a população como tradicional, como muitos latifundiários costumam afirmar.

Um exemplo dessa afirmação é o uso de tecnologia pelos índios. A reportagem a seguir é um exemplo de que as comunidades tradicionais podem usar tecnologias sem perder sua legitimidade.

Populações Tradicionais

São aquelas que, em geral, ocupam um determinado território há muito tempo, onde apenas a moradia é entendida como parte individual, sendo a parcela restante encarada como bem coletivo e regulamentada pelos costumes postos pela própria comunidade.

Índio Paiter-Suruí usa tecnologia para preservar a Amazônia

Com ajuda de multinacionais, ele combate madeireiros e expansão do agronegócio

Desde que teve seu primeiro contato com o homem branco em 1969, a tribo Paiter-Suruí de Rondônia viu seu modo de vida e cultura ameaçados pela modernidade. Os mais de cinco mil índios de quatro clãs espalhados por aldeias numa área de mata virgem de 2,480 mil quilômetros quadrados no município de Cacoal foram abatidos aos poucos por doenças, invasões de madeireiros, avanço desordenado do agronegócio sobre a floresta, alcoolismo e o êxodo de nativos à procura de melhores condições de vida. A certa altura, sobraram pouco mais de 250 índios, conta o cacique Almir Narayamoga Suruí, de 37 anos, um dos mais ativos defensores do povo Paiter-Suruí que foi eleito em novembro do ano passado, formalmente, o líder da comunidade pelo Parlamento Indígena. A escolha não aconteceu sem razão. Almir Suruí é hoje um dos mais requisitados palestrantes do planeta quando o assunto é preservação autossustentável da Floresta Amazônica. E premiado também. Foi dele a ideia de combater os males da modernidade que se abatiam sobre seu povo com as ferramentas mais modernas do planeta: o Google, laptops, aparelhos celulares e GPS.

– Nós decidimos usar a tecnologia para melhorar a comunicação, monitorar as ameaças à floresta e divulgar nosso plano de gestão das riquezas da mata e preservação da cultura suruí – diz Almir. – Mais de 400 caminhões com madeira extraída ilegalmente saíam do nosso território todos os dias. Precisávamos parar com aquilo. [...]

Gilberto Scofield Junior (03/03/2012)

Fonte: <http://oglobo.globo.com/brasil/indio-paiter-surui-usa-tecnologia-para-preservar-amazonia-4174905#ixzz36hoW6Ki5>

O surgimento dos movimentos sociais

Os movimentos sociais rurais surgiram diante da necessidade da terra e pelo afastamento crescente dos pequenos produtores ao acesso à terra, como já visto na aula número 8 (Modernização da Agricultura Brasileira e as Relações Campo/Cidade). No século XIX, esse afastamento ocorreu principalmente por conta da promulgação da Lei de

Terras, de 1850, momento em que a terra ganha valor e importância mercadológica, pois passa a ser adquirida, apenas, a partir de sua compra – o que inviabiliza o acesso à terra pelos pequenos produtores. A terra se transforma em sinônimo de reserva de valor, ou melhor, de poder.

Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850

Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º Ficam prohibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes.

Paragpho unico. Os Juizes de Direito nas correições que fizerem na forma das leis e regulamentos, investigarão se as autoridades a quem compete o conhecimento destes delictos põem todo o cuidado em processal-os o punil-os, e farão effectiva a sua responsabilidade, impondo no caso de simples negligencia a multa de 50\$ a 200\$000.

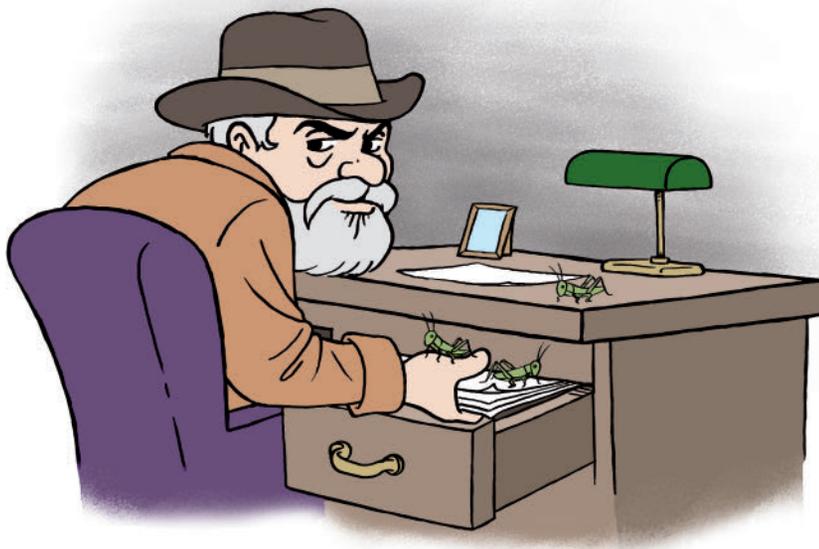
[...]

Terras devolutas

A Lei das Terras decretava a devolução ao poder público de todas as terras que haviam sido doadas em Sesmarias. Todas aquelas propriedades que não tivessem sido cultivadas passaram a pertencer ao patrimônio público – daí o termo terras devolutas.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm

A Lei de Terras foi necessária, pois, neste mesmo ano, o tráfico negreiro foi extinto e, assim, houve a necessidade de se substituir a mão de obra escrava. O incentivo à colonização era uma tentativa de contrabalancear os efeitos da Abolição, fazendo com que os colonos imigrantes adquirissem lotes de **terras devolutas** do antigo sistema de sesmarias. A Lei nº 601 transformou a estrutura fundiária da época e muitas fortunas foram forjadas à base da violência, com destaque para os espaços rurais da Bahia e das regiões Sudeste e Sul. Inúmeros proprietários de terras apresentaram documentação falsificada, sendo chamados de “grileiros”, termo usado até os dias atuais.



Escrituras e grilos

Muitos fazendeiros, após a Lei de Terras, tentaram legitimar a posse de suas terras apresentando documentos falsos. Monteiro Lobato, no livro “O Príncipe Negro e a Onda Verde” descreve que, no oeste paulista, era corriqueira a falsificação de títulos de propriedade e a

maneira astuciosa para envelhecer as escrituras (exigência da Lei nº 601) era colocá-las numa gaveta fechada com um monte de grilos vivos, pois os animais apodreciam e suas toxinas envelheciam os documentos. Desde então, se usa o termo grileiro.

Fonte: Folha de S.Paulo, 22 fev. 1996

Para entender o surgimento dos primeiros movimentos sociais organizados em prol da democratização da terra, vamos primeiro compreender o que são movimentos sociais e os movimentos sociais rurais no Brasil.

O conceito de movimento social surge com os revolucionários do movimento operário europeu e, de maneira geral, tem como objetivos gerais difundir os ideais de emancipação e representar uma fonte de desafio e denúncia das contradições dos códigos culturais dominantes (RODRIGUES, 2011).

Muitos autores que colaboraram com o desenvolvimento do conceito apresentam outras reflexões não menos importantes, como a emancipação política e social (Marx), a consciência de classe (Luckács), reforma intelectual e moral (Gramsci) e outros mais, mas o que se tem em comum é a crítica ao capitalismo. O caminho nem sempre aponta para o socialismo, no entanto, busca-se a reflexão dos indivíduos sob uma perspectiva coletiva que, dessa maneira, vão originar o movimento social, coletivo. De acordo com Alentejano, muito influenciado por Melluci, tem-se:

[...] os movimentos sociais podem ser vistos como expressões dos conflitos de classe e parte destes ou como nova forma de expressão política, independente da problemática das classes sociais e até antagônica a esta [...] é uma forma de ação coletiva baseada na solidariedade, desenvolvendo um conflito, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação, o que o distingue de outras manifestações, como a delinquência, as reivindicações organizadas [...] é uma contestação aos padrões dominantes, de modo que os movimentos praticam no presente as mudanças pelas quais lutam no futuro (2007, p. 99).

Ainda em Alentejano, mas agora sob influência de Martin, com a intensificação da globalização, observou-se um crescimento dos movimentos sociais localizados, que Alentejano denomina *movimentos socioespaciais (MSEs)*, principalmente no Brasil. Os MSEs têm o espaço como trunfo e o seu desenvolvimento tem como objetivo superar a atuação do local e alcançar o global.

Esses movimentos são boas formas para se compreender o exemplo exitoso do Movimento dos Sem Terra (MST) que territorializa suas ações e se apropria do espaço social, como numa ocupação que representa a afirmação da sobreposição de um projeto de sociedade muito diferente do modelo que estamos acostumados a ver.

O geógrafo brasileiro Bernardo Mançano Fernandes dedica sua vida aos estudos sobre os movimentos sociais rurais. Ele destaca o MST como um movimento socioespacial que considera o território como um trunfo e por isso realiza as ocupações em terras improdutivas ou subutilizadas, já que vê no território uma ferramenta, um trunfo a ser considerado na luta pela reforma agrária. Esse processo socioespacial cria e recria o **campesinato**, pois cunha relações sociais para produzir seus próprios territórios.

Campesinato

Conjunto de agricultores de uma região, de um Estado. Condição dos camponeses.

Fonte: <http://www.dicio.com.br/campesinato/>

As Ligas camponesas e as organizações sociais rurais



As Ligas camponesas surgiram após sucessivos movimentos sociais de mesma natureza que ocorreram nas décadas de 1940, 50 e 60. Com tal denominação, iniciou-se no estado de Pernambuco, mais especificamente no engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, e depois se

expandiu para outras regiões. O engenho da Galileia reunia 140 famílias de **foreiros** em 500 hectares de terra.

No dia 1º de janeiro de 1955, criou-se a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), mas como houve antes dela tantas outras ligas, a mídia tratou de batizar a SAPPP de “liga”, e assim ficou conhecida. O então Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve grande influência na propagação das ideias e dos ideais das ligas. A sua criação, é claro, provocou a revolta do proprietário do engenho Galileia e, de acordo com Camargo,

A criação da Liga de Galileia provocou a reação do filho do proprietário do engenho, temeroso, como era natural, de que a consolidação de um núcleo de produção camponesa pudesse sustar a utilização mais rentável da pecuária nas terras esgotadas do engenho. Nesta e em outras propriedades, para deslocar a mão-de-obra já sem utilidade imediata, e para tornar a terra mais lucrativa, lançou-se mão então do aumento generalizado no preço do foro, o que teve como consequência imediata a luta comum contra o aumento da renda da terra e contra as ameaças mais diretas de expulsão.

Fonte: http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99

Até 1961, 25 núcleos foram criados no estado de Pernambuco, com destaque para a Zona da Mata, Agreste e o Sertão Nordeste. A partir de 1959 as Ligas camponesas se expandiram rapidamente para outros estados, aumentando a influência política do movimento.

Um dos mais importantes núcleos foi Sapé, na Paraíba, o maior e mais significativo de todos. A expansão da Liga de Sapé se acelerou a partir de 1962, quando foi assassinado seu principal líder, João Pedro Teixeira, a mando do proprietário local. Após o acontecido, mais de 10 mil pessoas se agregaram à liga de Sapé.



Assista ao filme “Cabra marcado para morrer”, do documentarista Eduardo Coutinho. A história de João Pedro Teixeira é contada por meio de depoimentos da viúva Elisabeth Teixeira e de tantos

Foreiro

Que paga foro; tributário.

outros camponeses que fizeram parte de um dos mais importantes marcos da luta social em nosso país. O filme começou a ser filmado em 1964, mas foi interrompido por causa do Golpe Militar. As filmagens foram retomadas 17 anos depois, e o filme foi lançado em 1984.

As Ligas tinham como objetivo prestar ajuda assistencial, como jurídicas, médicas e até de defesa pessoal em caso de ameaças; aspiravam também a ensinar e tornar sólido o direito comum àqueles que, por muito tempo, tiveram que se sujeitar a trabalhos opressivos e contratos que beneficiavam apenas o empregador. Em outras palavras, a Liga prestava um trabalho de conscientização e de fortalecimento do sentimento de pertencimento da comunidade, de educação, entre outros. De acordo com o site Memorial das Ligas camponesas:

As Ligas falavam em nome de uma ampla e diversificada categoria de trabalhadores que incluía foreiros, meeiros, arrendatários e pequenos proprietários, que produziam uma cultura de subsistência e comercializavam os excedentes produzidos em terra própria ou em terra alheia. Nesse sentido, convém lembrar que a utilização do termo “camponês” parece ter sido fator de auto-identificação e de unidade para designar categoria tão ampla em oposição a um adversário comum, politicamente denominado pelas lideranças como “o latifúndio improdutivo e decadente”. Sendo as camadas representadas basicamente dependentes da produção direta em terra cedida, alugada ou própria (minifúndios), podemos compreender porque se aglutinaram em torno de reivindicações ligadas à posse e ao usufruto imediato da terra. O processo de politização global ocorrido nesse período, sobretudo a partir de 1960, facilmente converteu demandas individuais ou localizadas pela posse da terra, tais como o Código Civil o previa, em reivindicações mais abrangentes, estimuladas pelas lideranças, de reforma agrária radical [...] Podemos, por isso mesmo, definir as Ligas como um movimento autônomo, avesso à colaboração com o Estado.

Fonte: http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99

O trecho destacado explica a grande adesão e o momento histórico favorável de liberalização política que estimulou as classes supracitadas. De acordo com muitos autores, naquele momento o movimento não era classista, mas sim social. Essa época (Governo Kubitschek) foi marcada pela ascensão do populismo, de ideologias desenvolvimentistas, de integração nacional e de expansão da cidadania. Dessa maneira, as reivindicações camponesas repercutiam como parte de um singular e amplo projeto.

A dissolução do movimento, em 1964 (ano do Golpe Militar), eliminou as organizações, mas não suas reivindicações básicas, que seriam incorporadas pelos sindicatos rurais no período que se estendeu até meados da década de 1980. Esses sindicatos rurais mantenedores de tal perspectiva têm sido ativos nas antigas áreas de atuação das Ligas camponesas.



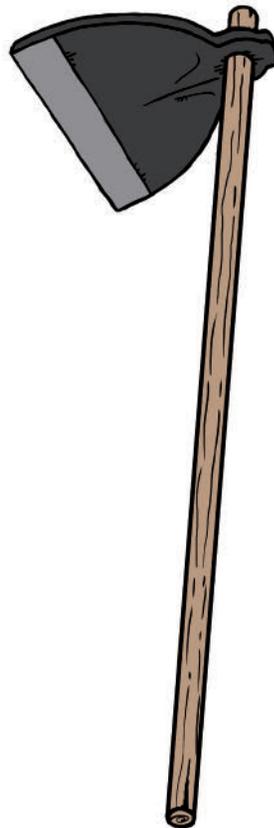
Figura 9.1: Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte em novembro de 1961.

Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/discovirtual/galerias/imagem/0000001754/0000020760.jpg>

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), outra grande frente de lutas em prol da democratização da terra, fundada em 1975, em plena ditadura militar, tinha como objetivo principal tornar a situação dos trabalhadores rurais e posseiros mais visível. A articulação com a Igreja se deu devido à repressão sofrida por agentes pastorais e lideranças populares e, sobretudo, pela influência da Igreja nos planos político e cultural.

O foco principal da CPT é redefinir os rumos do homem rural, seus objetivos e aspirações. Já o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi fundado no ano de 1984, em Cascavel – Paraná, por centenas de trabalhadores rurais que tinham como objetivo basilar organizar um movimento social camponês que lutasse pela reforma agrária e pelas transformações necessárias ao campo, de uma maneira geral. De acordo com os participantes do movimento, o grupo foi criado baseado nas lutas dos indígenas contra a mercantilização e apropriação da mão de obra e pela posse de suas terras, pela resistência dos quilombos, pela experiência e lutas das Ligas camponesas, do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra), entre outros. O MST se descreve como uma continuidade de todos esses grupos que lutaram e ainda lutam por um país mais democrático.

A história cronológica das Ligas camponesas pode ser resumida da seguinte forma:



1955 – Surge a denominação “liga” para se referir à Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP)

1959 – Inicia-se um processo de expansão das Ligas

1961 – O estado de Pernambuco já conta com 25 núcleos criados

1962 – João Pedro Teixeira, líder da Liga de Sapé, é assassinado

1964 – Eliminação das Ligas pelo Golpe Militar: as reivindicações passam a ser feitas através dos sindicatos rurais

1975 – Criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

1984 – Fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Assim como a CPT, o MST também se fundou em período de ditadura militar, quando o governo brasileiro anunciava um projeto de modernização do campo, que incitava a mecanização dos campos, estimulava o uso de pesticidas e oferecia créditos rurais para os latifundiários, processo que estudamos como Revolução Verde. A consequência deste período nós já conhecemos, os trabalhadores rurais foram perdendo espaço para as máquinas e se sentiram obrigados a migrar para as cidades. Aqueles que bravamente permaneceram no campo sofreram (e sofrem) com a invisibilidade do homem do campo e com a falta de incentivos governamentais para o pequeno produtor, o que gerou muita miséria e grandes dificuldades para se manter no espaço rural brasileiro. Ainda que os movimentos sociais rurais tenham tido muitos problemas ao longo de sua história, é justamente pela continuidade de suas lutas que a temática da reforma agrária se mantém na pauta política do Brasil. No entanto, a vontade política impede que os avanços sejam significativos; na verdade, é evidente que “a participação do Estado nesse processo é fundamental. Mas não é determinante e nem propositiva. O Estado caminha a reboque dos movimentos camponeses” (FERNANDES, 2007, p. 139).

A gestação e o nascimento do MST, CPT e outros movimentos camponeses, de acordo com Bernardo Mançano Fernandes, teve apoio político do Partido dos Trabalhadores (PT) e a partir da década de 1980 a questão da reforma agrária ganha forças no cenário político brasileiro. As primeiras ocupações do MST datam antes mesmo da sua fundação, mas já representavam o movimento e as necessidades crescentes do homem do campo – as primeiras ocupações de terra aconteceram entre 1979 e 1985, já a fundação do MST se deu legalmente a partir de 1984.

As lutas e resistências de posseiros e arrendatários é que originaram o MST. Os estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná foram o cenário, com repercussões midiáticas, para os primeiros confrontos sangrentos entre os latifundiários e os exilados do campo. O que é importante destacar por ora é que o crescimento do MST sempre esteve associado à sua territorialização e, também por isso, organizou-se e consolidou-se nacionalmente. A ocupação de terras é muito criticada pela população urbana que desconhece a importância de se territorializar um movimento reivindicatório da reestruturação fundiária brasileira. A ocupação é feita sempre em grandes propriedades improdutivas ou subutilizadas; desta forma, a ocupação seria uma forma de fomentar a produção de alimentos numa terra que serve apenas para especulação fundiária, ao contrário do previsto em nossa legislação. Atente à **Figura 9.3** e perceba a questão nacional a que se propõe o MST.



Figura 9.2: Congresso do MST em 2007.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/marianacriola/5056727855/>.



Figura 9.3: Manifestações do MST no Abril Vermelho de 2012.

Adaptado de: <http://candidoneto.blogspot.com.br/2012/04/abril-vermelho-tem-interdicao-de.html>

de modo que os movimentos praticam no presente as mudanças pelas quais lutam no futuro.

Vou dar um depoimento pessoal: o movimento social que mais marcou a minha vida, ainda criança, foi o Movimento dos Sem Teto. Eu morava num bairro periférico da cidade do Rio de Janeiro e, quando era preciso ir até à zona central da cidade, ficava imaginando o porquê de tantos prédios com portas concretadas. Depois de alguns anos, fui entender que era pra que a população de baixa renda não invadisse tal “propriedade”.

Tal constatação me causou outra indagação: se os prédios estavam abandonados, por que as famílias mais pobres não poderiam habitá-lo?

Meus pais e professores da época não conseguiram me fazer entender que, no sistema capitalista, a propriedade privada é mais importante que a moradia da população de baixíssima renda. Mas nunca me esqueci daquelas tantas famílias que lutavam por seu espaço.



Atividade 2

Atende aos objetivos 1 e 2

Os fragmentos a seguir representam posições distintas no debate estabelecido no Brasil a respeito da reforma agrária.

Posição A: [Existe] a necessidade de se repensar a questão agrária no Brasil, à luz dos novos tempos, o que exige, por conseguinte, formular-se uma nova teoria fundiária capaz de superar o modelo distributivista da terra. Defendi que havia absoluta necessidade de se romper com a ideia dominante na questão agrária, que enxerga na distribuição fundiária o único caminho para o combate à miséria. Precisamos inventar uma nova reforma agrária, porque a que temos não está funcionando.

Posição B: Uma política consistente de soberania alimentar no Brasil passa, necessariamente, por uma Reforma Agrária ampla e massiva e por uma política agrícola de apoio às pequenas unidades de produção. Assim, enquanto a Reforma Agrária não for feita, a luta continua a mar-

car os campos no país. A Reforma Agrária é analisada como alternativa importante para o desenvolvimento econômico, social e político para os camponeses Sem Terra do Brasil.

Apresente um argumento utilizado por quem defende:

- A posição A:

- A posição B:

Resposta comentada

- Posição A

O discurso da posição A é de uma pessoa que defende o latifúndio, pois é possível destacar em sua fala o trecho: “Defendi que havia absoluta necessidade de se romper com a ideia dominante na questão agrária, que enxerga na distribuição fundiária o único caminho para o combate à miséria”, ou seja, se não houver distribuição fundiária, não haverá reforma agrária. Esses novos tempos aos quais a pessoa se refere não se comove com as necessidades urgentes de um camponês exilado do campo, mas com as vontades de reprodução do capital.

- Posição B

Ao contrário da posição A, a posição B se coloca totalmente favorável à reforma agrária, como se pode destacar no trecho: “Uma política con-

sistente de soberania alimentar no Brasil passa, necessariamente, por uma Reforma Agrária ampla e massiva e por uma política agrícola de apoio às pequenas unidades de produção”. Nessa frase podemos afirmar que a pessoa apresenta preocupação com a alimentação, reforma agrária e com os pequenos produtores. Esses três pontos são entendidos como primordiais para se fazer valer os princípios da terra.

As populações tradicionais e a luta pela terra

É importante que se entenda a importância do território para as comunidades tradicionais, pois estas dependem material e simbolicamente da terra. Para compreender melhor essas relações, deve-se apreender que comunidades, sociedades e/ou populações tradicionais são aquelas que, em geral, ocupam um determinado território há muito tempo, onde apenas a moradia é entendida como parte individual, sendo a parcela restante encarada como bem coletivo e regulamentada pelos costumes postos pela própria comunidade. As relações de solidariedade estão baseadas na reciprocidade e no sentimento de pertencimento, que pode ser lido como uma relação de identificação com o território e os elementos que o compõem.

Quando procuramos entender os processos identitários de comunidades tradicionais é mister que se balize as compreensões relacionais destes grupos em relação à sociedade. Em geral, os indivíduos tradicionais estão embebidos de sentimentos e considerações muito distintas daquelas vividas por indivíduos urbanos e/ou permeados de considerações pós-modernas. Desta maneira, considera-se que as comunidades indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhas, entre outras, são comunidades tradicionais, e a questão identitária desses indivíduos é considerada, ainda, moderna, mas não se ignora, contudo, a possível presença pós-moderna ou de urbanidades, como se vem estudando ao longo desta disciplina.

A causa indígena

Os índios são povos originários pré-existentes à chegada de quaisquer outras culturas e/ou outros povos que vieram ao Brasil e, por isso, lhes é garantido o direito ao reconhecimento e titulação de suas terras, alicerçado no princípio da dignidade humana e no direito fundamental social. Os indígenas são o primeiro exemplo de comunidade tradicional que depende diretamente da terra e da prática de sua cultura para a perpetuação da identidade de determinado povo e cultura.

No Brasil, desde 1973, existe o Estatuto do Índio, que reconhece a terra como direito fundamental dos indígenas e, com a Constituição de 1988, estabelece-se prazos para a identificação e demarcação das reservas indígenas. No entanto, a legislação não se faz valer tal qual sua previsão e necessidade relatada. O que se vê são grupos isolados em reservas que não necessariamente preservam as características de uma determinada tribo, além de muitos outros problemas.

Devido a essa situação, muitos conflitos surgem, tendo consequências trágicas para os envolvidos. Foi o caso do confronto entre os índios terenas, os latifundiários que ocupam suas terras e as forças policiais, no Mato Grosso do Sul, em que o índio Oziel Gabriel foi morto. Em editorial veiculado em 12/06/2013, pelo jornal Brasil de Fato, essa notícia trazia a seguinte informação: “13% do território nacional estão demarcados e homologados como reservas indígenas. Cerca de 98% dessas terras estão localizadas na chamada Amazônia Legal. Os que esbravejam contra a quantidade de terras constitucionalmente assegurada aos índios, esquecem, ou propositalmente ignoram, que 46% das terras agrícolas estão nas mãos de 1% dos proprietários rurais, cerca de 50 mil latifundiários”.



Leia o Editorial completo em: <http://www.brasildefato.com.br/node/13208>.



Figura 9.4: Representantes indígenas acompanham julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Raposa_Serra_do_Sol#mediaviewer/Ficheiro:Raposa_Serra_do_Sol_-_Julgamento_STF_2008.jpg

A causa quilombola

A causa negra e a Reforma Agrária não devem ser entendidas como casos diferentes. Antes e depois da campanha abolicionista, o campo foi o território de muitas famílias negras, mas com certo agravante. Antes de 1888, suas organizações eram feitas de forma clandestina; muitos escravos fugitivos se constituíam em locais de difícil acesso para que seus senhores, através dos capitães do mato, não os encontrassem ou, caso isso acontecesse, haveria a possibilidade de fuga, de forma a preservar a vida dos quilombolas e evitar a sua captura, fazendo destes novamente escravos. Após a abolição, pouca coisa mudou. A escravidão não era mais realizada de forma explícita, mas sim de forma velada, onde os ex-escravos permaneciam como trabalhadores rurais, mas tinham poucos ou nenhum direito sob a condição de liberto. Manteve-se, portanto, a luta pela subsistência.

A compreensão da identidade quilombola requer o entendimento de que a construção do território forja uma identidade e a identidade forja o território. Esses dois conceitos, intimamente imbricados, são o produto de ações coletivas mútuas que se reinventam ao longo do espaço/tempo.

Para que o território, assim como a constituição do território quilombola, seja defendido com propriedade, é importante lembrar a compreensão territorial, de acordo com Milton Santos (2008), que propõe que o território em si não deve ser considerado um conceito, mas se torna conceitual a partir de uma análise que comprove que uma determinada sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, incluindo os objetos naturais e artificiais.

O território, portanto, é o elemento mais importante da construção da identidade quilombola. O território, para a comunidade, representa a memória de seus antepassados e a cultura resistente às formas mais perversas imprimidas pela globalização. É a identificação de uma trajetória particular dotada de especificidades locais e (re)conhecimento de um local que trouxe a possibilidade de se recriar um ponto de pertencimento social e, ao mesmo tempo, coletivo (expressões de solidariedade).

A identidade se dá através do sentimento de pertencimento. No caso quilombola, esse sentimento está apoiado no território elegido; logo, este lugar é mais que um conjunto de formas e objetos, mas, e principalmente, um conjunto simbólico e a manutenção da comunhão que se mantém com ele através do tempo, como pode ser observado nas Figuras 9.5 e 9.6.



Halley Pacheco de Oliveira

Figura 9.5: Quilombo São José da Serra, localizado no município de Valença, no estado do Rio de Janeiro.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Quilombo_S%C3%A3o_Jos%C3%A9_da_Serra_02.jpg



Tatiana Azeviche

Figura 9.6: Comunidade Quilombola Kaonge. Cachoeira-Ba.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/turismobahia/6992927292/>

Para reiterar as ideias por ora expostas, segue a definição de construção da identidade a partir do quilombo de Igarapé Cravo, em Concórdia do Pará, elaborado pela geógrafa Maria Albenize Farias Malcher:

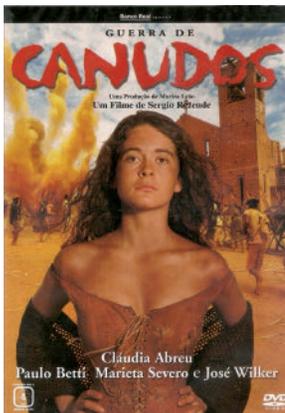
No processo de construção da identidade no território, as identidades são construções de caráter simbólico e de domínio da luta política, buscando afirmar a diferença do grupo, a fim de garantir a continuidade de seus valores e modo de vida. [...] O território perpassa pela condição simbólica e material e este, na condição de território étnico, ao longo do tempo, tem assegurado o sentimento de pertencimento a um lugar e a um grupo, a posse coletiva da terra e o desenvolvimento coletivo da mesma (2009, p. 408).

Não é possível, portanto, falar em comunidades tradicionais, em quilombos, populações ribeirinhas, tribos indígenas, caiçaras, entre outros, sem que haja um território “delimitado” para o grupo. Por isso, a refor-

ma agrária deve ser discutida e atenta a todos os grupos que dependem de suas terras para manter não somente sua subsistência, mas também seu modo de viver, suas relações sociais diferenciadas e sua cultura.

Os abolicionistas, de certa maneira, sabiam que a libertação da mão de obra escrava não seria suficiente para que estes pudessem seguir no campo sem grandes problemas. A abolição deveria ser um processo continuado que proporcionasse os libertos à propriedade da terra; pequenas propriedades de produção de alimentos protegidas para que não fossem absorvidas de forma violenta pelos grandes proprietários.

A implantação da monarquia oligárquica retardou as medidas agrárias defendidas pelos grupos políticos mais avançados, o que acarretou na exploração dos trabalhadores agrícolas (grande parte composta por ex-escravos). Desenvolveram-se, então, vários tipos de exploração: o arrendamento, a meação, a prestação de serviços gratuitos – em troca do uso de pequenas porções de terra (ANDRADE, 1991). Consequentemente, houve descontentamentos dos homens explorados do campo. Exemplos destes desconfortos foram diferentes formas de lutas (banditismo social, Revolta de Canudos, Contestado, Caldeirão, entre outros).



O filme nacional *Guerra de Canudos*, lançado em 1997, conta a história de Antônio Conselheiro e seus seguidores. O filme mostra a luta de um grupo de sertanejos por melhores condições de vida e a dura repressão do exército brasileiro ao movimento.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/>

Ficheiro:Canudosfotocapa.jpg

Como já vimos anteriormente, o movimento de camponeses se organizou apenas na década de 1950, com as Ligas camponesas e os sindicatos rurais, momento em que se reivindicaram diversas mudanças, dentre elas a Reforma Agrária. No caso dos quilombolas, a reforma agrária recebe a denominação de reconhecimento de terras e, após o assentamento, titulação das terras.

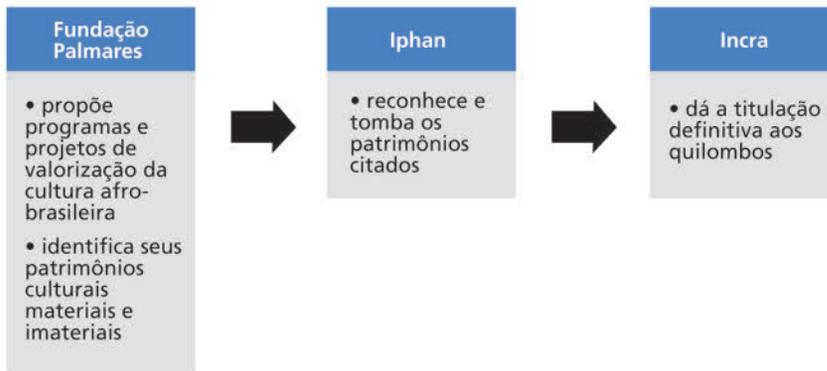
A Constituição Federal Brasileira reconhece as manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras, como patrimônio brasileiro e portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da nossa sociedade (Artigos 215 e 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988). E segue construindo o arcabouço necessário para a consolidação de uma política que contemple, além das manifestações culturais, as fronteiras territoriais inerentes às comunidades em questão.

A Fundação Palmares, instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura, criada em 1988, foi o primeiro órgão criado a fim de promover e preservar a cultura afro-brasileira, formulando e implantando políticas públicas que fomentem a participação da população negra no Brasil. Sua principal atuação está na promoção da igualdade racial, bem como a valorização, difusão e preservação da cultura negra; garantindo, portanto, o respeito às diferentes identidades do povo.

Para tanto, a atuação da Fundação Palmares compreende a preservação do patrimônio cultural material e imaterial afro-brasileiros; onde os patrimônios culturais materiais são físicos, ou seja, aqueles que podem ser acessados, quais sejam: arqueológico, paisagístico, etnográfico, entre outros. Já os imateriais são aqueles que, de acordo com a Unesco, representam “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também artefatos e lugares que lhe são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (Unesco.org).

É importante frisar que o órgão responsável pelo tombamento de bens culturais e proteção do patrimônio cultural material e imaterial é o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a Fundação Palmares se responsabiliza pelas ações relacionadas aos bens culturais afro-brasileiros. Já o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) tem como finalidade a delimitação, demarcação e titulação definitiva dos territórios quilombolas. Em outras palavras,

a Fundação Palmares propõe programas e projetos de valorização da cultura afro-brasileira, identifica seus patrimônios culturais materiais e imateriais; o Iphan reconhece e tomba os patrimônios citados e o Incra dá a titulação definitiva aos quilombos.



Diante do exposto, é mister que se considere que, até a presente data, apenas duas comunidades quilombolas foram tituladas em todo o estado do Rio de Janeiro. Lembre-se de que o Rio de Janeiro foi o segundo maior porto de chegada de escravos negros advindos do continente africano e que o contingente populacional negro superou o branco, antes da política de embranquecimento do século XX. Esses dados nos revelam que os privilégios ainda são classistas e étnicos, pelo menos.

A causa caiçara

A formação das comunidades caiçaras remonta ao século XVI e à ocupação do litoral brasileiro que se deu, principalmente, nas regiões Sudeste e Sul do país. Como a nossa colonização foi predominantemente agrícola, as terras das baixadas foram priorizadas, mas as áreas litorâneas foram gradativamente ocupadas, dando origem aos aglomerados que hoje denominamos de populações caiçaras. Essas comunidades foram formadas pela hibridação dos índios, dos colonizadores portugueses e de escravos africanos que não se deleitaram com as benesses concedidas pela metrópole portuguesa e que se sustentavam nos espaços de interseção das grandes propriedades; no caso dos caiçaras, eles se fixaram, principalmente, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

De acordo com Diegues (2004, p. 67):

Consideramos território caiçara o espaço litorâneo entre o sul do Rio de Janeiro e o Paraná onde se desenvolveu um modo de vida baseado na pequena produção de mercadorias que associa a pequena agricultura e a pesca, além de elementos culturais comuns, como o linguajar característico, festas e uma forma particular de ver o mundo.

O termo caiçara, de origem tupi-guarani - *caá-içara* -, pode ser utilizado para designar as estacas rudimentares alocadas nas aldeias e nos currais feitos de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Em seguida, a população que habitava essas aldeias e tabas foi sendo reconhecida como “caiçara”, ou seja, aquela grupo de pessoas se mantinha em habitações simples, muitas vezes de pau-a-pique e telhado de sapê, características que vêm mudando ao longo dos tempos (**Figura 8.7**).



Repórter Isabela Vieira/Abr

Figura 9.6: Comunidade caiçara em Paraty, Rio de Janeiro.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Paraty#mediaviewer/Ficheiro:Cai%C3%A7aras_em_Paraty.jpg

Comunidades ribeirinhas são povos que vivem nas beiras dos rios, em sua grande maioria, na região amazônica. Essas populações convivem com as cheias dos rios e, por isso, constroem suas residências do tipo palafitas (casas pernaltas). É comum que essas comunidades se

apoiem economicamente na prática da agricultura, do extrativismo vegetal, criação de animais, artesanato, mas a principal ligação é com o rio e, por tal motivo, a pesca se torna a atividade de maior importância para os ribeirinhos.

Em junho de 2009 foi publicada a portaria que disciplina a utilização e o aproveitamento das áreas da União nas várzeas dos rios federais nos limites da Amazônia Legal, em benefício das populações ribeirinhas. O objetivo da portaria é possibilitar o aproveitamento dos recursos naturais de forma racional e sustentável, voltados à sobrevivência da população. Para tanto, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) garante a autorização de uso, “conferida em caráter excepcional, transitório e precário”.

Esta portaria estabelece que a autorização pode ser concedida em caráter individual ou coletivo, desde que o beneficiado comprove sua condição de ribeirinho tradicional em determinada área, o que nem sempre é uma tarefa simples.



Leia mais sobre a portaria em: <http://www.planejamento.gov.br/conteudo.asp?p=noticia&ler=3899>.



Antonio Cruz

Figura 9.7: População ribeirinha no Pará.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Povos_ribeirinhos#mediaviewer/Ficheiro:Workshop_jornalistas_desmatamento_na_Amazonia_7846.jpg

Atividade 3

Atende ao objetivo 3

Veja os trechos de duas reportagens a seguir sobre o mesmo fato e responda ao que se pede:

MST ‘invade’ Brasília e entra em confronto com a polícia

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiram a Esplanada dos Ministérios nesta quarta-feira e entraram em confronto com a Polícia Militar na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Segundo a PM, 22 policiais ficaram feridos por pedras e pedaços de madeira arremessados pelos sem-terra.

[...]

O MST, como já mostrou VEJA em diversas reportagens, é comandado por agitadores profissionais que, a pretexto de lutar pela reforma agrária, se valem de uma multidão de desvalidos como massa de manobra para atingir seus objetivos financeiros. Sua arma é o terror contra fazendeiros e também contra os próprios assentados que se recusam a cumprir as ordens dos chefões do movimento e a participar de saques e atos de vandalismo. Com os anos, o movimento passou por um processo de mutação. Foi-se o tempo em que seus militantes tentavam dissimular as ações criminosas do grupo invocando a causa da reforma agrária. Há muito isso não acontece mais. Como uma praga, o MST ataca, destrói, saqueia – e seus alvos, agora, não são mais apenas os chamados latifúndios improdutivos.

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/brasil-entra-em-alerta-com-invasao-do-mst>. Acesso em: 19 out. 2015.

Manifestantes do MST entram em confronto com PM em Brasília

Uma manifestação com cerca de 15 mil pessoas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) acabou em confronto com a Polícia Militar na tarde desta quarta-feira em Brasília. O protesto ocorre na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto.

[...]

O MST, que completa 30 anos em 2014, está em Brasília, para, entre outras pautas, levar ao governo federal uma lista de reivindicações sobre políticas de reforma agrária.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, responsável pela interlocução com os movimentos sociais, conversou com a liderança do movimento e recebeu uma lista de propostas.

Carvalho reconheceu que houve uma redução nos assentamentos durante o ano de 2013, mas ponderou que houve um incremento no apoio a cooperativas. “Nós temos consciência dos nossos limites. É um trabalho que tem contradições. Tem avanços e recuos, nós reconhecemos isso”, afirmou o ministro.

O protesto é uma marcha com o objetivo de denunciar a “paralisa da reforma agrária no Brasil”. Os manifestantes entoavam gritos e exibem cartazes. As mensagens mais chamativas foram “Dilma ruralista”, “Dilma, cadê a reforma agrária?”, “Exigimos uma reforma política” e “Dilma, se liberte do agronegócio”.

[...]

Disponível em: <http://www.averdadesufocada.com/index.php/mst-noticias-92/10182-120214-manifestantes-do-mst-entram-em-confronto-com-pm-em-brasilia>. Acesso em: 19 out. 2015.

a) Em sua opinião, quais as principais diferenças de abordagem entre uma reportagem e outra? Como você interpretaria essa diferença?

b) O MST recebe muitas críticas em relação à sua maneira de agir, em especial de determinados grupos e veículos. Muitos autores enxergam uma rede de interesses por trás dessa postura. Qual é a sua opinião? Que tipo de interesse um veículo ou grupo de comunicação poderia ter para estimular uma visão puramente negativa em relação aos movimentos sociais, em especial o MST?

Resposta comentada

a) A resposta é pessoal, mas é importante considerar que nem toda mídia é imparcial; por isso, se faz necessário buscar novas fontes de consulta para o esclarecimento de determinados assuntos mais específicos e polêmicos.

Uma determinada fonte de informação pode se colocar contrária à reforma agrária e, por consequência, ao MST, pois não quer ferir os interesses de seus principais consumidores – a elite fundiária.

b) Os interesses podem variar de acordo com o grupo de comunicação e o movimento social em questão. Mas podem ser:

- Estratégicos – “falar” aquilo que o público-alvo quer ouvir, e assim garantir a fidelidade ao veículo;
- Econômicos – muitos dos negócios dos donos de grandes grupos são atingidos diretamente pelas reivindicações populares;
- Políticos – seja por alianças ou por medidas que irão impactar os negócios; de outras inúmeras naturezas.

É importante que você desenvolva um olhar crítico sobre a informação a que tem acesso. Procure verificar as informações em diferentes meios e veículos para que você consiga formar uma opinião baseada em diferentes pontos de vista e, principalmente, baseada em fatos e dados concretos.

Conclusão

É possível afirmar, depois do que se aprendeu nesta aula, que a luta pela terra vem de uma demanda secular dos sucessivos governos brasileiros que sempre beneficiaram o latifúndio monocultor voltado para o mercado externo, principalmente. As conquistas de hoje se devem à luta dos movimentos sociais rurais que se territorializam e dedicam suas potencialidades para compor grupos coesos e esclarecidos da causa por que lutam. O MST, por exemplo, possui uma grande editora de livros a preços populares, uma metodologia escolar voltada para as crianças envolvidas nas ocupações e assentamentos, cartilhas específicas, entre outros. A CPT possui o maior e mais consistente banco de dados sobre conflitos fundiários do país; publica, desde 1985, anualmente, o caderno *Conflitos no Campo Brasil* (ALENTEJANO, 2007).

=====**Atividade final**=====

Atende aos objetivos 1, 2, 3 e 4

De forma sintética, faça uma comparação entre a acessibilidade de terras no momento da promulgação da Lei de Terras e atualmente. Aborde a questão das populações tradicionais e a postura do Estado diante de tal problemática.

Resposta comentada

Desde o início da colonização portuguesa no Brasil, a acessibilidade às terras é feita de maneira a beneficiar um determinado grupo de interesse. Por exemplo, antes da Lei de Terras, os beneficiários eram famílias portuguesas que tinham como obrigação cuidar e gerar riquezas para a Corte, catequisar os índios e outros compromentimentos. Com a Lei

de Terras, ratifica-se o acesso à terra por aqueles possuidores de renda suficiente para comprá-las, o que não era o caso das famílias menos favorecidas, mas que dependiam do cultivo da terra para sobreviver. Estas famílias viviam e produziam nas “suas terras” clandestinamente.

Atualmente, pouca coisa mudou, salvo pelos movimentos sociais e populações tradicionais que se organizaram e se fortaleceram, a fim de reivindicar uma demanda que é crônica e latente – a Reforma Agrária.

Resumo

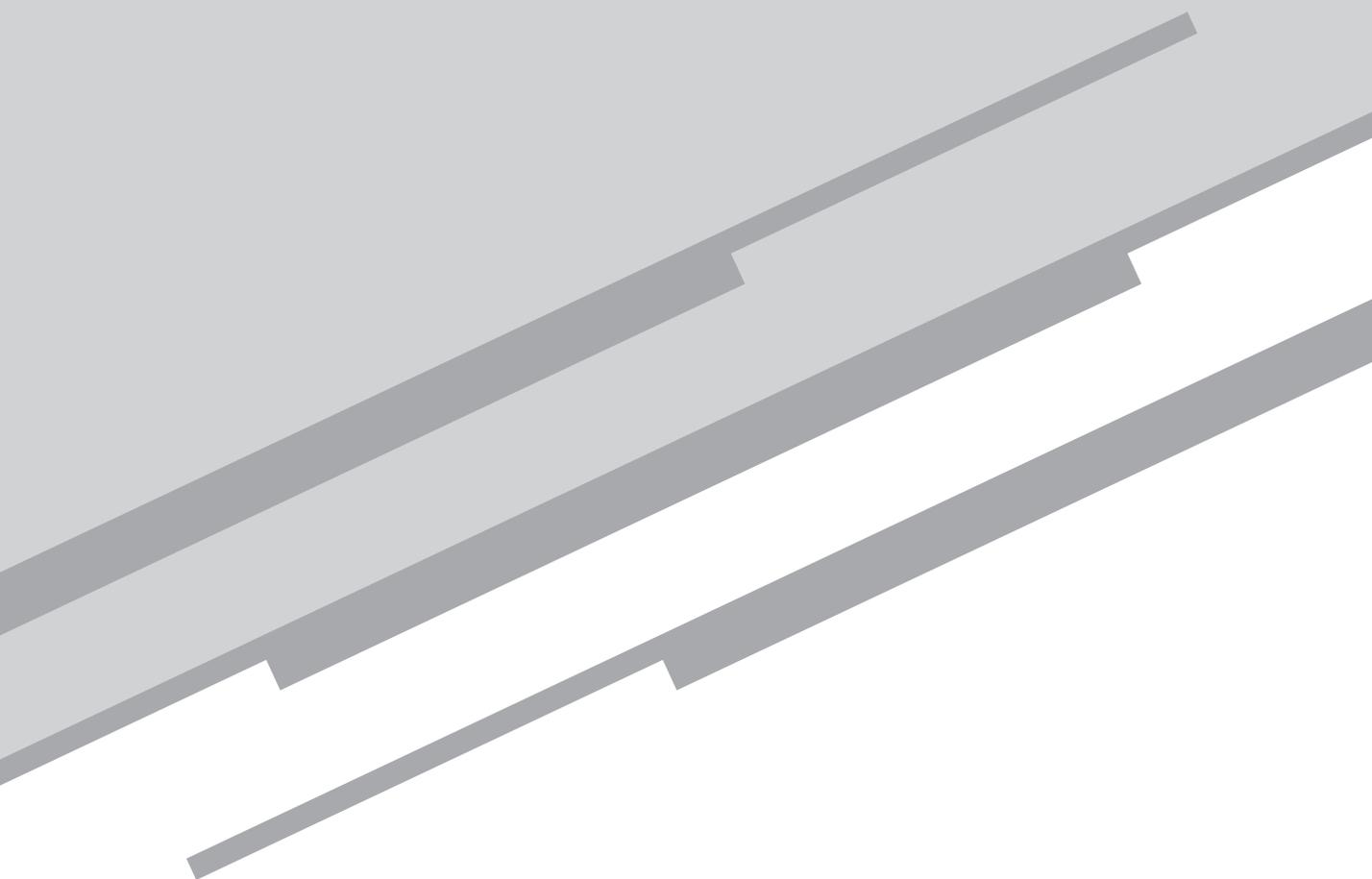
Diante da necessidade da terra e do afastamento crescente dos pequenos produtores ao acesso a ela, surgem os movimentos sociais rurais reivindicando a Reforma Agrária e a homogeneidade estrutural dos campos.

Vimos que os movimentos sociais rurais surgem através do movimento operário e sua principal metodologia é a difusão dos ideais de emancipação e uma fonte de denúncia das contradições dos códigos culturais dominantes, como a emancipação política e social (Marx), a consciência de classe (Luckács), reforma intelectual e moral (Gramsci), entre outros. Busca-se a reflexão dos indivíduos sob uma perspectiva sempre coletiva.

Não devemos crer que apenas os agricultores dependem da terra; as comunidades tradicionais precisam sobremaneira do território para manter sua identidade territorial, costumes, práticas e simbolismos que são inerentes a determinados lugares (aqueles nos quais se estabeleceram). Portanto, a reforma agrária deve dar atenção especial e contemplar as comunidades tradicionais.

Aula 10

A fronteira agrícola brasileira



Nilton Abranches Junior

Meta

Apresentar a evolução do processo de formação da fronteira agrícola do Brasil em diferentes contextos históricos.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o processo formador da fronteira agrícola brasileira;
2. identificar as características do movimento recente (pós-1960) da fronteira agrícola nacional;
3. descrever, através de diferentes momentos da história, o deslocamento da fronteira agrícola e novas incorporações de áreas.

Pré-requisito

Para melhor acompanhar esta aula, é importante revisar o conteúdo das Aulas 2 e 3 do nosso curso, em que evidenciamos o processo histórico de constituição do espaço agrário brasileiro e apresentamos o modo como a atividade canavieira interfere diretamente na constituição desse espaço.

Introdução

Marque, a seguir, a opção que melhor representa aquilo que vem à sua mente quando você ouve a expressão “fronteira agrícola”.

Pode marcar mais de uma opção ou nenhuma.

Fronteiras agrícolas são áreas:

- () de adensamento populacional baixo com grandes espaços vazios.
- () carentes de infraestrutura.
- () baseadas em uma forma tradicional de produção.
- () vinculadas a pequenos sítios esparsamente distribuídos no espaço.

Guarde sua resposta e a reveja ao final da aula, que tem como um dos objetivos desmistificar a visão “encantada” do que seria a fronteira agrícola brasileira, sobretudo, em sua fase mais recente.

Para isso será necessário entender como se originou o processo de formação da fronteira agrícola em nosso país, quais seus principais aspectos e quais atores estimularam a sua formação. Na primeira parte de nossa aula, nos dedicaremos a estudar estes aspectos fundacionais da fronteira agrícola brasileira.

Contudo, é necessário compreender como se dá a dinâmica do movimento desta fronteira agrícola até períodos mais recentes. O simples fato de existirem terras disponíveis para a produção agrícola e população suficiente para ser deslocada, não mais explicam o processo de deslocamento da fronteira agrícola no Brasil. Hoje temos que fazer uma leitura mais complexa para entendermos esse processo, face à gama de fatores envolvidos na sua constituição. É sobre esta complexidade que nos debruçaremos na segunda parte de nossa aula.

Agora, faço o convite para juntos desbravarmos mais este tema tão interessante do nosso curso!

A formação da fronteira agrícola brasileira

Para iniciarmos o estudo da formação da fronteira agrícola brasileira, devemos sempre ter em mente que, para a existência da fronteira, há a necessidade de deslocamento populacional. Esse deslocamento acontece associado à incorporação de novas terras ao processo produtivo. Entendemos então que há uma relação direta entre espaço, população e processo produtivo.

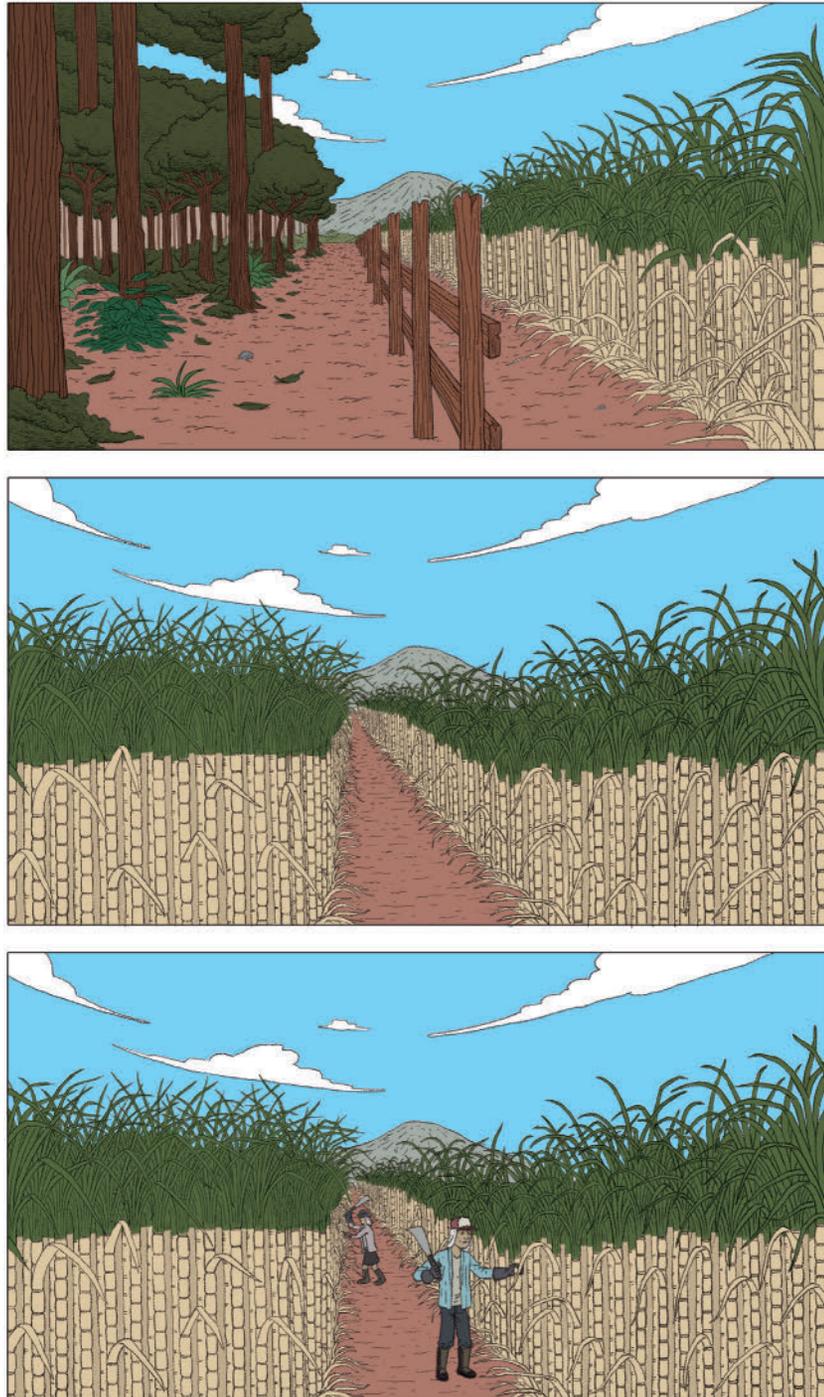


Figura 10.1: Intervenção humana na terra.

Ao remontarmos à história da formação territorial do Brasil, percebemos que, desde o início da formação do Estado brasileiro, nosso território foi visto como sendo um espaço relacionado à expansão da

fronteira agrícola mundial. Desde então, assumimos um importante papel na produção de mercadorias de origem agrícola, com a finalidade de suprir as demandas internacionais.

O território brasileiro se formou a partir da migração de populações primeiramente internacionais. Posteriormente, se agregaram a elas a migração inter-regional de parte da população nacional. Ao longo dos nossos mais de cinco séculos de história, esse movimento populacional nunca cessou. Ora foi caracterizado pela ocupação de áreas novas e nunca antes exploradas, ora foi representado pela reocupação de áreas antes abandonadas, formando um processo contínuo de ocupação e reocupação de terras.

Esse movimento foi definido pelos diferentes ciclos econômicos pelos quais passou o nosso país. Na realidade, os territórios consolidados serviam também enquanto reserva de mão de obra que se deslocava de acordo com as novas demandas por força de trabalho. Como exemplo, podemos citar o que ocorreu no deslocamento do centro econômico da economia canavieira consolidada no Nordeste, para o ciclo mineiro nas Minas Gerais. Juntamente com a incorporação do território mineiro, ocorreu o deslocamento de mão de obra escrava do Nordeste açucareira para aquela direção.

Tal fato nos leva a concluir que a dinâmica do deslocamento da população brasileira sempre foi a favor das áreas eleitas para a produção. Tão logo uma nova área é escolhida como centro de produção de uma determinada mercadoria, ao mesmo tempo é escolhido o grupo social que se destinará ao pôr em prática o projeto econômico. A população não se mobiliza espontaneamente. Aqueles que são os “escolhidos” são mobilizados a se locomoverem para as novas áreas de produção. Nesta aula, veremos de que forma isso acontece.

Ao longo desses mais de quinhentos anos de história, vários grupos sociais foram impelidos a se movimentar pelo território nacional, pondo em prática um plano maior, que faz parte do ideário de desenvolvimento nacional. Em cada momento, um grupo selecionado vai de encontro àquilo que se pretende enquanto projeto político econômico para o País.

Para melhor compreendermos a questão, é necessário que façamos um breve histórico de como a fronteira agrícola tem se caracterizado no Brasil. As áreas da fronteira agrícola brasileira se caracterizam pelo desbravamento e incorporação de novas terras ao setor agrícola (SICSÚ; LIMA, 2000). Partindo desta lógica, ao longo da história do Brasil, podemos, grosso modo, identificar estágios de expansão da fronteira agrícola nacional.

Do açúcar à borracha

Retomando ao período colonial, a incorporação do território destinado à produção de açúcar pode ser considerada como o embrião da fronteira agrícola brasileira. Posteriormente, o movimento de expansão desta fronteira agrícola aconteceu a partir de incursões no território em busca de metais preciosos e da ocupação gradativa de áreas interioranas com a pecuária. Nesta fase, poderíamos incluir os **sertões** de Minas Gerais e do Nordeste do Brasil. O primeiro, relacionado à busca pelos citados metais; o segundo, ligado ao estabelecimento de uma atividade complementar à economia açucareira.

Sertão

Apesar de popularmente associada a uma das quatro sub-regiões nordestinas – o Sertão Nordestino – o termo sertão se refere a uma área de pouco adensamento populacional. Deriva etimologicamente da palavra *desertão*, que durante o período colonial era utilizada para designar a parte interior do país, que se encontrava “vazia” demograficamente.



Figura 10.2: Engenho de cana-de-açúcar típico do Brasil colonial.

Fonte: Atlas Histórico Escolar. Ministério da Educação e Cultura, Fundação Nacional de Material Escolar. Rio de Janeiro, 1980. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imigra%C3%A7%C3%A3o_portuguesa_no_Brasil#mediaviewer/File:EngenhoCanadeAcucar.gif

Em outro momento comandado pelo ciclo econômico do café, a fronteira agrícola se estabeleceu a partir da incorporação de novas terras de produção no eixo estabelecido entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Com a consolidação da nova atividade econômica e a valorização do café no mercado internacional, novas ondas migratórias e novas terras foram incorporadas ao processo produtivo. Assim, a fronteira agrícola se deslocou pelo planalto paulista, avançando na direção oeste até atingir terras paranaenses.

Também integrado ao mercado internacional esteve o processo de expansão da fronteira agrícola ocorrido na Região Norte no final do século XIX, início do século XX, direcionado pela produção da borracha. Tal atividade econômica mobilizou um número significativo de indivíduos, sobretudo nordestinos, a se transferirem para a região, principalmente para o território do atual estado do Acre.

Nordestinos, sulistas e movimentação

Será ao longo do século XX que testemunharemos a maior incorporação de novas áreas à produção agrícola. Em paralelo, essa mesma época será marcada pelos maiores deslocamentos populacionais pelo território nacional. Alves (2005) chama atenção para que, apesar de um grande número de indivíduos terem participado do movimento migratório característico das áreas de fronteira, dois grupos regionais parecem ter tido uma participação mais expressiva. São eles os nordestinos e os sulistas.

Sem dúvida, os nordestinos representaram uma corrente migratória de especial relevância, já que se ramificaram por quase todo o território nacional. O início de seu movimento inter-regional está diretamente associado ao declínio da economia açucareira em meados do século XVII. Mas será no século XX que seu papel se tornará fundamental para que se implante o processo de desenvolvimento nacional. A partir de uma política promovida pelo governo federal de substituição de mão de obra estrangeira, é que se incentivará, de fato, a vinda de trabalhadores nordestinos para trabalhar nas áreas de lavoura cafeeira do sudeste, sobretudo nas do estado de São Paulo.

Este movimento populacional não cessou. Área primeira de ocupação agrícola no território nacional, o Nordeste, com grande parte de seu espaço já consolidado, tem na dificuldade de acesso à terra de produção e moradia uma das causas que mobilizam a população a procurar novas áreas. Outro fator é a dificuldade encontrada pela população de se manter e de manter seus descendentes em seus próprios lugares, em virtude de condições adversas, sejam elas provocadas pela natureza, através de períodos de secas prolongadas, ou por questões sociais, como a falta de acesso a serviços básicos essenciais à sobrevivência.



Crime e castigo

Talvez uma das principais dificuldades enfrentadas pelos imigrantes nordestinos no Sudeste seja o preconceito. Em 2010, após o grande apoio do povo nordestino à eleição de Dilma Rousseff, a estudante paulista de direito Mayara Petruso postou um tuíte que dizia: “Nordestino não é gente, faça um favor a SP, mate um nordestino afogado”. Ela foi denunciada e condenada a 1 ano, 5 meses e 15 dias de prisão pelo crime de racismo, mas não cumpriu a pena, que foi convertida em serviços comunitários. A estudante foi demitida de seu estágio, mas muitos consideraram que a punição deveria ser mais severa. Casos assim voltaram a acontecer em 2014.

O quadro “Vai fazer o quê?” do programa Fantástico, exibido pela Rede Globo, em que situações polêmicas são encenadas para testar a reação das pessoas, abordou essa questão. Confira: <https://www.youtube.com/watch?v=IOhtNiCWpRg>.

Apesar de o deslocamento inicial se concentrar em direção ao Sudeste, esta população se espalha por todas as áreas de novas terras que são incorporadas à produção. Marcam presença no desbravamento e incorporação das terras pertencentes aos territórios das regiões Centro-Oeste e da Amazônia.

Se, por um lado, a corrente migratória nordestina se dirige a partir do início do século XX à região Sudeste e, posteriormente, em direção ao Centro-Oeste e à Amazônia, em contrapartida, a corrente migratória sulista além de se direcionar para todas as áreas de fronteira agrícola nacional, transborda os limites territoriais nacionais, direcionando-se para países vizinhos. Assim, a corrente sulista, além de se mostrar presente na fronteira agrícola nacional, participa também da incorporação de novas terras agrícolas ao processo produtivo de países como Uruguai, Paraguai e Bolívia.



Figura 10.3: Corrente migratória nordestina a partir do início do século XX.

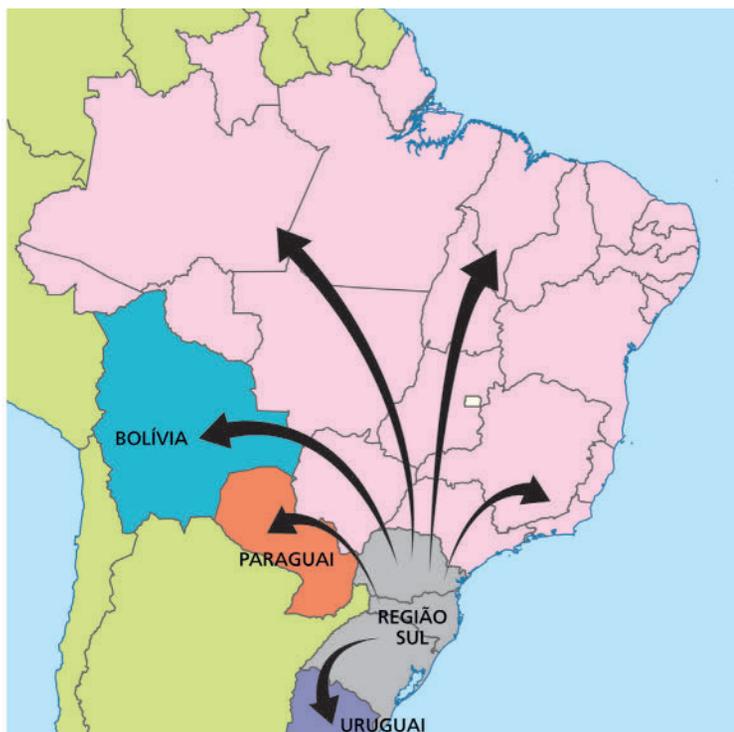


Figura 10.4: Corrente migratória sulista a partir do início do século XX.

Os precursores desse movimento são os imigrantes europeus que se fixam ainda no início do século XIX no território do estado do Rio Grande do Sul. Com o objetivo estratégico de ocupar o território do extremo Sul do país, o recém Estado nacional promove uma política pública de incorporação deste espaço à dinâmica nacional. Além de ocupar, era necessário pôr as terras em produção. Em parte, o território já se encontrava ocupado com atividades pastoris, mas havia a necessidade de se produzir gêneros alimentícios para suprir a demanda do mercado interno. Para essa finalidade, foram destinadas as terras de relevo acidentado e ainda possuidoras de espessa cobertura vegetal.



Figura 10.5: Família de imigrantes italianos no séc. XIX.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imigra%C3%A7%C3%A3o_italiana_no_Brasil#mediaviewer/File:Italiani.JPG



Figura 10.6: Casal de imigrantes portugueses.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imigra%C3%A7%C3%A3o_portuguesa_no_Brasil#mediaviewer/File:Casal_imigrantes_portugueses.jpg

O processo de ocupação projetado pelo poder estatal estimulou a vinda de imigrantes europeus com vínculo à produção agrícola. O assentamento foi feito em lotes pequenos que pudessem ser intensamente explorados pelas famílias que lá chegavam. Contudo, o sistema agrícola implantando levou os solos em uso a um processo de esgotamento. Dessa forma, para continuar produzindo, houve a necessidade de se avançar sobre novas terras, o que era feito através do desbravamento de terras florestais. Tal movimento não se manteve restrito ao território do estado do Rio Grande do Sul, e a fronteira agrícola se pôs em movimento por toda a Região Sul do Brasil.

Aliado ao esgotamento dos solos, outro fator que impulsionou o movimento da fronteira no Sul brasileiro está intimamente relacionado ao tamanho da propriedade. Os lotes com área em torno de 25 hectares em média, em relevo acidentado, oferecidos aos imigrantes, eram considerados pequenos em função do tamanho das famílias dos migrantes. À medida que as famílias se multiplicavam, a partir de novas uniões, aumentava a pressão por novas terras. Tal fato promoveu o rápido fechamento da fronteira na Região Sul, fazendo que se iniciasse um movimento para outras regiões do Brasil e até mesmo para fora dos nossos limites territoriais.

Esta demanda constante por novas terras e o fechamento precoce da fronteira fez surgir um mercado de terras extremamente lucrativo. Com a demanda sempre crescente e com terras cada vez menos disponíveis, os preços das propriedades tiveram uma tendência de aumento constante. Assim, a terra, além de ser lugar de moradia e de produção, passa a assumir também a função de reserva de valor, constituindo-se em uma sólida poupança com retorno garantido.

Além do processo estimulado pelo mercado de terras, a partir dos anos de 1960, através do ideário de desenvolvimento implantado pelo Governo Militar, o Estado passa a ter um papel crucial na promoção do deslocamento da fronteira agrícola brasileira. Na próxima parte da nossa aula nos debruçaremos sobre os aspectos que levaram a essa movimentação.



Atividade 1



Atende ao objetivo 1

A fronteira agrícola nacional é marcada por duas frentes principais de deslocamento populacional. Cite estas duas frentes e diferencie o processo que mobilizou a movimentação dessas populações na incorporação de novas áreas de produção agrícola.

Resposta comentada

Aqui, como resposta, você deve fazer referência à frente nordestina e à frente sulista. Enquanto a frente nordestina é impelida a se movimentar devido à consolidação da propriedade da terra, o que dificulta o acesso a ela, a frente sulista se vê forçada ao deslocamento a partir do próprio processo de colonização promovido pelo Estado brasileiro no Rio Grande do Sul. Os pequenos lotes de terra em região de relevo íngreme, que não permitia a reprodução dos núcleos de colonos, foi um dos fatores que impulsionou a movimentação da população para as novas áreas.

A fronteira agrícola nacional e seu constante movimento

O trabalho de incorporação de novas terras ao processo produtivo do setor agrícola no século XX possuiu uma característica diferente daquele ocorrido no século anterior. A característica principal vai ser a participação de trabalhadores nascidos no próprio país. Dentre eles, possuíram especial destaque os descendentes dos colonos da primeira leva, sobretudo aqueles que ocuparam as terras do Sul do país.



Figura 10.7: Colonos expõem seus produtos em Caxias do Sul, município do Rio Grande do Sul.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imigra%C3%A7%C3%A3o_italiana_no_Brasil#mediaviewer/File:Colonos-caxienses.jpg

Pode-se levar em consideração dois principais motivos para a mobilização desta população:

1. Modelo de desenvolvimento rural atrelado à modernização da agricultura brasileira, cujo processo de concentração de terras na própria região Sul foi crucial para a sua implantação e posterior consolidação;
2. Modelo de desenvolvimento rural que valorizava a incorporação de novas terras ao modelo agroexportador, baseado na produção de *commodities*.



Commodities

As *commodities* são bens comercializados em mercados internacionalizados e que possuem seus preços universalizados. Por exemplo, mercadorias como o petróleo, o cobre ou o ferro tem seus preços determinados pelo mercado internacional, independentemente de onde são produzidos, e seus preços oscilam diariamente dependendo da procura do mercado. São constituídos basicamente por matérias-primas e produtos agrícolas, e podem ser considerados leves ou pesados. Os pesados se relacionam com minerais extraídos, e os leves aos bens agrícolas. São exemplos de *commodities* agrícolas o café, o açúcar, a soja e o trigo.

Assim, a tecnologia intensiva vinculada à agricultura moderna e à expansão das áreas de plantio de soja, e sua vinculação com os mercados internacionais, se constituem em um marco do processo de expansão da fronteira brasileira.

Dessa forma, foram escolhidas novas áreas que possibilitariam a expansão do modo capitalista de produção no campo brasileiro. Fizeram parte deste movimento áreas de ecossistemas distintos, como o Cerrado e a Amazônia. Contudo, para que o novo projeto se efetivasse, havia de se promover estratégias que mobilizassem a transferência populacional do Sul do Brasil para as novas áreas a serem exploradas.

Os pequenos produtores do Sul do Brasil foram estimulados a venderem suas propriedades a seus vizinhos. Alguns fatores foram fundamentais para mobilizar um grande número de agricultores em direção às novas áreas:

- a criação de cooperativas que cuidassem da transferência populacional;
- criar a expectativa real de adquirir grandes parcelas de terra a baixo preço;
- viabilizar linha de crédito para a implantação de novas unidades produtoras;
- efetiva produção nos moldes da agricultura modernizada integrada com o mercado internacional.

Foi com a transferência de população do Sul do país, sobretudo de gaúchos, que se consolida o processo de expansão de fronteira agrícola nacional. E foi essa a população que, além de ocupar as novas terras, imprimiu uma marca à paisagem das novas áreas que refletiram traços da cultura do Sul do Brasil. A marcha que se inicia em direção aos outros estados do Sul e ao Cerrado logo se alarga e começa a se espalhar por diferentes regiões do país, promovendo uma aceleração no processo de incorporação de novas áreas à produção agrícola nacional.

É bem verdade que durante o período totalitário, não democrático, questões vinculadas à geopolítica também influenciaram no processo de transferência populacional. Há que se destacar que durante os anos de 1970 houve o estímulo à ocupação de áreas na Amazônia brasileira, com a implantação de núcleos coloniais, sobretudo ao longo da rodovia Transamazônica. Dessa forma, além do Cerrado, a Amazônia também ia sendo ocupada por projetos agropecuários de grande monta estimulados por financiamentos da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Algumas dificuldades relacionadas às adversidades ambientais da Amazônia acabaram por conter o processo de expansão sobre a Amazônia Legal.



Totalitarismo

Os regimes totalitários surgem no mundo contemporâneo em um período marcado pela crise do sistema capitalista em algumas regiões da Europa. Em sua definição mais básica, o totalitarismo faz referência a todo e qualquer tipo de governo onde um único indivíduo ou partido passa a controlar as diversas instâncias do Estado. Ao mesmo tempo, esse tipo de regime define um tipo de relação, onde o governo tem grande poder de intervenção na vida de seus cidadãos.

Disponível em: <http://www.brasilecola.com>. Acesso em: 01 dez. 2015.

Todo esse contexto justifica o esforço despendido na colonização das áreas de cerrado do Centro-Oeste, assim como do Oeste da Bahia e do Sul do Maranhão. Logicamente, a expansão da fronteira envolve, além de transferência populacional, valores culturais, espécies vegetais, tecnologias e capitais dentre outros fatores. Tal expansão de elementos exógenos à área que está sendo incorporada promove tensões e conflitos em diferentes esferas. Assim, valores e traços culturais do Sul e Sudeste do país se constituem em fatores importantes à expansão da fronteira.

Dentro da mesma lógica, se retoma a expansão da fronteira em direção à Amazônia. Terras do sul do Pará, norte do Mato Grosso, Rondônia e Acre se transformam no foco da ação de incorporação de novas áreas à produção agrícola. Por fim, se dá a incorporação de áreas dos territórios dos estados de Amazonas, sobretudo, na porção sul, Roraima na parte nordeste e a agregação das terras do sudeste do Pará.

A ocupação destas novas áreas pertencentes à Região Norte se dá de forma similar àquela ocorrida anteriormente, quando da ocupação do Cerrado. Ou seja, se reproduz a forma altamente capitalizada de produção com foco principal no cultivo de grãos.

Na realidade, pode-se compreender o atual movimento da fronteira brasileira para além do deslocamento populacional associado à disponibilidade de terras para o plantio. A nova ocupação está baseada em

uma lógica empresarial. Além disso, Sicsú e Lima (2000) ainda chamam a atenção para outros fatores que contribuíram no processo de deslocamento da fronteira, tais como:

A política de incentivo às exportações, o aproveitamento de mão-de-obra qualificada proveniente de mercados saturados, como o do Sul e Sudeste do país, fazem com que a ocupação da fronteira tenha nas *commodities*, especialmente a soja, seu principal produto de expansão. (SICSÚ; LIMA, 2000, p. 112)

Baseados nesses pressupostos, podemos identificar duas grandes áreas da fronteira agrícola recente no Brasil:

- Região Norte
- Área de cerrados no Nordeste.

No caso da Região Norte, foi de suma importância a implantação de infraestrutura como, por exemplo, a abertura de estradas que possibilitassem o fluxo de mercadorias e pessoas e projetos de desenvolvimento de recursos energéticos, como a construção de hidrelétricas e a exploração de petróleo e gás. Tal fato possibilitou a chegada de novos produtores focados em uma forma de produção vinculada à tecnologia moderna, baseada na produção de grãos, sobretudo milho e soja. Essa nova forma de produzir provocou conflitos e agravou o processo de desmatamento na região.



Sócrates Arantes/Eletronorte

Figura 10.8: Usina hidrelétrica de Tucuruí, no município de Tucuruí, no estado do Pará.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Usina_Hidrel%C3%A9trica_de_Tucuru%C3%AD#mediaviewer/File:Usina_de_Tucuru%C3%AD.jpg



O desafio das hidrelétricas da Região Norte

A questão da construção de usinas hidrelétricas é sempre fonte de polêmica entre governo e ambientalistas. Acompanhe um pouco o novo modelo de construção, defendido no artigo a seguir: <http://jornalggn.com.br/noticia/o-desafio-das-hidreletricas-da-regiao-norte>.

Já na área de cerrados do Nordeste, cabe destacar a porção oeste do estado da Bahia e a parte sul do estado do Maranhão. Assim como na Região Norte, o processo de produção e o cultivo da soja trazem consigo uma lógica de produção baseada no uso intensivo de capital, associado à tecnologia moderna. Os altos índices de produção absoluta geraram uma atração populacional. Tal fluxo de pessoas não foi correspondido com a abertura de novos postos de trabalho, criando um mercado informal de trabalho e empregos de baixo nível salarial.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

O movimento recente, pós-1960, da fronteira agrícola brasileira apresenta uma característica que está além do deslocamento populacional e da incorporação de novas áreas. Apresente e explique esta característica.

Resposta comentada

Você deve apresentar como característica a presença de uma agricultura baseada na forma modernizadora de produção. A esta forma está associado o uso de máquinas e outros insumos modernos, além da integração do processo produtivo da agricultura nacional aos interesses do mercado internacional de commodities. Vale a pena ressaltar que, diferente da fronteira tradicional, a fronteira atual se apresenta especializada no plantio de determinados vegetais, com ênfase no cultivo de grãos, sobretudo a soja. Esta avança pelas áreas da Região Norte, Rondônia, Sul do Pará, Sul do Amazonas, se consolida no Centro-Oeste e abre novas áreas no Norte do Mato Grosso, e ainda se faz presente no Nordeste, principalmente no Oeste da Bahia e Sul do Maranhão.

Conclusão

Podemos concluir que o Estado Nacional e o mercado de terras tiveram grande influência no estabelecimento da fronteira agrícola nacional. Primeiro, a partir de uma política populacional de importação de mão de obra, e posteriormente através da mobilização de deslocamento de população para outras áreas menos povoadas do território brasileiro.

Além deste fato, podemos também perceber que o movimento da fronteira agrícola nacional mais recente difere do processo inicial de sua constituição. Com o intuito primeiro de colonizar, o movimento da fronteira agrícola se transforma na história recente em um processo intimamente vinculado às demandas do mercado internacional de bens agrícolas. Dessa forma, diferencia-se do processo original de constituição, por estar vinculado ao ideário de desenvolvimento rural, vinculado ao uso da tecnologia modernizadora.

agrícola envolver a noção de alívio da pressão populacional em áreas densamente povoadas, promovido pelo deslocamento de população para áreas consideradas vazios demográficos, na nossa história recente você percebeu que existem outros fatores envolvidos.

O Estado nacional e o mercado de terras foram dois grandes formadores da fronteira agrícola brasileira. Através de uma política populacional de Estado, foi estimulada a ocupação de áreas antes disponíveis para o estabelecimento da atividade agrícola. Em um primeiro momento, foram utilizados trabalhadores de diferentes nacionalidades e, em uma fase mais recente, trabalhadores brasileiros descendentes destes estrangeiros. Percebemos que existiram duas grandes frentes de deslocamento, uma nordestina e outra sulista. Apesar de ambas terem sido impulsionadas pela falta de acesso à terra que dessem condições de sustento, as duas se comportaram de forma diferenciada. Enquanto a nordestina reproduziu nos assentamentos sua tradição de cultivo artesanal, a sulista reproduziu exatamente o modelo de desenvolvimento rural promovido pelo Estado brasileiro.

Desta forma, a constituição recente das áreas de fronteira agrícola no Brasil se consolidou a partir de uma forma moderna de produção:

- baseada na mecanização do processo produtivo e no uso de insumos industriais, tais como defensivos, fertilizantes químicos e sementes melhoradas;
- voltada para a produção de grãos, com a finalidade de atender às necessidades do mercado internacional;
- praticada em grandes extensões de terra.

Informações para a próxima aula

Todo processo de transformação pelo qual passou a agricultura brasileira culmina na constituição dos CAI – Complexos Agroindustriais. Essa temática será o centro de discussões da nossa próxima aula.

Aula 11

Do complexo rural à formação do
complexo agroindustrial

Meta

Apresentar o processo de transformação da forma de organização da produção no campo brasileiro a partir da formação do Complexo Agroindustrial.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. explicar a organização do Complexo Rural no Brasil;
2. identificar os fatores que levaram à formação do Complexo Agroindustrial.

Introdução

Nesta aula, estudaremos o processo de formação do Complexo Agroindustrial brasileiro. Para isso, precisaremos entender como se organizou o Complexo Rural, formação econômica do campo brasileiro que antecede a constituição do CAI. Conhecimentos relativos à fase cafeeira de nossa economia serão fundamentais para entendermos tal processo. Naquela época, a divisão do trabalho era relativamente simples. A fazenda produzia quase tudo o que era necessário para o processo produtivo. A produção estava intimamente ligada à demanda do mercado exterior. Como veremos ao longo da aula, esta vinculação vai ser determinante para uma diversificação da produção brasileira. A crise internacional no início do século XX provoca uma descentralização da produção, tanto espacialmente como da dependência de um único produto. Assim, ressurtem áreas produtoras de cana de açúcar, novas áreas produtoras de algodão e um surto de industrialização voltado principalmente para a substituição de importação.

Na segunda parte da aula, estudaremos como a agricultura foi se integrando cada vez mais aos setores urbanos e industriais. Com o processo de modernização da base técnica de produção, incentivado por uma política de Crédito Rural, a agricultura assume um papel definitivo para a proposta de desenvolvimento encampada pelo Governo Federal. Esta integração se deu de forma ampla, transformando a fazenda em mercado consumidor para a indústria de insumos agrícolas, responsável pela produção de alimentos para a crescente população urbana e fornecedora de matérias primas para a indústria brasileira que se desenvolvia. Tudo isso financiado pelo setor financeiro, o grande responsável por esta integração intersetorial.

Agora que você já tem as informações iniciais, faço o convite para juntos transitarmos pelos diferentes contextos que marcaram a nossa sociedade e entendermos como se deu a constituição dos Complexos Agroindustriais no Brasil.

O Complexo Rural brasileiro

Pode-se dizer que a característica principal do Complexo Rural brasileiro é a sua baixa divisão do trabalho dentro das unidades de produção agrícola. Uma marca deste processo produtivo foi a vinculação daquilo que era produzido nestas propriedades com as demandas do

mercado exterior. Assim, podemos identificar como principais produtos desta fase da economia nacional a produção da borracha, do café e da cana-de-açúcar.

Além da especialização da produção direcionada para o mercado externo, outra característica do Complexo Rural brasileiro é que estas unidades produtivas tinham também a função de confeccionar todos os bens necessários para a produção da mercadoria a qual havia se especializado e de se responsabilizar pela reprodução da força de trabalho que estava envolvida com o processo produtivo.

José Graziano da Silva (1996) chama a atenção para o domínio de uma lógica simples de organização destes espaços. Havia uma ligação direta entre a demanda formada pelo mercado externo e aquilo que era produzido na fazenda. Se o preço da mercadoria estivesse bom no mercado internacional, todos os recursos disponíveis na fazenda, desde terras, passando pelos instrumentos de trabalho, até a força de trabalho eram direcionados para aumentar a produção vinculada à exportação. Em compensação, caso o preço da mercadoria caísse no mercado internacional, estes mesmos recursos seriam redirecionados para outras atividades. Principalmente para aquelas vinculadas à subsistência da força de trabalho da fazenda.

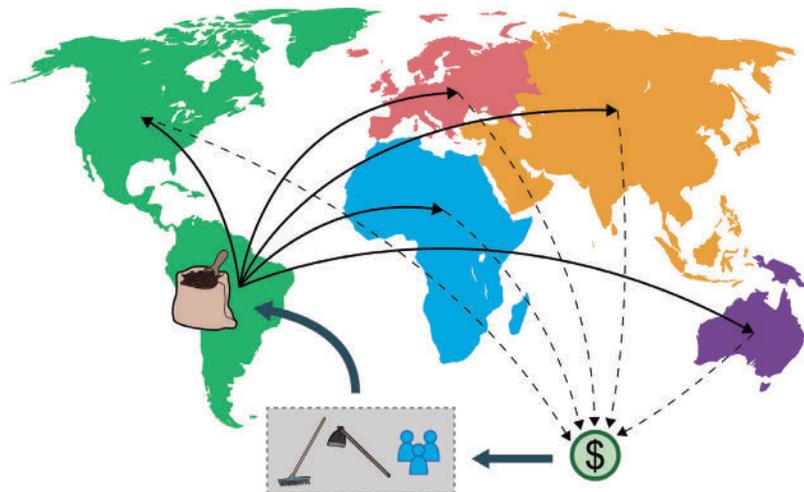


Figura 11.1: Quanto melhor era o preço de determinado produto no mercado externo, mais recursos eram investidos na fazenda para aumentar a produção daquela mercadoria. O inverso também acontecia.

O Complexo Rural é marcado pela capacidade de a fazenda suprir internamente suas necessidades de produção. Esta autossuficiência impossibilitou a formação de um mercado consumidor interno e reforçou a dependência cada vez maior de um mercado exterior. Assim, manteve a produção agrícola nacional dependente daquilo que era ditado pelo mercado internacional.

O que se percebe nesta época é a existência de pontos isolados regionalmente de produção que se articulam fragilmente entre si e se conectam de forma significativa com as demandas do mercado externo. Oliveira (1981) afirma que esta desarticulação com a economia externa e a forte vinculação com as demandas internacionais representaram a essência do Complexo Rural brasileiro.

Podemos elencar dois fatos que marcam a derrocada do Complexo Rural no Brasil:

- a Lei de Terras, de 1850 e
- a proibição do tráfico negreiro.

O estabelecimento da propriedade da terra que altera a forma de acesso à terra de produção e a implementação de uma nova relação de trabalho na agricultura foram os dois grandes responsáveis pela desarticulação do Complexo Rural.

Complexo Rural cafeeiro: período de transição

Um período de transição entre o Complexo Rural e o Complexo Agroindustrial é a formação do Complexo Rural cafeeiro. Como você já estudou, em meados do século XIX, o café surge como o principal produto comercial na economia brasileira. Através do novo regime de trabalho implantado – o **colonato** – a partir da vinda de imigrantes europeus, que se organizaram a partir de unidades familiares de produção, é que se forma o Complexo cafeeiro, que gradativamente vai substituindo o Complexo Rural. Pode-se considerar que o marco principal foi o estabelecimento de uma nova forma de divisão social do trabalho, que foi seguida da separação entre campo e cidade, assim como da separação entre agricultura e indústria.

Colonato

É o nome que se dá a um sistema de exploração de grandes propriedades entre diversos colonos ou meeiros, que ficam incumbidos de cultivar uma determinada área e entregar parte da produção ao proprietário, conservando outra parte para seu próprio consumo.
Fonte: <http://www.infoescola.com/agricultura/colonato/>

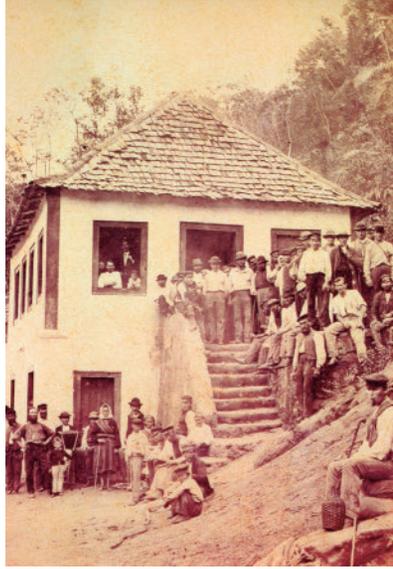


Figura 11.2: Imigrantes europeus em fazenda no Espírito Santo, no século XIX.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_do_Brasil#mediaviewer/File:Germans_and_luxembourgers_in_brazil_1875.jpg

Apesar da nova forma de produção no campo brasileiro, manteve-se a característica de se confeccionar dentro da fazenda boa parte dos insumos necessários à produção agrícola. Contudo, foi possível construir um pequeno mercado consumidor e uma frágil demanda por um setor urbano que emergia, ainda vinculada à circulação, comercialização e exportação do café. Pode-se dizer que, entre os anos de 1890 e 1930, ocorre um processo de urbanização que modificou novamente as relações sociais de produção, promovendo uma divisão social do trabalho mais complexa. A esse respeito, escreve José Graziano da Silva em *A nova dinâmica da agricultura brasileira*:

a necessidade de novas máquinas e equipamentos (de beneficiamento, por exemplo) e de outros insumos (sacos de juta, por exemplo) fizeram com que o complexo cafeeiro engendrasse fora da fazenda de café atividades complementares, como os bancos, as estradas de ferro, as fábricas têxteis, etc., atividades que foram, em grande medida, financiadas pelos excedentes acumulados pelos próprios fazendeiros de café (SILVA, 1996, p. 8).

A crise de 30

Contudo, o mundo dos anos de 1930 entra em uma profunda crise econômica que afetou diretamente o processo produtivo do café brasileiro. Dependente do mercado externo, a produção cafeeira não conse-

que ficar imune às fortes ondas da crise internacional. Este fato serviu para deslocar esforços para um processo de industrialização além de uma diversificação na produção agrícola, provocando a retomada da cana-de-açúcar e o investimento em novas culturas, como o algodão, o trigo e o arroz, entre outros. A partir deste momento, o Estado nacional começa a mostrar sua presença de forma mais contundente, interferindo diretamente em modelo de desenvolvimento econômico e organização espacial, abrindo espaço para o processo de modernização de base conservadora. Dessa forma, o Estado brasileiro abre caminho para a formação do Complexo Agroindustrial (CAI) no Brasil.

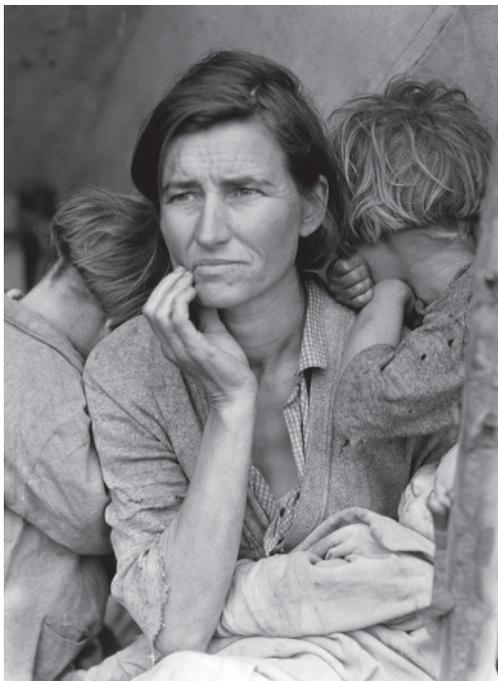


Figura 11.3: A fotografia Migrant Mother mostra Florence Owens Thompson, mãe de sete crianças, de 32 anos de idade, em Nipono, Califórnia, em março de 1936, em busca de um emprego ou de ajuda social para sustentar sua família. Seu marido havia perdido seu emprego em 1931 e morrerá no mesmo ano.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Depress%C3%A3o#mediaviewer/File:Lange-MigrantMother02.jpg

Atividade 1

Atende o objetivo 1

Cite duas características do Complexo Rural brasileiro. Identifique a principal causa da Crise do Complexo Rural cafeeiro. Explique as suas consequências.

Resposta comentada

Aqui você deve responder de forma objetiva, escolhendo dentre as características apresentadas na aula, como a vinculação da produção do Complexo Rural às demandas do mercado internacional e o Complexo Rural como sendo um lugar que produzia tudo aquilo que necessitava para o seu autoconsumo. Na segunda parte da questão, você também deve responder de forma direta que a principal causa da crise do Complexo Rural cafeeiro foi a crise econômica internacional. Na parte final da resposta, é importante falar sobre os caminhos que a economia tomou como alternativa à crise, como o plantio de outras culturas e o início de um processo de industrialização.

A estruturação do Complexo Agroindustrial no Brasil

O processo de industrialização da sociedade brasileira guardou como principal característica inicial a substituição de importações. Assim, podemos nos aventurar a dizer que nossa industrialização esteve, em seu início, voltada para satisfazer as necessidades do mercado interno. Esta forma de industrialização interferiu diretamente na estruturação de nossa economia até início dos anos de 1960. Podemos ainda

elencar como outras características que interferiram no modelo econômico desta data:

- a revalorização do café no mercado internacional;
- a concentração excessiva das indústrias na Região Sudeste;
- a sobrevalorização do câmbio em favor da moeda nacional.

Esta nova conjuntura pode ter levado aquele processo de diversificação da produção agrícola a um momento de estagnação.

Apesar de a produção agrícola ter mostrado um expressivo crescimento neste momento, a base técnica da produção permaneceu basicamente inalterada, incorporando algumas transformações entre os anos de 1950 e 1960. Foi a partir da década de 1960 que as transformações da base técnica de produção começaram a ocorrer de forma mais intensa no campo brasileiro.

Aliás, os anos de 1960 marcaram de forma significativa a sociedade brasileira, a partir da reforma das estruturas administrativa, política, bancária, fiscal e agrária. A questão agrária parece ter sido o centro dos debates. Discussões acerca de sua estrutura fundiária e de base técnica de produção marcaram o cerne das proposições. A estrutura agrária foi vista como arcaica e centrada no latifúndio pouco produtivo, o que dificultava as respostas às demandas do novo setor urbano industrial. Como não respondia às necessidades do setor urbano industrial, foi encarada como sendo um entrave ao desenvolvimento do país. Contudo, a ideia que norteou o pensamento dos governos militares apontou para a modernização conservadora, em outras palavras, uma modernização sem modificações na estrutura agrária.



Um pouco de história para entender o contexto da época

A década de 1960 representou grandes mudanças na sociedade no mundo todo. Movimentos feministas em prol da minoria, revoluções populares, contracultura, os *hippies*, o surgimento da banda Beatles foram alguns acontecimentos em diversos campos que marcaram a história dessa época.

No Brasil, o Golpe Militar em 1964 depôs o então presidente João Goulart, associado ao comunismo por ações como desapropriações de terras para Reforma Agrária e aproximação com movimentos sociais. A crise econômica pela qual o país passava enfraqueceu ainda mais o presidente, fortalecendo os militares, que instalaram o regime militar no Brasil, que durou até 1985.



Figura 11.4: O Golpe Militar de 1964.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Golpe_de_Estado_no_Brasil_em_1964#mediaviewer/File:Golpe_de_1964.jpg

Na época, houve a preocupação de organizar um espaço rural que desse respostas à altura do processo de desenvolvimento, baseado primeiramente no crescimento econômico pelo qual se optava no Brasil. A agricultura teria então um relevante papel neste processo de desenvolvimento. Dessa forma, as questões relativas à oferta e demanda de produtos agrícolas, a manutenção do preço da cesta básica e a participação dos produtos de origem agrícola na pauta de exportações foram as principais preocupações do Estado Nacional durante o Governo Militar.

No período compreendido entre os anos de 1965 e 1980, foi que se deu a consolidação do processo de modernização da agricultura no Brasil. Essa forma de se fazer agricultura, diretamente relacionada com o modo capitalista de produção, estava bem articulada com o mercado internacional e a economia urbana e industrial. Como você já viu em aulas anteriores, o principal mecanismo responsável por esta integração é o Sistema Nacional de Crédito Rural, implantado a partir de 1965.



Sistema Nacional de Crédito Rural

O Crédito Rural abrange recursos destinados a custeio, investimento ou comercialização. As suas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR), elaborado pelo Banco Central do Brasil. Essas normas são seguidas por todos os agentes que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como bancos e cooperativas de crédito.

Fonte: <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/credito-rural>

Link para o Manual: <http://www3.bcb.gov.br/mcr/>

A partir deste momento, é que se deu a integração crescente entre a agricultura e a indústria. A consolidação desta integração se deu a partir da modificação da base técnica de produção e pela integração entre a produção de alimentos para a população, que se urbanizava com rapidez, e o fornecimento de matérias-primas para as diferentes indústrias que se instalavam em nosso país. Além disso, a nova base técnica de produção na agricultura transformava o campo em importante mercado consumidor de insumos industriais, tais como fertilizantes químicos, pesticidas, máquinas e outros equipamentos mecânicos e sementes melhoradas.

Como resultado desse processo de modernização agrícola, na década de 1970, com a intensificação do consumo de produtos industrializados pela agricultura, em articulação à implantação do subsetor industrial de insumos e bens de capital para o setor agrícola no Brasil (a industrialização da agricultura brasileira), dá-se a constituição dos complexos agroindustriais, com a integração técnica entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras (MELO, 2011, p. 67).

Mesquita e Mendes (2009) sugeriram que o processo de modernização da agricultura brasileira passou por três momentos distintos, que se integram posteriormente:

- constituição dos complexos agroindustriais (CAIs);
- industrialização da agricultura e
- integração dos capitais intersetoriais sob o comando do capital financeiro.

A constituição dos CAIs no Brasil se deu a partir da integração entre as indústrias que produzem insumos para a produção agrícola, a produção agrícola em si e pelas indústrias processadoras das matérias-primas produzidas pela agricultura, sobretudo no período compreendido entre 1960 e 1970. Na realidade, a constituição dos CAIs se caracteriza por uma fusão entre os capitais de diferentes setores da economia nacional – agrário, industrial e financeiro.

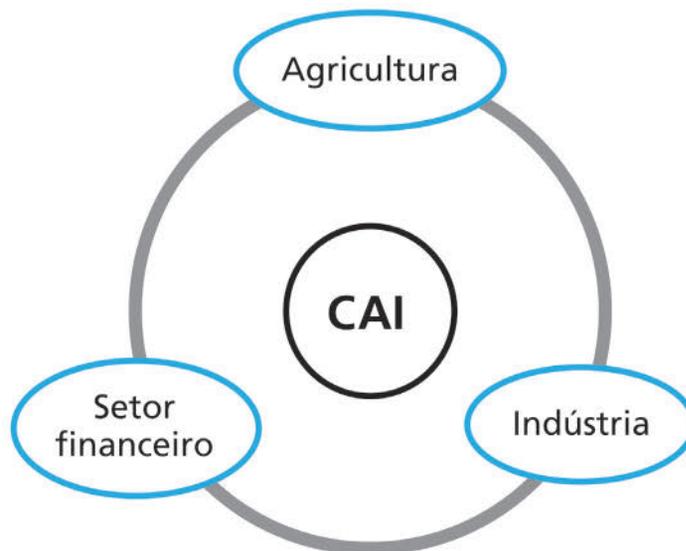


Figura 11.5: A constituição dos CAIs se caracteriza por uma fusão entre os capitais de diferentes setores da economia nacional.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Explique de que forma se deu a constituição do Complexo Agroindustrial brasileiro.

Resumo

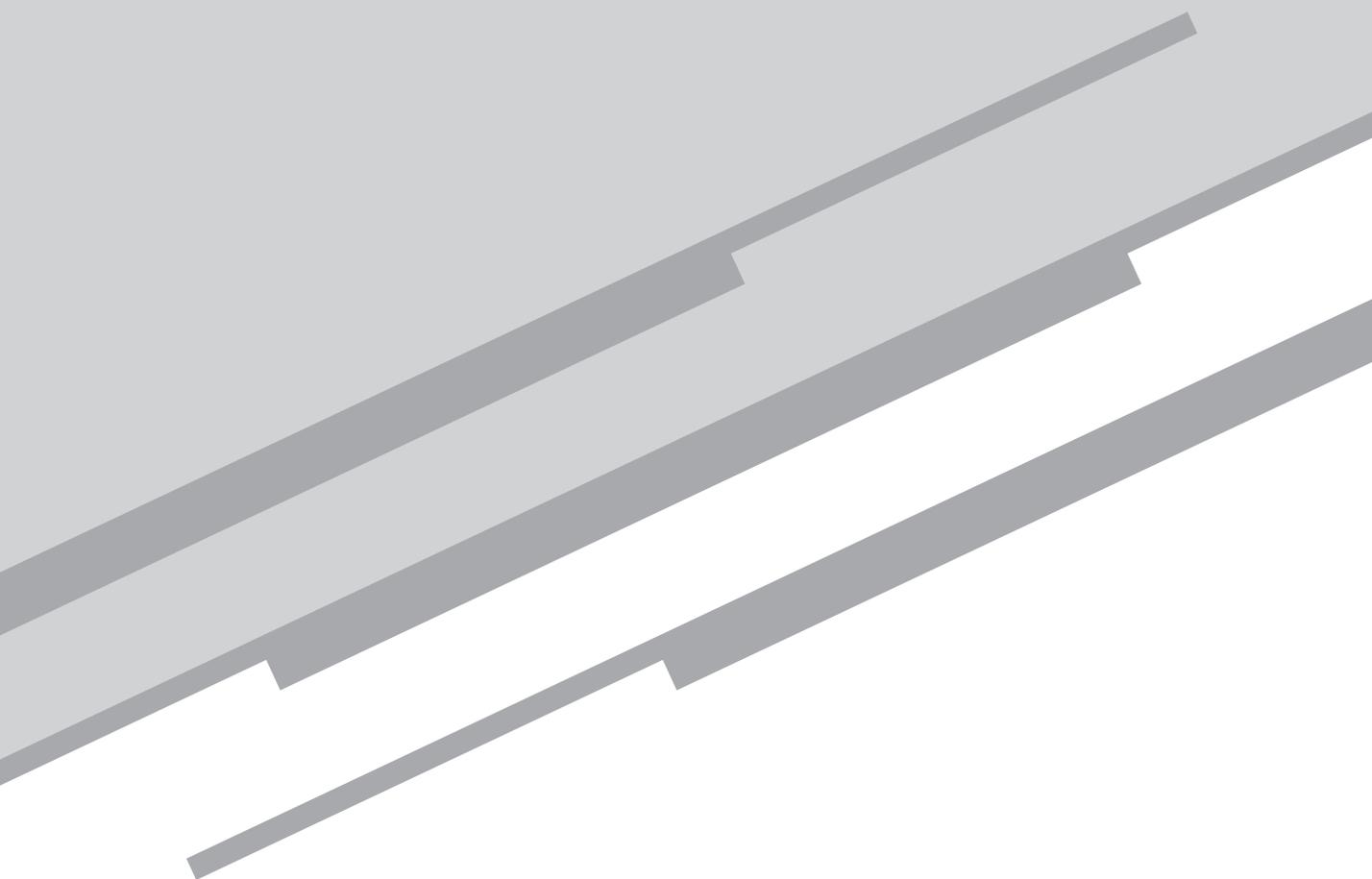
O objetivo central desta aula foi entender como se deu o processo de formação do Complexo Agroindustrial brasileiro. A partir do que foi mostrado se pode perceber que a formação do CAI brasileiro é resultado de um processo histórico. As modificações ocorridas na base técnica de produção e a integração do campo brasileiro com o mercado nacional foram determinantes para a sua configuração.

A partir da promoção de um processo de modernização da agricultura nacional, que resultou em uma integração intersetorial, é que se dá a estruturação do CAI no Brasil. Este processo de modernização foi parte integrante do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil e fundamental para a nossa industrialização. A ruptura com o Complexo Rural transformou o setor agrícola em consumidor de bens industrializados e promoveu um movimento de integração entre os setores agrícola e industrial. Com a incorporação cada vez maior de insumos exteriores ao meio rural na produção agrícola, esta integração foi se tornando mais forte.

Outro fato importante é o papel assumido pela agricultura como fornecedora de alimentos para a crescente população urbana, assim como o fornecimento de matérias primas para a produção industrial. Tudo isto viabilizado por um sistema eficaz de crédito. Dessa forma, percebe-se que a constituição do CAI se deu a partir da integração entre os setores agrícola, industrial e financeiro.

Aula 12

Agricultura familiar



Aline da Fonseca Sá e Silveira

Meta

Apresentar o conceito de agricultura familiar e suas particularidades no contexto brasileiro, bem como a interação e a gestão do trabalho em que os integrantes de uma família administram o processo produtivo de sua propriedade rural. Demonstrar que a agricultura familiar se insere no bojo do mercado interno e externo e está intimamente ligada à segurança alimentar mundial.

Objetivos

Espera-se que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. identificar e classificar uma determinada propriedade como agricultura familiar;
2. descrever a heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e sua importância para a segurança alimentar, bem como sua atuação no cultivo tradicional e contribuição para a proteção da agrobiodiversidade;
3. avaliar as formas de produção da agricultura familiar, seus graus de especialização e sua participação no mercado;
4. analisar as possibilidades da/para a agricultura familiar.

Introdução



André Koehne

Figura 12.1: Mapa alegórico dos produtos agrícolas brasileiros.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brasil_celeiro.png

Cada lugar no mundo tem práticas específicas de agricultura e pecuária. Cada cultivo demanda determinados instrumentos, mão de obra, entre outros. Por isso, para compreender essas formas de se fazer agricultura de maneira mais ampla, convencionou-se a organização de grupos conceituais mais ou menos semelhantes para que a atuação dos estudos e do governo pudesse ser mais definida e, conseqüentemente, mais acertada.

Nesse contexto, a agricultura familiar se destaca, pois, pelo menos, 56% da produção agrícola mundial são provenientes desse grupo de agricultores, que soma mais de 500 milhões de famílias no mundo e ostentam os melhores números de produtividade, mesmo com acesso restrito a recursos produtivos e investimentos, segundo dados da FAO.



Sobre a FAO

Criada em 16 de outubro de 1945, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês de Food and Agriculture Organization of the United Nations) atua como um fórum neutro, onde todos os países, desenvolvidos

e em desenvolvimento, se reúnem em igualdade para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas. Atualmente a FAO tem 191 países membros, mais a Comunidade Europeia. [...]

Fonte: <https://www.fao.org.br/quemSomos.asp>

De acordo com a legislação brasileira, artigo 4º do Estatuto da Terra, propriedade familiar é aquela explorada pessoalmente pelo agricultor e sua família. A mão de obra familiar é absorvida no funcionamento da propriedade, sendo possível a contratação de terceiros, desde que estes sejam contratados eventualmente ou não ultrapassem o número de dois funcionários. Ou seja, para uma produção ser considerada familiar é preciso que a mão de obra seja composta pela família gestora da propriedade e até dois funcionários contratados; admite-se, além desses citados, a contratação temporária de funcionários destinados a serviços sazonais como, por exemplo, uma grande colheita, uma roçada, vacinação de animais, entre outros. É necessário que a agricultura familiar tenha como objetivo uma produção que lhe garanta subsistência, progresso social e econômico.



Infográfico

Você tem ideia da abrangência da agricultura familiar no mundo? Veja um infográfico (em espanhol) muito interessante que nos dá essa noção em: <http://www.fao.org/resources/infographics/infographics-details/es/c/230929/>.

As áreas máximas das propriedades de agricultura familiar são definidas de acordo com a Lei nº 8629, que estabelece como pequena propriedade aquela com até quatro módulos fiscais, e média propriedade aquela com área entre 4 e 15 módulos fiscais.



Módulo fiscal

O módulo fiscal é o parâmetro para a classificação dos imóveis rurais quanto ao tamanho, nos termos da lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, variando de 5 a 110 hectares. Em seu cálculo, são considerados, além do tipo de exploração predominante no município, a renda gerada pela exploração municipal predominante, outros tipos de exploração – que embora não predominantes, sejam expressivos em função da renda dela obtida e da área utilizada – e o conceito de propriedade familiar.

A maioria das novas cidades, anteriormente distritos de outras, “herdaram” os módulos fiscais dos municípios que lhes deram origem. Em Mojuí dos Campos, por exemplo, originada da cidade paraense de Santarém, a medida equivale a 75 hectares. Nazaré, antigo distrito da capital do estado, Teresina, tem módulo fiscal de 15 hectares.

“Com base nesta unidade de medida, é possível, entre outros, delinear a estrutura fundiária em nível nacional, regional, estadual e municipal e, por consequência, identificar os imóveis rurais passíveis de desapropriação por interesse social”, explica Josias Vieira Alvarenga, fiscal de Cadastro e Tributação Rural do Incra.

Fonte: www.incra.gov.br

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) também considera agricultores familiares aqueles proprietários, arrendatários, posseiros ou concessionários da Reforma Agrária que residam na propriedade ou em suas proximidades. A propriedade em questão não deve ultrapassar os quatro módulos fiscais, salvo em caso de produção pecuária; nesta ocorrência, a área pode se estender em até seis módulos fiscais e deve atender todos os requisitos supracitados anteriormente, em conformidade com a Lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993.



Mais sobre o Pronaf

Falaremos sobre o Pronaf mais adiante. Se quiser saber mais, acesse: <http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.html>

Muitos autores que se debruçaram sobre a temática da agricultura familiar apresentam outras definições que merecem destaque. Bittencourt e Bianchini (1996) afirmam que agricultura familiar é aquela que representa a principal fonte de renda (mais de 80%) do agricultor e a força de trabalho utilizada no estabelecimento é composta por membros da família. Em caso de contratação permanente, esse número não deve ultrapassar 75% do total utilizado no estabelecimento familiar e, caso se faça necessário, é permitido o emprego de terceiros temporariamente.

A principal contribuição de Carmo (1999) é em relação às orientações das tomadas de decisão. Ao contrário do que é tido como comum, a agricultura familiar considera como forma de organização produtiva aquela que atenda às necessidades e objetivos da família, e não a produção voltada para a rentabilidade econômica (modelo patronal). Muitas outras formas de encarar a agricultura familiar foram elaboradas, mas o ponto convergente é que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, é também a força de trabalho do estabelecimento – como é o caso do Clube do Produtor, no município de Guaíba – RS, uma alternativa tomada por pequenos produtores familiares que buscam competir com produtores de maior força produtiva.



Quando é justo, funciona.

No município de Guaíba, na Grande Porto Alegre, Adriana e o marido, Itamar Campos, e o filho Ítalo, 18 anos, técnico agrícola, entregam, de segunda a sábado, de 18 a 20 espécies hortícolas, geradas numa área de 1,5 hectare. Eles integram o Clube do Produtor desde o início de 2009 e viram neste período a vida melhorar muito. Antes, o marido saía para comercializar a pequena produção em pequenos mercados, em negócios incertos. Além disso, há garantia de preço, o que não ocorria quando eles vendiam na Ceasa, cujo valor oscilava no mesmo dia. “É um preço mais justo”, acrescenta. “É uma parceria onde tudo funciona bem. Tudo funciona direitinho”, descreve Adriana, que viu a renda da família dobrar.

Fonte: <http://www.edcentaurus.com.br/materias/granja.php?id=4657>

A agricultura familiar no Brasil

Para compreender a conformação espacial da agricultura familiar no Brasil, é preciso analisar alguns dados do censo Agropecuário, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que, contudo, apresenta dados obsoletos: dois grandes censos agropecuários foram realizados nos anos 1995/1996, e outro em 2006. Todavia é um documento de extrema relevância e que deve ser analisado com atenção, seja por sua importância, seja por conter dados muito antigos e, por isso, necessita de um olhar mais criterioso.

De acordo com o censo agropecuário de 1995/1996, 85,2% dos estabelecimentos agropecuários se enquadravam na categoria de agricultores familiares; no entanto, a área ocupada por essa categoria não ultrapassava os 30,5% da área total. A participação dos agricultores familiares no Valor Bruto da Produção (VBP) foi de aproximadamente R\$18,1 bilhões, números bastante expressivos e que merecem a nossa atenção.

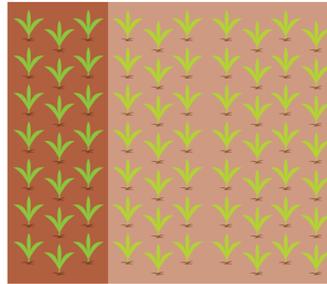
ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS



De todos os estabelecimentos agropecuários no Brasil, **agricultores familiares** representam

82,5%

OCUPAÇÃO DA ÁREA TOTAL



No entanto, ocupam apenas

30,5%
da **área total**

Figura 12.2: Gráficos que mostram a grande diferença entre a quantidade de estabelecimentos de agricultura familiar e a ocupação da área total por essa categoria.

Além dos números, a concentração espacial da agricultura familiar também apresenta particularidades relevantes. De acordo com o volume 5 da série Desenvolvimento Rural Sustentável, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA):

A agricultura familiar encontra-se espalhada em todo o território nacional. Exceto na Região Centro-Oeste e em municípios da Região Norte, cobertos pela floresta tropical. Nos demais municípios, a participação dos estabelecimentos familiares no total de estabelecimentos é superior a 60%. Nas regiões Sul e Nordeste, em regra, os estabelecimentos familiares superam 80% do total.

Segundo os dados do censo Agropecuário 1995/1996, embora ocupasse apenas 30% da área total, a agricultura familiar era a principal fonte de postos de trabalho no meio rural brasileiro, sendo responsável pela ocupação de 13,7 milhões das 17,3 milhões de pessoas então ocupadas na agricultura brasileira, equivalente a 76,9% do total de pessoal ocupado (PO) – a grande maioria integrada por membros da própria família dos agricultores (2006, p. 23-24).

Em outras palavras, a agricultura familiar representa a maioria dos agricultores brasileiros; no entanto, ocupa apenas 30% da área total dos estabelecimentos rurais. Ademais, a agricultura familiar aparece como principal fonte de ocupação no meio rural nas regiões mais carentes do país. A região Nordeste, por exemplo, no momento da realização do censo (década de 1990), concentrava 50% das pessoas ocupadas na agricultura familiar, como pode ser observado na sequência dos mapas 1 e 2, elaborados pela FAO/Incra em 1999 e que demonstram a disparidade entre os números supracitados.

A SITUAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

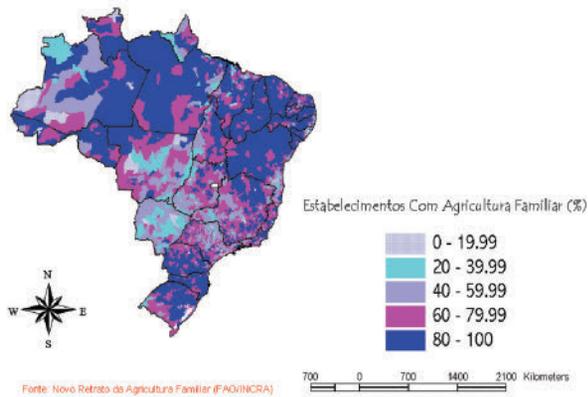


Figura 12.3: Número de estabelecimentos com agricultura familiar por município.

Fonte: Novo retrato da agricultura familiar (FAO/Incra).

A SITUAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

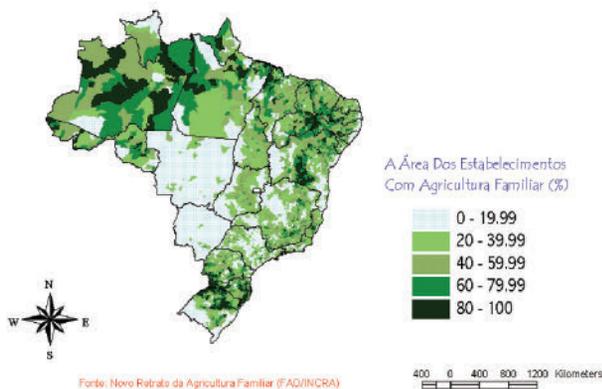


Figura 12.4: Área dos estabelecimentos com agricultura familiar por município.

Fonte: Novo retrato da agricultura familiar (FAO/Incra).

As diversidades da agricultura familiar

Até agora, pudemos perceber que a agricultura familiar está fortemente presente no Brasil, em todas as regiões brasileiras. Pelo menos 1/3 dos estabelecimentos rurais foram classificados como familiares em cada região do país. As regiões Sul, Nordeste e Norte possuem o maior percentual.

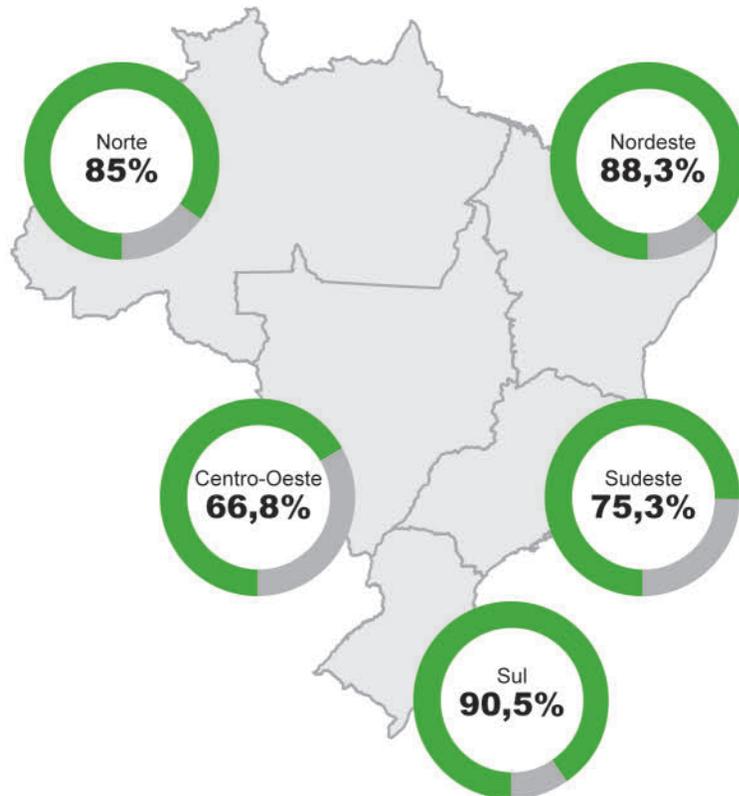


Figura 12.5: Agricultura familiar por região.

A Região Sul apresenta certa concentração de estabelecimentos rurais familiares nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; em contrapartida, na Região Norte, estes familiares estão dispersos em porções territoriais de baixíssima densidade populacional.

É importante interpretar os números de estabelecimentos rurais familiares em relação ao percentual de estabelecimentos rurais totais do próprio estado, e essa relação do estado quando comparado ao país. Por exemplo, dos estabelecimentos rurais da Região Sul, 90,5% são estabelecimentos rurais familiares. Esse número representa 22% dos estabeleci-

mentos familiares de todo o país, ocupa 18% da área total deste segmento e é responsável por quase 50% do valor bruto produzido (VBP) pela agricultura familiar no Brasil. Em outras palavras, a região Sul brasileira merece destaque, pois mesmo ocupando 18% da área total da agricultura familiar brasileira, a região é responsável por quase metade de tudo o que é produzido no país (**Tabela 8.1**).

Tabela 8.1: Agricultura familiar: estabelecimentos, área e VBP/ por região

Categorias	Estabelecimentos		Área total		VBP		%FT s/Total
	Total	%	Há	%	R\$ mil	%	
Nordeste	2.055.157	88,3	34.043.218	43,5	3.026.897	43,0	26,8
Centro-Oeste	162.062	66,8	13.691.311	12,6	1.122.696	16,3	12,7
Norte	380.895	85,4	21.860.960	37,5	1.352.656	58,3	38,6
Sudeste	633.620	75,3	18.744.730	29,2	4.039.483	24,4	12,6
Sul	907.635	90,5	19.428.230	43,8	8.575.993	57,1	57,1
Brasil	4.139.369	85,2	107.768.449	30,5	18.117.725	37,9	25,3

Fonte: Censo agropecuário 1995/96 IBGE.

Diante desses dados, é possível afirmar que os agricultores familiares controlam uma parcela menor da terra. Dos créditos oferecidos pela iniciativa público-privada, apenas 25% dos financiamentos agropecuários foram realizados pelos agricultores familiares – um contrassenso, ao se pensar nas condições socioeconômicas dos proprietários. Outro aspecto importante nessa análise é que os agricultores patronais utilizam mais de 70% do crédito oferecido, mas são os familiares que utilizam os recursos disponíveis de forma mais intensa e, dessa maneira, apresentam uma maior participação na ocupação de suas propriedades, bem como na produção; algumas culturas merecem destaque, como na **Tabela 8.2** a seguir.

Tabela 8.2: Produção da agricultura familiar

Cultura	% produzida por agricultores familiares
Arroz	31%
Feijão	67%
Milho	49%
Fumo	97%
Mandioca	84%

Fonte: Censo agropecuário 1995/96 IBGE.

Não se pode esquecer, todavia, que ainda que a produção seja satisfatória quando comparada aos patronais, a agricultura familiar resiste em meio a grandes propriedades, muitas vezes, nucleadas e/ou dispersas uma das outras, o que dificulta sobremaneira as relações de reciprocidade entre famílias e possibilidades de cooperativismo; aumentam-se conflitos de interesses diversos (patronal/familiar), entre tantos outros aspectos.

Falando em renda

A observação da renda desses estabelecimentos nos permite compreender a acentuada diferença entre as regiões e a baixa renda total: mais de 68% dos familiares gerou renda total inferior a R\$ 3 mil ao ano, e apenas 0,8% conseguiram renda superior a R\$ 27.500 ao ano, como demonstrado na **Tabela 8.3** a seguir (IICA, 2006). As regiões Norte e Nordeste demonstraram menor inserção no mercado, o que incide diretamente na renda gerada ao final do ano.

Tabela 8.3: Agricultores familiares: participação dos estabelecimentos/grupos de renda (em reais)

Grupo de RT – Região	Até 0,00		De 0,01 a 3.000		De 3.001 a 8.000		De 8.001 a 15.000		De 15.001 a 27.500		Acima de 27.500	
	% Estab.	% Total	% Estab.	% Total	% Estab.	% Total	% Estab.	% Total	% Estab.	% Total	% Estab.	% Total
Nordeste	7,0	8,8	85,7	67,9	5,8	16,5	1,0	4,2	0,3	1,7	0,2	1,0
Centro-Oeste	14,9	18,2	49,4	33,1	23,5	24,5	7,1	11,4	3,1	6,7	2,1	6,0
Norte	5,2	8,5	67,1	54,6	22,2	26,2	4,0	6,8	1,1	2,5	0,5	1,3
Sudeste	14,7	14,7	55,1	38,9	19,6	25,2	6,1	11,2	2,7	5,9	1,6	4,2
Sul	6,6	7,9	44,8	30,0	31,3	31,8	11,6	16,5	4,0	8,3	1,8	5,5
Brasil	8,2	10,8	68,9	48,9	15,7	23,7	4,6	9,1	1,7	4,4	0,8	3,1

Fonte: IICA, 2006.

A renda familiar, tamanho da propriedade e capacidade de produção não são os únicos fatores que diferenciam os agricultores familiares entre si, mas também a condição de acesso à tecnologia, infraestrutura e organização. De acordo com Guanzirolli et al. (2001), o desempenho produtivo dos familiares refletia mais o esforço no uso do fator trabalho do que um processo de intensificação tecnológica. Praticamente meta-

de dos estabelecimentos familiares dependia (de acordo com dados do censo de 1995/1996) apenas da força de trabalho de seus componentes para a realização das tarefas da propriedade, e pouquíssimos instrumentos eram utilizados para a prática agrícola.

Quando se analisa tal parâmetro nas regiões Norte e Nordeste, a situação é ainda mais impactante: 87,1% das propriedades familiares da região Norte e 61,1% da região Nordeste usavam a enxada como único instrumento de trabalho. (ainda usando como referência os dados do censo de 1995/1996). A região Sul é destaque nesta categoria; no entanto, os meios de produção modernos dos familiares são tração mecânica e animal, em sua maioria. É preciso atenção ao se pensar em tecnologias num sistema familiar e num sistema patronal, pois as condições e possibilidades de ambos os sistemas são abissais.

De acordo com o censo agropecuário de 1995/1996, o uso de adubos e corretivos não alcançava os 40% do total de estabelecimentos familiares; esse valor caiu para menos de 20% na região Norte do Brasil. Esses números, no entanto, não remetem à prática da agroecologia, mas à heterogeneidade dos familiares entre as regiões brasileiras. O modelo da Revolução Verde foi mais difundido na região Sul, com destaque para o estado de Santa Catarina, que, em relação à infraestrutura, aparece com certa evidência nos dados comparativos dos censos já realizados, bom como os estudos elaborados em torno da temática. O trecho a seguir merece destaque, pois demonstra as peculiaridades sobre a infraestrutura nas propriedades familiares:

Em relação à infraestrutura, o censo registra informações sobre a disponibilidade de energia elétrica – insumo-chave para a adoção de técnicas de produção e de conservação dos produtos para o bem-estar das famílias. A disponibilidade de energia facilita a irrigação, o uso de máquinas de beneficiamento, a capacidade de aprendizagem (por causada luz), entre outros benefícios. Nos estados do Nordeste, região onde mais se precisa de energia para viabilizar a irrigação, mais falta eletrificação. Como exemplo, no Piauí, somente 11.500 famílias, de um total de 190.000 estabelecimentos familiares, possuíam energia elétrica em 1995/1996, ou seja, apenas 6%. No Maranhão, somente 16.000 casas de agricultores familiares (5,7%) tinham fornecimento garantido entre 306.000 que existiam no estado. Tais números explicam a baixa média (38%) de estabelecimentos com luz nas casas do setor rural familiar no Brasil. Deve-se destacar que a disponibilidade de energia elétrica em muitas situações é precária – redes monofá-

sicas sujeitas à interrupção frequente do serviço – e não constitui base sólida para utilização em muitas esferas da produção e conservação de produtos agropecuários (IICA, 2006, p. 32).

Ademais a esses fatores, a assistência técnica é muito pouco utilizada e também apresenta divergências em relação ao seu uso nos diferentes estados brasileiros. A utilização da assistência não é sinônimo de produção elevada e reduz a eficiência dos recursos disponíveis. Um exemplo dessas heterogeneidades é a prestação de assistência pelo Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no estado do Rio Grande do Sul (46,6%) e no Piauí (0,7%). Esses dados revelam o hiato entre os estados opostos em relação a tal parâmetro, mas é importante destacar tal divergência e as oportunidades advindas com o acesso às tecnologias e assistências.



Para mais detalhes sobre ATER, chamadas públicas e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, acesse o site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (www.mda.gov.br), do MDS (www.mds.gov.br) e Brasil Sem Miséria (www.brasilsem-miseria.gov.br). Recomendamos ainda a leitura do Decreto 7.644 de 16 de novembro de 2011.

Fonte: <http://www.mds.gov.br/>

Tal como no continente europeu, a região Sul brasileira lançou mão do associativismo e cooperativismo para enfrentar as adversidades climáticas e mercadológicas inerentes ao sistema econômico nos campos. No estado do Rio Grande do Sul, cerca de 50% dos estabelecimentos contam com associações ou cooperativas para ajudar na gestão dos negócios agrícolas, ao contrário do que se vê nos estados do Norte e Nordeste, onde esse percentual não ultrapassa os 5% segundo o Novo Retrato da Agricultura Familiar – FAO/INCRA.



Associativismo e cooperativismo

O associativismo se constitui em alternativa necessária de viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência. Com a cooperação formal entre sócios afins, a produção e comercialização de bens e serviços podem ser muito mais rentáveis, tendo-se em vista que a meta é construir uma estrutura coletiva das quais todos são beneficiários. Os pequenos produtores, que normalmente apresentam as mesmas dificuldades para obter um bom desempenho econômico, têm na formação de associações um mecanismo que lhes garante melhor desempenho para competir no mercado.

O cooperativismo se trata de um movimento universal dos cidadãos em busca de um modelo mais justo, que permita a convivência equilibrada entre o econômico e o social. O desafio do setor cooperativista brasileiro é mostrar à sociedade que, por ser um movimento solidário, é capaz de implantar um modelo com fortes bases calcadas no conceito de sustentabilidade, ou seja, promover o desenvolvimento econômico, respeitando o meio ambiente e inserindo o ser humano na repartição das riquezas geradas no processo.

Fonte: <http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo-associativismo/cooperativismo>

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Sabe-se que a agricultura familiar merece atenção de estudiosos e gestores políticos, visto que hoje é responsável por mais da metade dos estabelecimentos agrícolas de todo o mundo, além de apresentar elevados números de produção de alimentos e sustentar o que se denomina

segurança alimentar. Diante destas premissas, elabore um conceito de agricultura familiar que dialogue com a legislação brasileira (Estatuto da Terra), com as pontuações destacadas pelos autores abordados nesta aula e com o seu entendimento, a partir da sua vivência e observação.

Resposta comentada

É importante que você construa o conceito de agricultura familiar a partir do que foi apreendido na aula e aquilo que a sua vivência e a observação proporcionaram ao longo da vida. Diante desta premissa, é importante destacar que a agricultura familiar é composta, predominantemente, pela força familiar e que esta é responsável pela tomada de decisões. No Brasil, de maneira geral, utilizam-se, timidamente, financiamentos, tecnologias e insumos agrícolas, porém isso não interfere na boa produtividade dos agricultores familiares.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

O Brasil apresenta números expressivos de agricultores familiares e de suas produções; no entanto, é possível notar inúmeras divergências entre as regiões brasileiras e os modos de produção familiar. Aponte as principais diferenças abordadas nesta aula entre os modos de produção familiar entre as regiões brasileiras. Caso prefira, eleja duas ou mais regiões e faça um quadro comparativo.

A agricultura familiar e o mercado

A agricultura familiar, como já foi dito diversas vezes ao longo desta aula, é muito diversa e, em relação à sua integração com o mercado, não é diferente. De acordo com o IICA, 45% dos estabelecimentos foram classificados como pouco integrados ao mercado, 35% foram classificados como integrados, e pouco menos de 20% como muito integrados; mas o que de fato importa em nossa análise é que quanto maior a integração do agricultor ao mercado, maior é a geração de renda desta família. O que deve ser destacado, também, é que há uma forte correlação entre os estabelecimentos muito integrados e especializados, o que faz com que questionemos a afirmação de que os agricultores familiares são aqueles que se apoiam na produção de sistemas diversificados.

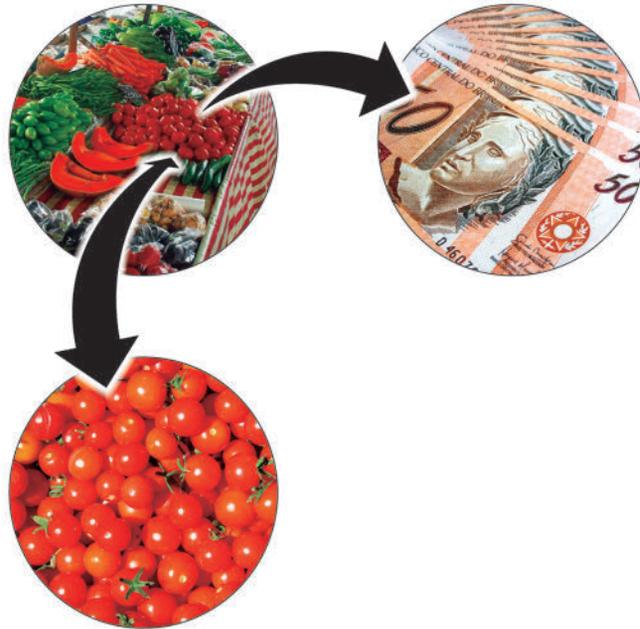


Figura 12.6: É possível verificar forte relação entre os estabelecimentos muito integrados ao mercado e especializados, assim como a integração ao mercado e o aumento da renda.

Essas diversidades são notórias em relação às regiões brasileiras, como se pode observar no trecho destacado do relatório do IICA a seguir:

Na Região Sul, quase 70% dos familiares vendem mais de 50% de sua produção (muito integrado e integrado). Nas regiões Nordeste e Norte, mais de 50% dos agricultores foram classificados

como pouco integrado ao mercado, confirmando, pelo menos para o Nordeste, o caráter de unidades minifundistas, sem muitas condições que os viabilizem como produtores agropecuários. Esses agricultores são também os mais pobres e não conseguem gerar renda suficiente para manter a família acima da linha de pobreza. Na Região Norte, a restrição é de acesso aos mercados e não de tamanho de estabelecimento (IICA, 2006, p. 36).

Mesmo com tantas diferenças regionais acerca da produtividade dos estabelecimentos familiares, estes vendem, em conjunto, mais de 50% da sua produção, fazendo cair por terra a afirmativa uníssona de que os agricultores familiares praticam agricultura de subsistência. O mercado é uma realidade indispensável para este grupo de trabalhadores, mesmo que sua relação com o mercado seja o caminho que possibilite a manutenção das atividades de subsistência.

A especialização das atividades (ou seja, quanto mais especializado, menos diversidade de produtos cultivados) também merece nossa atenção. Os estabelecimentos considerados muito especializados não chegam aos 12%, e seu produto principal corresponde a 100% do Valor Bruto da Produção (VBP). Esse número representa uma minoria. A grande maioria dos familiares se distribui entre especializados e diversificados. Esta afirmação é importante para que se pense numa política inovadora e de incentivos à agroecologia direcionada à agricultura familiar. Uma estratégia seria a concentração de esforços nos produtos mais vendidos pelos familiares especializados e/ou intensificar a especialização dos agricultores mais diversificados, visto que foi constatado que quanto mais especializado um agricultor for, maior é a sua renda.

Por isso, pensa-se numa investidura na especialização com o objetivo de aumentar a renda e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos agricultores familiares.



É importante esclarecer que a especialização sugerida não é a transformação de um sistema diversificado em uma monocultura, mas a tentativa de integração ao mercado visando à independência e ao aumento da renda dos familiares.

Para melhor compreensão da regionalização dos agricultores e de suas classificações em relação ao grau de especialização e integração ao mercado, analise o gráfico e a nota a seguir:

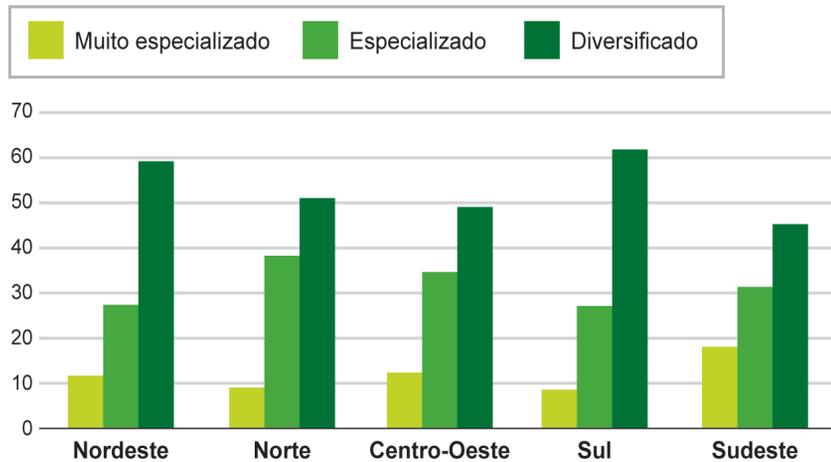


Figura 12.7: Grau de especialização dos estabelecimentos familiares (por região)
 FONTE: IICA, 2006.

Nota:

Especialização = % do valor do produto principal dividido pelo VBP

Superespecialização	→ 100%
Especializado	→ entre 65% e 100%
Muito diversificado	→ entre 35% e 65%
Diversificado	→ até 35%

Integração ao mercado = % do valor da produção vendida dividido pelo VBP

Muito integrado	→ maior que 90%
Integrado	→ entre 50% e 90%
Pouco integrado	→ menor que 50%

Sabe-se que a diversificação da produção é uma das mais importantes estratégias de produtores, pois o risco decorrente de fatores climáticos aumenta quando o grau de especialização é excessivo. No entanto, o aumento da especialização viabiliza a entrada dos agricultores no mercado, melhorando a renda dos mesmos.

De maneira geral, o perfil de produção dos agricultores familiares é composto por um a dois produtos comerciais, cerca de 70% da sua renda total, e os outros 30% da produção são diversificados e para auto-consumo e venda.

Em muitos casos, a participação elevada de um produto no VBP se deve ao valor relativo elevado dos outros produtos presentes no estabelecimento. Subtende-se que a importância econômica não é proporcional à área ocupada (IICA, 2006, p. 38).

Os caminhos da agricultura familiar



Figura 12.8: Agricultura familiar em Almirante Tamandaré, Paraná.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Agricultura_familiar#mediaviewer/File:Horticulture_in_Almirante_Tamandar%C3%A9_countryside.JPG

Desde 1996, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), os agricultores familiares têm recebido crescente atenção das políticas públicas que foram construídas e conquistadas através da participação efetiva dos movimentos sociais rurais organizados. Os primeiros anos do programa se resumiram em disponibilizar créditos agrícolas, mas a partir da década de 2000, um

novo conjunto de programas e ações se agregaram ao Pronaf, a fim de dar mais robustez às iniciativas de fortalecimento deste segmento.

O Pronaf tem como objetivo principal promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, através de créditos rurais e programas de assistência técnica e de extensão rural (Ater). Diante desses objetivos principais, acredita-se que os pequenos produtores rurais possam:

- integrar o mercado;
- aumentar a capacidade produtiva;
- gerar emprego e renda à população rural;
- reduzir as desigualdades sociais no campo brasileiro.

Os beneficiários do programa são todos aqueles que se enquadram na categoria de produtor rural familiar, quais sejam:

- Assentados;
- remanescentes de quilombos;
- indígenas;
- populações ribeirinhas;
- extrativistas.

Pode-se perceber que se reconheceu a importância histórica, étnica e cultural das populações tradicionais excluídas dos benefícios do desenvolvimento socioeconômico. Entretanto, a condição de acesso ao crédito agrícola oferecido pelo programa impõe que o agricultor esteja com o CPF regularizado e livre de dívidas.

As diversas iniciativas para a construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e a reinstalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) proporcionaram um salto de qualidade nas políticas de fomento à agricultura familiar. A retomada de uma política de assistência técnica e extensão rural para agricultura familiar contribuiu sobremaneira para atender às políticas associadas ao Fome Zero, em outras palavras, o Pronaf proporcionou a diminuição da miséria nos espaços rurais brasileiros e a melhoria na qualidade de vida de tantos outros agricultores.

Um exemplo exitoso de programas associados ao Pronaf foi a aprovação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e da Resolução FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, que atribui aos agricultores familiares a importância do fornecimento da merenda escolar das escolas das redes

públicas de educação básica. Pelo menos, 30% do valor enviado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser utilizados obrigatoriamente na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, com dispensa de licitação.

Para promover a conexão entre agricultura familiar e alimentação escolar, é preciso observar os princípios e as diretrizes estabelecidos pelo PNAE:

- Alimentação saudável e apropriada;
- Universalidade do atendimento e direito à alimentação escolar;
- Participação da sociedade no controle social;
- Inclusão da educação alimentar e nutricional no processo ensino/aprendizagem;
- Desenvolvimento sustentável, o que significa adquirir gêneros alimentícios diversificados e produzidos, preferencialmente, no mesmo município.

Os ganhos com tal iniciativa são muitos; a alimentação escolar passou a contar com produtos:

- diversificados;
- frescos, pois são cultivados no mesmo município onde são consumidos;
- saudáveis, pois sabe-se que a agricultura familiar utiliza menos agrotóxicos e outros insumos agrícolas para melhorar o rendimento da produção, ou seja, são produzidos de forma mais natural.

Essa iniciativa ainda pode ser bastante explorada; basta que os gestores locais passem a utilizar parte de seu orçamento destinado à alimentação escolar na aquisição de produtos dos agricultores e dos empreendedores familiares rurais, aumentando com isso o valor designado na produção agrícola familiar e incitando a economia local.

A agricultura alternativa também pode ser encarada como propulsora do desenvolvimento dos agricultores familiares, pois apresenta menor interferência no meio ambiente e utiliza menos ou nenhum tipo de insumos químicos. Essas características atendem diversas correntes atuais e que já estabeleceram seu público simpatizante, como agricultura orgânica, biodinâmica, tradicional, agroecológica e outras. Mesmo que sejam correntes diferentes, é possível se enquadrar em uma delas e

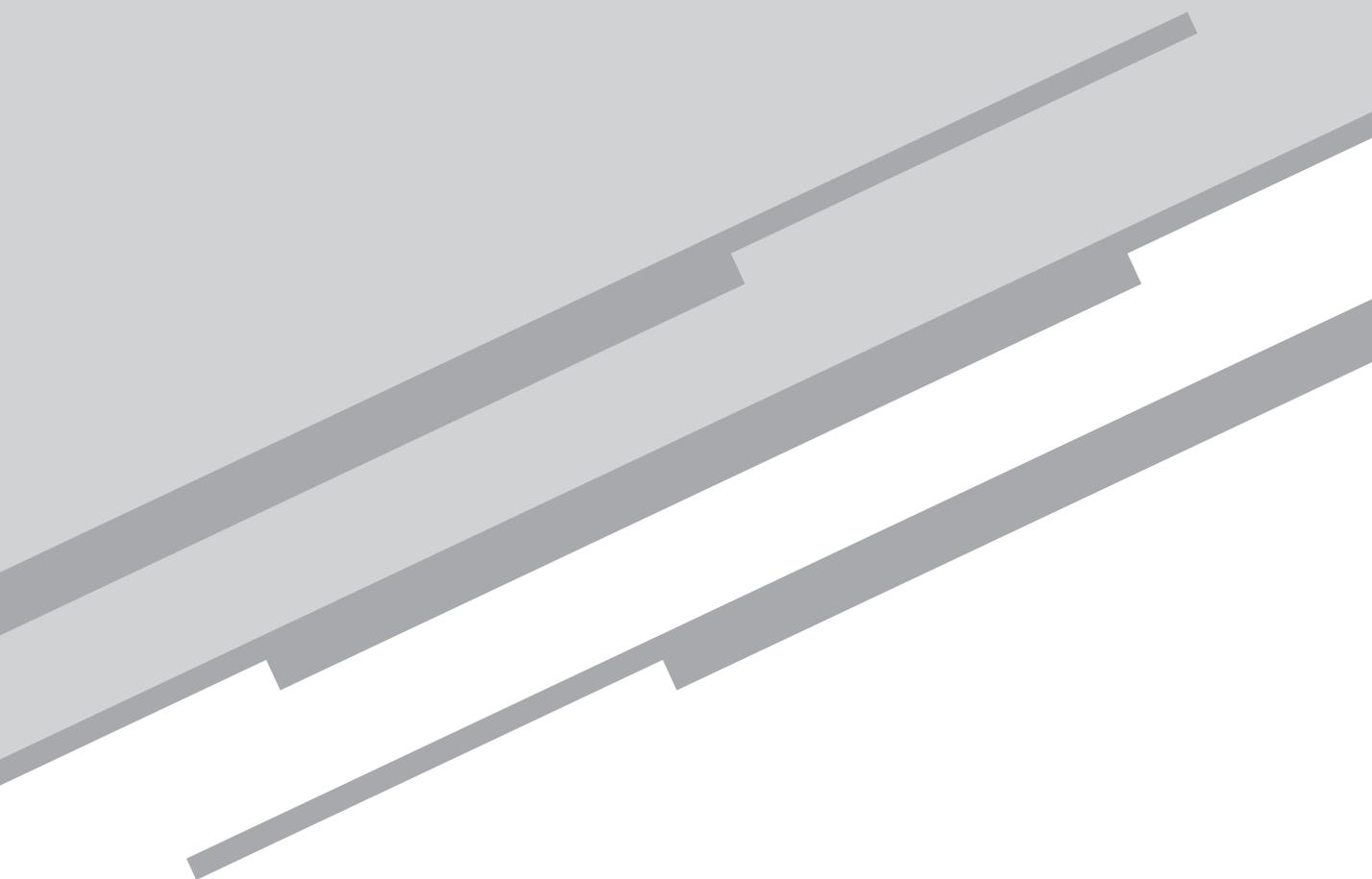
A adoção de princípios da agroecologia eleva a exigência de gestão, interação com os serviços especializados e de resposta aos problemas que vão surgindo durante a mudança. No entanto, é preciso mais dedicação e interesse político, a fim de atender às reais demandas dos agricultores familiares que são imprescindíveis para a manutenção do cultivo tradicional e para a segurança alimentar mundial.

Resumo

- Os agricultores familiares são aqueles proprietários, arrendatários, posseiros ou concessionários da Reforma Agrária, cuja propriedade não deve ultrapassar os 4 módulos fiscais e, em caso de produção pecuária, em até 6 módulos fiscais.
- Os agricultores familiares são muito diversos. Cada região do país possui particularidades intrínsecas à formação histórico-social. Por exemplo, a região Sul possui familiares mais integrados ao mercado, com utilização de alguns maquinários, com elevada produção, entre outros. Já a região Nordeste é bastante rústica diante dos equipamentos utilizados (enxada e foice), apresenta pouquíssimas associações; a qualidade de vida da população rural é baixa, etc.
- A agricultura familiar é responsável por 50% de tudo o que é produzido no mundo. Em outras palavras, ela é essencial, em se tratando de segurança alimentar.
- A produção tradicional, produzida pela agricultura familiar, pode ser considerada uma forma sustentável, pois utiliza poucos ou nenhum tipo de insumos agrícolas e maquinários; sendo assim, contribui para a gestão sustentável dos recursos naturais e ajuda a manter a qualidade dos alimentos e da diversidade de suas sementes, o que não prejudica as gerações futuras.

Aula 13

Desenvolvimento rural sustentável



Nilton Abranches Junior

Meta

Apresentar alternativa ao desenvolvimento rural produtivista no Brasil.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. diferenciar desenvolvimento sustentável de agricultura moderna;
2. reconhecer a agroecologia como alternativa à agricultura moderna.

Introdução

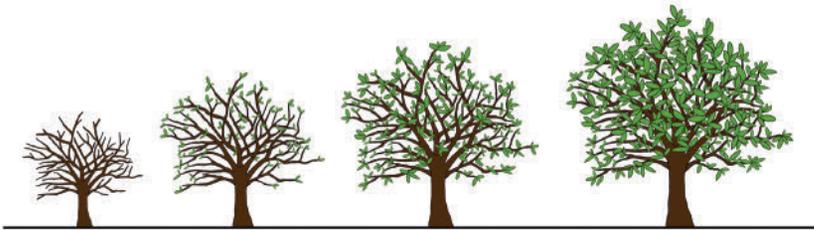


Figura 13.1: O conceito de sustentabilidade não nasceu pronto. Foi evoluindo e tornando-se mais complexo à medida que novos fatores foram sendo levados em consideração em resposta a uma demanda natural e necessária por uma melhor gestão de nossos recursos.

O modelo de desenvolvimento rural implantado no Brasil a partir dos anos de 1950 e consolidado nos anos de 1970, conhecido como modernização conservadora, não respondeu às questões básicas relativas à diminuição da pobreza no campo e das conquistas vinculadas ao bem-estar social. A partir de um contexto internacional de insatisfações quanto ao modelo conservador, um período de críticas ao ideário do desenvolvimento especificamente centrado no crescimento econômico tem grande repercussão mundial. Novas ideias, que valorizaram o saber popular e a participação das populações envolvidas no processo de desenvolvimento, começaram a ganhar força nos anos de 1980. Isto atrelado ao questionamento relativo ao consumo desenfreado dos recursos naturais e da degradação ambiental.

Esta preocupação com o esgotamento dos recursos fundamentou um movimento primeiramente pautado nas questões ecológicas, que posteriormente foi incorporando, em suas formulações, premissas relativas a conquistas sociais, imprimindo uma nova caracterização à definição do conceito de desenvolvimento. Tentando responder aos anseios da população ao longo do tempo, o conceito de desenvolvimento foi incorporando novas dimensões. Em um processo contínuo de aumento de complexidade foi que se formulou o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

No espaço rural, foi através da agroecologia que se promoveu um amplo processo de discussão e reformulação do ideário de desenvolvimento rural, buscando incluir e dar visibilidade àqueles que estiveram excluídos do processo deflagrado a partir da modernização conservadora.

Por isso, na primeira parte de nossa aula, estudaremos os preceitos básicos do Desenvolvimento Sustentável. No segundo momento, enten-

deremos o porquê de a agroecologia se apresentar como o principal veículo da disseminação do desenvolvimento rural sustentável.

A sustentabilidade como alternativa ao desenvolvimento clássico

Como já vimos em aulas anteriores, o modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico foi amplamente criticado por não trazer modificações estruturais pelas quais a população brasileira ansiava. Pela característica concentradora, ficou conhecido como modernização conservadora. No campo, este modelo proporcionou a concentração de terras, renda e tecnologia. Nesta parte de nossa aula, apresentaremos alguns argumentos, produzidos por geógrafos agrários, que se apresentam como alternativa ao modelo conservador de desenvolvimento do campo. Para tal, devemos nos lembrar sempre que o modelo de desenvolvimento clássico foi pensado a partir da realidade das sociedades já industrializadas.

Exatamente pelo exposto, uma das críticas se refere à impossibilidade da reaplicabilidade do planejamento de desenvolvimento “clássico” para as nações que buscavam um processo de modificação da sua realidade socioeconômica. Seus críticos partiram do pressuposto de que atualmente o excedente econômico produzido pela agricultura é investido na atividade que possibilite um maior retorno, não necessariamente num setor específico responsável pela alavancagem ou consolidação do processo de desenvolvimento econômico. Chamaram atenção também para o novo papel do Estado, que vem se transformando através do tempo, ocupando cada vez mais uma posição de regulador ou de iniciador do processo de desenvolvimento, e por consequência, de organizador do espaço.

Seguindo esta mesma lógica, os planejadores, por sua vez, dedicariam cada vez mais espaço para o desenvolvimento rural. Contudo, as estratégias sugeridas não geraram especificamente o desenvolvimento, nem tão pouco o desenvolvimento rural. Poucos planejamentos conseguiram evidenciar sociedades mais justas ou igualitárias, persistindo nos países menos desenvolvidos graves problemas sociais, tais como a epidemia de doenças atreladas à existência de um serviço de saúde precário, baixo desempenho econômico e ineficiente infraestrutura de circulação de pessoas e mercadorias, além da ação de um mercado especulativo e de administrações pouco inventivas.

Acreditando que o desenvolvimento tem como objetivo proporcionar uma melhor qualidade de vida à população, Lea e Chaudhri, já em 1983, chamaram a atenção para a participação dos pobres (principal alvo do desenvolvimento) no processo de tomada de decisões, dando-lhes uma posição de destaque na nova arena social. Na realidade, além de ter o envolvimento do grupo alvo, o processo de tomada de decisões deve ser descentralizado. Sua sugestão foi a de que o planejamento de desenvolvimento rural faz parte do plano maior de desenvolvimento do país. Sendo assim, há a necessidade de sua conexão com o resto da economia e do plano de desenvolvimento nacional, o que é fundamental para o seu sucesso. Assim, o planejamento de desenvolvimento rural não pode ser feito de forma independente do planejamento de desenvolvimento urbano, mas sim de forma complementar, sugerindo o que chamaram de “desenvolvimento rural integrado”.

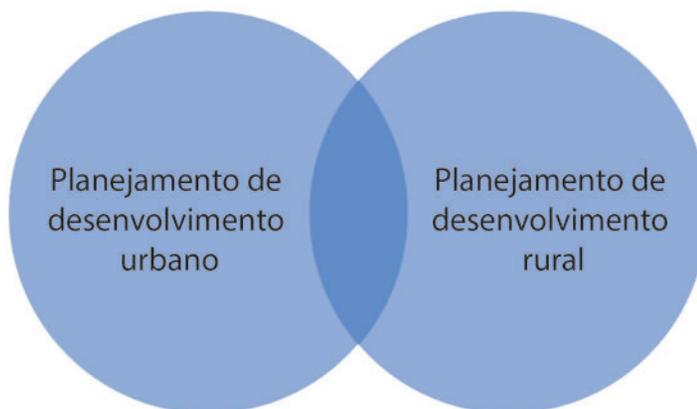


Figura 13.2: Desenvolvimento rural integrado.

As novas propostas foram gradativamente pondo cada vez mais em evidência a ineficácia do modelo “desenvolvimentista” em atingir o objetivo da melhoria da qualidade de vida das populações dos países menos desenvolvidos. A inadequabilidade do modelo às realidades locais permitiu que novas teorias abrissem espaço para a valorização dos diferentes saberes das populações. Vários pesquisadores envolvidos no questionamento ao modelo desenvolvimentista perceberam que soluções vindas da cultura popular apresentavam, em determinadas circunstâncias uma eficiência maior na solução prática para situações-problema específicas, do que aquelas propostas pelo saber científico institucionalizado produzido nas universidades em dissonância às diferentes realidades que se apresentam no campo.

Preocupados com as questões relativas ao saber local, alguns pesquisadores trouxeram para a discussão a necessidade de se reconhecer a contribuição do conhecimento que é passado de gerações para gerações na lida cotidiana da agricultura. Três renomados pesquisadores desenvolvem raciocínios com a finalidade de provar a existência de uma dicotomia entre o saber popular e o saber científico. Sendo assim, podemos identificar três vertentes para o desenvolvimento rural sustentável: o populismo participativo, baseado nas propostas de Chambers, a agroecologia, através do trabalho de Merchant (1992), e o terceiro-mundismo sustentável, a partir das questões levantadas por Redcliff. Além da dicotomia entre saber popular e saber científico, esta discussão trouxe à tona também a dicotomia entre as relações Norte e Sul, já que o pensamento modernizador tem suas origens nos países do hemisfério norte.



Populismo participativo e terceiro-mundismo sustentável

O termo populismo participativo foi forjado pelas alas conservadoras da sociedade quando se refere, de forma pejorativa, à participação da população no processo de tomada de decisões. Uma sociedade civil participativa é crítica, forte e autônoma, mesmo que organizada a partir da figura de um líder carismático. Na realidade, é o descredenciamento da capacidade de organização crítica da sociedade e dos movimentos sociais, colocando-os a serviço de ações personificadas.

Já o terceiro-mundismo sustentável está diretamente vinculado às relações de poder entre países do Norte e países do Sul, permeado pelas noções de economia política.

O contexto em que o pensamento vinculado a um modelo que pregava a sustentabilidade – os anos de 1980/1990 – foi marcado por grandes questionamentos quanto ao modelo desenvolvimentista importado dos países mais desenvolvidos, e que foram aplicados sem nenhuma ou

com muito pouca ponderação nos países menos desenvolvidos. O desprestígio e o desrespeito ao saber local tornaram-se evidentes a partir da aplicação do pacote modernizador. A ineficácia do pacote foi questionada não somente no que diz respeito às questões sociais, mas também as questões ambientais. É nesse período que as questões relativas a tecnologias apropriadas às diferentes realidades socioculturais emergem, não somente no que diz respeito à disponibilidade de capital e trabalho, mas também na relação dos diferentes grupos com seu entorno biofísico.

Cooper e Vargas (2004) tratam muito bem essa questão quando estabelecem que há necessidade de incorporação de saber científico e novas tecnologias para a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento, e sugerem a necessidade de se fundar um pensamento baseado em um saber híbrido. Já Wilbanks (1994) tentou mostrar que desenvolvimento sustentável não é uma utopia, e muito menos apenas um discurso vago. Não é um *slogan* de uma propaganda, apesar de em muitos momentos ser apropriado pelas firmas na intenção de transformar seus produtos em “ecologicamente corretos”. É um conceito complexo que envolve diversos atores no processo de tomada de decisão de alocação de recursos. Contudo, manifesta a noção de medo do futuro, já presente em Malthus, e mostra que só há possibilidade para o desenvolvimento sustentável se conseguíssemos alterar as relações econômicas e sociais existentes, não conseguindo enxergar qualquer saída sem uma real ruptura com a forma de se relacionar com a natureza, sugerindo uma crítica à modernidade quanto aos estudos que envolvem as questões ambientais, rompendo com a visão biofísica de ambiente. Fazendo um histórico quanto à evolução do conceito de Desenvolvimento Sustentável, mostra como esse conceito nasce muito atrelado às questões relativas ao ecodesenvolvimento, sugerindo que o termo Desenvolvimento Sustentável nasceu da preocupação dos países mais desenvolvidos – ocidentais – com a natureza e o meio ambiente.



Ecodesenvolvimento

O conceito de ecodesenvolvimento nasceu durante os anos 70, por causa da polêmica gerada na primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, entre aqueles

que defendiam o desenvolvimento a qualquer preço, mesmo pon-
do em risco a própria natureza, e os partidários das questões am-
bientais. O termo foi proposto por Maurice Strong e, em seguida,
ampliado pelo economista Ignacy Sachs, que, além da preocupação
com o meio ambiente, incorporou as devidas atenções às questões
sociais, econômicas, culturais, de gestão participativa e ética.

Fonte: <http://www.ecodesenvolvimento.org/ecodesenvolvimento#ixzz3PSgWBdLf>

Podemos atribuir a Ernest Schumacher as bases das ideias que fun-
damentaram algumas teorias que surgiram posteriormente, como o eco-
desenvolvimento, a ecologia política e o desenvolvimento sustentável. O
pensamento externalizado pela expressão “Small is beautiful” (título da
obra publicada em 1973, traduzida para o português como “O negócio é
ser pequeno”), mostra a necessidade de se rever a forma da relação entre
sociedade e natureza através do resgate de conceitos não ocidentais.

As discussões sobre Desenvolvimento Sustentável estão profunda-
mente marcadas pela noção de equilíbrio e impacto ambiental, gerando
uma serie de discussões sobre atividades mais ou menos impactantes ao
ambiente, trazendo consigo uma visão ecocêntrica – baseada nas ques-
tões da natureza, por vezes radical, das relações entre homem e ambien-
te. O Desenvolvimento Sustentável tenta resolver a contradição entre
produção e ecologia, fazendo com que a produção transforme-se em
ecologicamente sustentável. Entretanto, é um movimento diversificado,
pois contém diferentes abordagens políticas (MERCHANT, 1992).

Essa definição de Desenvolvimento Sustentável é muito próxima da
definição mais original, que seria suprir as necessidades do presente
sem comprometer a possibilidade das futuras gerações de suprir suas
próprias necessidades. Quando se coloca tal coisa, não se quer dizer
que a nova visão sobre as questões ambientais transformará a natureza
em um santuário onde homens se reunirão para a sua contemplação. É
necessário assumir que os seres humanos sempre motivaram impactos
sobre a Terra. Por sorte ou azar, numa via de mão dupla, o homem afeta
e é afetado pelo ambiente, numa eterna busca por equilíbrio, e, com
certeza, é fundamental para que a humanidade obtenha êxito futura-
mente, que se encontrem novos caminhos na interação entre homens e

ambientes, a fim de se manter uma sustentabilidade prolongada. E como desgaste ambiental está vinculado ao crescimento econômico, e por sua vez os problemas econômicos estão vinculados aos problemas sociais e políticos, torna-se difícil para as Ciências Naturais responderem sozinhas as questões colocadas pelo Desenvolvimento Sustentável. Talvez a Geografia, por sua experiência no trato entre as questões sociais/naturais, além do trabalho em escalas de diferentes abrangências – local/regional/global – possa atender melhor a essas questões.



A questão energética

O fornecimento de energia no Brasil ilustra muito bem essa relação entre problemas ambientais, econômicos, sociais e políticos. Há quem fale em “crise energética” em 2014 e 2015. Há quem negue. Alguns fatores são apontados como causadores da “crise”: falta de investimento em outras fontes de energia e na expansão das usinas hidrelétricas, falta de chuvas, falta de conscientização dos consumidores, e por aí vai. Para tirar suas próprias conclusões, pesquise fontes diferenciadas e saiba o que está por trás desse problema. Sugerimos o programa “Sala Debate”, que falou sobre o setor energético, veiculado no Canal Futura, em 08/04/2014:

https://www.youtube.com/watch?v=1glDtoG_txk (parte 1)

https://www.youtube.com/watch?v=gJ5c1_BNeCM (parte 2)

Assim, Desenvolvimento Sustentável não pode ser atingido através de um enfoque restrito, nem somente no ambiente, nem somente na economia. Sem dúvida, quando se trata de uma forma alternativa de desenvolvimento, as questões ecológicas aparecem em primeiro plano, até mesmo devido aos vários movimentos sociais e organizações não governamentais surgidas nos países mais ricos a partir dos anos de 1970, que visavam à transformação de áreas em reservas de preservação ambiental, face tamanha degradação do ambiente provocada pelo modelo desenvolvimentista alimentado pelos grupos urbano-industriais.

Entretanto, Wilbanks (1994) vai mais longe e assume que Desenvolvimento Sustentável possa vir a ser uma mediação entre questões sociais, econômicas, ecológicas e políticas, com especial preocupação com a qualidade de vida das classes menos favorecidas.

De forma similar à de Wilbanks (1994), Cooper e Vargas (2004) acreditam que o Desenvolvimento Sustentável não pode ser alcançado enfocando no ambiente ou na economia. Acreditam na ideia da “triangulação viva”, baseada num equilíbrio entre proteção ambiental, desenvolvimento social e desenvolvimento econômico. Ressalta ainda que um dos pontos que sempre dificulta a implantação do Desenvolvimento Sustentável é a polarização das discussões entre ambientalistas e planejadores econômicos, ignorando-se os efeitos da pobreza, das doenças e da falta de equidade entre a maioria da população mundial. A partir dessas considerações, pode-se definir Desenvolvimento Sustentável como sendo um modo de pensar, de viver, de governar e de se fazer negócios. É uma linha condutora que guia as escolhas de hoje com o objetivo de preservar opções de escolha para amanhã, baseado no equilíbrio dos três elementos que formam a triangulação.

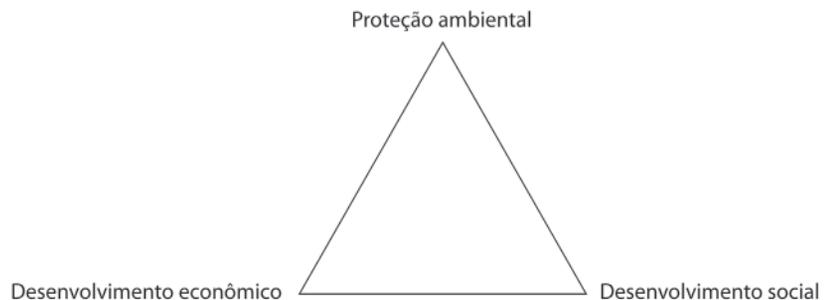


Figura 13.3: “Triangulação viva” de Cooper e Vargas (2004).

Aumentando a complexidade do conceito, Kluczka (2003) chama a atenção para a necessidade da incorporação da dimensão cultural para um real desenvolvimento espacial sustentável. Ao acrescentar cultura à discussão, sugeriu que “deveríamos progredir do triângulo mágico para o quadrado real do desenvolvimento regional sustentável” (p. 11), já que os três vértices do triângulo (ecológico, econômico, social) parecem ter “magicamente escondido a quarta dimensão: a sustentabilidade cultural” (p. 11).



Figura 13.4: “Quadrado real” de Kluczka (2003).

Indo ainda mais adiante, Bicalho (2003), ao assumir a complexidade do conceito e refutando a ideia daqueles que tratam as questões do desenvolvimento sustentável com enfoques mais específicos, ou privilegiando o ambiente biofísico ou as questões sociais, mostra a existência de cinco dimensões do conceito sugerindo a figura de um pentágono crítico que engloba em seus vértices as dimensões ambiental, cultural, social, econômica e política.

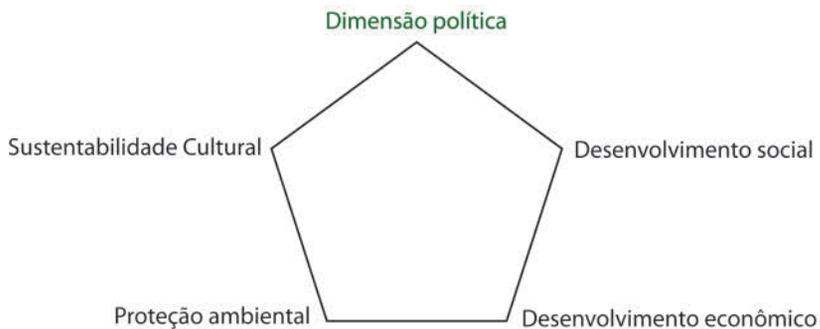


Figura 13.5: “Pentágono crítico” de Bicalho (2003).

A respeito da viabilidade do planejamento rural sustentável, Cooper e Vargas (2004) afirmam que desenvolvimento sustentável não é uma utopia, e pode ser aplicado a planos e programas já existentes e em larga ou pequena escala, mas sob nenhuma hipótese é um plano simplório, e muito menos um pacote, pois não oferece fórmulas prontas nem promessas de soluções rápidas. Também não é restrito às questões ambientais, apesar de elas se constituírem em uma de suas importantes questões, e muito menos se caracteriza por ser um modelo de planejamento. Na realidade, Desenvolvimento Sustentável não é um produto entregue pronto a uma comunidade, mas sim é resultado de um processo de construção

que parte dos esforços da comunidade e dependendo dos recursos disponíveis. Portanto pode ser definido como sendo um modo de vida.

Por não obedecer a uma padronização, nem todas as comunidades devem estar ao mesmo tempo em graus ou em programas similares de sustentabilidade, pois além de depender dos recursos e da capacidade empreendedora de cada comunidade, depende também da aceitação de cada comunidade envolvida. Assim como aceitar a noção de via de mão dupla para as relações com a natureza, se mostra tanto como um processo de baixo para cima como um processo de cima para baixo, no que se refere à tomada de decisão.

Ao estudarem um processo de aplicabilidade de um projeto de desenvolvimento local sustentável na bacia do ribeirão Santana em Varginha, MG, Oliveira e Tubaldini (2003), sugeriram que o resultado obtido, apesar de satisfatório – a melhoria da qualidade da água do ribeirão – não alcançou os objetivos da sustentabilidade conforme a abrangência da complexidade do conceito. Na realidade, constataram uma melhoria da qualidade do ambiente e até mesmo de renda da população envolvida, contudo a participação da população local no processo de tomada de decisão de intervenção no território foi falha. Sendo assim, concluíram que:

[...] o desenvolvimento local, muito mais que a adequação do local a interesses de grupos, deve ser lugar onde haja plena participação democrática na construção do território [...] redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição de seus recursos ambientais. Algo muito além de adaptações tecnológicas ou econômicas, crença em colaboração e conceitos impostos, pois estes são adaptações do local ao global que resultam em uma modernização ecológica [...] (2003, p. 415).

Portanto, ao lançarem a noção de modernização ecológica, os autores chamam atenção para o cuidado de não reproduzir as premissas do paradigma moderno. Muito mais que resolver uma problemática, o Desenvolvimento Sustentável significa o rompimento com a modernidade. Sendo assim, o Desenvolvimento Sustentável se apresenta como sendo o resultado de inter-relações ambientais, políticas, econômicas, sociais e culturais, onde há espaço para a convivência de ideias e pressupostos diferentes, que convivem num incessante embate provocando a construção, desconstrução e reconstrução continuada da posição dos homens frente às questões ambientais.



Ecovilas e comunidades sustentáveis

Você já ouviu falar em ecovilas? Por definição,

Ecovila é um modelo de assentamento humano sustentável. São comunidades urbanas ou rurais de pessoas que têm a intenção de integrar uma vida social harmônica a um estilo de vida sustentável. (ECOVILA, 2015).

O *blog* EcoAldeas AbyaYala é um projeto de mapeamento de ecovilas pelas Américas, com mais de 200 ecovilas e comunidades sustentáveis cadastradas. O endereço do blog é: <http://ecoaldeasabyayala.blogspot.com.br/>.

Agora que já discutimos os preceitos básicos que formulam o pensamento da sustentabilidade espacial, podemos partir para o estudo de sua aplicação prática no processo de desenvolvimento rural no Brasil. Porém, antes precisamos saber se o conhecimento adquirido até agora em nossa aula está consolidado. Para isso, convido você a responder à nossa primeira atividade.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Como vimos durante a primeira parte de nossa aula, desenvolvimento sustentável se caracteriza por ser uma proposta alternativa ao desenvolvimento clássico de base moderna. Percebemos que é um conceito dinâmico que foi incorporando ao longo do tempo novos elementos à sua composição. Levando isso em consideração, trace um breve histórico acerca da constituição do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

4. o respeito e o aprimoramento do saber do trabalhador rural passado de gerações em gerações;
5. a autonomia desses trabalhadores no processo de tomada de decisões.

Com base nesses pressupostos, é que se organizou uma nova forma de extensão rural. A partir do uso de práticas menos impositivas, se estabelece uma nova relação entre o extensionista (responsável pela extensão rural) e o trabalhador do campo. Assim, a agroecologia, por se preocupar com questões ecossociais, parece representar o caminho para dirimir os embates provocados pelos preceitos da modernização da agricultura.

Por estas razões, a noção de desenvolvimento rural pregada pela agroecologia rompe com a noção de uma forma de desenvolvimento estático. Por sua característica dinâmica, está em processo contínuo de modificação, procurando resolver os questionamentos que afloram a cada momento na lida com a terra, com a produção agrícola e com sua comercialização. Procurando sempre promover uma situação de modificação da realidade daqueles que estão envolvidos com o cotidiano da vida nas áreas rurais.

A agroecologia possui em seu ideário a noção de um enfoque que promova a inovação e a multidisciplinaridade. Somente dessa forma se pode romper e ao mesmo dar respostas significativas aos questionamentos provocados pelas ações da modernização conservadora. Na realidade, deve oferecer propostas de modificação ao modelo tão difundido e que, na visão de muitos críticos, não promoveu o real desenvolvimento no campo.



Eugenio Hansen

Figura 13.6: É cada vez mais comum encontrarmos feiras que oferecem produtos exclusivamente orgânicos. A imagem é da feira ecológica da José Bonifácio, em Porto Alegre.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Feira_Ecol%C3%B3gica_da_Jos%C3%A9_Bonif%C3%A1cio,_Porto_Alegre,_Brasil.JPG

O pensamento agroecológico se organiza a partir dos anos de 1980, tendo como a principal argumentação a conservação ecológica e o resgate cultural, praticado através do reconhecimento do saber popular. Dessa maneira, se opõe à fé cega no progresso científico como sendo um novo “dogma” a ser amplamente divulgado e seguido para a resolução dos problemas do campo. Representa a união entre o saber produzido na academia e o saber popular. A partir daquilo já amplamente conhecido e divulgado pelas populações rurais, é que se aprimora nas pesquisas desenvolvidas pelo saber científico.

Partindo do que já foi dito, podemos definir agroecologia conforme aborda Altieri (1995). Em suas palavras, agroecologia seria a disciplina ou conhecimento científico “que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias, para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas”. Isto tudo com a finalidade de se implantar uma forma de produção que privilegie uma maior sustentabilidade.

Sendo entendida desta forma, a agroecologia se transforma em um pressuposto teórico capaz de promover a transição do modelo de base conservadora em uma prática com o objetivo mais sustentável. Ou seja, muito além de ser uma fórmula, a agroecologia se caracteriza como sendo uma forma de se pensar e de se fazer a agricultura, baseada na conservação da natureza, no aumento e na distribuição da renda, as conquistas de bem estar social, na valorização e aprimoramento do saber local, na autonomia do poder de decisão sobre o que plantar, na promoção da associação e da autonomia da forma de se comercializar. Todas estas ações têm como objetivo principal promover a independência e a maior autonomia do produtor rural no processo produtivo.

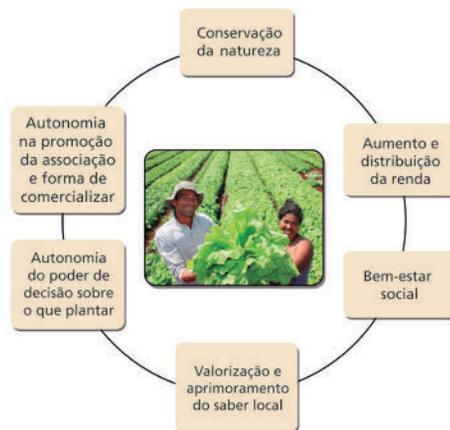


Figura 13.7: As bases que formam o pensamento da agroecologia e promovem a independência e maior autonomia do produtor rural no processo produtivo.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Explique o porquê de a agroecologia poder ser considerada como promotora do desenvolvimento sustentável no campo.

Resposta comentada

A agroecologia representa uma forma de se fazer agricultura baseada na distribuição de renda, na conservação dos recursos naturais, na conquista de bem-estar social, na autonomia no processo de escolha do que plantar e na forma de comercializar a produção e a valorização do saber dos homens e mulheres do campo. Dessa forma, atende preceitos inerentes ao desenvolvimento sustentável, tão bem caracterizado pela figura do pentágono crítico.

Conclusão

O modelo de desenvolvimento conservador foi predominante no mundo até os anos de 1980, quando surge um forte movimento crítico quanto às suas consequências para a sociedade. A crítica vai se fundamentar no baixo nível de conquistas relativas ao bem estar social da população, em geral, e da população do campo, em particular.

No Brasil, o modelo da modernização conservadora não modificou a estrutura do campo. Como já vimos em aulas anteriores, os problemas relativos à concentração de renda e de terras se intensificaram. Os

a necessidade de se fazer uma forma de desenvolvimento que privilegie a inserção dessa parte da população, garantindo acesso ao bem-estar social - como previdência, saúde e educação, assim como a eletrificação rural, aumento de renda e autonomia no processo de tomada de decisão, entre outros fatores relevantes.

Resumo

Nesta aula, apresentamos outra proposta de desenvolvimento rural àquela amplamente difundida no Brasil – a Agricultura Moderna. O Desenvolvimento Rural Sustentável se apresenta como sendo uma alternativa ao modelo tão amplamente criticado. Tal fato se dá exatamente por avançar para além das questões do Crescimento Econômico. Com foco em conquistas sociais, distribuição de renda, autonomia no processo produtivo e valorização e aprimoramento do saber popular, a agroecologia se constitui em alternativa para promover o desenvolvimento no campo brasileiro. Assim, passa a viabilizar a inserção dos menos assistidos no processo produtivo.

Aula 14

Multifuncionalidade e pluriatividade: novos atores no rural brasileiro

Aline da Fonseca Sá e Silveira

Meta

Apresentar os conceitos de multifuncionalidade e pluriatividade dos espaços rurais brasileiros a partir do crescimento das atividades não agrícolas no rural, diante da complexidade e dinamismo desses espaços, e a refuncionalização do espaço rural brasileiro e dos seus novos atores, que buscam no campo uma maior proximidade e identidade com o local.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os conceitos de multifuncionalidade e pluriatividade dos espaços rurais, com destaque para o campo brasileiro;
2. avaliar os pontos positivos e negativos da multifuncionalidade e da pluriatividade para os agricultores familiares;
3. analisar as novas funções do espaço rural brasileiro e seus novos atores;
4. avaliar as possibilidades de retorno ao espaço rural diante da multifuncionalidade do campo e da pluriatividade de seus atores.

Introdução

Você já foi a algum hotel-fazenda? Nesse tipo de hotel, as pessoas urbanas, que normalmente não têm contato com atividades rurais, podem plantar em hortas, cuidar de animais como porcos e galinhas e viver um pouco a experiência do campo.

A oferta desse tipo de espaço está cada vez mais comum. Isso mostra que os espaços geográficos, e no nosso caso os espaços rurais, têm se tornado cada vez mais complexos e dinâmicos, pois a população residente nas áreas rurais é cada vez mais diversa e/ou heterogênea, assim como as atividades exercidas e atribuídas ao meio rural, que extrapolam as atividades agropecuárias.

O crescimento das atividades não agrícolas no rural fez com que este espaço deixasse de ser totalmente agrícola, de modo que as atividades não agrícolas levaram os agricultores a ter e exercer novas funções econômicas e sociais. Com o maior interesse pelos espaços rurais, é possível observar um maior dinamismo e complexidade de técnicas e de ações que aumentam a necessidade de apreensão das múltiplas funções da agricultura.

As novas funções do rural têm como destaque atividades como as práticas extrativistas, no bojo daquilo que é preconizado pela sustentabilidade e o turismo rural, ou seja, atividades que estão além da função de produzir alimentos, mas que possibilitam a acumulação de capital – cristalizando-se, então, o conceito de multifuncionalidade. Este conceito vincula-se às atividades não agrícolas nos espaços rurais – a pluriatividade – que possibilita, além da apropriação de capital, a transformação de bens materiais e simbólicos em mercadoria (CANDIOTTO, 2009).



Sustentabilidade

Há diversas compreensões sobre o conceito de sustentabilidade. Conforme a Organização das Nações Unidas (ONU, 1991, p. 46), em um documento que se tornou conhecido como Relatório Bundtland, “desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades e aspirações”.

Para Leonardo Boff, este conceito está correto, porém é bastante limitado, haja vista que apenas considera o ser humano e nada diz sobre as demais comunidades vivas (outros seres vivos também necessitam da sustentabilidade para sobrevivência). Para tanto, Boff propõe que sustentabilidade

é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando à sua continuidade e ainda a atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução, e coevolução (BOFF, 2012).



Paulo RS Menezes

Figura 14.1: Extração de resina de Pinus: exemplo de extrativismo vegetal.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jos%C3%A9_do_Norte#media_viewer/File:Extra%C3%A7%C3%A3o_de_resina_de_Pinus.JPG



Beatriz Warming

Figura 14.2: Turistas em cavalgada em excursão ao Pantanal mato-grossense: exemplo de turismo rural.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Passeio_%C3%A0_cavalo.JPG

Diante dessas mudanças, surgem os conceitos de multifuncionalidade e pluriatividade, que são os temas centrais desta aula. Apontamentos históricos e conceituais serão abordados, a fim de compreender as modificações no espaço rural brasileiro ao longo do tempo e as alternativas encontradas pelos agricultores e por novos atores deste espaço rural em mutação.

A multifuncionalidade e seu(s) conceito(s)

Até meados do século XX, quando a produção em série ou fordista era aquela utilizada pelas maiores e principais empresas do mundo, o espaço rural se restringia apenas às produções agrícolas e fornecimento de matérias-primas. Com a obsolescência do fordismo, o espaço rural incorpora novas funções e se torna um espaço de múltiplas atividades produtivas; sejam elas materiais, imateriais e serviços, configurando-se, desta forma, a multifuncionalidade do meio rural.



Fordismo

O termo surgiu em 1914, devido ao nome do criador desse modo de produção, Henry Ford. O modelo fordista se caracterizava por intensa produção em massa, baseada em linhas de montagem. Uma frase famosa de Henry Ford representa bem o “espírito” desse modelo: “podemos produzir automóveis de qualquer cor, desde que sejam pretos”. Ou seja, tudo era pensado de modo a otimizar a produção, para que se conseguisse produzir mais em menos tempo com menos custo. Dessa forma, o produto era mais acessível ao público. Esse modelo foi implementado em muitas indústrias, de diferentes ramos. Seu declínio acontece na década de 1970, quando a General Motors começa a flexibilizar a produção e oferecer modelos variados de automóveis.

A noção de multifuncionalidade rural começa a ser debatida com as mudanças proporcionadas pela Revolução Agrícola, que impôs um novo padrão de produção para a agricultura entre as décadas de 1960 e 1970, conhecidas como a Revolução Verde. Muitas dessas mudanças geraram consequências negativas, seja pela introdução pesada da mecanização no campo, seja pela monocultura, que, como já aprendemos, acarreta prejuízos ambientais que, por consequência, levam ao aumento dos problemas sociais decorrentes da elevada concentração fundiária e desponte da agroindústria. Além desses pontos negativos, pode-se observar grande desigualdade gerada pelos aparatos tecnológicos (que só podiam ser adquiridos por aqueles agricultores mais favorecidos e com posses, ou seja, a grande minoria), a degradação ambiental, mudanças no trabalho das famílias, acarretando no latente e crônico êxodo rural e, por conseguinte, inchaço dos centros urbanos e marginalização socioeconômica de uma grande parcela da população mundial (MULLER, 2007).

Apesar de mais atuais, as imagens a seguir mostram a diferença de técnicas entre grandes e pequenas propriedades.



Jose Reynaldo da Fonseca

Figura 14.3: Irrigação manual feita por um agricultor em pequena propriedade rural em Avaré, São Paulo.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Horta_irriga%C3%A7%C3%A3o_manual_REFON.JPG



Vera L. Silva

Figura 14.4: Irrigação feita em grande propriedade em Catalão, Goiás.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Agroneg%C3%B3cio_no_Brasil#mediaviewer/File:Planta%C3%A7%C3%A3o_de_Alho_em_Catal%C3%A3o.jpg

Diante de tantas consequências negativas, o modelo produtivista – mais conhecido como Revolução Verde – passou a ser questionado sobremaneira, e novas perspectivas foram traçadas, a fim de se entender o espaço rural não mais como atrasado, mas como uma grande “vitrine” para combater a crise socioambiental instaurada pelo modelo produtivista. Surge, então, o conceito de multifuncionalidade rural.

De acordo com Soares (2001, p. 42), podem-se identificar as seguintes funções-chave da agricultura no conceito de multifuncionalidade:

- contribuição à segurança alimentar;
- função ambiental;
- função econômica;
- função social.

Desde a ECO-92, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o desenvolvimento agrícola e rural de maneira sustentável, dando notoriedade ao aspecto multifuncional dos espaços rurais. O assunto é amplamente debatido em países europeus desde então, mas, atualmente, é possível observar que o debate está sendo realizado também no Brasil. Um exemplo é o projeto Estratégias de Desenvolvimento Rural, Multifuncionalidade da Agricultura e Agricultura Familiar: Identificação e Avaliação de Experiências em Diferentes Regiões Brasileiras. O objetivo principal desse projeto é verificar de que maneira a multifuncionalidade se expressa nas regiões brasileiras; para tanto, dividiu-se o projeto em três etapas:

1. Famílias rurais;
2. Território;
3. Sociedade.

Os resultados são que grande parte das famílias rurais se debruça em quatro grandes funções: a *agricultura* (aquela que se compreende como a função social – produção de bens agrícolas e pecuária), *conservação dos recursos naturais* (leia-se os solos, água, biodiversidade, entre outros), *conservação do patrimônio natural* (as paisagens) e a *qualidade dos alimentos* (CANDIOTTO, 2009).



Figura 14.5: As quatro grandes funções da maioria das famílias rurais

De acordo com Segrelles Serrano:

Con este nuevo enfoque se pretende combinar la función productora de alimentos con otras actividades que garanticen el mantenimiento del tejido social, la conservación del medio natural y la mejora de las condiciones de vida y trabajo de la población rural. Por consiguiente se puede afirmar que el medio rural asumiría la doble función de producción de bienes tangibles para el mercado y de bienes públicos o servicios inmateriales ligados al bienestar de los ciudadanos y al respeto ambiental (SEGRELLES SERRANO, 2007, p. 3).

Para Segrelles Serrano, com a multifuncionalidade, o meio rural passaria a ter duas funções principais:

- produção de bens públicos ou serviços imateriais, ligados ao bem-estar das pessoas;
- respeito ambiental.

No entanto, os aspectos característicos deste conceito de multifuncionalidade não são originais; tais aspectos compreendem uma realidade histórica e social. Em outras palavras, a agricultura apresenta múltiplas funções desde sempre, como a segurança alimentar e a manutenção do tecido econômico e social rural. O que mudou foi a institucionalização da perspectiva multifuncional pelo Estado, através de políticas públicas que levam compensações financeiras aos agricultores, objetivando a conservação do meio ambiente, social e cultural – fortalece-se, na teoria, a agricultura familiar, mas não se configura uma grande mudança estrutural dos espaços rurais e, sim, a perspectiva diante do papel dos agricultores, a partir do entendimento da sustentabilidade e das múltiplas possibilidades nestes espaços.

Verges (2013), que analisa o surgimento do conceito de multifuncionalidade na Europa, indica que há contradições entre a teoria e a prática. A autora faz essa afirmativa baseada no surgimento do conceito que se dá em meio às políticas neoliberais e atreladas aos mercados e organismos internacionais; em outras palavras, o conceito de multifuncionalidade surge num momento bastante peculiar – o neoliberalismo – e numa sociedade que sempre preconizou a acumulação de bens e riquezas. Logo, tais iniciativas são pensadas para uma sociedade capitalista, ou seja, muitas prioridades estão imbricadas neste contexto, como veremos mais adiante.



Neoliberalismo

As políticas neoliberais defendem a livre economia, sem intervenção do Estado. Na prática, significa mais privatizações, menos investimentos nas áreas sociais e a abertura de mercado para a importação. É um modelo que beneficia os países mais desenvolvidos, capazes de investir em outros mercados e que pode ser um risco para países que contraem mais dívidas, por meio de empréstimos, para se inserirem neste modelo.

Ademais, mesmo como característica principal da multifuncionalidade ser a complementariedade da renda agrícola, o que se pode observar em diversos países é a substituição dela, ou seja, grande parte dos espaços rurais ditos multifuncionais não tem como função principal a produção de alimentos, mas sim atividades rurais e vinculação ao agro-negócio gerador de *commodities*.



Commodities agrícolas

A palavra *commodities* (inglês) pode ser definida como mercadorias que são matérias-primas, ou seja, não passaram por processo industrial, produzidas em larga escala e comercializadas em nível internacional. Tais produtos são negociados em bolsas de valores e seus preços negociados em nível global pelo mercado internacional. Quando há alta demanda internacional, os preços sobem e os lucros são consideráveis.

Porém, num quadro de recessão mundial, as *commodities* se desvalorizam, prejudicando os lucros das empresas e o valor de suas ações negociadas em bolsas de valores.

De maneira geral, as *commodities* possuem características uniformes, mesmo sendo produzidas por produtores distintos. Os produtos podem ser estocados por determinado tempo sem perda de qualidade.

O Brasil é um grande exportador de *commodities* agrícolas, com destaque para a soja, o café e laranja.

Sob a perspectiva de Verges, afirma-se que há uma contradição entre a teoria e a prática da multifuncionalidade, pois o primeiro entendimento é que há preocupação com o meio ambiente e com a sociedade; no entanto, o que se observa, principalmente nos países idealizadores do conceito, é

[...] a ampliação do incentivo financeiro e apoio institucional a continuidade de um modelo produtivista que já mostrou que apenas acentua as desigualdades sociais, trazendo consequências

negativas nas dimensões econômicas, sociais e ambientais. Isso mostra que a noção de multifuncionalidade rural ainda permanece no campo das ideias e dos documentos (VERGES, 2013, p. 365).

Portanto, a autora afirma que o conceito de multifuncionalidade segue em segundo plano, e a prioridade continua sendo favorecer a agricultura produtivista, que não tem como objetivo a preocupação com questões socioambientais e abastecimento do mercado interno. A prioridade da agricultura produtivista segue sendo as grandes empresas agroalimentares, e a consequência disto é a marginalização dos pequenos e médios produtores.

No Brasil, é possível observar um forte discurso de fortalecimento da agricultura familiar, mas o que se observa é despende de medidas públicas voltadas para a agricultura produtivista, voltadas para o mercado internacional. Em contrapartida, grupos como o Movimento dos Sem Terra (MST), Via Campesina, entre outros, buscam solucionar o problema da concentração de terras e fazer valer o conceito de multifuncionalidade. Neste caso, é essencial que o Estado corrobore para a tomada das medidas reivindicadas e se esforce para tornar o crédito fundiário mais acessível aos pequenos produtores, pois assim é possível visualizar um espaço rural brasileiro mais democrático.



Crédito fundiário

Para ter mais informações sobre o procedimento para conseguir um crédito fundiário e saber mais sobre a estrutura do programa, acesse: <http://www.caixa.gov.br>.

A pluriatividade e seu(s) conceito(s)

Pluriatividade é um fenômeno que vem ganhando relevância nas pesquisas sobre o rural brasileiro, sobretudo por geógrafos e sociólogos. O conceito de pluriatividade pode ser caracterizado pelo crescimento de atividades não agrícolas no meio rural e das ocupações da população

rural em detrimento dessas mudanças que repercutem na dinâmica do espaço rural, como novas atividades produtivas, econômicas, sociais e de mercadorias das áreas rurais.

De maneira geral, a pluriatividade está associada à agricultura familiar e/ou em **espaços periurbanos**, pois a pluriatividade trabalha com a existência de uma ou mais atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade, combinada(s) à(s) outra(s) atividade(s) não agrícola(s), desenvolvida(s) dentro ou fora da propriedade. As atividades não agrícolas podem estar vinculadas à indústria, comércio ou serviços públicos e privados, e são realizadas tanto em áreas consideradas rurais como também nas áreas urbanas. A pluriatividade permite ao pequeno produtor manter-se no meio rural e exercer outras atividades como forma de complementação da renda familiar.

Espaços periurbanos

São espaços em que as características físicas e sociais do urbano e do rural se misturam, sendo difícil determinar seus limites.

Para cada autor, uma abordagem

O conceito de pluriatividade tem seu início ainda em Kautsky, com o termo “trabalhos acessórios”, e Chayanov, que se referiu diversas vezes a “outras atividades não agrícolas”; porém, as interpretações destes autores eram um tanto distintas do entendimento atual de pluriatividade. Para Kautsky, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura seria gradativamente subordinado à indústria. Assim, a manutenção do campesinato estaria ligada à própria natureza do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura, pois estes continuariam responsáveis pelo fornecimento de força de trabalho para as unidades produtivas maiores e industrializadas. Já Chayanov considerava que a adesão de atividades não agrícolas seria variável e determinada pelo quantitativo familiar e por suas estratégias de sobrevivência (CANDIOTTO, 2007).

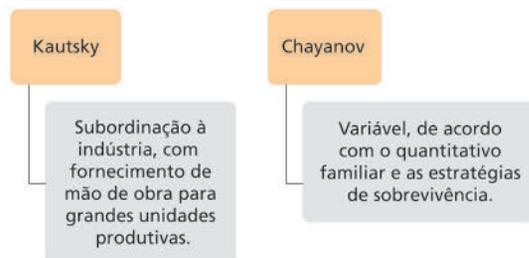


Figura 14.6: Interpretações distintas do conceito atual de pluriatividade, dos autores precusores do termo.

Em Alentejano (1999), a modernização da agricultura na Europa se inicia pautada na crescente mecanização dos campos e na integração dos agricultores familiares. A adesão das técnicas modernas fez com que o tempo de dedicação às atividades agrícolas fosse reduzido, e muitos agricultores buscaram novas atividades para complementar a renda familiar. As indústrias europeias absorveram grande parte dessa mão de obra, tornando-os, também, assalariados.

Nas décadas de 1970 e 1980, a agricultura europeia vive uma crise de superprodução, o que leva os agricultores a diversificar suas culturas e atividades. A diversificação das atividades foi a alternativa à superprodução agrícola, déficit público, êxodo rural, aglomeração urbana excessiva, e degradação ambiental (ALENTEJANO, 1999). Para Alentejano, uma unidade de exploração familiar pode ser considerada pluriativa quando, pelo menos, um membro da família está envolvido em atividades agrícolas e não agrícolas.

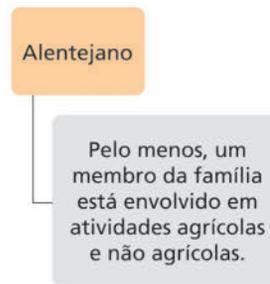


Figura 14.7: Pluriatividade na visão de Alentejano.

Para o autor, a pluriatividade abrange a diversificação das formas de organização de uma unidade produtiva familiar e consequente aumento das possibilidades de reprodução dos agricultores. Ainda que o conceito tenha surgido num momento em que se buscavam estratégias de subsistência, a pluriatividade, nos dias de hoje, atende às demandas do mercado e aos interesses dos agentes hegemônicos que preconizam a reprodução do capital.

Anjos analisa a pluriatividade de maneira distinta e alerta para a desvalorização das práticas agrícolas, como podemos observar no trecho que segue:

A pluriatividade é um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolver-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração (industrialização em nível de propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva) que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno.

[...] não se trata de um fenômeno conjuntural, mas o resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, em correspondente sincronia com a dinâmica da economia em geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modo de produção capitalista (ANJOS, 2003, p. 90).

Ainda sob a perspectiva de Anjos, as diferentes manifestações da pluriatividade estão associadas às características socioeconômicas e políticas de cada lugar, considerando-se as interações dos elementos em escala local e/ou global. Duas concepções são de suma importância para o autor: a análise deve ser baseada na unidade produtiva familiar e se deve compor o entendimento desta unidade familiar e suas interações com as forças externas em níveis micro (local) e macro (global). Esta, talvez, seja a colaboração mais peculiar de Anjos, que aponta a importância das ações internas e externas à unidade familiar e que possibilita uma visão mais holística das estratégias adotadas pela família que, mesmo trabalhando para sua subsistência, são influenciados pelas técnicas e produções do mundo globalizado, como, por exemplo, o monopólio de preço de um determinado produto, os diferentes tipos de créditos oferecidos, insumos forjados para um determinado produto, entre tantos outros.



Figura 14.8: Contribuição de Anjos para a definição do termo.

Resposta comentada

O conceito de pluriatividade pode ser caracterizado pelo crescimento de atividades não agrícolas no meio rural e das ocupações da população rural em novas atividades produtivas, econômicas, sociais e de mercadorias das áreas rurais. A pluriatividade preconiza a existência de uma ou mais atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade, combinada(s) a outra(s) atividade(s) não agrícola(s), desenvolvida(s) dentro ou fora da propriedade. Estas atividades não agrícolas podem estar vinculadas à indústria, comércio ou serviços públicos e privados, e são realizadas tanto em áreas consideradas rurais como também nas áreas urbanas.

É importante salientar que a pluriatividade permite que o pequeno produtor se mantenha no meio rural e exerça outras atividades, a fim de que se complemente a renda familiar, sem deixar de desempenhar as atividades agrícolas.



Os novos atores no rural brasileiro

Ao longo das aulas de Geografia Agrária do Brasil, pôde-se perceber que o rural é observado e caracterizado de maneiras distintas:

- Alguns teóricos mais simplistas caracterizam seus atributos e socioespacialidades apenas por dados estatísticos: os aspectos socioculturais identificam os territórios rurais;
- O rural é considerado como estrutura local, e suas “localidades” interagem com processos globais (economia e sociedade);
- O rural como representação social, estado de espírito, identificação com o espaço (WOODS, 2005).

Sendo assim, o rural pode ser lido como um espaço híbrido, ou seja, complexo, diverso e dinâmico, assim como os “atores do rural”, que vão desde pequenos produtores rurais a empresas, turistas, entre outros.

O termo “novo” sugere o surgimento de algo ou alguém que não existia ou, também, uma ruptura irreversível daquilo que existia antes. Por exemplo, a expressão “novos rurais” se faz entender como pessoas novas no espaço rural, diferentes daquelas que habitavam este mesmo espaço (os “velhos rurais”). Mas quais são os componentes que identificam o “velho” e o “novo”?

Não se trata, apenas, de identificar as novidades do/no espaço rural, mas compreender que desde a segunda metade do século XX é possível observar alterações na demografia dos campos. Para Kayser (1990), o repovoamento, os modos de vida, a recomposição da sociedade em vilarejo, as atividades não agrícolas e as práticas culturais seriam indicadores de uma transformação dos espaços rurais que já aconteciam nos países centrais, mas possivelmente seria observada também nos países periféricos, de maioria populacional rural.

Diante dos conceitos de multifuncionalidade e pluriatividade, entende-se que o espaço rural passa a abrigar novas funções, agrícolas e não agrícolas, e a sua população também ganha complexidade e dinamismo. Esse novo rural e esses novos atores (res)surgem a partir de espaços diferenciados e influenciados por este novo rural, agora revalorizado.



Jovem Rural

Figura 14.9: Família em assentamento em Diamante do Oeste, no Paraná, em 2012.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/jovemrural/8163744993/in/photostream/>

A modernização da sociedade levou ao inchaço das cidades e à secundarização do rural, que foi por muito tempo encarado como um espaço atrasado. Atualmente, com novas questões diante da modernização, observa-se um retorno ao rural e um resgate de um elo socioambiental que está mais próximo do ambiente ruralizado, pois ainda é o menos artificializado e apresenta maior presença e contato com a natureza (MARAFON, 2012). O rural se reconstrói tal qual as práticas sociais.

Assim, a vida social no espaço rural adquire novas identidades perante à diversidade de situações e alternativas inéditas que emergem em função de novas vivências. É nesse contexto de múltiplas experiências que surgem novos atores que reconstróem o ambiente social e natural. Novos atores, ou agricultores, que reelaboram sua(s) função(ões) no sentido de garantir suas condições de vida do meio rural, redefinindo alternativas que melhor respondem às suas expectativas e demandas.

Para Marafon (2012), as novas ruralidades e os novos rurais devem ser entendidos num imbricado dos mundos urbano/industrial e o consumo desta sociedade que irá demandar do espaço rural através, também, dos bens simbólicos e materiais e práticas culturais intrínsecas a este espaço.

De acordo com Karina Furini da Ponte, as novas ruralidades podem ser entendidas como:

As novas ruralidades são as diferentes realidades evidenciadas no rural atualmente como a instalação de certas infraestruturas sociais como energia elétrica, abastecimento de água, sistema de saúde, educação; as atividades não agrícolas no campo; a ampliação do setor de serviços no rural como moradia e lazer. Sendo que tais características apresentam-se com forma e intensidade diferentes para as localidades. É a partir destas “novas” que se afirma o processo de “urbanização do campo”, pois são elementos que até então se encontravam nas cidades (PONTE, 2004, p. 66).

É possível compreender, a partir das concepções de Marafon e Ponte, que as novas ruralidades são aquelas proporcionadas pela chegada das urbanidades nos espaços rurais que, conseqüentemente, proporcionam o consumo dessas urbanidades que, muitas vezes, são absorvidas permanentemente pelos moradores das zonas rurais, visto que são ganhos para a melhoria da qualidade de vida. Ademais à chegada das ditas urbanidades, muitas pessoas buscam nos espaços rurais uma segunda

moradia ou um novo estilo de vida, pois as urbanidades proporcionam a comodidade naquele espaço encarado como bucólico, e que agora não é mais visto como um local isolado e/ou atrasado.



Wevertoncordeiro

Figura 14.10: Nesta vista aérea da cidade de Itaituba, no estado do Pará, é possível identificar a intensa urbanidade no espaço rural.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Itaituba#mediaviewer/File:Aerial_View_of_Itaituba,_Brazil.jpg

O espaço rural imbricado de urbanidades é um produto e, também, produtor de novos rurais, como, por exemplo, aposentados que buscam no campo um resgate de suas raízes, haja vista que muitas pessoas saíram do campo por diversos motivos e, com o cumprimento das atividades profissionais e a chegada da aposentadoria, o retorno ao campo é uma forma de regresso ao lugar natal, repleto de simbolismos e identificações (i)materiais. É o retorno da identidade local e a busca por qualidade de vida que, agora, o campo pode proporcionar.

Além da busca pelo retorno identitário local, é possível observar novos atores que veem no meio rural uma nova forma de relação comercial. Destacam-se os empreendedores do turismo rural (pesque e pague, hotéis-fazenda, vinícolas, entre tantos outros) que visam proporcionar, mesmo que por um período curto, a calma e o bucolismo intrínseco ao que se entende como campo. Ressalta-se que esta nova forma de fazer turismo cresceu exponencialmente após as diversas possibilidades que as urbanidades proporcionaram aos espaços rurais (RUA, 2006).

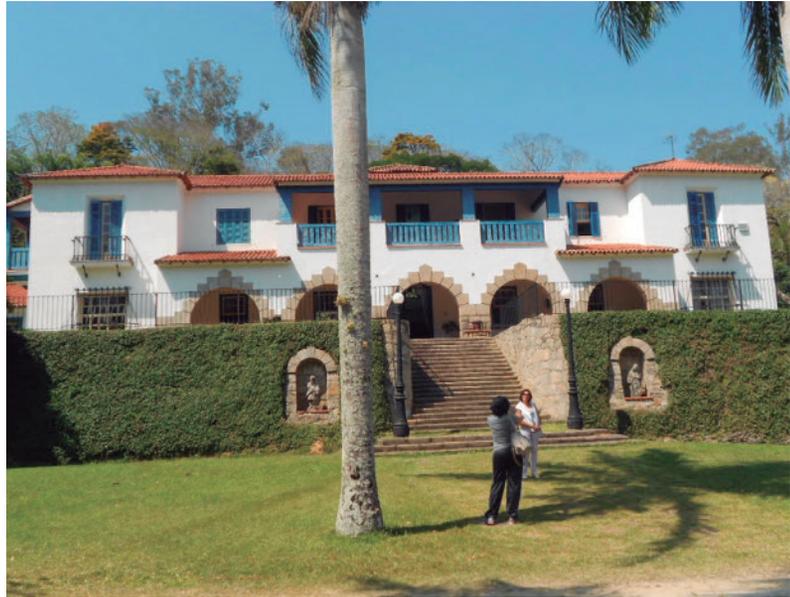


Figura 14.11: Pousada Fazenda Ponte Alta, em Barra do Pirai, estado do Rio de Janeiro.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Barra_do_Pira%C3%AD#mediaviewer/File:Pousada_Fazenda_Ponte_Alta.jpg.

Atividade 3

Atende aos objetivos 3 e 4

A partir da segunda metade do século XX, foi possível observar mudanças gradativas nos espaços rurais de todo o mundo; primeiramente, nos países centrais e, posteriormente, nos países periféricos. No caso brasileiro, essas mudanças vêm ganhando força desde a década de 1990, quando muitas transformações puderam ser observadas em diferentes regiões brasileiras.

Aponte o termo correto para tais transformações e explique as causas e as consequências destas mudanças.

Resposta comentada

As principais transformações nos espaços rurais de todo o mundo se deram com as “urbanidades no meio rural”; estas podem ser lidas como melhorias nas infraestruturas sociais, como energia elétrica, abastecimento de água, sistema de saúde, educação; as atividades não agrícolas no campo; a ampliação do setor de serviços no rural como moradia e lazer. As urbanidades no rural proporcionaram novas atividades e, conseqüentemente, novos atores que só retornaram ao rural (sazonalmente ou não) por conta das interferências urbanas no campo. Antes visto como atrasado, agora o campo se apresenta como um local de novas possibilidades, como, por exemplo, local de lazer e descanso, resgate de uma identidade rural, maior proximidade com a natureza, entre tantos outros; mas é importante frisar que o espaço rural em si não muda, e, sim, abarca novas características trazidas pelo que antes era considerado urbano.

Atividade 4

Atende ao objetivo 4

Faça uma breve pesquisa em seu município e aponte as principais atividades exercidas nos espaços rurais de sua cidade. Aponte as principais atividades agrícolas e não agrícolas, bem como sua importância para a economia do município e conclua sua resposta com uma síntese explicativa que demonstre quais das principais atividades elencadas são “novas” ou “velhas” ruralidades.

Resposta comentada

Esta atividade demanda uma breve pesquisa sobre as características principais das atividades agrárias e não agrárias do espaço rural do seu município. Desta forma, é possível observar se tal município sofreu (e ainda sofre) interferências das urbanidades e suas consequências na economia e na cultura local.

1º passo: pesquise as duas ou três principais culturas agrícolas/criação do seu município;

2º passo: pesquise a(s) principal(is) forma(s) de atividades não agrícolas no espaço rural desenvolvidas neste mesmo município;

3º passo: desenvolva uma síntese sobre os dados coletados nos 1º e 2º passos e conclua se as urbanidades no rural foram a locomotiva para as transformações ocorridas no campo e quais são as consequências (positivas e/ou negativas) para este lugar e seus moradores (“novos” e/ou “velhos”).

Conclusão

Os conceitos de multifuncionalidade e pluriatividade se apresentam sob perspectivas distintas ao longo do tempo/espaço e ganham novos formatos quando analisados por pesquisadores diferentes. É importante que se compreenda o dinamismo do conceito, bem como a complexidade do espaço rural brasileiro que proporciona a constante mudança na nossa percepção diante deste e demais conceitos.

Em linhas gerais, a multifuncionalidade é uma forma de desenvolvimento agrícola e rural que deve ser realizada de maneira sustentável, onde o respeito ao meio ambiente, ao emprego e manutenção dos trabalhadores no campo e ao equilíbrio econômico são fundamentais para fazer valer o conceito indicado pela ONU. Porém, muitos autores

alertam sobre a concepção mais antiga do conceito que representa as características da agricultura familiar.

A pluriatividade é umas das principais alternativas de aumento da renda dos pequenos proprietários de terra, principalmente os agricultores familiares, pois associam as atividades agrícolas às atividades não agrícolas, cada vez mais presentes nos espaços rurais brasileiros. O agricultor pode, enfim, aumentar sua renda, manter sua produção agrícola e sua pequena propriedade rural. No entanto, deve-se atentar para a desvalorização das práticas agrícolas em detrimento das não agrícolas.

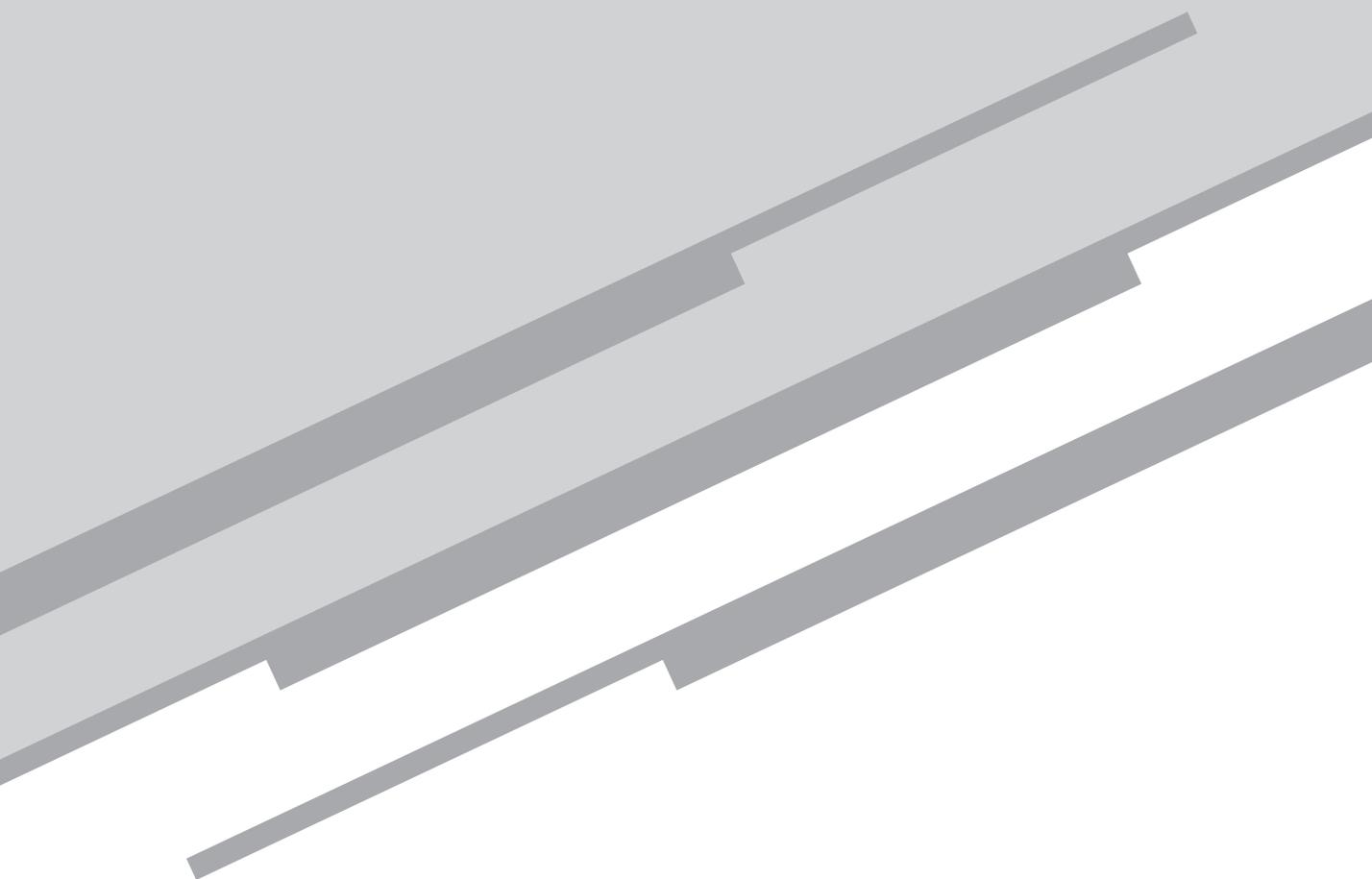
Novas ruralidades ou novos atores no rural brasileiro representam a mudança proporcionada pelas urbanidades no rural. Tais mudanças não descaracterizam os espaços rurais, mas se transformam, ao passo que os novos rurais surgem e corroboram com a mudança local, com destaque para as atividades não agrárias, que crescem de forma exponencial no meio rural.

Resumo

- a multifuncionalidade é uma forma de desenvolvimento rural realizada de maneira sustentável, respeitando-se o meio ambiente, o emprego, a manutenção dos trabalhadores no campo e o equilíbrio econômico;
- a pluriatividade é uma alternativa utilizada pelos agricultores familiares, a fim de aumentar a renda da família, que associa a prática das atividades agrícolas às atividades não agrícolas;
- as novas ruralidades são aquelas mudanças trazidas pela influência das cidades. São as chamadas “urbanidades no rural”;
- os novos atores têm exercido um papel transformador nos campos, visto que praticam sobremaneira atividades não agrárias no espaço rural, com destaque para o turismo, que exalta as qualidades deste espaço tão peculiar.

Aula 15

Agricultura e segurança alimentar



Nilton Abranches Junior

Meta

Apresentar diferentes argumentos acerca da participação da agricultura na conquista de um ambiente alimentar seguro para a população brasileira.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. diferenciar argumentos relacionados às questões de alimentação e modelos de desenvolvimento rural;
2. reconhecer que as questões vinculadas à erradicação da fome são políticas e econômicas.

Introdução



Figura 15.1: Crianças nigerianas na década de 1960 com sinais de desnutrição.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Kwashiorkor_6903.jpg

Podemos começar nossa aula a partir de uma pergunta aparentemente simples: quando se fala a respeito de segurança alimentar, o que vem em nossos pensamentos?

Comumente, uma das primeiras respostas espontâneas envolve a falta ou a não disponibilidade de alimentos suficientes para suprir as necessidades básicas de uma determinada população. Dessa forma, tendemos a relacionar os estágios de insegurança alimentar às questões vinculadas à fome. Tal fato não é todo inverte. Apesar de a fome ser um dos piores e recorrentes flagelos humanos, a noção de segurança alimentar tem ganhado em seu significado outras concepções. A qualidade e a quantidade do que se come e a regularidade com que se come também fazem parte da noção de segurança alimentar. Da mesma forma, estão vinculadas a ela as consequências do ato de se alimentar.

De qualquer forma, o cerne da questão parece estar na não-disponibilidade suficiente de alimentos para todos. Daí vem uma nova pergunta que merece ser respondida: qual a causa dessa falta de alimentos? Da mesma forma instantânea como respondemos à pergunta anterior, temos a tendência a relacionar a aparente escassez de alimentos ao

descontrole populacional pelo qual passa a humanidade. Parece haver uma incapacidade da humanidade em produzir alimentos necessários para nutrir de forma satisfatória o crescente populacional. Contudo, nem todos pensam da mesma maneira. Por isso, há a necessidade de se estudar as diferentes visões acerca da não disponibilidade de alimentos suficientes para todos. Assim, estes argumentos serão vistos na primeira parte de nossa aula.

As questões de segurança alimentar, apesar de mais evidentes em determinadas áreas do globo terrestre, são um fenômeno mundial. A fome e/ou a má alimentação estão presentes em todas as áreas do mundo, em maior ou menor escala. Por se tratar de um fenômeno de proporções globais, existe um organismo internacional específico para estudar sua espacialização por sobre a superfície terrestre. Estamos aqui falando da FAO/ONU, que apresenta e disponibiliza uma série de relatórios sobre a espacialização desse fenômeno no mundo. Além de apresentar dados estatísticos, a FAO faz análises sobre o processo de disseminação da fome em diferentes áreas do planeta. Procura causas, aponta consequências e sugere soluções. Portanto, na segunda parte de nossa aula, faremos uma leitura sobre os apontamentos das causas da persistência da fome no mundo, apesar de mais de meio século de investigações e tentativas de erradicação do problema. Aproveitaremos para expor a participação do Brasil na tentativa da solução desse grave problema.

Crescimento populacional e segurança alimentar

Aparentemente, existe uma relação direta entre aumento populacional e escassez de alimentos. Se traçarmos uma relação simplista entre esses dois argumentos, prontamente concordamos com tal premissa. Contudo, há a necessidade de investigarmos com um pouco mais de rigor as causas reais da não disponibilidade de alimentos para todos, tanto no que se refere à sua quantidade, quanto no que diz respeito a sua qualidade.

De forma abrangente, podemos identificar duas grandes correntes de pensamento que relacionam as questões relativas a aumento populacional com alimentos disponíveis para seu consumo. Aqui, os agruparemos em pessimistas e otimistas.

Os pessimistas

São aqueles que têm no centro de seu discurso um medo das consequências futuras do aumento populacional. A todo momento, pregam as ideias de que o planeta Terra não suporta a pressão imposta pelo constante crescimento de habitantes na sua superfície. Acreditam que o mundo caminha para uma explosão populacional que comprometerá a própria perpetuação da humanidade no planeta.

Na realidade, atualizam as ideias proferidas por Malthus e, por isso, são chamados de neomalthusianos. Essas premissas já foram estudadas por vocês nas aulas de Geografia da População, mas vale a pena relembra aqui alguns dos preceitos básicos do pensamento malthusiano.

Em sua teoria, formulada no século XIX, Malthus viu uma inconsistência entre os parâmetros de reprodução e crescimento populacional e as questões relativas à alimentação dos povos. Tentou demonstrar tal incompatibilidade através de um raciocínio em que a população crescia de forma exponencial, ou seja, em progressão geométrica, enquanto a capacidade de produção de alimentos – levando em conta a base tecnológica de sua época – crescia de forma linear, ou seja, em progressão aritmética. Tal fato geraria um desequilíbrio entre o número de habitantes de um determinado lugar e a disponibilidade de alimentos para suprir suas necessidades. Em decorrência desse desequilíbrio, dificilmente se conseguiria evitar a ocorrência de ondas de fome.

Para se entender melhor os preceitos defendidos por Malthus, é bom que se leve em consideração o contexto no qual ele formulou suas ideias. Deve-se levar em conta não somente a base tecnológica da agricultura de sua época, como também os referenciais científicos e religiosos, além do contexto político e social, em que a maioria da população europeia não tinha acesso ao mínimo necessário para a sua sobrevivência. Ondas de fome, violência e doenças assolaram a Europa por séculos.

De qualquer forma, o pensamento malthusiano não se encerra com sua morte. Suas ideias perpassam os tempos e ainda se fazem presentes em alguns argumentos contemporâneos. Para entendermos como seu pensamento se mantém vivo em um tempo mais recente, podemos nos referir às premissas divulgadas pelo ambientalismo contemporâneo divulgadas através das ideias do Clube de Roma, ou pelas propostas defendidas pelos eco-radicalistas, ou ainda no cerne do medo do futuro da humanidade defendida pelo crescimento zero, e que permeiam as discussões do Desenvolvimento Sustentável. Para relembra

esses assuntos, seria interessante ver a aula 15 da disciplina História do Pensamento Geográfico.



Thomas Malthus



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Thomas_Malthus.jpg

Economista britânico, é considerado o “pai da demografia”. Thomas Robert Malthus nasceu em 1766. Ordenou-se sacerdote da Igreja Anglicana no Jesus College, de Cambridge, em 1797. A partir de 1805, tornou-se professor de história e economia política em Haileybury. Eleito membro da Royal Society em 1819, recebeu inúmeras homenagens e honras acadêmicas. Morreu em 23 de dezembro de 1834.

Os otimistas

Partindo de uma argumentação diferente daquela defendida pelos que aqui chamamos de pessimistas, está a fundamentação das ideias daqueles que passaremos a chamar de otimistas. A característica principal das premissas otimistas é a concepção de que a capacidade intelectual da humanidade possibilita a criação de alternativas capazes de resolver problemas e crises. Sendo assim, os otimistas depositam suas expectativas no desenvolvimento da ciência e da tecnologia. A cada novo desafio ao qual a humanidade é submetida, se produz uma resposta eficaz para a solução do problema.



Figura 15.2: Irrigação de campo de algodão.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Engenharia#/media/File:PivotIrrigationOnCotton.jpg>

Para defender este argumento, sempre enumeram as conquistas realizadas pelo avanço contínuo da ciência, propagando o desenvolvimento das novas tecnologias. No caso da agricultura, as características naturais que impediam a produção ou dificultavam a produtividade das lavouras poderiam ser superadas a partir das descobertas científicas e da produção de novas tecnologias que deveriam ser incorporadas na atividade. Sendo assim, a falta de umidade foi substituída pelos mecanismos de irrigação, e o esgotamento dos nutrientes do solo substituídos pela fertilização artificial. A sazonalidade das lavouras foram superadas a partir do controle do tempo da natureza, com o desenvolvimento das sementes geneticamente modificadas.

Ponto de convergência

Ambos os argumentos têm como ponto principal a discussão da capacidade produtiva da agricultura, tanto no que se refere à produção em números absolutos, quanto à sua produtividade, que pode ser tanto por área como por trabalhadores envolvidos no processo produtivo. Tendo isto como pano de fundo, parece que os argumentos de pessimistas e otimistas, apesar de aparentemente distintos, nos levam a um caminho comum: o aumento da produção de alimentos para erradicar a fome no mundo.

Este tipo de abordagem, na realidade, facilitou o caminho para a implantação do processo de modernização da agricultura, já tão estudado em nossas aulas anteriores. Sem dúvida, tanto a produção quanto a produtividade da agricultura foram profundamente alteradas com a incorporação das modificações introduzidas a partir do desenvolvimento científico e tecnológico no campo.

Sabemos que no Brasil o processo modernizador do campo provocou alterações profundas na forma de se produzir. Contudo, sabemos também que o caráter conservador dessas mudanças não provocou uma modificação na estrutura do campo brasileiro. Muito menos, o aumento da produção e da produtividade de nossas terras erradicou o flagelo da fome e diminuiu o problema da miséria em nosso país. Problemas provocados pelo não acesso ao alimento perduraram durante décadas. Suas sequelas se fizeram sentir a partir dos altos índices de mortalidade infantil e de subnutrição, que marcaram os anos de consolidação do processo modernizador.

Ainda nos anos de 1950, um brasileiro preocupado com a questão da má nutrição da população nacional resolveu fazer um levantamento detalhado do quadro nacional. Foi a partir das argumentações levantadas por Josué de Castro em suas obras, que um novo olhar acerca do problema da fome e da segurança alimentar se instalou no mundo e no Brasil. Essas modificações serão o centro das discussões que trataremos na segunda parte de nossa aula.

=====**Atividade 1**=====

Atende ao objetivo 1

Na primeira parte de nossa aula, apresentamos duas correntes de pensamento acerca da questão da segurança alimentar. Identifique cada uma delas. Após a sua identificação, mostre qual o pensamento central de cada uma. Explique como este tipo de pensamento pode ter influenciado o processo de modernização da agricultura no mundo e no Brasil.

Resposta comentada

Na realidade, a sua resposta se divide em duas partes. A primeira é bastante objetiva e deve ser respondida de forma direta: pessimistas e otimistas. A ideia central do pensamento dos pessimistas é a de medo do futuro, onde se teme que o planeta não consiga produzir os recursos adequados para sustentar o aumento da população e sua consequente demanda por alimentos. A ideia central dos otimistas está relacionada com a crença de que a criatividade humana é capaz de promover descobertas científicas e tecnológicas que supram as necessidades do aumento de produção que sustentem a demanda por uma quantidade cada vez maior de alimentos. Podemos concluir que ambas influenciaram o processo de modernização da agricultura, pois pregavam a necessidade de um modelo mais eficaz, capaz de dar respostas imediatas às necessidades crescentes por alimentos.

Fome: uma questão bem além da produção e da produtividade

O brasileiro Josué de Castro pode ser considerado como um dos precursores do estudo da fome enquanto fenômeno social no século XX. Em 1946, o cientista publicou a célebre obra intitulada *Geografia da Fome*. Neste trabalho, dividiu o país em áreas alimentares específicas. Castro fez uma análise do padrão alimentar dos brasileiros, levando em consideração, além das características naturais de cada área estudada, questões relativas aos traços culturais de cada população.

Ao detalhar os hábitos alimentares, começou a entender as questões vinculadas à subnutrição e à fome como não sendo exclusivas das ques-

tões naturais. Dessa forma, liberta o argumento de que as características do meio determinavam padrões alimentares, e a consequente manutenção de uma dieta não satisfatória para o desenvolvimento humano.

Ao estudar a produção da agricultura brasileira, percebe que o problema não está vinculado à baixa produtividade, mas sim às escolhas, orientadas pelo mercado, daquilo que se produz. Sendo assim, a carência alimentar da população brasileira estaria vinculada não ao crescimento da população, mas sim à escolha do que se deveria produzir, levando a se optar por um determinado tipo de cultura em detrimento de outras.

Mesmo estando inserido em um contexto em que predominava o argumento que vinculava a fome ao crescimento populacional desenfreado e à baixa produtividade das lavouras, chegou à conclusão de que o problema de má nutrição está diretamente relacionado ao não acesso aos alimentos. Portanto, o problema se caracteriza como sendo uma questão política. No desdobramento de seu trabalho, em *Geopolítica da Fome*, chega à conclusão de que o baixo acesso aos alimentos é vinculado ao acesso à terra e à má distribuição de renda. Dessa forma, abre caminho para os argumentos que se consolidarão nos anos de 1970 – quando o mundo, através de diversos movimentos sociais, questiona a ordem estabelecida. A partir desta data, a fome começa a ser vista como um problema além do crescimento populacional, das características adversas da natureza e da baixa capacidade técnica das lavouras. Em sua nova roupagem, a fome passa a ser tratada como um problema social, e vinculada aos altos índices de pobreza e miséria aos quais boa parte da humanidade estava submetida.



Josué de Castro



Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Josu%C3%A9_de_Castro_com_21_anos_em_sua_formatura,_1929.jpg

Vale a pena conhecer melhor a vida e a obra de Josué de Castro. Nascido em 1908 no Recife, formou-se em medicina (época da foto), mas seu grande destaque foi na área da geografia, principalmente no estudo do combate à fome. Morreu em 1973, em Paris. Sua história é bem interessante. Visite o *site* e confira: <http://www.josuedecastro.org.br/jc/jc.html>

A forma como o problema vinha sendo abordado sofre grande crítica, a qual se inicia a partir do modelo de desenvolvimento amplamente difundido no mundo após o término da Segunda Guerra Mundial. O modelo de base produtivista, que pregava o crescimento acelerado, teve grande repercussão em todos os setores da economia. Na agricultura, não foi diferente; e como já vimos em aulas anteriores, o setor agrícola teve importância relevante em sua implantação.

A crítica central se deu ao caráter conservador do modelo de desenvolvimento difundido e implantado no mundo menos desenvolvido. É chamado de conservador porque, apesar de trazer consigo uma profunda transformação na base técnica de produção, reforça os padrões de pouca mobilidade na sua estrutura social. Ao invés de distribuir renda e diminuir as diferenças entre os grupos, concentrou ainda mais recursos e benefícios nas mãos de uma minoria. Preservando essa característica concentradora e excludente, não resolveu de forma eficaz as questões que afligiam a maioria das populações envolvidas. Grosso modo, por não promover a distribuição de renda, podemos dizer que ratificou a dificuldade de acesso aos alimentos básicos para a nutrição da população e estimulou o aumento da pobreza e da miséria.

Apesar de mais evidente em determinadas localidades do que em outras, a fome começou a ser entendida não mais como um problema local, mas sim como um fenômeno mundial. Portanto, se fez necessário um projeto que desse conta de entender o fenômeno tal qual como se apresentava. Assim se fundou a FAO, um organismo das Nações Unidas para estudar e promover soluções relativas à agricultura e à alimentação.

Josué de Castro foi um de seus presidentes, posto que hoje é ocupado por José Graziano da Silva. A partir da criação deste organismo, uma série histórica de dados vem sendo produzida com a finalidade de auxiliar os países a traçarem planos de combate à fome e de redução da miséria.

Levando em consideração os dados levantados pela FAO, e a partir da análise de seu relatório para o ano de 2008, podemos fazer algumas constatações:

1. Apesar da difusão do processo de alteração da base técnica de produção, a fome vem aumentando no mundo;
2. Mesmo com o aumento da produção e da produtividade da agricultura, os preços dos alimentos não cederam de forma substancial;
3. Os pobres dos lugares mais pobres estão cada vez com maior dificuldade em ter acesso à quantidade de alimentos necessária para manutenção de um padrão alimentar satisfatório;
4. As políticas públicas implantadas no mundo têm surtido pouco efeito na erradicação da fome e da miséria.

Pode-se estabelecer uma relação direta deste quadro com a escolha do modelo de desenvolvimento rural implantado na maioria dos países. O modelo conservador visa à produção de alimentos voltada para a exportação, e não para a alimentação das populações locais. Ainda decorrente da modernização conservadora, o acesso à terra por parte dos mais pobres tem sido cada vez mais dificultado. A terra passou a ser uma mercadoria de alto valor.

Além desses fatores elencados, o mundo passou por uma diminuição significativa da produção de cereais. A agricultura tem se dedicado a produzir matéria-prima para outros setores da economia, como é o caso da opção pela produção de biomassa para suprir as necessidades crescentes de energia, através dos biocombustíveis. Outro fator que se deve levar em consideração é a prática, por parte de alguns países, de construir estoques reguladores de alimentos, além do aumento de renda de populações de países muito populosos, como Índia e China, que passaram a demandar uma quantidade cada vez maior de alimentos.



José Reynaldo da Fonseca

Figura 15.3: Plantação de cana-de-açúcar em Avaré, São Paulo, é usada para produção de energia de biomassa.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Faz_S_Sofia_canavial_090607_REFON.JPG

Dessa forma, segundo a FAO, precisamos criar estratégias para solucionar o problema da fome que há tempos assola a humanidade. Assim, há a necessidade de se atender as demandas dos que têm fome, atrelada a programas de erradicação da miséria e redução da pobreza. Para isso, é preciso traçar medidas emergenciais de curto prazo, assim como medidas de manutenção que produzirão efeitos a longo prazo.

Por medidas de curto prazo se entendem programas de complementação de renda para os mais necessitados, além de subsídio dos itens que compõem a cesta básica. Já as medidas de longo prazo incluem a valorização da pequena produção e da agricultura familiar, a facilitação do acesso à terra e ao crédito rural, uma extensão rural eficiente que valorize o saber do pequeno produtor, a criação de uma infraestrutura que possibilite a circulação de mercadorias produzidas, assim como sua armazenagem, além de programa de cobertura aos riscos da produção, como um seguro-safra.

No cenário nacional, tanto José Graziano da Silva como George Martine podem ser apontados como referências na discussão desse problema. Ambos criticam o modelo de desenvolvimento conservador e a falta de apoio dispensada ao pequeno produtor rural nos planos de desenvolvimento do campo adotados no Brasil. Apontam como principal causa para os altos preços dos alimentos a não existência de uma política pública que estimule a produção do pequeno agricultor, garantindo uma maior produção de alimentos e sua efetiva comercialização.

Ao longo dos últimos anos, o Brasil tem mostrado uma participação efetiva na tentativa da erradicação da fome e da miséria. Políticas públicas de distribuição de renda têm sido implementadas com essa finalidade.

===== **Atividade 2** =====

Atende ao objetivo 2

Apesar de todo o processo de modificação na base tecnológica de produção pelo qual passou a agricultura brasileira e o consequente aumento da produção e da produtividade do campo, você conseguiria explicar o porquê das questões relativas à fome não terem sido prontamente resolvidos após tal sucesso?

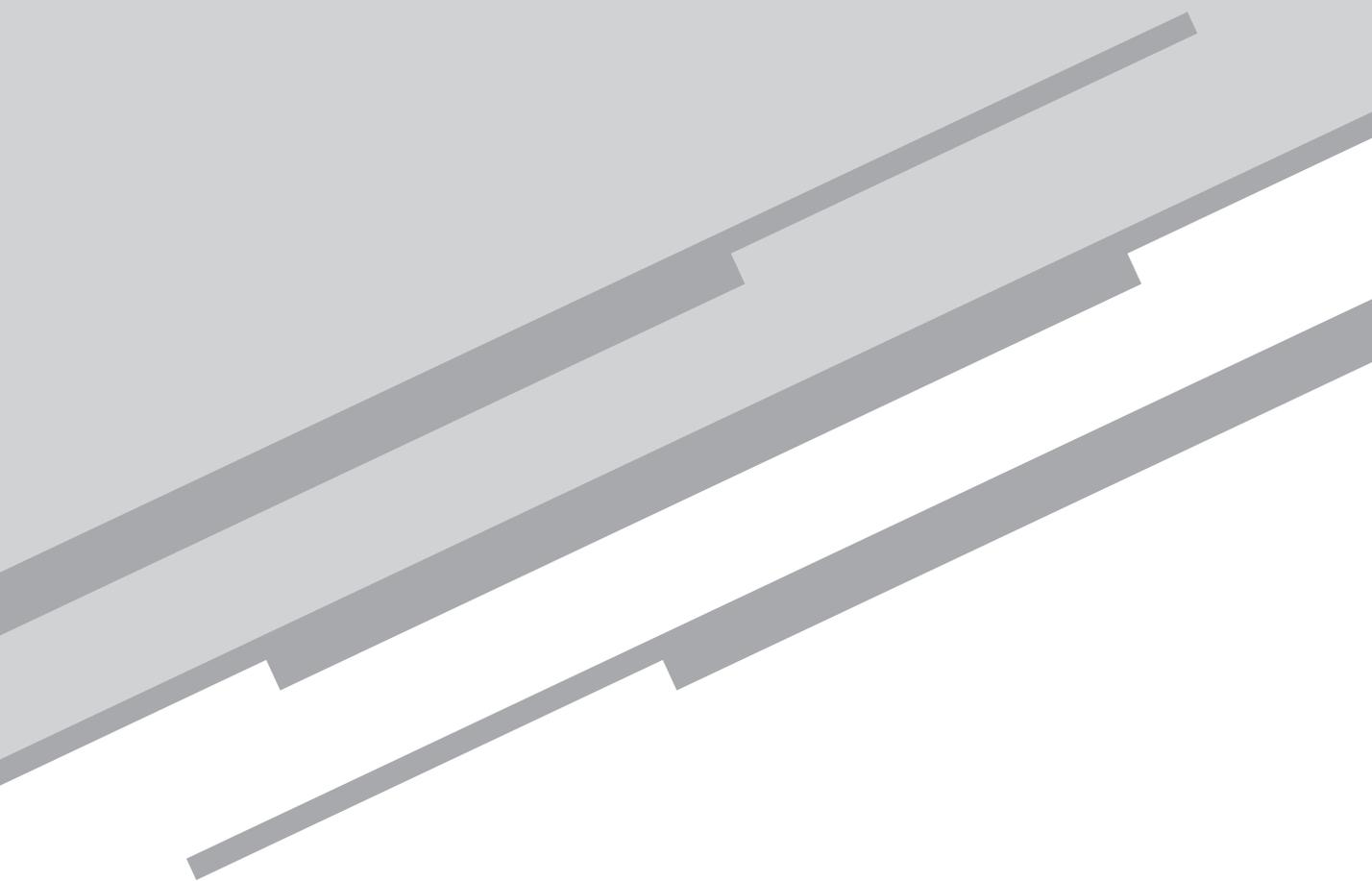
socorro imediato daqueles que têm fome. Já as medidas de longo prazo são aquelas que garantirão a criação de um ambiente favorável à produção de alimentos para a população brasileira, além de contribuir para a reprodução social do pequeno trabalhador do campo no Brasil.

Resumo

Esta é a última aula de nosso curso. Hoje, apresentamos duas correntes de pensamento que vinculam crescimento populacional à existência da fome no mundo e no Brasil. Aqueles que chamamos de pessimistas resgatam as ideias de Malthus para fundamentar seus argumentos. Já aqueles que denominamos como otimistas acreditam que a fé no progresso técnico e na ciência podem resolver todas as questões que se apresentam em nossas vidas.

Acredito que a mais importante abordagem aqui apresentada tenha sido aquela que primeiro foi formulada por Josué de Castro: a fome é um fenômeno político. A partir desse pressuposto, foram elencadas algumas ações que são sugeridas pela Organização das Nações Unidas com a finalidade de combater o flagelo da fome no mundo. Algumas dessas medidas já estão em curso no Brasil.

Referências



Aula 1

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

ETGES, V. E. *Geografia agrária: a contribuição de Leo Waibel*. Florianópolis: EdUnisc, 2000.

FAUCHER, D. *Geografia agrária: tipos de cultivo*. Barcelona: Omega, 1953.

FERREIRA, D. A. O. *Mundo rural e geografia: geografia agrária no Brasil: 1930-1990*. São Paulo: EdUnesp, 2001.

GILG, A. W. *Introduction to Rural Geography*. London: E. Arnold, 1985.

GOMES, P. C. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GREGOR, H. F. *Geography of Agriculture*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1970.

GRIGG, D. *Dynamics of Agricultural Change: the Historical Experience*. London: Hutchinson, 1982.

_____. *An Introduction of Agricultural Geography*. London: Hutchinson, 1984.

MORGAN, W. B.; MUNTON, R. J. C. *Agricultural Geography*. London: Methuen, 1971.

PEET, R. *Modern Geographical Thought*. Oxford: Blackwell, 1998.

SIMMONS, I. G. *Changing the Face of the Earth: Culture, Environment, History*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

VALVERDE, O. *Geografia agrária do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1964.

WAIBEL, L. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

Aula 2

MOREIRA, R. *Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação*. São Paulo: Contexto, 2011.

ROSS, J. L. S. *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

Aula 3

DI CARLI, G. Civilização do açúcar no Brasil, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano II, n. 3, p. 349-371, 1940.

MOREIRA, R. *Formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Aula 4

FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. *Geografia agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão popular, 2007.

FERREIRA, D. A. O. *Mundo rural e geografia: geografia agrária no Brasil: 1930-1990*. São Paulo: EdUnesp, 2001.

MARTINS, Ana Luíza. *O trabalho nas fazendas de café*. São Paulo: Atual, 1994.

MOREIRA, R. *Formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Aula 5

ANDRADE, M. C. *Élisée Reclus*. Rio de Janeiro: Ática, 1985.

CHMATALIK, M. S. G. L.; BRITO, M. A.; OLIVEIRA, T. M. R. A evolução da agricultura na região nordeste na década de 70. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 49, n. 1, p. 47-106, 1987.

GOMEZ, J. R. M. Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. *Geografia agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *From Farming to Biotechnology: a theory of agro-industrial development*. New York: Basil Blackwell, 1987.

Aula 6

FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. *Geografia agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. *Os impactos sociais da modernização da agricultura*. São Paulo: Caetés, 1987.

MOREIRA, R. *Formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Aula 7

FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. *Geografia agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. *Os impactos sociais da modernização da agricultura*. São Paulo: Caetés, 1987.

MOREIRA, R. *Formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Aula 8

ALVES, F. D. *Trajetória teórico-metodológica da geografia agrária brasileira: a produção em periódicos científicos de 1939-2009*. 2010. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

ANDRADES, T. O.; GIANIMI, R. N. Revolução Verde e a apropriação capitalista. *CES Revista*, Juiz de Fora, v. 21, p. 43-56, 2007. Disponível em: <http://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf>. Acesso em: 3 set. 2014.

BELUSSO, D. Relação cidade-campo e o desenvolvimento rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA, 4., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. p. 110-131. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/belusso_d.pdf>. Acesso em: 3 set. 2014.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas*. 4. ed. São Paulo: EdUsp, 2003. p. XVII-XL.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

MARAFON, G. J. O espaço rural em transformação: as novas relações campo x cidade no estado do Rio de Janeiro. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. *Anais...* Porto de Galinhas: ALASRU, 2010. p. 1-20. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT-1-Glaucio-Jose-Marafon.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

_____. Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. p. 1-12.

MOREIRA, R. *Formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. *Campo-Território*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Três Lagoas, v. 2, n. 2, set. 2005. Disponível em: <<http://www.ceul.ufms.br/revista-geo/jodenir.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2014.

VALVERDE, O. Metodologia da geografia agrária. *Campo-Território*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 1-16, fev. 2006.

Aula 9

ALENTEJANO, P. R. Os movimentos sociais rurais e a teoria geográfica. In: MARAFON, G.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

ALVES, F. D. *Trajatória teórico-metodológica da Geografia Agrária brasileira: a produção em periódicos científicos de 1939-2009*. 350 f. 2010. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

BRASIL. Casa Civil. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 14 ago. 2015.

FERNANDES, B. M. Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005. In: MARAFON, G.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERj, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Principal provedor de dados e informações do país e diversos segmentos*. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

MARAFON, G. J. O espaço rural em transformação: as novas relações campo x cidade no estado do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. *Anais...* Porto de Galinhas: ALASRU, 2010. p. 1-20. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT-1-Glaucio-Jose-Marafon.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

_____. *Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. p. 1-12.

MOREIRA, R. *Formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. *Campo-Território*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

VALVERDE, O. Metodologia da geografia agrária. *Campo-Território*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 1-16, fev. 2006.

Aula 10

ALVES, V. E. L. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. *Agrária*, São Paulo, n. 2, p. 40-68, 2005.

MOREIRA, R. *Formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SICSU, A.; LIMA, J. P. R. Fronteiras agrícolas no Brasil: lógica de sua formação recente. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 109-138, jul. 2000.

Aula 11

MELO, N. A. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural – uma análise do programa Vilas Rurais no Norte do Paraná. *Geotopos*, Presidente Prudente, v. 1, n. 11, p. 58-76, jan./jun. 2011.

MESQUITA, L. A. P.; MENDES, E. P. P. Modernização da agricultura e formação dos complexos agroindustriais. , In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., São Paulo, 2009. *Anais...*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. p. 1-17.

OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SILVA, J. G. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp, 1996.

Aula 12

BRASIL. Casa Civil. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 14 ago. 2015.

COUTO FILHO, V. A. C. *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial*. Brasília; Rio de Janeiro: MDA; Guaramond, 2007.

FEIDEN, A. et al. Processo de conversão de sistemas de produção convencionais para sistemas de produção orgânicos. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 19 n. 2, p. 179-204, maio/ago. 2002.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. *Organic agriculture, environment and food security*. Environment and Natural Resources Service Sustainable Development Department. Roma: FAO, 2002.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – Incra. *Análise e diagnóstico de sistemas agrários*. Brasília: Incra, 1999.

GUANZIROLLI, C. et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo agropecuário 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

_____. *Censo agropecuário 1995/1996*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. *Principal provedor de dados e informações do país e diversos segmentos*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso em: 29 jun. 2014.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA. *Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate*. Brasília: IICA, 2006. (Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 5.)

MEDEIROS, R. M. V. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: MARAFON, G.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

MOREIRA, R. *Formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

TUBALDINI, M. A. Uma reflexão sobre desenvolvimento rural e agricultura familiar. In: MARAFON, G.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

Aula 13

COOPER, P. J.; VARGAS, C. M. *Implementing Sustainable Development*. New York; Oxford: Rowman and Littlefield, 2004.

GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável, *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 14, n. 3, p. 411-446, 1997.

LEA, D. A. M.; CHAUDHRI, D. P. The nature, problems and approaches to rural development. In: _____ (Ed.). *Rural*

development and the State: contradictions and dilemmas in developing countries. London; New York: Methuen, 1983. p. 1-37.

MERCHANT, C. *Radical Ecology.* New York; London: Routledge, 1992.

SCHUMACHER, E. F. *O negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

WILBANKS, T. J. "Sustainable Development" in Geographic Perspective, *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, v. 84, n. 4, p. 541-556, 1994.

ECOVILA. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. 2015. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/ecovila>>. Acesso em: 19 out. 2015.

Aula 14

ALENTEJANO, P. R. As relações cidade-campo no Brasil do século XXI. *Terra Livre*, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 25-39, jul./dez. 2003.

_____. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas.* Passo Fundo: UPF, p. 148-173, 1999.

ANJO, F. S. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil.* Pelotas: Agufpel, 2003.

BOFF, L. *Sustentabilidade: tentativa de definição.* Disponível em: <<http://leonardoboff.wordpress.com/2012/01/15/sustentabilidade-tentativa-de-definicao/>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

CANDIOTTO, L. Z. P. *Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura.* In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., São Paulo, 2009. *Anais...*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. p. 1-16.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. *Organic agriculture, environment and food security.* Environment and Natural Resources Service Sustainable Development Department. Roma: FAO, 2002.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – Incra. *Análise e diagnóstico de sistemas agrários*. Brasília: Incra, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo agropecuário 1995/1996*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. *Principal provedor de dados e informações do país e diversos segmentos*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso em: 29 jun. 2014.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA. *Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate*. Brasília: IICA, 2006. (Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 5.).

KAYSER, B. *La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin, 1990.

MARAFON, G. J. Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. p. 1-12.

MULLER, J. M. Multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: a reconstrução dos espaços rurais em perspectiva. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.

PONTE, K. F. *Uma análise geográfica das novas ruralidades e do controle social nas Vilas Rurais da Paz em Rolândia e João Inocente em Cambé*. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

RUA, J. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. *Campo-Território*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SEGRELLES SERRANO, J. A. El mito de la multifuncionalidad rural en América Latina. *Actas Latinoamericanas de Varsovia*, Varsovia, v. 29, p. 159-177, 2007.

SOARES, A. C. O. A multifuncionalidade da agricultura familiar. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, n. 87, p. 40-49, 2001.

VERGES, N. M. Multifuncionalidade rural: da teoria eficiente à prática ausente. *GeoGraphos*, Alicante, v. 4, n. 47, p. 359-382, mar. 2013.

WOODS, M. *Rural Geography*. London: Sage, 2005.

Aula 15

CASTRO, J. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2001.

_____. *Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo*. Rio de Janeiro: Livraria da Casa do Estudante do Brasil, 1955.

